

ISSN 2318-9304

Dimensões

Revista de História da Ufes

Conselho editorial

Patrícia Merlo (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Felipe Fernandes Cruz (Tulane University, EUA)

Maria Cristina Dadalto (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Sergio Alberto Feldman (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Conselho consultivo

Alexandre Avellar (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)

Angelo Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

Angelo Priori (Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Antonio Carlos Amador Gil (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Dulce Amarante dos Santos (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fabiana de Souza Fredrigo (Universidade Federal de Goiás, Brasil)

Fábio Vergara Cerqueira (Universidade Federal de Pelotas, Brasil)

Fernando Nicolazzi (Universidade Federal do Rio de Grande do Sul, Brasil)

Francisca Nogueira Azevedo (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Gizlene Neder (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Herbert S. Klein (Columbia University, United States of America)

Jorge Malheiros (Universidade de Lisboa, Portugal)

José Carlos Reis (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Luiz Fernando Saraiva (Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Manolo Garcia Florentino (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Márcio Seligman-Silva (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marco Antônio Lopes (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Marcos Luiz Bretas (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Maria Beatriz Nader (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Maria Elisa Noronha de Sá (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil)

Miguel Suarez Bosa (Universidade de Las Palmas en Gran Canaria, España)

Miliandre Garcia (Universidade Estadual de Londrina, Brasil)

Norberto Luiz Guarinello (Universidade de São Paulo, Brasil)

Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Quentin Skinner (University of Cambridge, England)

Renan Friguetto (Universidade Federal do Paraná, Brasil)

Ricardo de Oliveira (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil)

Stefano Gasparri (Università Ca' Foscari Venezia, Italia)

Editoração, revisão técnica e capa

Lucas Onorato Braga (Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil)

Revisão

Os autores

Realização

Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo

Contato

Av. Fernando Ferrari n. 514, 2º andar IC-3, CCHN - Campus de Goiabeiras, Vitória, ES, CEP: 29075-910. Tel.: 55 27 4009-2507. E-mail: revistadimensoes@gmail.com

Objetivo

Dimensões – Revista de História da Ufes é um periódico semestral voltado para a publicação de artigos inéditos e resenhas de autoria de mestres, doutorandos e doutores. Os artigos são agrupados em dossiês ou temas livres. Mantida pelo Programa de Pós-Graduação em História, a revista foi fundada em 1990 como *Revista de História*, tendo permanecido com esse nome até 2000, quando foi renomeada para *Dimensões – Revista de História da Ufes*, mas preservando o mesmo ISSN (1517-2120). Em 2010, com o propósito de facilitar a difusão do conhecimento científico, *Dimensões* passou a ser veiculada exclusivamente por meio eletrônico, com livre acesso por parte dos usuários. Em 2011, um novo ISSN foi atribuído à *Dimensões*: 2179-8869. Atualmente, a revista se encontra classificada como B2 no *Qualis* de periódicos elaborado pela Capes. A principal missão de *Dimensões* é divulgar a produção intelectual de pesquisadores vinculados ao sistema nacional de pós-graduação, além de promover o intercâmbio com profissionais do exterior. A revista apresenta ainda uma notável abertura transdisciplinar, acolhendo contribuições de diversas áreas das Ciências Humanas além da História.

Ficha catalográfica

Dimensões - Revista de História da Ufes. Vitória: Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica/ Programa de Pós-Graduação em História, volume 43, dezembro, 2019, 349p.

Semestral
ISSN 2318-9304

1. História - Periódicos

CDU 93/99

Dossiê

Estudos africanos: novas perspectivas historiográficas

- 7 **Apresentação**
Belchior Monteiro Lima Neto
- 11 **Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI's na África Subsaariana, 1960-1990**
Hamilton Matsimbe
- 28 **Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla**
Isnara Pereira Ivo; José Robson Gomes de Jesus
- 63 **Africanos na Província do Espírito Santo: população escrava e tráfico ilegal**
Rafaela Domingos Lago Nunes
- 84 **História e Arqueologia no norte da África: a emergência dos Garamantes no Fazzan (séc. III a.C. - VI d.C.)**
Belchior Monteiro Lima Neto

Artigos

- 110 **Uma história das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro: memória coletiva e reordenação social no pós-abolição**
Pedro Guimarães Pimentel
- 139 **O Conceito e a Obra: Reflexões sobre o prédio pós-moderno da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**
Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos
- 157 **Reformulação urbana em Morrinhos/GO e sua relação com os projetos modernizantes da Ditadura Civil Militar entre 1964 e 1970**
Júlio Cesar Meira
- 186 **A Princesa e o Mundo das Fábricas: a cidade moderna e a questão fabrilista em Caxias/MA (1940)**
Jakson dos Santos Ribeiro
- 214 **“Oásis do Terror” - A ditadura brasileira e a vigilância internacional: a Argélia nos Sumários do Comunismo Internacional (1970-1973)**
Débora Strieder Kreuz

- 232 **Impactos da expansão urbana nos espaços cemiteriais em Uberlândia nas décadas 1940 e 1950**
Renato Rodrigues Farofa

Resenha

- 262 **Le Goff e a periodização da História**
Thiago Sampaio

Apresentação

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO¹

Organizador

Em meados do **século XIX**, Hegel (1995, p. 174), em sua *Filosofia da História*, exprimia uma percepção extremamente pessimista em relação à História da África: “[a África] não faz parte da história do mundo. Não tem [...] progressos a mostrar, movimentos históricos próprios”. A visão de Hegel acerca do continente, sobretudo de sua parte subsaariana, negava a possibilidade de sua historicização, colocando-o na posição de figurante de um passado centrado na Europa. Ecos da perspectiva hegeliana ainda repercutiam nos meios acadêmicos em pleno século XX, como demonstra Fage (2011, p. 8-9), ao reproduzir a fala do famoso professor de Oxford, Sir Hugh Trevor-Roper, que afirmara, em 1963, não haver uma História da África, mas tão somente a dos europeus no continente.

Carlos Lopes (1995), em seu clássico artigo *A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos*, explicita a existência de três grandes correntes historiográficas associadas aos Estudos Africanos, cada qual, segundo ele, ligada a um contexto político/acadêmico próprio: a denominada

1. Professor de História da África do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenador e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (Ufes). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo (Leir/ES), tendo pesquisa financiada pelos Editais Universais do CNPq e Fapes.

corrente da inferioridade, identificada com o período colonial em África; a da superioridade, associada ao pan-africanismo e à descolonização; e o que o autor guineense intitulou de novos estudos acerca do continente, que se aproximam, em grande medida, de perspectivas interpretativas pós-estruturalistas.

A corrente da inferioridade africana, fruto de décadas de dominação colonial, seguia os marcos teóricos do paradigma hegeliano, marginalizando a África como apêndice da História Universal. Contrapondo-se a esta visão, os historiadores identificados com a corrente da superioridade, emergente no decorrer do processo de descolonização do continente, buscaram promover a valorização dos Estudos Africanos, sem, contudo, romper com categorias caras aos seus predecessores, reproduzindo, a partir de novas argumentações, a antiga dicotomia colonizador/colonizado, europeus/africanos. Não à toa, Lopes associou os historiadores da corrente da superioridade africana ao que ele representou como uma pirâmide invertida, uma vez que refutavam o discurso colonial, substituindo-o por um similar nacionalista e pan-africano.²

Nas três últimas décadas, novas perspectivas, menos “politizadas” e influenciadas por um viés pós-estruturalista, ganharam força na africanologia, destacando-se autores com investigações relacionadas a temáticas multifacetadas e identificadas com a Nova História Política e Cultural, atuando em pesquisas concernentes às mais diversas cronologias. Pode-se destacar, no conjunto de uma historiografia cada vez mais extensa,

2. A despeito das críticas de Lopes (1995), os historiadores filiados à corrente da pirâmide invertida, com destaque para Diop, Ki-Zerbo e Niane, foram responsáveis pela constituição de um campo historiográfico dinâmico e autônomo, levando a cabo, ademais, a publicação de um importante projeto editorial patrocinado pela UNESCO, ou seja, a coleção *História Geral da África*, que, em oito volumes, esquadrinha a história do continente, da Antiguidade à época contemporânea.

nomes como Paul Gilroy (2001), John Thorton (2004), Linda Heywood (2017), no que tange aos períodos moderno e contemporâneo; e David Mattingly (1994; 2003), Claude Lepelley (2016) e Elizabeth Fentress (2018), com trabalhos devotados à Antiguidade africana. *Grosso modo*, é possível identificar, como ponto de convergência destas variadas análises, o papel ativo e dinâmico ocupado pelos africanos na construção de sua história, enfatizando o continente como fundamental na constituição do passado da humanidade.

A atuação dos africanos na História serviu de fio condutor das discussões levadas a cabo neste dossiê. O atual **número da revista** *Dimensões*, devotado aos *Estudos africanos: novas perspectivas historiográficas*, é, sem sombra de dúvida, fruto de um contexto de grande impulso da africanologia no Brasil. Nos últimos 16 anos, com a promulgação da Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas, a historiografia africanista se consolidou como uma área de vanguarda nas pesquisas acadêmicas, dando vazão a uma série de livros, coletâneas, artigos, dissertações e teses. No decorrer deste crescimento editorial, os historiadores vêm redefinindo o papel e a participação dos africanos e de seus descendentes na História, revelando uma demanda crescente por novos conhecimentos acerca do continente, fato que, inevitavelmente, auxilia na consolidação de um campo do saber histórico antes relegado ao esquecimento.

REFERÊNCIAS

- FAGE, J. D. A evolução da historiografia africana. In: KI-ZERBO, J. *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Cortez, 2011, p. 1-23. v. 1.
- FENTRESS, E. *Volubilis après Rome*. Boston: Brill, 2018.
- GILROY, P. *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro: Edições 34, 2001.
- HEGEL, F. *Filosofia da História*. Brasília: UnB, 1995.
- HEYWOOD, L. *Njinga of Angola: Africa's warrior queen*. Harvard: Harvard University Press, 2017.
- LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Heródoto*, v. 1, n. 1, p. 418-437, 2016.
- LOPES, C. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. *Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Actas... Lisboa, 1995, p. 21-29.
- MATTINGLY, D. J. *Tripolitania*. Michigan: The University of Michigan Press, 1994.
- MATTINGLY, D. *The Archaeology of Fazzan: Synthesis*. London: Society for Libyan Studies, 2003. v. 1.
- THORNTON, J. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Contribuição para leitura e contextualização da chegada de ONGI's na Africa Subsahariana, 1960-1990

HAMILTON MATSIMBE¹

Universidade Eduardo Mondlane

Resumo: A África tem estado a assistir uma proliferação progressiva de Organizações Não-governamentais como novos actores da sociedade civil actuando em diferentes segmentos da vida das comunidades e não só. A proeminência destas organizações é acompanhada do discurso de sua eficácia na promoção do bem-estar quando comparadas com o Estado pois actuam liberal e democraticamente. No contexto da promoção global da Nova Ordem Económica Internacional dos finais dos anos 1970, estas organizações se constituem como alternativa aos fracassos do Estado em atender as necessidades dos seus cidadãos. O artigo aponta que o processo de independências africanas e as dificuldades políticas e económicas verificadas durante os primeiros anos de independência contribuíram para a proliferação de ONGI's. Todavia, conflitos e desastres naturais que assolam a Africa ininterruptamente contribuíram para o exacerbar das desigualdades estimulando a intervenção de ONGI's como parte da sociedade civil global.

Palavras-chaves: África, Organizações não-governamentais, conflitos

Abstract: Africa has been witnessing a progressive proliferation of Nongovernmental Organizations as new civil society actors acting in different segments of community life and beyond. The prominence of these organizations is accompanied by the discourse of their effectiveness in promoting welfare when compared with the state because they act liberally and democratically. In the context of the global promotion of the New International Economic Order of the late 1970s, these organizations are an alternative to the state's failure to meet the needs of its citizens. The article points out that the process of African independence and the political and economic difficulties encountered during the early years of independence contributed to the proliferation of NGOs. Nonetheless, conflicts and natural disasters that plague Africa uninterruptedly have contributed to the exacerbation of inequalities by encouraging NGOs to intervene as part of global civil society.

Keyword: Africa, Non-governmental organizations, Conflict

Recebido em 19/07/2019 e aceito em 20/11/2019.

1. Docente na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. E-mail: hamilton45@rocketmail.com

Introdução

Organizações não-governamentais (ONG's) são organizações da sociedade civil que orientam suas atividades para a solução de problemas que causam desfavorecimento e na melhoria das condições de vida de grupos ou populações carentes. Após a Segunda Guerra Mundial, as ONG's passaram a integrar, como órgãos de consulta da Organização das Nações Unidas (ONU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Como parceiras da ONU no delineamento das políticas econômicas globais, as ONG's experimentaram um rápido crescimento e expansão pelo mundo, por quanto ajudaram na implementação de programas e missões das Nações Unidas pelo mundo. Este artigo tem como objetivo identificar os principais fatores que justificam a proliferação de Organizações não-Governamentais Internacionais (ONGI's) em África, no período que vai de 1960 a 1990.

Com base na revisão teórica, o artigo argumenta que na África o “não-Governamental” é decorrente de vários fatores internos associados a processos político-econômicos globais ou globalizantes. Ainda que de maneira exploratória e provisória, o artigo aponta que o processo de independências africanas e as dificuldades políticas e econômicas verificadas durante os primeiros anos de independência contribuíram para a proliferação de ONGI's. Os conflitos e os desastres naturais que assolam a África ininterruptamente contribuíram para o exacerbar das desigualdades. A consciência sobre degradação do meio ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos estimularam e propiciaram a intervenção de ONGI's como parte da sociedade civil global. Todavia, na África Subsaariana a proliferação das ONGI's obedece especificidades tendo em conta a trajetória histórico-política e sociocultural de cada país.

Crescimento de ONGI's na África Subsaariana

A intervenção das ONGI's evoluiu da atividade filantrópica (1960) para ações de desenvolvimento (1970/80) e depois para a radicalização e denúncia da globalização, direitos humanos, meio ambiente, barreiras comerciais de produtos agrícolas, etc. Desde 1990, as ONG's se dedicam

ao papel das agências financeiras internacionais e nos códigos de conduta das multinacionais que operam em vários países (COUTINHO, 2004, p.61). No contexto africano, desde 1960 complexos processos de mudança políticas, econômicas e sociais tiveram lugar, nos quais as ONGI's assumiram determinado protagonismo, sobretudo, na defesa e assistência aos desfavorecidos e vulneráveis afetados pelas catástrofes humanitárias e no realinhamento estratégico (ALVES, 1996). Isto estimulou não só a fundação de ONGI's, como também concorreu para a expansão e internacionalização².

Esta expansão e internacionalização de ONGI's no continente africano tem contexto. Alguns anos antes do processo de independências na África, a Inglaterra, a França e a Bélgica, temendo uma futura ruptura, desenharam programas de apoio ao desenvolvimento das colônias. Em 1949, a Inglaterra agrupou as suas colônias na Commonwealth. Hoje, Moçambique também integra esta comunidade, não obstante fazer parte da CPLP, (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), criada em 1996. Em 1953, durante o processo de criação da atual União Europeia, a França e a Bélgica também colocaram o assunto das colônias no debate. Em 1958, as colônias francesas (exceto a Guiné Equatorial) formaram a Comunidade Francesa (KI-ZERBO, 1991). Estas constituíram as principais plataformas para uma futura cooperação com a África, mas também como garantia de continuidade e controle político e econômico, se tomarmos o caso da França. Diferentes ONGI's constituídas nas metrópoles, sob várias formas e com recursos dos governos, passaram a integrar a política externa e representando interesses neoliberais.

Entretanto, depois do reconhecimento de ONG's no sistema da ONU e suas agências, a criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1975, os países europeus alargam a janela de cooperação com a África através das ONGI's. A instituição do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) dinamizou esta relação, ao alocar fundos para a ajuda técnica e financeira aos países ainda colonizados (ROMÃO apud MAURI, 2013, p.48). Em 1992, a cooperação ganha ímpeto com a criação

2. A UNDP chegou a contabilizar as ONGI's em cerca de 50.000 espalhadas em programas de desenvolvimento pelo Mundo, nos finais do século XX.

da Organização Humanitária da Comunidade Europeia (ECHO). Na sua agenda este organismo passou a atuar, dentre outras, nas áreas de Cooperação para o desenvolvimento, segurança, Direitos humanos e Justiça. Estas áreas de atuação materializaram a política externa desta organização, engajando como braços de operação nas missões africanas várias ONGI europeias.

Este processo de reorientação e expansão de ações das ONGI's para a África foi acompanhado de contextos e problemas sociais concretos. As dificuldades econômicas atravessadas por maior parte dos países subsaarianos por volta de 1970 e os problemas sociais e políticos resultantes explicam, em parte, esta proliferação.

Os conflitos pós-coloniais e crise econômica como fatores de proliferação de ONGI's

Os conflitos que se seguiram ao processo das independências africanas contribuíram para a intervenção de ONGI's. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) sobre a integração local dos refugiados, mostra que o mundo pós 2ª Guerra Mundial experimentou uma miríade de conflitos, na sua maioria localizados e com reincidência na África (FILDEN, 2008, p.20). O continente africano, para além das guerras de libertação (em alguns países) e do apartheid sul-africano, registou mais de trinta conflitos étnicos, religiosos (Argélia, Nigéria, Ruanda, Somália, Mali, Senegal) e políticos e econômicos (Congo e RDC, Chade, Angola e Uganda).

O genocídio ruandês em 1994, com cerca 500 mil mortos em 10 dias, representou uma das maiores catástrofes humanitárias na África oriental. Todavia, a eclosão do conflito no Congo Zaire, em 1996, que envolveu vários países foi dos mais mortíferos com cerca de 3.8 milhões de vítimas. Em 2006, as mortes causadas pelo conflito sudanês de Darfur são estimadas em 400 mil. O número de pessoas desalojadas é estimado em 2 milhões. Estes dados são apenas uma amostra do que os conflitos africanos têm como impactos. Todavia, são indicativos de um trabalho humanitário sem precedentes quando lidos em bloco.

Repare que só o genocídio de Ruanda representou uma robusta

presença da comunidade internacional. As Nações Unidas criaram uma missão específica, a UNAMIR, para tratar da pacificação (desmobilização e integração) e supervisionar a transição do país. Ao lado Missão das Nações Unidas para Assistência do Ruanda estavam a PNUD, UNICEF, ONU Mulher, UNESCO, ACNUR, agências especializadas da ONU, que por tradição engajam ONG's. É neste contexto, por exemplo, que a CARE e USAID entram naquele país. O GTZ, ICG, HRW, Médicos sem Fronteiras (MSF), Save the Children, Cruz Vermelha e outras organizações internacionais mobilizaram fundos e atuaram, lado a lado, com a inglesa DFID, sueca SIDA, União Europeia. A pacificação de países africanos, ainda que de maneira distinta e singular, estes processos foram replicados. Em Moçambique também houve intervenção ativa da missão das Nações Unidas em Moçambique, a ONUMOZ, que supervisionou o cessar-fogo, a desmobilização, desmilitarização e reintegração, vulgo DDR, com o apoio das ONGI's.

As ONG's, em colaboração com ACNUR, estiveram envolvidas em operações de pacificação e ajuda humanitária a deslocados e refugiados naqueles países. Especializadas em operações de emergência humanitária, a maior parte delas acabaram permanecendo nesses países implementando programas de desenvolvimento como parte da estratégia de prevenção de conflitos da ONU. Os conflitos em países como Congo, Chade, Libéria e República Centro Africana (RCA) e Moçambique, pela sua natureza destrutiva e peso dos impactos sociais causados, sensibilizaram a sociedade civil global, na qual as ONGI's fazem parte (FILDEN, 2008, p.3-4), como braços operativos das agências da ONU e da cooperação bilateral.

Outra questão a realçar é que os regimes instalados após as independências foram, regra geral, de ideologias socialista, nacionalista e repressivos. Na Tanzânia, Zimbábue e Moçambique, por exemplo, o Estado trouxe todas as organizações produtivas independentes, para seu controle. As companhias comerciais, cooperativas e outras organizações sociais foram cooptadas pelo Estado. As únicas instituições que permaneceram com certa independência eram instituições religiosas. Todavia, em algumas áreas estavam alinhadas com o Estado entre 1960 e 1980. Este processo tinha dificultado a penetração de ONGI como agentes de cooperação e

desenvolvimento³.

A partir dos anos 70, as ONGI's encontraram, na África, condições favoráveis para atuação como agentes humanitários, que estimulam democracia e participação social no desenvolvimento. A planificação e a centralização política e econômica não conseguiram evitar que os países africanos entrassem em crise na década de 1970. Se nos primeiros anos de independência a economia parecia dar sinais de estabilização, as fragilidades da estrutura econômica e do quadro político-administrativo ficaram evidentes com a flutuação do mercado internacional dos anos 1970, mas também com os avanços da neoliberalização no contexto da Nova Ordem Econômica Internacional. Com poucos investimentos realizados no ramo produtivo, a agricultura permaneceu de baixa renda e produtividade e, mais direcionada para exportação de produtos primários. A indústria e a manufatura ficaram, também dependentes da importação de consumíveis (BOND; DOR, 2003).

Nestas condições, o resultado foi a estagnação econômica nos anos 1970, resultante da queda da produção e da fraca integração no mercado mundial. A seca nos finais dos anos 70 e princípios de 80, também flagelaram a África Austral comprometendo a produção. Estes fatores associados provocaram um déficit de alimentos, eclosão de doenças endêmicas e problemas sociais. Nos anos 1980 e 1990, a maioria dos países subsaharianos (senão todos), precisaram de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do FMI, para o resgate das suas economias.

Como resultado, as últimas três décadas testemunharam o fracasso dos modelos de desenvolvimento seguidos em transformar a vida de muita gente na África (LUTAMBIGWA et al, 1997, p.36.), como se descreve no extrato de Issa Shivji:

Durante a primeira década e meia de independência, as economias africanas mostraram taxas de crescimento modestas (...). No entanto, elas foram impressionantes dadas as condições impostas no momento da independência. O Investimento e a poupança variaram entre 15-20 por cento

3. Na Tanzânia somente 17 novas ONG's estavam registradas. Ver: MERCER, *Reconceptualizing state-society relation in Tanzania...*

do PIB. O crescimento da produção agrícola foi baseado em cultivo extensivo em vez de um aumento da produtividade (...). Ele dependia fortemente das exportações de alguns produtos primários negociados num mercado internacional hostil e adverso. O crescimento no setor manufatureiro foi grandemente dependente de substituição de importações e insumos intermediários, com poucas ligações internas. O Investimento foi grandemente público (...). Petrodólares acumulados pelos bancos internacionais durante a crise do petróleo de 1973 foram descarregados com a forma de empréstimos baratos para países em desenvolvimento. Mas até o final de 1970, os empréstimos baratos tinham-se transformado em pesadas dívidas como os limites do crescimento inicial foram alcançados. Os choques econômicos do final dos anos 1970 mergulharam as economias africanas ainda mais em crise profunda. Números caíram, as taxas de crescimento se tornaram negativas, o pagamento da dívida tornou-se insustentável, desequilíbrios fiscais e de inflação estavam fora de controle (SHIVJI, 2007, p.14-15).

Estes problemas associados permitiram, por exemplo, que a crise de petróleo verificada com guerra de *Yom Kippur*, em Outubro de 1973, encontrasse desprevenidos os países africanos (SOUZA, 2006, p.28-29)⁴. Dependentes de exportações de matérias-primas, em 1979, os países da África Subsahariana, com dívidas externas insustentáveis, sucumbiram na sua amortização, devido à queda dos preços desses produtos no mercado internacional (BOND; DOR, 2003)⁵. O índice de preços das principais mercadorias caiu drasticamente, enquanto os preços de exportação dos países desenvolvidos aumentaram⁶.

A natureza cíclica permitiu que a oscilação do preço fosse precedida

4. De US\$ 2.99 o preço do petróleo subiu para US\$11.65 em apenas três meses, atingindo em 1979, US\$13.54 o barril.

5. Os impactos estimam-se em cerca de 75%, para os países que dependiam do mesmo produto e em cerca de 25%, para os com mais opções nos produtos de exportação. Ver: BOND, P. & DOR, G. *Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa...*

6. As principais mercadorias dos países africanos eram exportadas para os países ocidentais, não raras vezes para a metrópole. Incluíam copra, café, sisal, algodão, cobre, madeira, borracha, etc.

pelo aumento da dívida externa e de taxas cambiais permitindo a escassez de divisas nos mercados internos. A expansão global do comércio dos países do 3º Mundo, também continuou a decrescer (SOUSA, 2006)⁷. A liberalização do preço do ouro e o aumento da população foram fatores extremamente fatais para os países de economia tradicional (HEARN, 2001)⁸. Diante da situação, mesmo os mais radicais nacionalistas como Samora Machel recorreram a *Bretton Woods* e aos Clubes de Paris e Londres, em busca de alternativas (PAVIA, s/d, p.12)⁹. As ONGI's constituíam uma das alternativas, paralelamente, ao resgate das economias conduzidas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Moçambique tornou-se elegível em 1984. E, com estes programas os estados intervencionados foram “forçados” a abandonar algumas políticas sociais (caso de Moçambique) e de redistribuição de terras (caso de Zimbábue e África do Sul), (RAFTOPOULOS, 2001; HANLON, 1997). Os impactos resultantes das políticas de neoliberalização e ajustamento na comunidade de desenvolvimento da África Austral (SADC), resumem-se na vulnerabilidade dos setores sociais:

No setor da saúde, a nível da SADC as condições se deterioraram durante meados dos anos 1990 para níveis piores para a mortalidade de menores de cinco (140 por 1.000 crianças) do mundo; mortalidade materna (888 por 100.000 nascidos vivos); a expectativa de vida (52); desnutrição (20% das crianças menores de cinco anos abaixo do peso, e 36% sofrimento nanismo); imunização contra o sarampo (apenas

7. Os impactos estimam-se em cerca de 75%, para os países que dependiam do mesmo produto e em cerca de 25%, para os com mais opções nos produtos de exportação.

8. Senegal foi o primeiro país a receber os fundos do Banco Mundial em 1979 mas, imediatamente, Gana (1983) tornou-se o modelo africano da neoliberalização. Ver: HEARN, J. *The uses and abuses of civil society in Africa...*

9. Por exemplo, a tentativa da Frelimo de encontrar apoio no bloco socialista saiu frustrada, já que a URSS recusou por duas vezes, em 1980 e 1981, a entrada de Moçambique no Comecon. Esta atitude de Moscou pode compreender-se à luz de uma política que considerava que os países do terceiro mundo deveriam encontrar outras formas de solucionarem os seus problemas económicos para não sobrecarregarem as finanças de Moscou. Este Bloco, também não considerava Moçambique como socialista. Ver: PAVIA, J. A *Dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique*: as proposições de Laurence Whitehead. p.12

68% das crianças de 1 ano); uso de anticoncepcionais (apenas 28% das mulheres 15-45 anos); e a incidência da mortalidade por malária (5.550 por 100.000 pessoas), tuberculose (149 por 100.000 pessoas) e HIV-SIDA (30 casos de SIDA por 100.000 pessoas e uma prevalência de 12% para adultos com menos de 49 anos em 1995, piorando dramaticamente por décadas a propagação da pandemia através da África do Sul). (BOND; DOR, 2003, p.8)

Estes dados representam a média dos países da SADC. Todavia, Moçambique Zimbábue e Malawi podem apresentar níveis mais preocupantes. Diante da crescente degradação da qualidade de vida para os cidadãos da África Austral, as ONG's humanitárias e de cooperação para o desenvolvimento foram "chamadas" a intervir nas áreas sociais. Contudo, a redução de preços de produtos primários no mercado Internacional, a queda dos níveis de produção e ausência de investimentos privados que provocava danos na economia dos países, ficou na responsabilidade do estado em parceria com Instituições Financeiras Internacionais e doadores no contexto da neoliberalização.

A neoliberalização, por sua vez, provocou crescentes desigualdades sociais. O "discurso" das desigualdades em relação ao acesso aos serviços básicos, direitos humanos e meio ambiente mobilizaram uma série de ONGI's para Africa Subsahariana. Mercê destes acontecimentos observa-se a influência cada vez mais crescente de ONGI's que passam a constituir-se como canais privilegiados dos doadores, num contexto em que se levantam as vozes contra a corrupção. O fato é que, nesta panóplia de acontecimentos, a redução do papel do estado na década de 1980, com o processo de neoliberalização e democratização, os doadores passaram a incrementar as subvenções estatais para as ONG's, o que permitiu sua explosão numérica. Em Moçambique este processo foi mais interessante ao permitir que as ONGI's "recolonizassem" o país, com a chamada projetização. O investimento público para os setores sociais foi canalizado por via das ONGI's. Mas isto tem uma explicação. A ortodoxia neoliberal consciencializou-se dos problemas sociais e econômicos resultantes do reajustamento. A necessidade de implementação de projetos corretivos abriu espaço para as ONGI's intervirem em programas nacionais de desenvolvimento sustentável (RIBEIRO; CUNHA, 2001). Portanto,

neste sentido não é fortuita a ideia de que as ONG's são identificadas como proeminentes formas de organização que podem implementar o cometimento global do desenvolvimento a partir da base (KAMAT, 2004, p.156). É reflexo do novo consenso político de que elas são agentes da democracia. As ONG's promovem práticas locais de participação política e socioeconômica. Com a NOEI, as ONGI's são apontadas como parceiras das agências de desenvolvimento internacional da ONU, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e Organização Mundial do Trabalho (WTO), entre outras.

A globalização¹⁰ nas suas diferentes dimensões é também apontada como tendo contribuído no aumento da intervenção de ONGI's na África ao propiciar a redução da legitimidade do Estado (GINJA, 1995; SANTOS, 2001). Quanto mais globalização acontecer, tanto mais os governos perdem controle sobre assuntos nacionais abrindo-se enormes oportunidades na África para atuação de ONG's como parte da sociedade civil emergente (BALL; DUNN, 1995, p.8). Neste contexto, o crescimento global do setor das ONG's, na África, é inerentemente associado à subida de um consenso encabeçado pelas instituições financeiras internacionais, sobre a necessidade de democracia política e boa governação, por um lado e a neoliberalização e o encorajamento do setor privado (MERCER, 1997, p.247), por outro lado, como parece ser o caso da África.

A neoliberalização e o lugar das ONGI's

A neoliberalização na sua definição estimula a propriedade privada e o empreendedorismo, livre mercado e comércio como mecanismos de promoção efetiva do bem-estar. O Estado recua para uma posição estritamente política de mero regulador e de criação de um ambiente que

10. Entendida como intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem muitas vezes a milhas de violência e vice-versa (...) um fenómeno multifacetado com dimensões económicas e sociais, políticas, culturais, religiosos interligados de modo complexo. Ver: SANTOS, B. «os processos de globalização» In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: afrontamento, 2001.

assegure essas práticas. Se o Estado tiver que intervir que seja no mínimo para corrigir falhas. Iniciado na China em 1978, as reformas neoliberais vão atingir os Estados Unidos e Reino Unido em 1979, com a ascensão ao poder de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, respectivamente (HARVEY, 2008, p.12). Depois vão sendo replicados por vários países do “Terceiro Mundo” na América Latina (sobretudo Chile de Pinochet) e África Subsaariana. A crise econômica, acima descrita, afetou quase todos os países subsaarianos e, por conseguinte, precisaram da receita de reestruturação ou reabilitação econômica. De Estados recém-independentes, muitos de orientação socialista e marxista deviam reduzir despesas, privatizando setores econômicos e sociais em nome da austeridade e liberalização do mercado. Com uma estrutura socioeconômica e política já em dificuldades, este processo vai distorcê-la exacerbando as desigualdades. O Estado perde, neste contexto, também a sua legitimidade.

Existem várias teorias sobre a emergência e proliferação global de ONG's. Na África três teorias procuram explicar a proliferação das ONG's verificada nas últimas três décadas que se seguiram as independências: (i) a teoria do bem público ou teoria do fracasso, (ii) a teoria do contrato falhado e (iii) a teoria de parceria e interdependência (BALL & DUNN, 1997; SAMA 2013). Segundo a teoria do fracasso, quando o Estado não consegue satisfazer a demanda pelo bem público na sociedade podem surgir outros atores visando prover bens públicos para todos. Neste sentido, as ONG's na África emergem como respostas inovadoras para diferentes problemas e dificuldades atravessadas pelos governos desde os anos 1970. Na teoria do contrato falhado, quando as pessoas enfrentam dificuldades em perseguir e satisfazer-se com o contrato, viram-para outro agente leal. Numa situação em que os governos dos países da África Subsaariana e o mercado se tornaram vulneráveis, as ONG's emergiram como intermediárias e alternativa dos desprivilegiados. Na teoria de parceria e interdependência o governo e as ONG's partilham experiências, recursos e competências, numa relação de complementaridade. Nesta parceria prevalece a ideia de que as ONG's são relativamente imunes a manobras políticas.

No contexto africano, o estado como principal agente de mudança da sociedade, não conseguiu manter o contrato por via de provimento do bem-estar das populações. A renda *per capita* entre 1981-89 caiu 21% e 42%

vivia com menos de 1 dólar por dia. A descida da renda exacerbou, em parte, as desigualdades (MANJI, 2002). A erosão dos serviços sociais e a fraca provisão do bem público justificaram a emergência de outros atores sociais, entre eles, as ONG's. A proliferação de ONGI's em Africa sugere múltiplas interpretações, porém o discurso "da pobreza e desenvolvimento" contemporâneo contribuiu para a situação. A necessidade de duplicar a ajuda para Africa Subsahariana em 1979, permitiu em parte o crescimento de fundos canalizados ao terceiro mundo (incluindo a África) através de ONGI's, como se descreve abaixo:

Os recursos captados por ONG's do público para o alívio e desenvolvimento do Terceiro Mundo passaram de US \$ 1,3 bilhão, em 1975 para 4,2 bilhões de dólares americanos em 1988 (a taxa de crescimento do aumento das doações públicas foi quase duas vezes maior em outros países da OCDE como nos EUA). Os fundos de APD canalizada para as ONG's para o desenvolvimento aumentaram para 2,3 bilhões de dólares americanos, em 1988, um aumento de 310 por cento desde 1975. Isso equivale a 4,6 por cento do total da APD. Hoje em dia, 34 por cento do total dos recursos utilizados por ONG's do Norte provêm de fontes oficiais. O crescimento da renda de ONG's de fontes oficiais tem sido muito maior do que a do público. O valor do total dos recursos de ONG's para as contas do terceiro mundo por cerca de 15 por cento do total da ajuda ao desenvolvimento no exterior. Em 1984, 59 por cento das ONG's canadenses obtiveram mais de metade dos seus fundos do governo canadense, em comparação com 48 por cento das ONG's em 1980. Em comparação, em 1982, apenas 14 por cento das ONG's holandesas obteve mais de metade dos seus recursos de fontes governamentais. Muitas agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) e a Organização para Agricultura e Alimentação (FAO), desenvolveram fundos especiais para e relações com as ONG's. Na verdade todas as agências oficiais agora parecem ter uma política de "portas abertas" em relação às ONG's. O montante do financiamento direto de doadores oficiais para ONG's do Sul é (conservadora). Estima-se que subiram de 10,5 milhões em 1980 para 37 milhões de dólares americanos, em 1983, e tem crescido

ainda mais fortemente desde então (FOWLER, 1991, p.6-7).

Nos últimos 40 anos, a canalização dos fundos públicos, por via das ONGI's, cresceu de forma acentuada. Os dados acima evidenciam uma extrema dependência de ONGI's em relação aos fundos da Assistência Pública ao Desenvolvimento (ODA/APD). Dados do Banco Mundial revelam ainda que a partilha de projetos envolvendo as ONGI's entre 1980-2006 aumentou de 6% para 70%¹¹. Em 1964, 6% da ajuda externa americana foi canalizada por ONG's. Entretanto, em 1980 aumentou para 13.5%, com vista aumento da efetividade do ODA (WERKER; AHMED, 2007, p.4)¹². Não surpreende, pois, que desde 1980 o setor das ONGI's na África Subsaariana tenha conhecido explosão em número e quantidade dos recursos financeiros que controla (FOWLER, 1991, p.6)¹³. Isto denota

11. Em 1970, os fundos canalizados por via de ONG's não ultrapassavam 0.9 milhões de dólares, mas em 1993 atingiram 6.3 bilhões de dólares. De 1970 a 1996, os países industrializados aumentaram de 2% para 17%, o apoio ao desenvolvimento por via de ONG's. Na África subiu para 12% dos fundos de ODA em 1994. As transferências dos países desenvolvidos atingiram mais de 2 bilhões de dólares em 2006, o que representa aumento em 123% em relação a 2002. *WORLD BANK, Working with NGOs...*

12. Os dados da USAID mostram, por exemplo, que em 2004 o governo americano canalizou a sua ajuda oficial por via das ONGD. Se não vejamos: a World Vision, de um total de 814 milhões de dólares aplicados em programas de desenvolvimento 30% do valor saiu do governo; a Food the Children 7%, Food for the Poor 16%, a Catholic Relief Service recebeu 69% dos 573 milhões aplicados em 2004 enquanto a CARE recebeu do governo 52% do valor total. Os fundos foram na sua maior parte canalizados aos países da África, Ásia e das Américas. As ONGI's ligadas ao ambiente e direitos humanos no mesmo ano receberam fundos provenientes de contribuições privadas. A Anistia Internacional recebeu cerca de 88% dos fundos, seguida da World Wildlife Fund (WWF) e Nature Conservancy com 58% e 50 % respectivamente. Com cerca de 4125, as ONGI's engajadas em questões de apoio ao desenvolvimento e assistência em 2003 constituíam mais de 60% (21% em programas de desenvolvimento e assistência genérica, 29% na assistência internacional, 18 desenvolvimento na saúde e 12% na educação). Em 1981, 1.700 organizações (excluindo denominações religiosas), estavam envolvidas no desenvolvimento do terceiro mundo, indicando crescimento de 50% em nove anos. Ver: WERKER & AHMED, *What Do Non-Government Organization Do?*

13. Dados de Tanzânia revelam que estas organizações eram contabilizadas em 811 das quais cerca de três quartos se estabeleceram nos anos 1980. Em Moçambique, se foram registradas cerca de 40 organizações no Diretório do governo em 1983, passaram cerca de 200 depois do Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992 (Adam, 1996). Entre 1978 e 1987, o número de ONG's estrangeiras cresceu de 37 a 134, em Botswana. No Quênia, entre 1977

sua importância no sistema de transferência de capitais e redistribuição.

A política de ajustamento, também legitimou a expansão e intervenção de ONGI's. Permitiu que as organizações da sociedade civil implementassem a dimensão social do ajustamento em resposta aos problemas resultantes da reabilitação econômica¹⁴. Contudo, a ONU também incentivou a proliferação de ONGI's ao reconhece-las como formas básicas de representação popular por volta de 1980¹⁵. A ONU passou a contar com assistência do setor das ONG's, para concretizar serviços humanitários. Hoje, estas organizações estão envolvidas nas operações além-mar desde a gestão de conflitos, reassentamento de refugiados, reconstrução pós conflito, seca e fome até a epidemia do SIDA (KAMAT, 2004, pp.162-3). Nessa perspectiva, mesmo sem dados específicos, os conflitos e os desastres naturais que assolam a África ininterruptamente contribuíram para o exacerbar das desigualdades e na reprodução de desfavorecimento nas mulheres, crianças e idosos. A degradação do meio ambiental e a violação sistemática dos direitos humanos estimulam e propiciam a intervenção de ONGI's como parte sociedade civil global. Na África Subsaariana a proliferação das ONG's obedece especificidades tendo em conta a trajetória histórico-política e sociocultural de cada país - e Moçambique não é exceção.

Conclusão

Na África, o “não-Governamental” não veio por acaso, mas decorrente de vários fatores. Os processos de transição política dos países africanos nem sempre foram pacíficos e estáveis. Os conflitos étnicos, políticos e militares também marcaram e caracterizaram esses processos. A crise humanitária muitas vezes deles resultantes, criou condições para que organismos bilaterais e multilaterais realizassem intervenções de alívios ou

a 1988, as ONGI's cresceram 260%, contra os 156% das locais.

14. Em Moçambique, este processo permitiu que o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) introduzido em 1987, a partir de 1990, incorporasse a dimensão social, Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES)

15. O Secretário-geral da ONU, Boutros Boutros Ghali, nos anos 1980 era altamente responsivo aos pedidos para sua participação em fóruns internacionais sobre população, direitos humanos, estatuto das mulheres e meio ambiente

mitigação. Os conflitos políticos muitas vezes resultam, além de mortes, em destruições do tecido social e econômico e refugiados. A crise de legitimidade a que governos mergulharam durante o período de recessão dos anos 1970 acelerou situação.

A neoliberalização e os programas de reabilitação econômica implementados na maioria dos países e sob égide do ocidente criaram condições favoráveis para a intervenção e legitimação crescente de ONGI's na esfera socioeconômica na África. Portanto, dentro deste quadro, as ONG's se constituem como a crítica moderna aos fracassos e descaminhos dos Estados, partidos, sindicatos, empresas e universidades que se acomodam às dinâmicas do mundo oficial, entrando na órbita do capital e do Estado. Os dados apresentados neste artigo são apenas prospectivos e contextualizadores e, de certa maneira, generalizadores. Os conflitos étnicos religiosos na Nigéria, Ruanda, Somália, Congo, Sudão e Moçambique, só para citar alguns, merecem ainda um olhar específico do ponto de vista de ONGI's envolvidas nas emergências e, sobretudo na perspectiva de cooperação lado a lado com agências humanitárias e de desenvolvimento no quadro da pacificação. A proliferação de ONGI's na África sugere múltiplas interpretações e esta é apenas uma possibilidade. Um estudo mais detalhado sobre as ONGI's no período em alusão ainda se revela importante para uma leitura compreensiva do fenômeno, mas também do contexto.

REFERÊNCIAS

- WORLD BANK. *Working with NGOs: A Practical Guide to Operational Collaboration between the World Bank and Non-governmental Organizations* Operations Policy Department, WORLD BANK, MARCH, 1995.
- COUTINHO, J. As ONG's: origens e (des) caminhos. *Recherches internationales*. N.44, v.3 p.57-63, 2004.
- ALVES, M. *AS ONG's na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC, 1996.
- UNDP. *Development Cooperation Report*, 1994-1995. Maputo, Junho de 1996.

- KI-ZERBO, J. *História da África Negra*. V.II Lisboa: Europa-América, 1991.
- MAURI, G. *Organizações Não-Governamentais e desenvolvimento: análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique*. Dissertação, Mestrado em Estudos Africanos. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2013.
- FIELDEN, A. "Local integration: the under-reported solution to protracted refugee situations". *New issues in Refugee Research*, Research paper n° 158, 2008.
- MERCER, C. Reconceptualizing state-society relations in Tanzania: are NGOs making Difference? *Area*. 31, 3 p.247-258, 1997.
- BOND, P. & DOR, G. "Neoliberalism and poverty reduction strategies in Africa". Discussion Paper for the Regional Network for Equity in Health in Southern Africa (EQUINET), 2003.
- LUTAMBINGWA, et all. NGOs in sub-Saharan Africa: developing critical capacity for policy advocacy. *International Journal on World Peace*. n.14, v.3, p.35-70, 1997.
- SOUSA, F.R. *O impacto do petróleo na política energética mundial*. Dissertação, Mestrado em Engenharia. Universidade Federal de Rio de Janeiro, 2006.
- SHIVJI, I. G. *Silences in NGO discourse: The role and future of NGOs in Africa*. Nairobi & Oxford: Fahamu, 2007.
- HEARN, J. The Uses and Abuses of Civil Society in Africa. *Review of African Political Economy*. n.87, p.43-53, 2001.
- RAFTOPOULOS, B. "The labour Movement and the emergence of opposition politics in Zimbabwe". In: ROFTOPOULOS, B. & SACHIKONYE, L. (eds). *Striking bode: The labour Movement and the post-colonial state in Zimbabwe, 1980-2000*. Harare: Weaven Press, 2001.
- HANLON, J. *Paç sem benefícios: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*.

- Maputo: Imprensa Universitária, 1997.
- KAMAT, S. The Privatization of Public Interest: Theorizing NGO Discourse in Neoliberal Era. Review of International Political Economy. n.11, v.1, p.155-176, 2004.
- SANTOS, B. «os processos de globalização» In: *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: afrontamento, 2001.
- GINJA, V. Sustentabilidade das ONG's moçambicanas: aspectos para reflexão. In: Monteiro, A. *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: CEA, 1995. p. 67-71
- BALL; DUNN. *Organizações não-governamentais: directrizes para uma boa política e prática*. Londres: The Commonwealth Federation, 1995.
- SAMA, T. B. Conceptualizing Non-Governmental Organizations: Still Searching For a Theory. Department of Social Sciences and Philosophy, University of Jyväskylä, 2013.
- MANJI, F. "The missionary position: NGOs and development in Africa". *International affairs*. n.78, v.3, p.567-83, 2002.
- FOWLER, A. "Building Partnerships between Northern and Southern Development NGOs: Issues for 1990s". *Development in Practice*. n.1, v.1, p.5-18, 1991.
- PAVIA, J. "*A dimensão internacional da transição pós-autoritária em Moçambique: as proposições de Laurence Whitehead*". S/l. s/d.
- RIBEIRO, C. Efeitos urbanos das ONGs. As experiências da gestão urbana e do microcrédito em Maputo. Cadernos de Estudos africanos. n.1, p.85-97, 2001.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Escravidão, negros africanos e Santo Isidoro de Sevilla

ISNARA PEREIRA IVO¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

JOSÉ ROBSON GOMES DE JESUS²

Rede Pública de Ensino.

Resumo: Analisa-se os contextos do atrelamento da cor da pele negra à condição escrava e como, a partir da etimologia do nome Cam e do mito de maldição sobre este filho de Noé, os exegetas medievais da Igreja construíram as justificativas escravagistas do povo negro africano. As fontes selecionadas para análise são a *Etimologiae*, enciclopédia de maior uso pelo catolicismo no medievo e o *Terrarum Orbis*, representação cartográfica do mundo conhecido até o século XVI, que dividia a Terra em três zonas vinculadas aos três filhos de Noé, ambos de Santo Isidoro de Sevilla (560-636). Tenta-se entender como a geografia, a linguística e a teologia medievais foram instrumentalizadas para fundamentar a escravidão dos povos africanos.

Palavras-chave: memória, negros, Cam, escravidão, Isidoro de Sevilla

Abstract: In this study, we analyze the contexts of the coupling between the black skin color and the slave condition, and how, from the etymology of the name Cam em the myth of the curse on this Noah's son, the medieval exegetes of the Catholic Church had built the slavehold justifications of the African black people. The sources that were selected for this analysis are the *Etimologiae*, which is the most widely used encyclopedia in medieval Catholicism, and the *Terrarum Orbis*, the cartographic representation of the known world until the 16th century, which divided the earth into three zones, connected to the three sons of Noah. Both works are authored by Saint Isidoro of Seville (560-636). We try to understand how the medieval's geography, linguistics and theology were instrumentalized to justify the slavery of the African people.

Keywords: memory, black people, Cam, slavery, Isidoro of Seville.

Recebido em 13/11/2019 e aceito em 20/12/2019.

1. Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. naraivo@gmail.com.

2. Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade. Professor da Rede Pública de Ensino. domini_jr@hotmail.com.

Introdução

Analisa-se alguns contextos sócio-histórico-discursivos que desencadeou o atrelamento memorial entre a cor da pele negra à escravidão. Tratamos aqui do discurso cristão das Monarquias Católicas, em seus processos de conquistas, para justificar a escravidão dos africanos negros. A literatura apontou para a justificativa científico-religiosa medieval, cujo argumento linguístico-religioso vem acrescentar importantes reflexões a esta análise. Objetiva-se entender como o simbolismo mágico-religioso do imaginário judaico-cristão inseriu-se como uma das justificativas para a escravidão, e de que maneira essa memória, criada e propagada ao longo dos séculos, culminou em pressupostos da pseudo inferioridade dos povos africanos em relação aos demais.

1. A Escravidão, o Islã e a Cristandade

No decorrer da História, a escravidão surgiu com uma das práticas contumazes do gênero humano. A maioria dos povos procurou escravos sempre que possível, usando, na maioria dos casos, a violência, seja pela guerra, pelo saque ou pelo sequestro. Impérios como o egípcio, o assírio, o babilônico, o grego, o romano e o califado muçulmano tiveram essa prática institucionalizada. Em terras africanas, as guerras e as religiões viabilizavam a produção contínua de cativos e, no decorrer dos processos históricos, em distintos tempos, tal movimento criava ou, simplesmente, acentuava relações desiguais de poder entre os africanos, seja pela diferenciação social entre as etnias ou no interior dos próprios grupos, aldeias, cidades-estados ou reinos. A guerra, uma das fundadoras da condição escrava, estava tanto na gênese do movimento que viabilizava o atendimento da demanda por

braços, quanto no cerne da diferenciação social e da expansão do fenômeno estatal na África, conforme se percebe no relato a seguir:

Carregando o dito rei de Angola o navio de escravos e marfim ou metais, parecem-nos que não deveis passar ainda, e que deveis regressar com a dita carga e dar conta do que achais. E se o dito navio puder trazer mais escravos daqueles que o dito Rei nos enviar, até a ilha trareis aqueles que mais couberem no navio, e isso será quando houver mercadoria nossa para resgatar por eles, e deles nos pagaram o meio os que os trouxeram (ALBUQUERQUE, 1989a, p. 25).

Esta narrativa refere-se à África Centro-Occidental, num dos primeiros momentos da colonização portuguesa em terras angolanas. O contato dos portugueses com os africanos pela conquista e monopólio comercial abrangeu um espaço de tempo que se inicia no século XV e se estende até os finais do século XVI. Este momento da presença portuguesa em Angola, do contato e da conquista, seguida da administração comercial em regime de estrito monopólio, concedido por contratos de jurisdição fiscal independentes, pelos quais os arrendatários pagavam ao Estado grossas rendas, é bastante significativo para as novas relações construídas *a posteriori*. Neste contexto, cinco espécies de fontes foram essenciais para compreensão daqueles contextos históricos: os documentos escritos, as tradições orais, as fontes arqueológicas, as provas linguísticas e os dados da antropologia cultural (ALBUQUERQUE, 1989b, p. 6). Os estudiosos indicam grande incidência de escravos entre as populações das maiores sociedades estatais africanas. Era a violência que, ao transformar o homem em escravo, permitia às elites das sociedades captoras acumularem-se de uma das maiores riquezas disponíveis para comércio: os homens (FLORENTINO, 2009, p. 69-119).

A historiografia brasileira há muito tem se preocupado em entender o caleidoscópio de povos e formações sociais africanas em suas historicidades.

Desde Nina Rodrigues (1982), Artur Ramos (1984) e Roger Bastide (1989) às recentes pesquisas de Costa e Silva (2002, 2006) e João José Reis (1985), os pesquisadores brasileiros, ao construir trajetórias de africanos durante a escravidão na América, têm registrado a acentuada marca indelével do Islã no Novo Mundo. Sabe-se que, ao falar das tradições religiosas, deve-se ter em mente que a criação de etnicidades coloniais nem sempre se relacionam com os grupos étnicos da África (SANTOS, 2013, p. 11-28) mas no momento, interessa-nos saber como a escravidão se relaciona com os seguidores do Islã.

A escravidão entre os árabes preexiste tanto à ascensão de Maomé como profeta, quanto à propagação do islamismo como religião e padrão civilizatório. A partir da conversão dos árabes ao islã, ampliou-se a prática escravagista entre estes povos, instituída, também, pelo método que era comum nas sociedades antigas: os derrotados nas disputas bélicas eram tomados como escravos. Aos poucos, a escravidão passou a ser justificada pelos fundamentos do islamismo. Por não partilharem da crença muçulmana, e sendo considerados idólatras ou infiéis, cristãos, caucasianos, francos, negros da região subsaariana da África e diversos outros povos eram feitos de escravos.

Aqueles considerados incréus eram apresentados, nas tradições e no livro sagrado do Islã, como sub-humanos, contra os quais se recomendava fazer incessantemente a guerra santa. Critério semelhante foi empregado pelos reis cristãos para justificar a escravização dos povos infiéis e a guerra justa contra os índios americanos. A partir de então a escravidão que, historicamente, se fundamentou pela conquista bélica, pela cobrança jurídica de dívidas ou pela herança genética, passou a se praticar também pelo rapto de seres humanos em suas próprias terras. A *jihad* contribuía, assim, para purificar o mundo, eliminando fisicamente o infiel ou arrancando-lhe, pela

escravidão, a existência legal e moral. A *jihad* teve por efeito a disseminação do cativeiro, com frequência vitimando pessoas que imaginavam que a submissão ao Islã poderia protegê-las (LOVEJOY, 2000, p. 11-44).

O aumento da escravidão do negro foi acompanhado de uma compreensão político-religiosa que concebia a justiça do cativeiro como corretiva para ações de infieis, pagãos ou idólatras. No entanto, a escravidão, também, expandiu-se em áreas isentas de influências islâmicas como, por exemplo, a África Centro-Occidental (Congo e Angola) e em outras regiões que os limites de um artigo impede detalhar.

O Alcorão não justifica nem condena a escravidão mas tem-na como natural e, se dela fala em algumas passagens, é para recomendá-la como obra pia, reparadora ou expiatória. Maomé, ele próprio dono de escravos, teria advertido: “se gostas de um escravo, mantém-no em tua posse; se não, vende-o. Mas, não causes sofrimento a uma criatura de Deus. Assim como o Todo-Poderoso dispôs que fosses dono do escravo, poderia ter feito deste o teu senhor” (SILVA, 2011, p. 28-29).

Na África, a populações de negros traziam ouro e escravos para vender aos europeus. Destes, uma parte era formada pelos aprisionados na guerra, enquanto a outra se constituía pelos próprios filhos que os pais conduziam para o mesmo fim, parecendo-lhes que faziam o maior benefício do mundo em mandá-los, por estes meios, habitar em outros países mais abundantes (ALBUQUERQUE, 1989b, p. 17). Pode-se considerar que os agrupamentos que envolviam as populações de negros abrigavam, também, uma misturas de pessoas de outras tonalidades de cor da pele, até mesmo brancos, nascidos em África, se tornariam escravos, conforme a historiografia tem registrado.³

3. A diversidade acerca da cor da pele dos povos nascido na África tem sido destacado por vários historiadores, dentre os quais, podemos citar: Sandoval, Alonso de. *Um tratado sobre*

Para o Brasil, demarca-se os anos de 1990 como início de uma nova perspectiva historiográfica sobre a história da escravidão e das mestiçagens. Especialistas de diferentes instituições retomaram novas perspectivas de análise das fontes e, revisando conceitos, construíram novas abordagens conectadas com as pesquisas realizadas na América Latina, na França e na Espanha. Assim, em fins do século XX, inicia-se um movimento incessante de estudos⁴ que busca entender as dinâmicas da escravidão e das mestiçagens produzidas nos ambientes de encontros entre os povos africanos, asiáticos, europeus e americanos.⁵

la esclavitud, Alianza Editorial, 1987; Lara, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007; Hampâté Bâ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Casa das Áfricas, 2003; Henderson, John. *The Medieval World of Isidore of Seville: Truth from Words*. Cambridge University Press, 2007; Ivo, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Vitória da Conquista, Edições Uesb, 2012.

4. Dentre os principais estudos desta perspectiva, ver: GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização ibérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EDUSP, 2014, SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Asia 1500-1700. A Political and Economic History*. London, Longman, 1993; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes Towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia*. In: LIEBERMAN, Victor (ed.). *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to C. 1830*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1997, pp. 289-315.

5. Para o Brasil, pode-se identificar como pioneiro o trabalho de CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Podemos também considerar: SOARES, Mariza Carvalho de. *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Ainda na primeira década do ano 2000: PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira (Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume, 2008; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo, Trabalho, família, aliança e mobilidade social. (Porto Feliz, São Paulo c. 1798-c.1850)*. Rio de Janeiro: Maud X, Faperj, 2008; PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton César (Org.). *Escravidão e mestiçagens: populações e identidades culturais*. Belo Horizonte: PPGH-UFMG; São Paulo: Annablume; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010; IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França (Org.). *Dinâmicas de mestiçagens no mundo moderno: sociedades, culturas e trabalho*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016; IVO, Isnara Pereira; PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, M. (Org.). *Religiões e religiosidades, escravidão e mestiçagens*. São Paulo: Intermeios; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016; DEMÉTRIO, Denise; SANTIROCCHI, Ítalo; GUEDES, Roberto. *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos*. (Brasil e Angola – séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Mauad X, 2017; SOARES,

Pesquisas tem mostrado que, em algumas comunidades, havia o hábito de se desvencilhar das cabeças problemáticas da aldeia, isto é, daqueles que infringiam as leis da comunidade roubando, ou cometendo adultério; eram também vendidas as crianças, consideradas como bocas inúteis e difíceis de alimentar em período de crise, os endividados, os vencidos em guerras e os filhos de mães diferentes da do herdeiro, quando da morte do pai (GURAN, 2002, p. 49). Assim, o funcionamento da escravidão também dependia de três tipos de agentes socioeconômicos: [...] os mercadores nativos sediados nos portos; os régulos interioranos, que proviam os primeiros com os escravos apresados; e os pequenos comerciantes nativos, que faziam a intermediação entre os dois primeiros agentes (FLORENTINO, 2009, p. 80).

A partir das primeiras expedições na costa africana, quando da ocupação de Ceuta em 1415, os portugueses já negociavam com as populações locais e sequestravam pessoas que chegavam às praias, levando-as aos navios para serem vendidas como escravas (LEITE, 2009). Uma das justificativas era que, por serem estes povos infiéis, seguidores de Maomé,

Marcio de S. *A remissão do cativo. A dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009; GARRIDO GARCÍA, Carlos Javier. *La esclavitud en el Reino de Granada en el último tercio del siglo XVI: el caso de Guadix y su tierra*. Tesis doctoral presentada en la Universidad de Granada, 2011; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. & FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F. La cuantificación de la población esclava en la Andalucía moderna. *Varia História*, UFMG, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 1-30, 2015; IZQUIERDO LABRADO, Julio. *La esclavitud en la Baja Andalucía (I). Su proyección atlántico-africana (Huelva, Palos y Moguer, Siglos XV-XVIII)*. Huelva: Diputación de Huelva, 2004; MORGADO GARCÍA, Arturo. *Una metrópli esclavista. El Cádiz de la modernidad*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2013; PARRILLA ORTIZ, Pedro. *La esclavitud en Cádiz durante el siglo XVIII*. Cádiz: Diputación de Cádiz, 2001; VILA VILAR, Enriqueta y LACUEVA MUNOZ, Jaime J. (coords.) *Mirando las dos orillas: intercambios mercantiles, sociales y culturales entre Andalucía y América*. Sevilla: Fundación Buenas Letras, 2012; ÁLVARO RUBIO, Joaquín. *La esclavitud en Barcarrota y Salvaleón en el período moderno (siglos XVI-XVIII)*. Badajoz: Diputación de Badajoz, 2005; ARES QUEIJA, Berta & STELLA, Alessandro. (coords.) *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 2000; BERNAND, Carmen. *Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas*. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2001.

eram, portanto, considerados inimigos, podendo ser capturados como escravos. Para o pensamento cristão, aqueles que viviam na África, ao se converterem ao cristianismo, mesmo na condição escrava, teriam a chance de salvar suas almas na vida além desta (SOUZA, 2014, p. 47-51).

Antes das expansões Ibéricas, para algumas sociedades, a noção de escravo ainda não possuía vínculos com a cor da pele dos cativos. Tem-se como hipótese que, em terras da cristandade, a religião instituiu a cor da pele como sendo uma das justificativas que serviram de lastro para a escravidão, não obstante, sabe-se de registros sobre a escravidão de pessoas não negras em várias partes das possessões ibéricas. Africanos não negros, índios e os demais tipos mestiçados de pele não negra, também, foram tornados escravos em circunstâncias variadas. De outro modo, em terras americanas, verifica-se que os níveis de mobilidade social alcançados por negros e mestiços libertos, ou mesmo livres, indicam um relativo “apagamento” da cor da pele. Igualmente para o período pós abolição, no Brasil, aqueles considerados por seus pares como mulatos ou pardos, adquirem o distanciamento do passado cativo por conjunturas de mobilidade favoráveis à ascensão social.⁶

Nos fundamentos cristãos, encontra-se uma série de explicações que são a expressão da base teológica para a escravidão. Juan de Torquemada,⁷ em

6. Exemplos podem ser vistos em nota de rodapé de número cinco, sobre a recente historiografia da escravidão e das mestiçagens.

7. Juan de Torquemada, O. P. (1388- 1468) ou Johannes de Turrecremata, foi um cardeal espanhol eleito o primeiro prior do Convento de Valladolid e mais tarde exerceu igual cargo em Toledo. Participou do Concílio de Constança (finalizado em 1417, quando o papado definiu-se em Roma) e do Concílio de Basileia (1431-1449). Além de ensinar na Universidade de Paris, foi nomeado Cardeal, em 1439, tornado membro do Concílio de Florença e encarregado de várias missões à Alemanha e à França. Intelectual de grande importância e poder na implementação das políticas papais. Ver também: Nina Rodrigues, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional, Brasília, Editora da UNB, 1982. (1ª edição em 1906), p. 196.

Monarquia Indiana, trata o assunto com base em fontes antigas e medievais, concluindo que a única ideia que lhe parecia precisa para determinar a origem das cores das peles das pessoas é o desejo de Deus, mostrando suas maravilhas na variedade delas, como nas flores do campo. Torquemada acreditava que a cor negra surgiu como resultado da maldição que Noé lançou sobre seu filho, Cam. Nas ideias apresentadas por Torquemada, encontramos as duas teorias que serão mantidas na literatura, nas crônicas e nas obras de História política: por um lado, aquelas que aludem ao clima e, por outro, as que fazem referência à maldição de Noé. Atrelando a cor da pele dos negros à cosmovisão cristã sobre o mal, o pensamento cristão construiu e justificou a escravidão dos povos africanos. Arraigado na interpretação dos seus analistas bíblicos, sobretudo em Santo Isidoro de Sevilla, o catolicismo medieval fundamentou sua sistematização discursiva.

No entanto, constata-se, a partir das fontes coevas e da historiografia, que não há consenso acerca de que a noção de brancos livres e negros escravos se aplica à América portuguesa, nem às terras de Espanha no Novo Mundo, durante o século XVIII. Também se verificou ser muito difícil considerar que a cristandade colonial se submetia, sem restrições, releituras ou rejeições às práticas cristãs de rito romano, tão insistentemente disseminadas nos processos de dilatação da fé e dos interesses ibéricos em suas possessões. Igualmente, na América espanhola, a cor negra dava aos escravos uma visibilidade que não tinham os demais grupos, e constituiu uma marca indelével da condição servil” (IVO, 2012, p. 253).

2. Santo Isidoro de Sevilla, os cristãos e a escravidão

A construção discursiva de justificação da escravidão africana, tem em Santo Isidoro de Sevilla, um dos maiores expoentes, talvez o mais notá-

vel e mais influente dentre os analistas bíblicos de seu tempo. Foi o primeiro autor cristão a tentar compilar uma síntese do conhecimento universal. Seu *Etymologiae* foi o primeiro epítome do tipo cristão e era composto por 448 capítulos seccionados em 20 volumes. Esta obra deu novas probabilidades discursivas no medievo e o resultado se mostraria muito proveitoso, nos séculos seguintes. *Etymologiae* era o compêndio mais popular nas bibliotecas medievais e teve, pelo menos, dez edições entre 1470 e 1530. Pode-se compreender o interesse pelos escritos de Isidoro pelos contextos das conquistas dos séculos XV e XVI direcionadas à África e à América, principalmente.

A *Etymologiae* é um tipo de enciclopédia muitíssimo utilizada ao longo de todo estes momentos. Outros exegetas, como Tomás de Aquino, fazem clara alusão a esta obra. Ao se examinar uma questão qualquer, investigavam-se a etimologia das principais palavras envolvidas na discussão e, inspirados em Santo Isidoro, o faziam por basear-se na convicção de que a denominação da palavra podia conter em si informações sobre a própria realidade referida. Esta foi a visão amplamente difundida com referência aos negros africanos. Santo Isidoro afirmava, no livro IX intitulado Das etimologias ou das origens das línguas, pessoas, reino, milítica, cidadãos e afinidades: “a maioria dos primeiros homens tem a origem de seus nomes em suas próprias causas. Então, profeticamente, esses nomes foram colocados, que a eles cabem perfeitamente as suas razões no futuro ou no presente” (SEVILLA, 2004, p. 17).

Ao analisar a linguagem do século XVI, Foucault (1999, p. 46-48) sustenta que esta não é um conjunto de signos independentes em que as coisas viriam refletir-se como num espelho para enunciar sua verdade singular. É antes opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, fragmentada e enigmática, que se mistura aqui e ali com as figuras do mundo e se imbrica com elas, formando uma rede, em que cada uma pode desempenhar o

papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação. A linguagem seiscentista equivale ao signo das coisas na qual os discursos são construídos à imagem dos que os enunciam.

A linguagem não é um sistema arbitrário. Está depositada no mundo e dele faz parte. As palavras se propõem, aos homens daquele século, como coisas a decifrar. Entre as marcas e as palavras, não difere a observação da autoridade aceita ou o verificável da tradição. Por toda a parte há somente o jogo do signo e do similar. É por isso que a natureza e a palavra podem se entrecruzar, formando, para quem sabe ler, como que um grande texto único. Logo, a linguagem faz parte da grande distribuição das similitudes e das assinalações seiscentistas. Seus elementos têm suas leis de afinidade e de conveniência. Está a meio caminho entre as figuras visíveis e as conveniências secretas dos discursos (FOUCAULT, 1999, p. 48).

A partir do silogismo retórico e do discurso conceptista, que eram a base para a construção dos sermões bíblicos no medievo, em trechos como a citação do capítulo IX de *Etymologiae*, contém no próprio nome, *Ham* (Cam), a justificativa teológica na qual se respaldava a escravidão dos africanos negros. *Etymologiae*, neste âmbito, é mais do que um livro sobre a linguagem: expressa toda uma visão do mundo da época. É sob a perspectiva etimológica isidoriana que lançamos luz para encontrar as raízes que fundamentaram a vinculação dos habitantes negros de África a Cam, filho amaldiçoado de Noé. O discurso dos exegetas baseava-se principalmente na etimologia hebraica dos nomes dos filhos de Noé, na localização geográfica em que habitavam os descendentes de Cam e na associação do povo de pele negra ao mal do imaginário judaico-cristão. Ideias presentes no imaginário cristão, expressam-se nos relatos sobre a conquista, a exemplo da Crónica do descobrimento e conquista da Guiné, escrita em 1448, por Gomes Eanes de Azurara:

e aqui haveis de notar que estes negros posto que sejam Mouros como os outros, são porém servos daqueles por antigo costume, o qual creio que por causa da maldição, que depois do dilúvio lançou Noé sobre seu filho Cam, pela qual o maldisse, que a sua geração fosse sujeita a todas as outras gerações do mundo, da qual estes descendem (AZURARA, s/d, p. 79).

A classificação feita por Azurara sobre os negros que tem contato, os hierarquizava pelo critério religioso: os africanos destinados, naturalmente, à escravidão pelos demais.

Também descrevendo *de la naturaliza de Los Etiopes, que comunmente llamamos negros*, o jesuíta sevilhano Alonso de Sandoval revela em seus *Tratado sobre la esclavitud* a concepção teológica cristã do seu tempo expressa em suas palavras e fundamentada na *Etymologiae*: “*Que por aver maldecido Noe a su hijo Cham por la desvergüenza que uso con el, tratandole com tan poca reverencia, perdio la nobleza y aun la libertad costandole quedar por esclavo el y toda su generación*” (SANDOVAL, 1987, p. 71).

Isidoro, apesar de ter seu nome associado a Sevilha, onde serviu como bispo e Arcebispo por três décadas, nasceu em Cartagena, na Espanha, em meados do século VI. Viveu durante um período de transformações, no qual se buscava a unidade religiosa, política, legal, administrativa e identitária do reino visigótico. Tal ambiente fomentou a edificação de seus ideais. Herdou, por volta dos quarenta anos de idade, o cargo de bispo de Sevilha de seu irmão mais velho, Leandro de Sevilha. Alçou-se à condição de tutor dos monarcas visigodos, chegando à condição de conselheiro real. Em razão de sua influência política e de sua riqueza intelectual e episcopal, exerceu uma preeminência sobre o reino visigodo e seus príncipes (FONTAINE, 2002, p. 99). Seu papel na política teve relevante importância, chegando a presidir o II Concílio de Sevilha em 619 e o IV Concílio de Toledo, em 633. Exerceu singular influência na Igreja ibérica neste período, foi conhecedor

dos escritos clássicos, contribuiu para a compreensão dos grandes textos antigos, bíblicos e litúrgicos, igualmente, auxiliou na interpretação das fontes consideradas sagradas, corroborando para a transmissão de uma espécie de depósito cultural indiviso. Suas obras mais conhecidas são a História e o Livro das Sentenças e a *Etymologiae* (ORLANDIS, 1988. p. 103 e 113). Esta última foi a obra que tornou Isidoro mais conhecido, não só no seu tempo, mas em todo o momento posterior.

Segundo Jacques Fontaine, há três fases para a investigação etimológica isidoriana: a busca da origem de uma palavra, o acesso livre ao valor essencial dessa palavra e, por último, no melhor dos casos, ao conhecimento da realidade designada por essa palavra. A interpretação etimológica pode conduzir, portanto, a um conhecimento no solo do léxico, que não seria mais do que o sentido da palavra, propriamente metafísico, posto que nos permitiria apreender, na sua essência, qualquer coisa. Existiria, a partir deste pressuposto, uma correspondência exata entre qualquer coisa e a origem da palavra que a designa (FONTAINE, 2002, p. 199).

Por exemplo, a palavra “mundo” – em latim *mundus* – originária de *motus*, segundo São Isidoro de Sevilla, por causa do eterno movimento dos astros, do ar, dos mares e do céu. Em grego, *cosmos*, a palavra se relaciona, intimamente, a cosmético, ornamento, devido à natureza bela do mundo, que é composto por céu, terra, mar e lugares onde vivem as diferentes seres criados por Deus (SEVILLA, 2004, Livro III). Os oceanos circundam a terra que é formada por partes. No livro XIV do *Etymologiae*, Isidoro permite compreender que a palavra terra, empregada no singular, significa todos o globo terrestre e, no plural, terras, refere-se às distintas partes que compõe o globo como um todo. *Orbe* divide-se em três partes, ou seja, o mundo está dividido em forma de T, como demonstraremos a seguir: Uma parte é formada pela Ásia que ocupa metade das terras do mundo, a outra

parte ele divide em duas que, juntas, formam a outra metade do globo que abrigam a Europa e a África.

2.1 A base do argumento: a escravidão e os descendentes camitas

Em carta de doação da capitania de Angola, passada por D. Sebastião a Paulo Dias de Novais, em 6 de setembro de 1571, encontramos a justificativa religiosa como o foco central para o verdadeiro pano de fundo que era a ampliação político-econômica do reino português.

D. Sebastião, aos que esta minha carta virem faço saber que, vendo e considerando eu o quanto concorreu o serviço de Nosso Senhor e também ao meu mandar sujeitar e conquistar o reino de Angola, assim para se nele haver se celebrar o culto e ofícios divinos e acrescentar a nossa fé católica a promulgar o Santo Evangelho como pelo muito proveito que se seguirá a meus reinos e senhorios e aos naturais deles [...] conforme as bulas apostólicas concedidas dos reis destes reinos meus antecessores, tinha a obrigação de o fazer assim e encarreguei disso a Paulo Dias de Novais (ALBUQUERQUE, 1989a, p. 69).

É nesse espírito que, pelo beneplácito das bulas papais, os reis portugueses ancoravam na fé suas justificativas de expansão político-territorial que, pouco tempo depois compunham o conjunto retórico sufocado pelo desejo de conquista e expansão econômicas. Neste contexto, Deus tornou-se a razão para as empreitas além-mar, e o Cristo as inspirava e justificava. No Brasil, após a proibição da escravidão dos índios, chamados de negros da terra (MONTEIRO, 1994), em meados do século XVIII, a escravidão dos africanos foi tomada como necessária ao desenvolvimento

da Colônia.⁸ Os primeiros argumentos para a submissão de outros povos pelas dinastias cristãs vieram por meio da Bula Papal *Dum Diversas* (1452). Com isto, legitimava-se a escravidão dos infiéis, a conquista e a vassalagem com o objetivo de conversão ao cristianismo:

Outorgamos através de nossa autoridade apostólica permissão plena e livre para invadir, buscar e subjugar sarracenos, pagãos e outros incrédulos infiéis inimigos de Cristo, onde quer que se encontrem, assim como seus reinos, ducados, condados, principados e outros bens e para reduzir suas pessoas à escravidão eterna (ASSUNÇÃO, 2004, p. 94).

No que concerne aos africanos, segundo a lógica cristã, teriam possibilidade de viver em melhores condições, como escravos na América, do que, na África, feito bárbaros (ALENCASTRO, 2000, p. 54.). As justificativas para a escravidão foram retiradas das próprias Escrituras judaico-cristãs, que fazem inúmeras referências aos braços cativos.⁹ Contudo, apenas referências telescópicas nas passagens bíblicas não seriam o suficiente para embasar uma teoria de supremacia religiosa cristã. Fazia-se necessária uma melhor elaboração discursiva. Buscando este fim, alguns trechos bíblicos foram utilizados para fundamentar o discurso de superioridade europeia cristã sobre os africanos e demais povos não-cristãos.

A Bíblia narra, no livro do Gênesis (MACARTHUR, 2010, Gênesis, Cap 9, Vers. 20-25), que Noé plantou uma vinha. Ao beber o vinho, embriagou-se e se pôs nu dentro de sua tenda. Cam, pai de Canaã, vendo

8. Contexto que não implica considerar que a escravidão indígena fora totalmente abolida na América portuguesa.

9. Partiu Abrão, como lhe ordenara o Senhor, e Ló com ele. Levou sua mulher Sarai, seu sobrinho Ló, todos os bens que havia acumulado e seus escravos que haviam sido comprados em Harã; partiram para a terra de Canaã e lá chegaram (Gn. 12: 4-5), ver: Macarthur, John. *Bíblia de Estudo Macarthur*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Barueri, SP. Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.

a nudez do pai, contou a seus dois irmãos. Então, Sem e Jafé tomaram uma capa, puseram-na sobre os próprios ombros de ambos e, andando de costas, rostos desviados, cobriram a nudez do pai, sem que a vissem. Noé, ao acordar do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos.

Esta narrativa bíblica foi uma das principais bases de argumentação da cristandade, nas conquistas coloniais, para justificar a escravidão dos não-cristãos africanos e índios americanos.¹⁰ De acordo com tal argumentação, os negros, habitantes da África, seriam descendentes de Cam, o filho amaldiçoado de Noé e, por conseguinte, a sua escravização era algo autorizado por Deus. A maldição lançada por Noé ao seu filho Cam havia recaído sobre os negros africanos que, sendo seus descendentes, estariam destinados à escravidão. Tal argumentação fundamentava-se em documentos muito anteriores ao século XVI. Em *Topografia Cristiana*, por exemplo, escrita por volta de 550, o monge Cosmas Indicopleustes¹¹ afirmava que a terra teria sido povoada pelos filhos de Noé, segundo a tabela das nações descrita no Gênesis:

Os três filhos de Noé dividiram a terra entre eles. Shem e sua posteridade obtiveram as regiões que se estendem da Ásia até as partes orientais do oceano. Ham e sua posteridade as regiões de Gadeira no oeste do oceano da Etiópia, chamado Barbaria, além do Golfo Árabe. Japhet e sua posteridade: as regiões que se estendem de Media e Scytia no norte distante,

10. Não é nosso objetivo aqui analisar os processos de escravidão vivenciados pelos judeus e mouros nos contextos das guerras religiosas que envolveram judeus, cristãos e muçulmanos.

11. Cosme Indicopleustes (literalmente «o que viajou para a Índia»), foi um mercador grego, de ideias pouco influentes em seu meio, que depois tornou-se monge. Viajou pelo mundo, principalmente pela Índia durante o reinado de Justiniano (527-565). Sua *Topografia Cristiniana* abriga um dos mapas-mundi mais antigos. Acredita ser a terra plana e modelada em forma de tabernáculo, o templo descrito a Moisés por Deus durante a libertação da escravidão no Egito.

até o oceano ocidental e as partes fora de Gadeira, de acordo com o que está escrito em Gênesis por Moisés inspirado, que, ao descrever a divisão da Terra fala sobre estes três (WINSTEDT, 1909. Book 2. p. 23-90).

Desta forma, no século XVI já estava bem estabelecida a vinculação da África a Cam. Portanto, a filiação dos africanos negros a Cam teve notoriedade nos manuais religiosos cristãos, abrindo um campo muito fértil para a justificativa religiosa de escravização das populações do continente africano, consideradas, em sua maioria, como de cor de pele negra.

2.2 O argumento geográfico: África

Nos livros XIII (Acerca del mundo y sus partes) e XIV (acerca de la tierra y sus partes) da *Etimologiae*, Isidoro de Sevilla (2004, p. 957-1045) expõe as características das partes que compõem o globo, o *cosmos*, o *orbe*. Formado por três partes, o mundo tem sua maior parte representada pela Ásia, conhecida pelos antigos como *locus* do Império do Leste que fora fundado por uma mulher no mais longínquo Oriente. A Leste deste império estaria somente a nascente do sol; ao Sul, o oceano; a Oeste, o mar Mediterrâneo; e a Norte, o lago Mareotis¹² e rio Tanais¹³. Dentre as grandes províncias da Ásia estão Paraíso, Índia e Egito. Para Isidoro de Sevilla a palavra *Paradisus*, em latim, significava a palavra grega que indicaria jardim, assim, associava a província asiática ao Éden, jardim das delícias – *hortum deliciarum*. No jardim, o clima é sempre ameno, nunca quente demais ou

12. Lago de água salgada, localizado ao Norte do Egito, próximo ao rio Nilo.

13. Um dos maiores rios da Rússia, chamado assim pelos gregos antigos, por atravessar a cidade de mesmo nome.

frio demais e o ar é sempre temperado. Nele paraíso, localizam-se os quatro grandes rios, já relatados no livro sagrado: Giom, Pisom, Tigre e Eufrates. Isidoro identifica o Giom como o rio Nilo, no Egito, e o Pisom como o rio Ganges, na Índia (SEVILLA, 2004, Livro III). Nesta província, Isidoro informa que ela produz homens de cor: alusão clara ao hindus que dividiam o espaço com os arianos.

A origem da Europa é explicada pela filha de Agenor, rei da Líbia, que, de acordo com o mito foi capturada por Júpiter e levada para a Ilha de Creta. O limite oriental desta parte do mundo, segundo Isidoro, é o rio Tanais, também chamado rio Don, localizado já em terras da Rússia. A Norte e Oeste localiza-se o Oceano e, ao Sul, o mar Mediterrâneo. A Sudeste o contorno da Europa se define pelo Mar Negro. Assim como o faz com a Ásia e a África, o bispo sevilhano descreve as províncias, os lugares (*loca*) que compõem a parte deste orbe, assim como descreve as riquezas minerais e naturais.

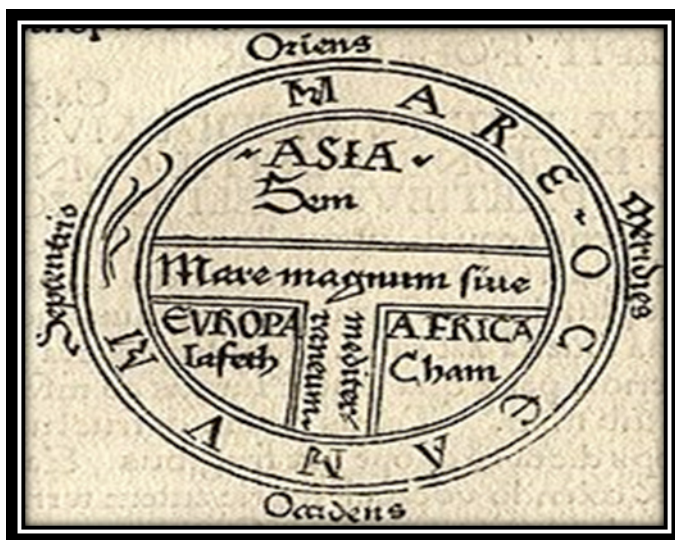
A África, espaço que mais nos importa para a análise que desenvolvemos aqui, é tratada no livro XIV, parte V, e denominada Líbia (SEVILLA, 2004, Livro XIV). O termo/palavra Líbia pode originar-se ou derivar do vento *Libs* (vento quente, austral) ou do nome Líbia, filha de Épafo e Cassiopeia e neta de Júpiter, na mitologia greco-romana. Outra possível origem da palavra África pode ser atribuída ao latim *aprica* que significa exposto ao sol, ou ainda, ser explicada pela palavra After, descendentes de Abraão (SEVILLA, 2004, Livro XIV). A Líbia de Santo Isidoro de Sevilla é formada por nove províncias. As que mais nos interessam são aquelas às quais ele descreve seus habitantes.

Ao descrever a Mauritània, Isidoro justifica que esta nomenclatura origina-se da cor das gentes que ali vivem, pois os gregos utilizam o termo *maûron* para se referirem aos negros, da mesma forma que o nome Gália

deve-se ao fato de seus moradores terem a pele branca. Para ele, também a Etiópia tem este nome pelo fato de seus habitantes terem a pele escura e têm esta natureza devido ao calor do sol. Nesta província o verão é contínuo devido à sua posição geográfica.

O livro dos salmos faz referência ao Egito como a terra de Cam.¹⁴ As cartografias do período passariam a representar esta cosmovisão judaico-cristã. Os mapas-múndi, denominados T. O. (*Terrarum Orbis*) (Figura 1), produzidos entre os séculos VIII e XIII, equivalentes geográficos das crônicas universais, baseavam-se na obra de Santo Isidoro e ilustravam o que seria a revelação bíblica ao propor, em seu interior, a imagem cristocêntrica da terra: Jerusalém como *axis mundi*. O orbe terrestre, como observado no mapa a seguir, demonstra as três porções do ecúmeno, dispostas em forma de T, cada uma delas associada aos herdeiros de Noé: Sem, Cam e Jafé. Santo Isidoro de Sevilla, na obra *Etimologiae*, concebeu o mapa abaixo como a representação simbólica do mundo, tal como se concebia na Idade Média.

14. Feriu (O Senhor) todos os primogênitos do Egito nas tendas de Cam; Então Israel entrou no Egito, e Jacó peregrinou na terra de Cam; E (O Senhor) lhes enviou a Moises, seu servo e Arão, a quem escolhera, por meio dos quais fez seus sinais e maravilhas na terra de Cam; Esqueceram-se de Deus, seu Salvador, que no Egito, fizera coisas portentosas, maravilhas na terra de Cam, tremendos feitos no mar vermelho. Macarthur, *Bíblia*, Salmos, Cap. 78, Vers 51, Cap. 105, Vers 23, Cap. 105, Vers 26-27, Cap. 106, Vers. 21-22.

Figura 1 - *Terrarum Orbis*

Fonte:

Henderson, John. *The Medieval World of Isidore of Seville: Truth from Words*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007

Assim, as terras conhecidas, representadas pelas musas Ásia, Europa e África ficavam distribuídas em forma de “T” e cercadas pelos três mares (Mediterrâneo, Helesponto e o *Mare Indicum*). O paraíso terrestre estava sempre ao norte e no topo; Jerusalém (cidade sagrada) ficava no centro e os continentes, associados aos herdeiros de Noé. A Ásia era habitada pelos descendentes de Sem, a Europa, pelos descendentes de Jafé e a África, pelos descendentes de Cam. Esta configuração procurava dar conta da totalidade do espaço e do tempo concedidos ao homem pelo Criador. O “T” evocava a cruz, remetendo a Cristo – epicentro da salvação.

Nessas representações cartográficas, parte do continente africano era inserida na chamada zona tórrida, confundindo-se com a *Terra Incognitae* da

cartografia antiga cristã (CLARO, 2012. p. 82). Desta forma, a cosmologia judaico-cristã, somada à cartografia da Antiguidade, acabou por dar contornos retóricos à visão segundo a qual o continente africano e seus descendentes estariam relegados às regiões inóspitas da terra, por maldição divina.

Às três musas – Europa, Ásia e África – o jesuíta Alonso de Sandoval acrescenta a América e subdivide a África em *Etiopia Occidental*, o interior e *Ethiopia Oriental*, o sobre Egipto. Concebe a América composta por três partes, a *Mexicana*, *Peruana* e *Maggalanica*. Concebe os habitantes da parte Peruana como *naciones de negros tan incultas y remotas, que no han venido a nuestra noticia* (SANDOVAL, 1987, p. 99). Em Cartagena, dá notícias de maioria de negros, ainda que ali se encontram pessoas brancas.

Ao descrever a Ásia, Sandoval recorre aos escritos de Heródoto e também aos relatos bíblicos para descrever a natureza e as pessoas. Para as Molucas e Filipinas, descreve seus habitantes como negros e índios. A Ásia, para ele é “*en ella nuestro Padre Adam criado, y posto em el Paraíso terreal; y salvo el gênero humano del Diluvio universal por la Arca de Noe, y redemido por Christo nuestro Salvador e las historias del testamento viejo, y mucha parte de las del nuevo sucedieron em suas tierras*” (SANDOVAL, 1987, p. 63).

Diferentemente como vê a Ásia, concebe a Europa como cabeça da Cristandade por abrigar Roma, magnânima por ser herdeira dos domínios das grandes monarquias gregas e romanas, terras de nobres hábeis para o exercício da política: “*es l ameno de las quatro partes del mundo: pero la mayor em nobleza, virtude, gravedad, magnificência y cantidad de gente politica*” (SANDOVAL, 1987, p. 63).

O continente africano é explicado como resultante de quatro nações que foram naturais do lugar e habitam a parte Norte, além de fenícios e gregos que também instalaram-se por ali. Os etíopes habitam a parte Sul

que é descrita com uma pluralidade de costumes e formas de organização política e social. De igual modo, descreve a Etiópia Ocidental, considerada por ele como a parte interiorana cuja diversidade da natureza e fertilidades das terras contrasta com as distintas práticas e costumes: alguns considerados de *naciones de gentes barbaras*, outros como gente que *se hurtan unos a otros, y aun muchos venden a sus mugeres y hijos e todos comen carne humana*, outros ainda *negros muy pusilánimes* (SANDOVAL, 1987, p. 62-67). Longe de ver qualquer tipo de nobreza, tal como na parte europeia do mundo, Sandoval prefere destacar aspectos considerados negativos no que se refere às formas de ser e de viver daqueles que vivem na África, ao passo que aplica o Mito de Cam aos etíopes da Guiné; “*En estas partes tiene el Demonio muchos ministros* (SANDOVAL, 1987, p. 117).

2.3 O argumento linguístico: etimologia hebraica

Na Idade Média, o conhecimento da etimologia das palavras foi frequentemente utilizado para a interpretação do sentido dos textos bíblicos. Buscava-se justificar grande parte dos argumentos utilizando a origem dos vocábulos empregados no processo retórico. Tendo como sustentáculo os escritos de Santo Isidoro de Sevilla, acreditava-se que, sabendo de onde se originou o nome, mais rapidamente se entende seu potencial significativo. A análise de qualquer assunto ficaria mais fácil ao se conhecer a etimologia do termo. Este mesmo processo de análise etimológica, atribuído aos nomes dos filhos de Noé – Sem, Cam e Jafé –, foi utilizado para sustentar a ideia de que os povos negros africanos eram inferiores.

Sob o ponto de vista etimológico, os significados literais para Sem, primogênito de Noé, são “nomeado” ou “fama”. De acordo com a tabela das nações do Gênesis, ele seria o pai das raças semitas. Seus filhos foram:

Elam, ou seja, “eternidade”, foi o pai de Shushan, Machul e Harmon que deram origem aos Elamites e persas. Asshur, que significa “um passo” ou “forte”, teria gerado Mirus e Mokil que seriam os pais dos povos assírios e norte iraquianos. Por sua vez, Lud, que quer dizer “contenda”, cujos filhos são Pethor e Bizayon, explica a formação dos Ludim, Lúbios, Ludians, Ludsu, Lídios, outros grupos relacionados, na Ásia. Aram, sinônimo de “exaltado”, gerou Uz, Chul, Reúna e Mash, que são os pais dos arameus, sírios, libaneses e outros grupos relacionados. Finalmente, Arfaxade, que significa a expressão “eu vou falhar”, gerou descendentes – Shelach, Anar e Ashcol – que deram origem aos caldeus, iraquianos do sul, hebreus, israelenses, judeus, árabes, beduínos, moabitas, jordanianos e outros grupos relacionados.¹⁵

É do nome Sem que temos a palavra semitas e, presumivelmente, a referência aos que falam as línguas semíticas. Ele figurou a descendência dos povos que ocuparam as terras da Pérsia, Assíria, Caldeia, Lídia e Síria. Os críticos supõem que Sem tenha sido o pai legendário dessas etnias (CHAMPLIN, 2004. p. 145).

Por seu turno, Jafé, também chamado de Rifate ou Yephet, tem como significados literais: “aberto”, “ampliado”, “loiro” ou “luz” (ele seria o pai dos Caucasoides Indo-Europeus, indo-germânicos e Indo-arianos). Jafé é o

15. Also Shem, literal meanings are named or renown (father of the Semitic races - Shemites). The sons of Shem were: (1) Elam “eternity” (sons were Shushan, Machul and Harmon) - (Elamites, Persians); (2) Asshur “a step” or “strong” (sons were Mirus and Mokil) - (Assyrians, Northern Iraqis); (3) Lud “strife” (sons were Pethor and Bizayon) - (Ludim, Lubim, Ludians, Ludu, Lydians, Chubs, other related groups in Asia. (4) Aram “exalted” (sons were Uz, Chul, Gather and Mash) - Aramaeans, Syrians, Lebanese and other related groups. (5) Arphaxad “I shall fail” (sons were Shelach, Anar and Ashcol) - (Chaldeans, Southern Iraqis, Hebrews, Israelis, Jews, Arabians, Bedouins, Moabites, Jordanians). Constance, Arthur C. “Noah’s three sons: Human history in three dimensions”. part. 3, cap. 2, p. 10. *Doorway Paper*, nº 55, Zondervan Publishing House, Grand Rapids, 1975. p. 10. Tradução nossa.

progenitor dos celtas, gálatas, ostrogodos, visigodos, godos, escandinavos, jutos, francos, armênios, alemães, belgas, holandeses, luxemburgueses, austríacos, suíços, saxões, britânicos, ingleses, irlandeses, galeses, estonianos, siberianos, iugoslavos, croatas, bósnios, montenegrinos, sérvios, eslovenos, eslovacos, búlgaros, polacos e checos.¹⁶ Jafé foi o pai de Gômer, Magogue, Javã, Tubal e Tiras (Gn. 10:2 e I Cr. 1:4). Isto faz dele o pai das raças caucasianas e indo-europeias, além de outras. Certas tradições árabes faziam de Jafé um dos antigos profetas e, na enumeração dos seus filhos, ele aparecia como o pai dos seklab (os eslavos), dos gomaris (os turcos) e dos rôs (os russos) (CHAMPLIN, 2004. p. 418).¹⁷

E, por fim, o nome Cam, Ham ou Kham significa, literalmente, “quente, queimado ou trevas”. De acordo com a interpretação exegeta, ele seria o progenitor dos Mongóis e dos negros. Seus descendentes são Canaã, Cush, Mizraim e Phut. Canaã quer dizer “embaixo” e gerou os mongóis, chineses, japoneses, asiáticos, ameríndios, esquimós, polinésios e outros grupos relacionados. Cush, sinônimo de “preto”, teria em si a explicação para a origem dos etíopes, sudaneses, ganenses, pigmeus, aborígenes australianos, Nova Guiné. Mizraim, também compreendido como “estreitos duplos”, seria responsável pela existência dos egípcios e dos coptas. Finalmente Phut, que quer dizer “uma curva”, gerou líbios, tunisianos, berberes, somalis,

16. Japheth, also Diphath or Yephet. Literal meanings are opened, enlarged, fair or light (father of the Caucasoid /Indo-European, Indo-Germanic, or Indo-Aryan races - Japhethites). The Japhetic people are, in general, the peoples of India and Europe (Indo-European stock), with which any demographer is familiar. Japheth is the progenitor of: Celts, Galatians, Ostrogoths, Visigoths, Goths, Vandals, Scandinavians, Jutes, Teutons, Franks, Burgundians, Alemanni, Armenians, Germans, Belgians, Dutch, Luxembourgers, Liechtensteiners, Austrians, Swiss, Angles, Saxons, Britons, English, Cornish, Irish, Welsh, French, Estonians, Siberians, Yugoslavians, Croatians, Bosnians, Montenegrins, Serbians, Slovenians, Slovaks, Bulgarians, Poles and Czechs. Constance, *op. cit.*, p. 11. Tradução nossa.

17. Tradução nossa.

norte-africanos e outros grupos relacionados. Tribos em outras partes da África, Arábia e Ásia, grupos aborígenes na Austrália, nativos das ilhas do Pacífico, índios americanos e esquimós nasceram a partir de descendentes de Canaã, Cush, Mizraim, e Phut (CONSTANCE, 1975, p. 12.).¹⁸

Segundo a profecia do Gênesis (MACARTHUR, 2010, Gênesis, Cap. 9, Vers. 21-28), os descendentes de Cam seriam escravos dos descendentes de seus irmãos. Na tabela das nações, em Gênesis (MACARTHUR, 2010, Gênesis, Cap. 9, Vers. 6-10), Cam é apresentado como o antepassado dos egípcios e dos povos sob o controle egípcio no nordeste da África, além de certas posições da Arábia e da terra de Canaã, com exceção de Ninrobe. Por causa da conexão entre o nome Cam e a África, alguns intérpretes têm pensado que a escravidão que envolveu os africanos resulta da maldição lançada contra Canaã, descendente de Cam. O adjetivo “camita” é usado pelos estudiosos para referir-se a um grupo de idiomas, entre os quais se destaca o egípcio, partindo de certas distinções artificiais como a cor da pele, o tipo de cabelo, etc (CHAMPLIN, 2004. p. 643). De acordo com Kramer, “*they refer to themselves as ‘blackheaded people’*” (“eles se referem a si mesmos como ‘pessoas de cabeça negra’”) (Kramer, 1996. p. 60).

Embasados no critério etimológico, os exegetas medievais afirmavam que a maldição de Noé fez de Cam um negro, o que explicaria porque, muitos negros foram tornados escravos. Isto, porém, é ler no texto sagrado o que não está ali escrito, além de ser uma tentativa de encontrar na Bíblia um texto que sirva de prova para a instituição da escravatura. Na verdade, os mais diferentes grupos humanos e indivíduos já foram escravizados no passado mais distante, e a escravidão negra em terras cristãs é um fenômeno relativamente recente (CHAMPLIN, 2004, p. 418).

18. Tradução nossa.

O fato de Cam figurar como o pai ancestral dos negros, mongóis¹⁹ e índios, enquanto Sem aparece como o pai ancestral dos Semitas, e Jafé, como o pai ancestral dos caucasianos, proporciona, ao silogismo retórico, encontrar um perfeito lastro. Se, etimologicamente, Jafé significa “claro, loiro ou luz” e Cam, “negro ou trevas”, subjaz daí a consubstanciação da maldição de Noé sobre os descendentes de seu filho, Cam: “Despertando Noé do seu vinho, soube o que lhe fizera o filho mais moço e disse: maldito seja Canaã; seja servo dos servos a seus irmãos” (MACARTHUR, 2010, Cap. 9, Vers. 24-25), Segundo a interpretação dos exegetas católicos, os europeus brancos caucasianos descendem de Jafé, filho da bênção, e são, portanto, senhores dos descendentes de Cam, filho da maldição autorizada por Deus. Vale ressaltar, ainda, que a maldição de Noé foi proferida contra Canaã, filho de Cam. No entanto, o discurso retórico perpetuadas na memória coletiva (HALBWACHS, 1990) cristã atribui a este último a herança da maldição. Assim, vários excertos bíblicos eram usados para justificar essa acepção de Deus como “luz” e pai das “luzes” e, por conseguinte, pai dos europeus.²⁰ De forma análoga, trechos da Bíblia nos quais aparece a palavra “trevas” foram vinculados a Cam e, conseqüentemente, ao mal do imaginário judaico-cristão.

19. Pode-se inferir, como hipótese, que a tentativa malograda de conquista da China e seu entorno, pelos portugueses e espanhóis, tenham minimizado o ideário camita sobre os mongóis, japoneses, polinésios e demais povos originários do mundo oriental. Dentre outros, ver: GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão. Ambições europeias e mundialização no século XVI*. São Paulo: companhia das Letras, 2015.

20. E é esta a mensagem que dele ouvimos: que Deus é luz, e não há nele treva algumas. Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das Luzes, em quem não há mudança nem sombra de variação. Vocês todos são filhos da luz, filhos do dia. Não somos da noite nem das trevas. Macarthur, *Bíblia*, 2010, João, Cap. 1, Vers. 5, Thiago, Cap. 1, Vers. 17, Tessalonicenses, Cap. 5, Vers. 5.

2.4 A associação do povo africano negro ao mal: o argumento exegético

O último elemento que se associa às formulações para escravidão dos africanos foi a relação entre a cor negra e o mal pelo imaginário mítico-cristão. Em alguns tratados, a exemplo do Horto do Esposo, do final do século XIV (MALER, 1956), a descrição da África limitava-se ao calor excessivo e à possível localização do inferno, o qual se imaginava estar situado em ilhas próximas ao continente africano (MACEDO, 2001, p. 4-5). O padre Antônio Vieira, nos sermões XI e XXVII, afirmara que: A África é o inferno de onde Deus se designa a retirar os condenados para, pelo purgatório da escravidão nas Américas, finalmente alcançarem o paraíso. [...] é melhor ser escravo no Brasil e salvar sua alma do que viver livre na África e perdê-la (VIEIRA, 1988, p. 278).

Dissemina-se uma ideia de que os negros eram privilegiados por serem tirados da África, interpretada como terra do demônio, e trazidos para novas terras, as quais viviam sob os auspícios da Igreja e do próprio Deus. Se permanecessem em sua terra natal, estariam destinados ao inferno e, ao serem inseridos na Cristandade, tornavam-se beneficiados pela garantia de salvação (BILHEIRO, 2008, p. 99-100). Nesta lógica, escravizar o negro seria libertá-lo do inferno, não obstante, na prática, o cativo se convertido à religião do colonizador, continuava nesta condição, apesar de ter sua alma considerada liberta pelo batismo. Isto implica dizer que a libertação da alma pela conversão à cristandade não era sinônimo da libertação do corpo do cativo.

Etimologicamente, a palavra Cam também significa “quente”, logo se fizera a associação entre o calor do território africano e alguns textos

bíblicos que aludem ao fogo eterno do inferno cristão.²¹

A infernalização da colônia e sua inserção no conjunto dos mitos edênicos elaborados pelos europeus caminharam juntas. Céu e Inferno se alternavam no horizonte do colonizador. [...] durante todo o processo de colonização, desenvolveu-se, pois uma justificação ideológica ancorada na Fé e na sua negação, utilizando e reelaborando as imagens do Céu, do Inferno e Purgatório (SOUZA, 1986, p. 372).

Os africanos passam a figurar como representação do diabo, ao passo que os brancos personificam a Cristandade. No fim do século XIII, Marco Polo manifestava impressão similar ao se defrontar com os negroides da ilha de Zanzibar, na África Oriental, apontando-os como gente de boca grande e nariz achatado, lábios e olhos muito salientes e feios, parecida em tudo com o diabo. Os africanos foram qualificados como homens quadrúpedes, pernetas, unípedes, com pés descomunais e voltados para trás ou com doze dedos em cada pé. Até meados do século XIV, a cor negra era considerada a cor do demônio. Esta pode ser a explicação para a caracterização de tipo “etíope negro” àqueles que habitavam o continente africano. A esta tipologia outras são associadas, tais como gente de cabelo encarapinhado, baixa estatura e corpo disforme, em que se misturavam traços humanos e anfíbios (MACEDO, 2001, p. 7-8).

Na Europa, os africanos eram vistos como seres exóticos, ao lado de macacos e papagaios, integrando festas e sendo exibidos nos círculos reais. Mas não tardou para que, também em Portugal, o demônio fosse associado aos cultos dos negros. São as fontes inquisitoriais que vão mostrar, também,

21. Portanto se tua mão ou teu pé te escandaliza, corta-o e atira-o para longe de ti; melhor te é entrar na vida manco ou aleijado do que, tendo duas mãos ou dois pés, seres lançados no fogo eterno. E, se teu olho, te escandaliza, arranca-o, e atira-o para longe de ti. Melhor é entrar na vida com um só do que, tendo dois olhos, seres lançados no fogo do inferno (MACARTHUR, 2010, Matheus, Cap. 8, Vers. 8-9).

esta associação com o negro em vários processos e denúncias. Com características fundamentalmente africanas ou articuladas a elementos do cristianismo, as manifestações da religiosidade negra em Portugal, e também no Brasil, sofreram perseguições por parte da Inquisição, associadas que foram à feitiçaria e aos pactos diabólicos (CALAINHO, 2004, p. 59).

Na primeira metade do século XIV, por intermédio da bula *Illius Specula* (1326), a feitiçaria foi consagrada como heresia passível de ser objeto de perseguições inquisitoriais. A rejeição à verdadeira fé católica, configurada na adoração e no pacto com o diabo, transformava em hereges aqueles que se dedicavam a práticas, consideradas mágicas. A heresia caracterizava-se por ser um crime religioso, diferente dos delitos comuns e era entendida como a negação da fé católica, conforme explícito em regimentos inquisitoriais. No caso da feitiçaria, a ideia de evocação e/ou pacto com o demônio é de suma importância para defini-la como herética (CALAINHO, 2008, p. 225-226).

As práticas mágicas e devoções dos negros em Portugal, assimiladas à feitiçaria, estiveram, fundamentalmente, associadas a essa ideia de pacto demoníaco cujas ações, supostamente perpetradas pelo demônio, eram objeto de perguntas dos inquisidores, revelando a preocupação incansável no rastreamento da ação do diabo. A ênfase era em descobrir se o réu havia se apartado da fé cristã ao adorar o demônio (CALAINHO, 2004, p. 227).

A aventura portuguesa em direção ao Atlântico recriou um imaginário em relação à África, vinculando suas gentes ao diabo, demonizando seus costumes e religiosidades (CALAINHO, 2004, p. 58). Deste modo, a suposição da “amizade” que muitos “demonstravam” ter com demônio contribuiu para um largo processo de demonização a quaisquer práticas que envolviam negros e seus descendentes. O Brasil e suas gentes – índios, negros, mestiços e descendentes - foi um dos palcos dessa prática discursiva

dos europeus ante a vida considerada devassa dos indígenas, negros e mestiços. No imaginário cristão, acreditava-se que o diabo, finalmente, havia encontrado morada do outro lado do Atlântico. Os negros, com seus batuques e calundus, fizeram do mundo colonial a filial do inferno, cuja matriz irradiadora seria o continente africano. Ou seja, os missionários viam o diabo em toda a África e o coloriam de preto (CALAINHO, 2004, p. 243-251).

As permanências e continuidades deste olhar sobre os povos africanos alimentam a perpetuação de uma memória coletiva que concebe a inferioridade como natural, imutável e perpétua. Não é outro o sentido absorvido pela elite de São João Del Rey, em Minas Gerais, em fins do século XIX, ao associar os negros da localidade ao diabo e ao mal: bárbaros, violentos, incivilizados e incapazes são alguns dos adjetivos utilizados pela intelectuais do lugar para classificar os africanos e seus descendentes (GIAROLA, 2018).

No decorrer dos séculos de conquista e colonização, os preconceitos foram fortalecidos até o ponto em que era usual identificar todo o grupo étnico como embriagados, desonestos e agressivos. Os estereótipos que estigmatizavam os negros como indivíduos sem razão, causadores de escândalos “e possuindo uma inclinação natural para delitos públicos” eram recorrentes. Sob o olhar da sociedade considerada branca, alguns costumes dos negros pareciam escandalosos, especialmente se fossem julgados sob o ângulo de considerá-los seres selvagens” (RODRIGUEZ, 2011, p. 178-180).

Na confluência de substratos mitológicos judaico-cristãos, as populações negras africanas, e seus descendentes, eram descritas com traços monstruosos e a África, como lugar das bestas selvagens e infestadas de vermes. As barreiras naturais assumiriam conotações aterradoras, como

montanhas selvagens, desertos imensos, mar de águas ferventes, espaço insólito onde o demônio era representado por um etíope negro.

Lembramos ainda que, em língua portuguesa, uma das denominações usadas para o demônio é Cão, que constitui uma das também possíveis traduções da palavra hebraica Ham (CHAMPLIN, 2004, p. 643). Todo esse processo retórico-teológico de criação de uma memória sobre os africanos negros a partir da *Etimologiae* de Santo Isidoro encontrou portos confiáveis no imaginário dos cristãos daquele período. Assim, as nações africanas negras passaram a personificar a inversão da moralidade cristã (CLARO, 2012, p. 83), ou seja, o seu contrário.

Os séculos que antecederam às expansões ibéricas serviram de lastro para a Igreja católica medieval ancorar seu discurso a respeito da inferioridade dos habitantes negros de África. As justificativas para a escravidão de africanos fundamentaram-se nas tradições dos tratados, nas crônicas herdadas secularmente e, sobretudo, na própria teologia. No imaginário medieval, esses povos africanos negros eram retratados segundo premissas teológicas que, nos séculos posteriores, viriam a consolidar concepções etnocêntricas. Em termos mais perspicuos, esse modelo de expansão político-territorial arraigava-se, além das perspectivas bélicas e financeiras, num constructo essencialmente simbólico-religioso.

O fim de quase quatro séculos de tráfico não finaliza as memórias criadas, ao longo de séculos, sobre os negros africanos e seus descendentes. Mesmo após 1888, período de abolição da escravidão em terras brasileiras, tais memórias, apesar de modificadas e ressignificadas pelos novos contextos, romperam as zonas limítrofes da cronologia e aportaram nos dias atuais com força semelhante, em alguns casos, àquela do momento em que foram criadas.

REFERÊNCIAS

Obra completa:

- ALBUQUERQUE, Luís de (introdução e comentários). *A ilha de São Tomé nos séculos XV e XVI*. Navegação de Lisboa à Ilha de São Tomé, escrita por um piloto português. Documentos vários referentes à ilha de São Tomé (século XV). Lisboa, Publicações Alfa, S. A., 1989b. Transcrição em português atual: Luís de Albuquerque e Maria da Graça Pericão.
- ALBUQUERQUE, Luís de (introdução e comentários). *Angola do Século XVI*. Lisboa, Publicações Alfa, S. A., 1989a. Transcrição em português atual: Luís Alves Ferronha.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos* (em português). Edusp, 2004.
- AZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Lisboa: Publicação Europa-América, s/d.
- BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. Contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. 3ª ed. São Paulo, Pioneira, 1989.
- BERNAND, Carmen. *Negros esclavos y libres en las ciudades hispanoamericanas*. Madrid, Fundación Histórica Tavera, 2001.
- CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.
- CHAMPLIN, Russel Norman. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. Volume 1 A-C. 7. ed. São Paulo, Hagnos, 2004.
- CLARO, Regina. *Olhar sobre a África: fontes visuais para a sala de aula*. 1. ed., São Paulo, Hedra Educação, 2012.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

- FONTAINE, J. *Isidoro de Sevilla: Génesis y originalidad de la cultura hispánica en tiempos de los visigodos*. Madrid: Encuentro, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Guran, Milton. *Da Bricolagem da Memória à Construção da Própria Imagem entre os Agudás do Benim*. Afro-Ásia. Salvador, Bahia, Brasil 0002-0591/1981-1411, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- HAMPÂTÉ BÃ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Casa das Áfricas, 2003.
- HENDERSON, John. *The Medieval World of Isidore of Seville: Truth from Words*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa*. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2012.
- KRAMER, Samuel. *From the Tablets of Sumer*. Philadelphia, Falcon's Wing Press, 1996.
- LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- MACARTHUR, John. *Bíblia de Estudo Macartur*. São Paulo, Sociedade Bílica do Brasil, 2010.
- MALER, Bertil. *Orto do Esposo*. Rio de Janeiro, MEC, 1956.
- MARQUES. Alexandre Bittencourt Leite. No “coração das terras”: os sertões da Capitania de Pernambuco e do Reino de Angola: Representações, Conexões e Trânsitos Culturais no Império Português (1750-1808). Tese de Doutorado. Universidade de Évora, 2019.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*, 6ª ed. São Paulo: Editora Nacional, Brasília, Editora da UNB, 1982. (1ª edição em 1906).

- ORLANDIS, J. *Historia del Reino Visigodo Español*. Madrid: Rialp, S. A., 1988.
- RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. 3ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1951. (1ª edição em 1934).
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 1ª ed. 1985.
- RODRIGUEZ, Luis Méndez. *Esclavos em la pintura sevillnana de siglos de oro*. Sevilla, Universidad de Sevilla, 2011.
- SANDOVAL, Alonso de. *Um tratado sobre la esclavitud*, Alianza Editorial, 1987
- SEVILLA, Santo Isidoro de. *Etimologiae* (Ed. bilingüe latin-español) (en papel) Biblioteca de Autores Cristianos Castellano, Madrid, 2004.
- SOUZA, Laura de Melo e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. Companhia das Letras, 1986.
- SOUZA, Marina de Melo e. *África e Brasil africano*. São Paulo, Ática, 2014
- VIEIRA, Antônio. *De profecia e inquisição*. Tricentenário da morte de Antônio Vieira. Brasília, Senado Federal, XLIV. Coleção Brasil quinhentos anos. Título II, série CDD 272.2, 1988.
- WINSTEDT, Eric Otto. *Cosmas Indicopleustes, The Christian Topography of Cosmas Indicopleustes*. The University Press, 1909. (Indicopleustes, Christian Topography). Book 2.

Capítulo de obra

- SANTOS, Vanicléia Silva. *Mandigueiro não é mandinga: o debate entre nação, etnias e outras denominações atribuídas aos africanos no contexto do tráfico de escravos*. In: Eduardo França Paiva e Vanicléia Silva Santos. *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História da UFMG (Coleção Olhares), 2013, p. 11-28.
- SILVA, Alberto da Costa e. *Na terra do Islame*. In: Silva, Alberto da Costa e. *A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. 2. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1931, revista em 2011. p. 31-78.

Artigos

- BILHEIRO, Ivan. A Legitimação Teológica do Sistema de Escravidão Negra no Brasil: Congruência com o Estado para uma ideologia escravocrata. *CES Revista*. v. 2, p. 91-101, 2008.
- CALAINHO, Daniela Buono. Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, ano III, nr. 5/6, p. 47-63. 2004.
- CONSTANCE, Arthur C. *Noah's three sons: History in three dimensions*. *Doorway Paper*, nº 55, 1975.
- FLORENTINO, Manolo. Tráfico Atlântico, mercado colonial e famílias escravas no Rio de Janeiro, Brasil, 1790-1830. *História: Questões & Debates*, n. 51, p. 69-119, jul./dez., 2009.
- GIAROLA, Flávio Raimundo. O “demônio negro”: o negro como maligno nas representações religiosas e raciais da imprensa de São João del-Rei (1871-1889). *Locus: Revista de história*, v. 24, n. 2, p. 413-429, 2018.
- GURAN, Milton. Da Bricolagem da Memória à Construção da Própria Imagem entre os Agudás do Benim. *Afro-Ásia*. Salvador, nr. 28, p. 45-76, 2002.
- LOVEJOY, Paul E. “*Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia*”. Rio de Janeiro, *Topoi*, nº 1, p. 11-44. 2000.
- MACEDO, José Rivair. Os herdeiros de Cam: A África e o saber enciclopédico medieval. *Signum: revista da associação brasileira de estudos medievais*, v. 3, p. 101-132, 2001.

Africanos na Província do Espírito Santo: população escrava e tráfico ilegal

RAFAELA DOMINGOS LAGO NUNES¹

Faculdade Novo Milênio

Resumo: Este estudo analisa a participação dos africanos na população escrava do Espírito Santo no século XIX. A partir de relatórios de presidente de Província, recenseamentos e correspondências de secretários de Estado e de chefes de polícia, constatou-se crescimento vertiginoso de cativos no período, com concentração de africanos no sul da Província – grande reduto da lavoura cafeeira – bem como a prática do comércio ilegal de africanos, com desembarques nas praias do Espírito Santo entre 1850 e 1856. No que concerne aos parâmetros das relações sociais construídas pelos africanos na região sul, observou-se que as comunidades formadas assumiram características específicas, com tendências a fecharem-se entre si.

Palavras-chave: africanos, Espírito Santo, século XIX.

Abstract: his study analyzes the participation of Africans in the slave population of Espírito Santo in the 19th century. From reports of the President of the Province, censuses and correspondence of Secretaries of State and Chiefs of Police, there was a sharp growth of captives, with a concentration of Africans in the south of the province – a stronghold of coffee farming – as well as the practice of illicit trade of Africans, with landings on the beaches of Espírito Santo between 1850 and 1856. With regard to the parameters of social relations built by Africans in the southern region, it was observed that the communities formed took on specific characteristics, with tendencies to close between si.

Keywords: Africans, Espírito Santo, 19th century.

Recebido em 01/08/2019 e aceito em 20/11/2019.

1. Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (UFES). Professora na Faculdade Novo Milênio. E-mail: Rafaela.lago@yahoo.com.br

No Oitocentos, o Espírito Santo possuía reduzida população, representava pouco menos de um por cento (0,8%) dos habitantes do Brasil.² Contudo, contou com crescimento populacional expressivo. Em 1790 agrupava 22.493 indivíduos, em 1872 esse número praticamente quadruplicou, chegando à marca de 82.137. Sobre os dados demográficos, interessa para o presente estudo a presença marcante de escravos na Província.

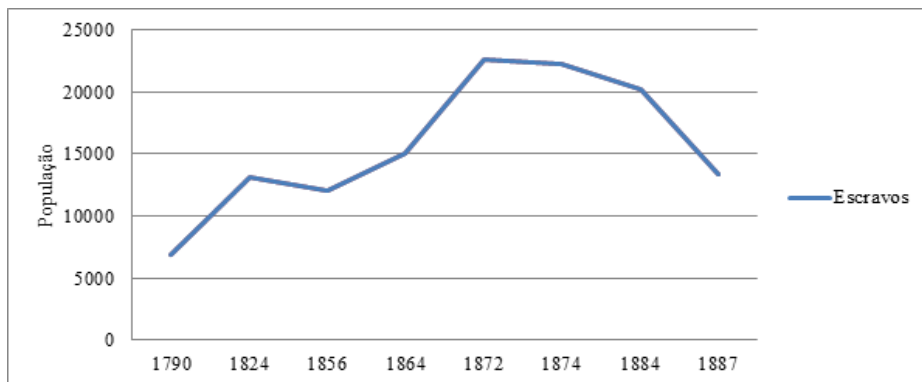
Em 1790³, livres e cativos correspondiam a 10.749 e 6.834 indivíduos, respectivamente. Em 1824⁴ o número de livres aumentou para 22.165 e o de escravos para 13.188. Ou seja, praticamente o dobro de habitantes da Província em 1790. A seguir, visualiza-se mais detalhadamente o crescimento populacional dos escravos entre a última década do século XVIII e as vésperas do fim da escravidão.

Gráfico 1 – Estimativa do crescimento populacional de escravos na Província do Espírito Santo

2. No ano de 1874 o Brasil contava com uma população de 9.761.779 e a Província do Espírito Santo com 81.775 habitantes. Fonte: Diretoria Geral da estatística, Relatório e Trabalhos Estatísticos (Rio de Janeiro, 1875), páginas 46-62; Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, p.10. (Apud, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª Ed, 1978, p. 345).

3. Capitão-mor Ignacio Mongiardino (Apud OLIVEIRA, Jose Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Publico do Estado do Espírito Santo. Nota IV, p. 239).

4. VASCONCELOS, Ignácio Accioli de. Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé, Arquivo Publico Estadual, Vitória, 1978.



Fontes: 1790, 1824, 1856 e 1872 – conferir referências da tabela 1; 1864, 1874, 1884 e 1887: Perdigão Malheiro, A escravidão, II, 198; Relatório do Ministério da Agricultura, 10 de maio de 1883, página 10; *ibid.*, 30 de abril de 1885, página 372; *ibid.*, 14 de maio de 188, página 24. (Apud, CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Brasília. INL, 1975, p. 346).

O gráfico revela dois momentos de elevação da população escrava na Província. O primeiro na década de 1820 e o segundo a partir de 1850, com ritmo de crescimento elevado até 1872.

Segundo Adriana Campos (2011, p. 86), a explicação mais provável para o primeiro pico populacional na Província relaciona-se à explosiva demanda por escravos verificada na América em 1820.

De acordo com Rafael de Bivar Marquese (2004, p. 259-335), o intenso comércio de escravos para portos como Rio de Janeiro e Salvador nas primeiras décadas do Oitocentos está ligado à expansão da produção agrícola de exportação. Em decorrência da Revolução escrava de *Saint-Domingue* (1791), tornou-se necessário suprir a produção da ex-colônia francesa, até então maior produtora mundial de café, responsável pelo fornecimento de cerca de 30% da produção, em mesma escala, de açúcar e grande exportadora de algodão (MARQUESE, 2004, p. 259-261). Nesse

sentido, os senhores de escravos da América responderam à conjuntura favorável ampliando a produção das propriedades rurais já existentes.

Além das regiões produtoras de café do Brasil, Cuba e Estados Unidos também passaram pelo processo de expansão escravista no século XIX. Nos Estados Unidos a escravidão cresceu vertiginosamente entre 1783 e 1861.⁵ Segundo Edward E. Baptist (2013, p. 10), entre a passagem da Constituição (1787) e 1860, o número de escravos expandiu em 500%, principalmente por reprodução natural. Cuba passou por crescimento semelhante, contudo, a expansão se deu através do persistente tráfico transatlântico de escravos. De acordo com Rebecca J. Scott, a década de 1850 assistiu a um aumento no volume do tráfico ilegal de escravos em Cuba, “compensando parcialmente o decréscimo que de outro modo teria resultado das mortes e alforrias na população, cuja taxa de crescimento natural não era positiva” (SCOTT, 1991, p. 28-29).

Outro fator não menos importante para o aumento de africanos no Brasil foram as pressões inglesas pelo fim do comércio de africanos, agudas entre 1820 e 1850. De acordo com Manolo Florentino (1997), o tratado firmado em 1827 entre Brasil e Inglaterra, que determinava o fim do tráfico atlântico em três anos e ratificado em 7 de novembro de 1831, resultou em um considerável aumento na importação de escravos. Apesar da dificuldade em calcular com exatidão o número de africanos desembarcados nos portos

5. A Segunda Escravidão produziu mercadorias chave para a produção industrial. Mas não apenas isso. De acordo com Edward Baptist, a Segunda Escravidão era culturalmente moderna e economicamente modernizante. Na expansão da escravidão dos EUA, por exemplo, a sofisticação e eficiência tecnológicas aumentavam nos campos de trabalho escravo ano após ano. Essa noção contradiz boa parte das visões de que escravistas e trabalho escravo eram estáticos. As empresas da Segunda Escravidão nos Estados Unidos aumentaram continuamente a produtividade do trabalho, e o fizeram em níveis comparáveis aos atingidos por empresas industrializantes de tecelagem e fiação da Grã-Bretanha. (BAPTIST, 2013).

brasileiros,⁶ estima-se que depois de receber de 100 a 1.200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839. Chegando a uma média anual de quase 50 mil entre 1846 e 1850 (FLORENTINO, 1997, p. 43-44). Tais africanos abasteciam, sobretudo, as regiões agroexportadoras.

Para Adriana Campos (2011, p. 86), ainda que modesto, a Capitania do Espírito Santo registrou incremento de cativos no mesmo período, beneficiada pela crescente necessidade dos senhores de escravos de aumentar suas escravarias diante das ameaças externas de cessação do tráfico. Consoante, Patrícia Merlo (2018, p. 57) verificou em análise de inventários,⁷ após momento de estabilidade (1800-1819), forte crescimento das escravarias de Vitória com mais de vinte escravos no período que se estende de 1820 a 1829. As compras de escravos eram efetuadas principalmente pelos proprietários mais abastados, enquanto os pequenos e médios investidores viam-se afastados do mercado de cativos devido à alta de preços desencadeada pela suposta supressão do tráfico em 1830.

Em 1839, o presidente da Província, João Lopes da Silva Coito, por meio do secretário de governo, Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira, enviou o mapa da população do Espírito Santo ao então Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça e encarregado interinamente do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Das informações contidas

6. Segundo Manolo Florentino, nunca se saberá exatamente quantos africanos teriam desembarcado no porto do Rio de Janeiro. A falta de fontes o explica. Daí que, a partir de indicações fragmentárias, os autores que se dedicaram ao tema, ora estabeleceram estimativas gerais, ora detectaram os desembarques em um pequeno número de anos (FLORENTINO, 1997, p. 44).

7. Sobre as escravarias de Vitória entre 1800 e 1830, Patrícia Merlo caracterizou-as como pequenas em sua maioria (entre 1-9 cativos). Após período de estabilidade (1800-1819) a historiadora evidenciou nas escravarias com mais de vinte cativos, elevado crescimento nos anos de 1820 a 1829 (MERLO, 2018, p. 56).

no mapa, organizado à vista dos relatórios parciais apresentados pelos juízes de paz interessam, em parte do documento reproduzido que segue abaixo em forma de tabela, as classificações e as porcentagens relacionadas à população escrava.

Tabela 1 – Naturalidade da população escrava da Província do Espírito Santo (1839)

Cidade e Vilas	Pardos cativos		Escravos naturais do Brasil		Escravos naturais da África		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Vitória	724	7,8	2061	22,3	485	5,3	3270	35,4
Itapemirim	42	0,5	567	6,1	1026	11,1	1635	17,7
Benevente	21	0,2	263	2,9	202	2,2	486	5,3
Guarapari	133	1,5	233	2,5	96	1,0	462	5,0
Espírito Santo	124	1,3	136	1,5	19	0,2	279	3,0
Serra	319	3,5	494	5,3	313	3,4	1126	12,2
Nova Almeida	71	0,8	159	1,7	58	0,6	288	3,1
Linhares	9	0,1	11	0,1	10	0,1	30	0,3
Barra de São Matheus	-	-	146	1,6	121	1,3	267	2,9
São Matheus	75	0,8	811	8,8	504	5,5	1390	15,1
Total	1.518	16,5	4.881	52,8	2.834	30,7	9.233	100

Fonte: Mapa da população da Província do Espírito Santo, 1839. Tabela enviada pela Secretaria do Governo em 29 de abril de 1839. Assinado por Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. ARQUIVO NACIONAL (microfilme 015_000_78, página 48).

De acordo com a tabela, em 1839 os escravos africanos representavam 30,7% da população cativa no Espírito Santo, comprovando o incremento das escravarias num contexto de desenfredda compra de cativos.

Em relação à distribuição da população escrava da Província nesse período, é notória a concentração na Cidade de Vitória⁸ (35,4%). A segunda região com maior percentual de cativos (17,7%), Vila de Itapemirim,⁹ contava com metade do contingente de mancípios daquela. Os percentuais, no entanto, invertem quando se trata de africanos. Enquanto em Vitória computou-se 5,3%, Itapemirim alcançou a marca de 11,1% no universo dos 30,7% de escravos africanos da Província. Inclusive, se somado o número de escravos pardos e naturais do Brasil, de acordo com a classificação da tabela, esses não alcançavam a metade do quantitativo de cativos da região sul, que juntos correspondiam a 37% (609) deles, enquanto os africanos representavam a maioria: 62,7%.

Com base nos dados demográficos expostos é possível aferir que houve crescimento da importação de cativos na Província, inclusive de africanos na Vila de Itapemirim, região sul, num período marcado pelo aumento do tráfico atlântico.

Outra questão é a dinâmica do comércio no Espírito Santo. Se o elevado preço de escravos era um empecilho para a aquisição dessa mão de obra pelos pequenos proprietários de escravos em Vitória (MERLO, 2018), não o era para os grandes fazendeiros que estavam se instalando em Itapemirim. Está-se, portanto, diante de um momento de formação da população escrava na região sul e de transformação do desenho

8. Vitória foi ereta em cidade por Carta Imperial de 18 de Março de 1823. Além da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, compõe a Cidade de Vitória as freguesias Nossa Senhora da Conceição de Vianna, Cariacica e Carapina, sendo as últimas criadas pela Lei provincial de 16 de Dezembro de 1837. Juntas possuíam 2.951 fogos. Cf.: *Tabela com relação nominal das cidades, vilas e Freguesias da Província do Espírito Santo*, 1846. Arquivo Nacional, páginas 45 e 53, microfilme 015_000_78.

9. Nessa época, a Vila de Itapemirim era formada pela freguesia de Nossa Senhora do Amparo, composta por 607 fogos. *Tabela com relação nominal das cidades, vilas e Freguesias da Província do Espírito Santo*, 1846. Arquivo Nacional, página 53, microfilme 015_000_78.

demográfico de cativos da Província. Isso graças à gradual substituição da lavoura canavieira pelo café entre 1830 e 1850.

É importante destacar, todavia, que se comparado o percentual de africanos da Província (30,7%) com o de outras regiões do sudeste, onde a agricultura era voltada para a exportação já em meados da primeira metade do século XIX, o número de africanos em terras espiritosantenses torna-se menos expressivo. Na região do agro fluminense, por exemplo, eles representavam praticamente metade dos escravos presentes nos inventários (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 67-68). Robert Slenes (1997, p. 249-250) observou na grande lavoura do Sudeste uma escravidão majoritariamente africana. Segundo o historiador, em treze localidades paulistas de economias variadas, 65% dos escravos adultos eram africanos em 1829. Em Campinas essa cifra atingia 80%. Nas propriedades maiores, a taxa de africanidade era ainda mais alta; em Campinas, no ano de 1829, 89% dos adultos em plantéis com dez escravos ou mais provinham da África.

Como exposto, a Vila de Itapemirim, em 1839, foi a que mais concentrou escravos africanos na Província. Se os cafeeiros ocuparam os sertões do sul do Espírito Santo somente na década seguinte, é possível afirmar que os engenhos de açúcar, instalados a partir do início da ocupação desta região em princípios do século XIX, se utilizavam de mão de obra escrava, sendo a maioria, inclusive, de africanos. Consoante Geisa Lourenço Ribeiro (2012), houve notável crescimento deste cultivo na Província entre 1826 e 1852, chegando Itapemirim a exportar o triplo do açúcar produzido por Vitória e mais da metade da produção exportada pela Província em 1852.

O café introduzido no Espírito Santo no início do século XIX¹⁰

10. Daemon relata que em 1815 foram remetidos a diversos lavradores do norte da capitania as primeiras sementes de cafeeiro, recomendando-se seu plantio e cultura. (DAEMON,

acabou por impor-se à economia capixaba em substituição à cultura da cana de açúcar com o surto cafeeiro experimentado pelo sul da Província a partir de 1850. De acordo com Vilma Almada (1984, p. 12), a produção de café revitalizou e ampliou a instituição escravista, assegurando o papel de pilar da economia capixaba até 1888, e foi a responsável pelo crescimento populacional da Província, que no período de 1856 a 1872 praticamente viu duplicadas suas populações livre e escrava.

Se em 1843¹¹ a Cidade de Vitória concentrava 31,8% da população escrava de toda a Província, em 1856¹² notou-se uma variação pouco maior de 1% entre Vitória (26,7%) e Itapemirim (28,5%), que começava a se sobressair no cenário Provincial. Em 1872¹³, observou-se a definitiva inversão da primazia populacional de escravos: o município de Itapemirim alcançou a marca de 45,7% de escravos, enquanto Vitória seguia com 24%. Nos anos subsequentes, a região sul contou sozinha com mais da metade dos escravos de toda a Província: 55,2% em 1875 e 57% em 1876.

Eis o novo cenário da demografia escrava em terras capixabas. Com o gráfico observa-se o momento em que a região sul assumiu a primazia populacional de cativos na Província:

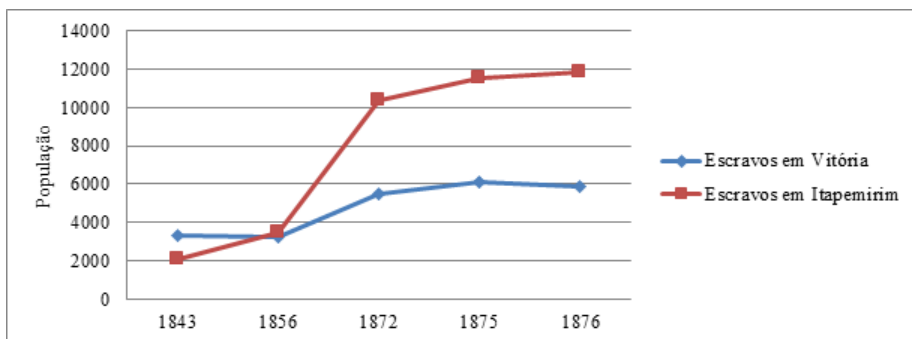
Gráfico 2 – Crescimento da população escrava de Vitória e Itapemirim

1879, p. 282).

11. Fala com que o Exmo. vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembléia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1845.

12. Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857.

13. Censo de 1872, 1875 e 1876: Relatório e Trabalhos Estatísticos apresentados ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império em 31 de dezembro de 1876. (Apud, ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo 1850/1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 116).



Se com o crescimento da produção cafeeira a região sul tornou-se importante polo de atração de mão de obra, de onde vinham os escravos que em 1876 chegaram a representar 57% da população cativa da Província?

Sabe-se por meio de pesquisas realizadas por Vilma Almada (1984, p. 117) que não houve um importante tráfico intraprovincial. Ao analisar escrituras de venda de escravos do município de Vitória nos anos de 1871 a 1877, a historiadora não constatou significativo número de vendas para o município de Cachoeiro de Itapemirim.¹⁴ Utilizando-se da estatística de 1875 de uma freguesia deste município,¹⁵ Almada destacou que 443 escravos (38,1% do total) eram oriundos da região Centro-Sul, sendo que desses, 296 (66,8%) eram naturais de Minas Gerais, 142 (32%) do Rio de Janeiro e 5 (1,2%) de São Paulo. Os demais 282 (24,2% do total) eram africanos, 77 (6,6%) do Norte-Nordeste e apenas 362 (31,1%) tinham nascido no Espírito Santo. Ao explorar os inventários do Município de Cachoeiro entre

14. De acordo com Almada, em 80 escrituras, totalizando 91 escravos, 76 (83,5%) permaneceram na região da capital, 13 (14,3%) foram para outras Províncias e apenas dois (2,2%) dirigiram-se para o município de Cachoeiro.

15. Vilma Almada optou por usar os dados estatísticos de 1875 da população de Nossa Senhora da Penha do Alegre por crer na displicência daqueles que responderam ao Censo de 1872 no que se refere à origem dos escravos do município de Cachoeiro. (ALMADA, 1984, p. 117).

1874 e 1886, a historiadora confirma a veracidade dos dados registrados anteriormente. Dos 279 escravos pesquisados, 111, ou seja, 39,8%, haviam nascido no Espírito Santo, enquanto os restantes 168 (60,2%) eram naturais de Minas Gerais. Os demais 44 escravos (15,8%) eram africanos ou naturais de outras Províncias (ALMADA, 1984, p. 117-118). A historiadora conclui, portanto, que um grande número de escravos chegou ao Município de Cachoeiro acompanhando seus senhores, quando estes emigravam das Províncias vizinhas em busca de terras onde pudessem abrir novas fazendas.

Importa destacar a presença dos africanos que não chegaram à região sul espiritosantense acompanhados por seus proprietários. A partir de documentos oficiais como relatórios de secretários de Estado e de chefes de polícia, constatou-se que a Província do Espírito Santo apresentou resistência¹⁶ ao cumprimento da Lei de 04 de setembro de 1850.¹⁷ Foram localizados ofícios sobre contrabando de africanos pelo menos até 1856.

Em ofício¹⁸ enviado pelo chefe de Polícia José Bonifácio Nascentes Azambuja ao Ministério da Justiça foi exposta ocorrência de apreensão realizada pelo comandante do Brigue de Guerra Inglês de uma Sumaca Nacional chamada “Amalia”, capturada com toda a sua tripulação por estar envolvida com o tráfico de africanos e enviada à Corte a fim de serem tomadas as devidas providências. Em outro ofício,¹⁹ o mesmo chefe de

16. O site <http://www.slavevoyages.org> informa que 8.812 africanos desembarcaram no Brasil entre 1851 e 1866. Contudo, é necessário destacar que se comparado com anos anteriores (1826-1850), em que desembarcaram 1.236.577 africanos em costas brasileiras, aquele número se torna menos expressivo.

17. A referida Lei, nº 581, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. Conferir na íntegra em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm.

18. APEES. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

19. APEES. Ofício do Chefe de Polícia dirigido ao Ministério de Justiça. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

polícia conta ter apreendido um navio, de nome Pachabote “Segundo,” na Vila de Itapemirim, com africanos “boçaes” e, em seguida, remetido à Corte com sua tripulação e africanos a fim de que se tomassem as devidas providências.

Além de ofícios enviados à Corte pela administração da Província, o Ministério de Justiça também se comunicava com o poder local para relatar denúncias sobre o desembarque de africanos na região. Foi o que aconteceu com o aviso²⁰ enviado pela Corte ao Presidente da Província e remetido aos delegados de Itapemirim e Guarapari, além dos subdelegados de Benevente sobre o desembarque de 170 africanos “boçaes” feito pelo negociante Joaquim Ferreira de Oliveira com a ajuda de seus sócios Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo,²¹ que conduziram os africanos para o interior de Itapemirim. Segundo o secretário do Ministério da Justiça, os delegados deveriam encontrar tais negociantes bem como os papéis relativos ao comércio ilícito para serem enviados à corte juntamente com os africanos capturados.

Em outro ofício fora relatada a carta que o negociante Oliveira escreveu a um de seus sócios, Joaquim da Fonseca Guimarães, que havia auxiliado no desembarque dos africanos. Ao seguir com suas viagens, o negociante

diz a todos que não desiste, e que tomara que de Angola lhe mandem negros que ele está pronto para os receber, e que não tem medo; que já teve ordem para ser deportado, mas que não foi e não vai, e que antes primeiro há de levá-lo o diabo e o Ministério: assim são as cartas que ele escreve para Angola ao seu sócio Francisco Antonio Flores que daqui

20. APEES. Ofício enviado aos delegados de Itapemirim e Guarapari e subdelegados de Benevente. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

21. O documento não informa o sobrenome de Geraldo.

saiu com passaporte só para mandar negros para cá ao tal papeleta traficante Oliveira Joaquim da Fonseca Guimarães e Geraldo. Vão sair para lá para venderem negros.²²

Em 1851, o Chefe de Polícia José Bonifacio recebeu um ofício reservado do Chefe de Polícia da Corte, que se prontificava em enviar sua força policial para a Vila de Itapemirim a fim de auxiliar o Delegado na diligência:

denunciando o desembarque em Itapemirim de 270 Africanos na Fazenda do Coronel João Gomes, cunhado, que se diz do Barão de Itapemirim. A mesma denuncia teve o delegado da dita Vila, assim como ordem para varejar a mesma Fazenda e prender os criminosos e capturar os escravos; indigitando-se como Agente do contrabando a Joaquim da Fonseca Guimarães, que se diz fora para este fim a referida Vila.²³

O desembarque de outros 100 Africanos foi informado ao Chefe de Polícia da Vila de Itapemirim. Tal carregamento pertencia ao negociante Jose Bernardino.²⁴ Já em 1852, Jose Bonifacio Nascentes de Azambuja informou ao Delegado de Polícia de Itapemirim um projeto de desembarque de africanos livres destinados aos Gomes Bitencourt.²⁵

Outro ofício²⁶ enviado pela Corte ao chefe de Polícia Felipe Jose Pereira Leal e posteriormente pelo Secretario de Guerra, Jose Augusto Cesar Nabuco de Araujo, comunicava o desembarque de aproximadamente 120

22. APEES. Carta de Denuncia dirigida ao Chefe de Polícia e mandado de prisão contra Joaquim Ferreira de Oliveira, 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

23. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

24. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

25. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

26. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

africanos que vieram da costa da África em um Palhabote de propriedade de Antonio Pinto da Fonseca. O Chefe de Polícia informou que o desembarque seria realizado entre os pontos de Itabapuama e Piúma e que se esperava um navio negreiro na fazenda chamada Sens, vizinha ao rio Itapemirim, onde já estava um caixeiro de José Bernardino de Sá, de nome Mendes e um tal de Oliveira, aguardando um Patacho.

O ofício “reservado” – entregue pelo comandante do Vapor de Guerra Recife ao Presidente da Província Jose Ildefonso de Souza Ramos – originário do Ministério dos Negócios da Justiça, em 19 de Maio de 1852, continha informações sobre novas tentativas de importação de africanos:

e sendo certo que os traficantes procurarão os portos dessa Província, principalmente Victoria, Aldea Velha, Itapemirim e Itabapoana, para efetuar os desembarques, cumpre que V. Ex. dê providencias para que não sejam surpreendidas as autoridades particularmente nos portos indicados, recomendando toda atenção a respeito dos correspondentes de Jose Bernardino de Sá, negociante nesta Corte.²⁷

Passados seis anos da publicação da Lei Eusébio de Queirós, registrou-se a precatória de prisão contra Jose Alz da Costa, negociador e irmão de Manoel Alves da Costa Bastos, que veio da África na Escuna “Mary e Smitte”, apreendida em vinte de janeiro na Barra de São Matheus, onde estava fundeada com 384 africanos boças, importados “contra o disposto nas Leis de sete de Novembro de 1831, quatro de setembro de 1850, e cinco de Junho de 1854”.²⁸

Como visto, é evidente, pelo menos até 1856, o desembarque

27. APEES. Ofício com denúncias dirigidas ao Chefe de Polícia. 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

28. APEES. Precatório de prisão. Ofício do Juiz da Auditoria da Marinha da Província da Bahia contra José Alz da Costa. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

de centenas de africanos nas praias do Espírito Santo. Ainda que parte fosse encaminhada para outras províncias mais ricas, é fato que grandes fazendeiros, principalmente da região sul, praticaram o comércio ilícito com intuito de abastecer de mão de obra africana suas escravarias.

O recrudescimento da vigilância por parte dos navios ingleses e do governo Imperial em relação à entrada de africanos nos portos colocava o governo da Província em situação complicada. Por um lado havia uma política de apreensão desses africanos livres, inclusive por meio de publicações na região assegurando aos habitantes do litoral prêmio garantido àqueles que apreendessem africanos no ato do desembarque ou imediatamente após ele, e não somente no mar.²⁹ Por outro lado, as autoridades alertavam com cuidado sobre este termo:

não se devem dar buscas nas Fazendas, Engenhos e mesmo casas particulares, senão em caso de haver quase certeza de poderem ser ali encontrados os mesmos africanos recentemente desembarcados, e de modo a não confundilos com os escravos possuídos anteriormente a Lei de 4 de Setembro de 1850.³⁰

Nesse sentido, importa destacar o fato de o governo provincial demonstrar sua intenção de não chegar a extremos que pudessem ferir totalmente os grupos poderosos de fazendeiros interessados no comércio ilícito, que era composto inclusive por membro da família do Barão de Itapemirim³¹ e outros grandes fazendeiros da região.

29. APEES. Circular aos delegados e subdelegados de polícia de todas as Vilas da Província. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

30. APEES. Aviso enviado pelo Ministério da Justiça com ordens endereçadas aos delegados e subdelegados da Província, 1851. Série Accioli, livro 66. (manuscritos).

31. De acordo com a historiadora Leonor Santana de Araujo, o próprio Barão de Itapemirim, um dos maiores negreiros do Sudeste, continuou desembarcando africanos em terras capixabas até o final da década de 1860. Cf. SANTANA, Leonor de Araújo. O

O Espírito Santo não sofreu impacto na manutenção da escravidão com a Lei de 1850. É notório, inclusive, o crescimento vertiginoso da população escrava no período. Nesse contexto não surpreende o fato de os fazendeiros, principalmente da região sul, não demonstrarem preocupação com a substituição da mão de obra escrava em suas lavouras. Os núcleos coloniais de imigrantes estrangeiros incentivados pelo governo eram vistos por eles com relativa indiferença. Essa atitude passiva da grande lavoura cafeeira pode ser explicada pelo fato de estar suficientemente abastecida de mão de obra escrava, concentrada primordialmente no sul da Província e de seus proprietários estarem seguros da permanência de um sistema tão lucrativo e enraizado na sociedade como o escravista.

Tecendo comunidades entre escravos

No sul da Província, entre 1850 e 1871, os africanos representavam aproximadamente 30% da população escrava (RIBEIRO, 2012); na região de Vitória eles respondiam no mesmo período por aproximadamente 4% do total de escravos (MERLO, 2018).

No que concerne aos parâmetros de relações sociais, as comunidades formadas por escravos no sul da Província, com marcada presença de africanos, assumiram características singulares.

Ao analisar os padrões de compadrio em Cachoeiro de Itapemirim entre 1859 e 1871,³² observou-se que os escravos acionavam majoritariamente

negro na historiografia capixaba: a presença negra na obra de Maria Stella de Novaes. In: *Dimensões: Revista de História da Ufes*. Vitória: UFES, CCHN, vol. 11, Jul-Dez, 2000, p. 301-306, p. 304.

32. Foram analisados 929 registros de batismos de escravos da Freguesia de São Pedro de Cachoeiro de Itapemirim localizados na Catedral de São Pedro de Cachoeiro. Cf.: *Livro Primeiro de Batizados de livres e escravos da Freguesia de São Pedro do Cachoeiro* – 1859-1891.

padrinhos e madrinhas de mesma condição jurídica, 55,4% e 59%, respectivamente. Menos frequente era o parentesco ritual construído com padrinhos (43,8%) e madrinhas (31,3%) livres.

Em sociedades rigidamente hierarquizadas, de acesso muito mais restrito ao universo livre e consequentemente aos meios de ascensão social, as tendências das relações construídas socialmente eram fechar-se entre si, formando comunidades de livres e de escravos. Segundo Carlos Engemann (2008, p. 52), a distância entre o escravo de um plantel com cinquenta escravos e seu senhor não era a mesma de um escravo único que trabalhava ao ganho para um senhor relativamente pobre. Embora pertencentes a escalas sociais diferentes, as relações entre o escravo e o senhor pobre eram muito mais próximas que no caso de escravos de uma *plantation*, por exemplo.

O fechar entre si, porém, não se restringia à condição jurídica de livre ou escravo. Outro fator que influenciou a escolha por laços entre cativos no sul está relacionado à população escrava e ao seu recente estabelecimento na região.³³ Como visto, as fazendas do sul eram abastecidas também por africanos oriundos do tráfico ilegal. É bem possível que diante da introdução de novos grupos de cativos, os já estabelecidos procurassem no nascimento de um filho fortalecer entre si seus laços através do parentesco não consanguíneo, o que consequentemente promoveu hierarquias no mundo cativo, separando os estrangeiros ou marginalizados daqueles já relativamente estabilizados nas escravarias. Manolo Florentino e José Roberto Góes perceberam a forte tensão política gerada principalmente nos grandes plantéis, “espaços em que se potencializava o estado de guerra de todos contra todos” (FLORENTINO & GÓES, 1997, p. 116), onde o pa-

33. Anterior à década de 1840, a ocupação da região sul ocorreu em caráter transitório, por tentativas frustradas de exploradores aventureiros em busca de ouro. (SIMONATO, 2008, p. 39-46).

pel pacificador dos grupos familiares tornava-se ainda mais importante. De acordo com os pesquisadores, em momentos de expansão ou inserção de novos escravos, fortaleciam-se as rivalidades interétnicas e para não colocar em risco os grupos de crioulos e de africanos rivais, intensificavam-se as alianças entre os cativos.

Em treze casos em que o pároco de Cachoeiro registrou a naturalidade das mães como proveniente da África, observou-se que nove³⁴ eram mães de filhos naturais, enquanto três constituíram matrimônio Católico – não se sabe se os parceiros pertenciam à mesma origem étnica, mas todos eram africanos. Das mães africanas, a maioria (70%) estabeleceu laços com madrinhas e padrinhos escravos. Em duas ocasiões, as mães africanas optaram por ensejar laços com escravos também africanos. Apesar de tais números não serem apropriados para se fazer uma análise quantitativa, diante desses poucos registros deixados pelo pároco, é possível verificar a lógica comportamental de grupos cativos e sugerir a formação de comunidades escravas crioulas e africanas na região.

As escolhas de padrinhos escravos constatadas em Cachoeiro acompanharam as tendências verificadas em outros estudos realizados em regiões de grandes propriedades rurais do sudeste e com marcante presença cativa. José Roberto Góes, ao estudar as relações de compadrio na região rural de Inhaúma (RJ) durante a primeira metade do Dezenove, constatou como norma entre os escravos, que representavam 60% da população – sendo parte significativa de africanos – a preferência pelo compadrio cativo. De igual modo, Sidney Pereira da Silva (SILVA, 2009, p. 74-76.) argumenta que os escravos construíam uma relação fechada de apadrinhamento em Valença (RJ), região cafeeira com alto índice de escravos – 70% da popula-

34. São treze batismos de filhos de africanas, sendo dois de irmãos, ou seja, esses casos referem-se à mesma mãe escrava.

ção em 1857 – estabelecendo relações de compadrio predominantemente entre os próprios cativos. Tanto para Cachoeiro como para Inhaúma, ou Valença, é possível afirmar que os escravos viam no batismo um meio pelo qual pudessem ressocializar-se pela criação de laços entre si, predominantemente, construindo assim uma comunidade cativa.

Conclusão

Na segunda metade do século XIX, a região sul foi o reduto da grande lavoura cafeeira do Espírito Santo. As fazendas de café eram superiores em extensão territorial e em números de escravos às demais propriedades de outras localidades espiritosantenses. O crescimento vertiginoso da população escrava no período e a permanência do comércio ilegal de africanos evidenciam a não preocupação dos grandes fazendeiros com a substituição da mão de obra escrava nas lavouras do sul da Província. Os proprietários de escravos estavam seguros da permanência de um sistema tão lucrativo e enraizado na sociedade como o escravista.

Diante de uma sociedade rigidamente hierarquizada, os escravos recém-chegados à região possuíam acesso muito mais restrito ao universo livre e consequentemente aos meios de ascensão social, as tendências das relações construídas socialmente eram fechar-se entre si, formando comunidades de livres e de escravos.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: o Espírito Santo 1850/1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- BAPTIST, Edward E. A Segunda Escravidão e a Primeira República Americana. *Almanack*. Guarulhos, n.05, p.5-41, 1º semestre de 2013.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Escravidão, reprodução endógena e criouliização o caso do Espírito Santo no Oitocentos*. *Topoi*, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 84-96.
- DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória: Tipografia Espírito-santense, 1879.
- ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORENTINO, Manolo Garcia; GÓES, José Roberto. *A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 259-335.
- MERLO, Patrícia Maria da Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. Vitória: EDUFES, 2018.
- RIBEIRO, Geisa Lourenço. *Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)*. Dissertação (Mestrado em

História) — UFES, Vitória, 2012.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1991.

SIMONATO, Juliana Sabino. *Fazenda Santa Helena: escravidão, bastardia e poder*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas. UFES. 2008.

SILVA, Sidney Pereira da. As relações parentais entre escravos: o batismo de escravos em Valença, Província do Rio de Janeiro (1823-1835). In: FALCI, Miridan Britto (org.). *Gênero e escravidão*. Rio de Janeiro: Encadernação Fátima Franklin, 2009.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Marina de Mello e. *Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural*. Afro-Ásia, 28 (2002), 125-146.

História e Arqueologia no norte da África: a emergência dos Garamantes no Fazãan (séc. III a.C. - VI d.C.)

BELCHIOR MONTEIRO LIMA NETO¹

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo: Intencionamos, neste artigo, analisar a imagem eivada de alteridade e de estigmatização construída em relação aos habitantes do interior da região conhecida na Antiguidade como Líbia/África, tomando como documentação de análise autores latinos do período imperial romano, tais como Plínio, o Velho, Pompônio Mela, Tácito e Apuleio. Partindo desta constatação, presente nas fontes escritas, buscaremos contrapor-las com as mais recentes investigações históricas e arqueológicas, que demonstram a pujança, evidenciada pelos trabalhos realizados pelos pesquisadores associados ao *Fazãan Project*, do Estado Garamante no deserto do Saara, constituindo uma sociedade urbana hierarquizada e estruturada em torno de uma exploração agrícola com sofisticada tecnologia hidráulica.

Palavras-chave: Historiografia; Literatura latina; Garamantes.

Abstract: In this article, we intend to highlight the image of otherness and stigmatization built on inland's inhabitants of the region known in Antiquity as Libya/Africa, taking as documentary evidence latin authors of the Roman imperial period, such as Pliny, the Elder, Pomponius Mela, Tacitus and Apuleius. Based on this, which is present in the written sources, we want to oppose them with the most recent historical and archaeological investigations, demonstrating the strength, evidenced by the work carried out by the researchers associated with the *Fazãan Project*, of the Garamante State in Saara desert, with a hierarchical urban structure, being structured around a farm with sophisticated hydraulic technology.

Keywords: Historiography; Latin Literature; Garamantes.

Recebido em 14/08/2019 e accito em 21/10/2019.

1. Professor de História da África do Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Coordenador Adjunto e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (Ufes). Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo (Leir/ES), tendo pesquisa financiada pelos Editais Universais do CNPq e Fapes.

Introdução

O início das investigações referentes à História do Norte da África na Antiguidade remonta ao final do oitocentos, tendo sido, em grande medida, pautado pelo contexto do expansionismo imperialista europeu. Buscando no Mundo Antigo um paralelo e uma justificativa para as ações colonizadoras no presente, diversos autores – especialmente franceses, italianos e ingleses – encontraram no Império Romano um campo propício para legitimar a dominação colonial, ressaltando-se os benefícios da civilização romana num período em que as potências europeias se apresentavam como herdeiras naturais da antiga Roma.

René Cagnat (1913, p. 776), um dos mais importantes classicistas franceses à época, exprimia bem os sentimentos de seus pares em relação às equivalências entre o imperialismo moderno e o romano, afirmando:

Nós podemos, portanto, sem medo comparar nossa ocupação da Argélia e da Tunísia àquela das mesmas províncias africanas pelos romanos. Como eles, nós conquistamos gloriosamente a região, como eles, nós asseguramos a ocupação, como eles, nós tentamos transformá-la à nossa figura e ganhá-la para a civilização.

As palavras de Cagnat expressam uma percepção hegemônica do período, a de identificar a história romana em África como parte do passado europeu. Na visão da época, franceses, italianos, ingleses, em suas ações imperialistas, estavam tão somente retomando suas antigas possessões territoriais, fato que contribuiu para a consolidação daquilo que Claude Lévy (2016, p. 416-437) denomina como “Épica do retorno”. Não por acaso, Gaston Boissier (apud FEVRIER, 1989, p. 89), em 1891, em seu discurso no *Congrès des Sociétés Savantes*, sentenciava: “Nós viemos continuar uma grande obra de civilização [...], retomamos a posse de um antigo do-

mínio, e esses velhos monumentos [...] são precisamente nossos títulos de propriedade”.

A reivindicação da herança europeia no Norte da África baseava-se em uma completa desconsideração das tradições púnica e líbia, percebidas, em termos civilizacionais, como bárbaras e/ou inferiores. A prosperidade e a riqueza das Províncias romanas na região, evidenciadas pelas ruínas dos inúmeros mosaicos, edifícios públicos e monumentos, relacionavam-se, sobretudo, às realizações de migrantes itálicos ou de norte-africanos aculturados pelo processo de romanização, conceito que à época pressupunha a transformação completa do nativo em romano pela aceitação voluntária dos padrões estéticos, língua e costumes de seus conquistadores (MENDES, 2007, p. 38-39). Considerava-se, em resumo, que havia um desnível cultural entre romanos e autóctones, uma percepção que evidenciava e reforçava a construção de pares dicotômicos como civilizado/primitivo, europeu/africano.

A partir da década de 1960, com a consolidação da descolonização de países como Argélia, Marrocos, Líbia e Tunísia, nações que na Antiguidade correspondiam, *grossa modo*, às Provinciais romanas no Norte da África, a produção historiográfica tomou um novo rumo, emergindo uma perspectiva que se autodenominava “descolonizada” em oposição à corrente anterior, considerada eurocêntrica e intitulada “colonizada”. Autores como Laroui (1970), Kaddache (1971) e Benabou (1976) pautaram suas pesquisas em novos vieses acadêmicos, enfatizando a ubiquidade dos conflitos locais contra a autoridade romana e a ocorrência de revoltas nativas como as de Jugurta e Tacfarinas, tomadas como exemplos da resistência contínua e organizada dos norte-africanos à dominação estrangeira (MATTINGLY, 2011^a, p. 59-60).

Tal postura historiográfica pós-colonial, entretanto, não rompera

com as dicotomias anteriormente estabelecidas por vieses de pesquisa considerados eurocêntricos. Se antes o par dicotômico romano/autóctone tendia à valorização das tradições latinas, agora a ênfase recaía na beligerância nativa, sempre apta a resistir à usurpação estrangeira. De modos diversos, ambas as correntes historiográficas reproduziam um *locus* literário recorrente em autores do período imperial romano, isto é, o de atribuir aos grupos étnicos considerados *outsiders* ao domínio romano e que não viviam num *habitat* urbano características associadas com a barbárie e a belicosidade. Nas obras de autores latinos como Plínio, o Velho, Pompônio Mela, Tácito e Apuleio, verifica-se uma descrição estigmatizada dos habitantes do interior norte-africano, identificados comumente como rebeldes, bandidos, incivilizados, nômades e selvagens. Por conseguinte, fiando-se numa lógica logocêntrica de interpretação documental, tanto “colonizados” quanto “descolonizados” reafirmaram a mesma miragem presente nas fontes antigas.

A despeito das novas concepções historiográficas emergentes nas últimas décadas, presentes em obras como *Apuleius and Africa* (2014), *Vandals, romans and berbers* (2016) e *Imperialism, power and identity* (2011), que rompem com as dicotomias anteriormente estabelecidas e enfatizam o caráter multifacetado e híbrido das relações romano-líbias na Antiguidade, as interpretações “colonizadas” e “descolonizadas” ainda se mantêm como lugares de memória. É preciso admitir que arrancar pela raiz os preconceitos não é tarefa das mais fáceis, sendo as mais recentes perspectivas históricas somente conhecidas por um círculo restrito de especialistas, encontrando dificuldade de se impor para um público mais amplo, instruído com imagens esquemáticas, dicotômicas e de fácil compreensão. Exemplo disso, é a pouca repercussão de um dos mais recentes e relevantes estudos arqueológicos realizados no interior da atual Líbia, conhecido como *Fazzan Project*. As investigações anglo-líbias levadas a cabo entre os anos de 1997 e 2001 e

publicadas nos quatro volumes de *The Archaeology of Fazzan* (2003; 2007; 2010; 2013) lançaram nova luz sobre o antigo Estado Garamante nos confins do deserto do Saara, evidenciando a existência de uma complexa sociedade urbana, estruturada em torno de uma exploração agrícola com sofisticada tecnologia hidráulica e enriquecida com o comércio transaariano.

Buscando romper com as tradicionais interpretações historiográficas – **há décadas** superadas, mas ainda em voga no senso comum –, intencionamos, com o presente artigo, contrapor as representações eivadas de alteridade e de estigmatização presentes em autores latinos de época imperial romana – Pompônio Mela, Plínio, o Velho, Tácito e Apuleio – com as mais recentes investigações histórico-arqueológicas realizadas na região do Fazzan. Tal expediente, além de oferecer novas perspectivas de compreensão em relação às sociedades saarianas antigas, demonstra-nos a própria potencialidade da aproximação cada vez mais frutífera e recorrente dos estudos clássicos com a cultura material, abrindo possibilidades ainda pouco exploradas de pesquisa e de reflexão acerca da Antiguidade africana.

A Ideia de África na Antiguidade grecolatina

Na obra *A ideia de África* (2013), Valentin Mudimbe analisa a apropriação setecentista e oitocentista de uma **série de textos** de autores antigos referente ao continente africano e a seus habitantes, compreendidos por intermédio de uma grelha interpretativa influenciada por um olhar que pressupunha a inferioridade congênita dos africanos, fenômeno que foi determinante na própria cunhagem do conceito de África no período contemporâneo. Partindo das considerações de Mudimbe (2013), procuramos perscrutar as representações construídas por alguns escritores

de época imperial romana acerca da África e dos africanos,² principalmente daqueles que habitavam fora das cidades “romanizadas” existentes na região,³ descritos, com frequência, como belicosos, bandidos, nômades e selvagens.

Essa representação eivada de alteridade⁴ e de estigmatização,⁵ comumente associada aos grupos líbios nômades que habitavam a região meridional do Norte da África, foi originalmente cunhada por Heródoto no século V a.C. Em suas *Histórias* (IV, 145-205), o autor constrói uma delimitação espacial que se tornou canônica no Mundo Antigo, separando o que ele denomina como Líbia em três áreas distintas: costa oeste, habitada por fenícios cartagineses e por líbios sedentarizados e influenciados pela cultura púnica; costa leste, ocupada por helenos (cireneus) e por autóctones que lhes imitavam os usos e costumes; e interior além do *habitat* das bestas selvagens, perfazendo um território que se estendia dos oásis próximos ao Alto Egito até a costa Atlântica. Esta última região, limítrofe às terras

2. Foi considerada, em nossa investigação, a delimitação geográfica comumente utilizada na Antiguidade greco-romana acerca da África – também denominada pelos antigos como Líbia –, que se restringia à região norte do continente, mais especificamente ao território que se estendia, no sentido norte/sul, entre a costa Mediterrânea e o Deserto do Saara, e leste/oeste, entre os atuais Marrocos e Líbia.

3. Utiliza-se o conceito de romanização em consonância com Greg Woolf (1998, p. 7), que o percebe como um termo guarda-chuva para abarcar os múltiplos processos de mudanças socioculturais, multifacetados em termos de significados e mecanismos, que tiveram início com o relacionamento entre os padrões culturais greco-romanos e a diversidade cultural provincial.

4. A Alteridade pode ser pensada como um componente básico no processo de identificação, construído a partir de sistemas classificatórios, que organizam e ordenam a realidade, os objetos e os seres, em classes diversas, auxiliando, portanto, na produção de sentido e significação por meio da diferença (WOODWARD, 2000, p. 40-50).

5. Conceitua-se estigmatização, em consonância com Erving Goffman (1988, p. 70), como uma discrepância entre uma identidade social virtual – determinada aos indivíduos por meio das expectativas normativas – e uma identidade social real – aquilo que as pessoas efetivamente são. Em suma, os indivíduos e/ou grupos estigmatizados são tidos como desajustados, não se enquadrando nas normas sociais e possuindo uma identidade decaída, deteriorada, diminuída frente àquela que é considerada “normal” e desejável.

tórridas do deserto, era, na percepção de Heródoto (*Historiae*, IV, 183, 4), habitada por indivíduos nômades, selvagens, com traços inumanos a exemplo dos Trogloditas, “[...] que se alimentam de cobras, lagartos e outros répteis; quanto à língua, falam uma que com nenhuma outra se parece e dão gritos agudos como os morcegos”.

Essa percepção espacial construída por Heródoto tornou-se uma convenção literária no período imperial romano, sendo reproduzida de forma uníssona pelos autores que descreveram a África/Líbia à época. Salústio (*Guerra de Jugurta*), Estrabão (*Geografia*), Pompônio Mela (*Corografia*), Plínio, o Velho (*História Natural*), Tácio (*Anais*; *Histórias*), Apuleio (*Metamorphoses*),⁶ Cláudio Ptolomeu (*Geografia*) são alguns exemplos de escritores grecolatinos que seguiram o *locus* herodotiano, quer dizer, o paradigma retórico que percebia a ocorrência de um gradativo aumento da barbárie e da belicosidade à medida que se afastava da costa Mediterrânea (políade) e se aproximava dos confins do deserto meridional, território caracterizado pela inexistência de cidades e pelo nomadismo (MATTINGLY, 1994, p. 21-22).⁷

Pompônio Mela, em meados do século I, em sua *Corografia* (I, 4, 22-24), identifica uma variedade de povos habitando o interior norte-africano,

6. Propomos a hipótese de que as *Metamorphoses*, mesmo tendo como cenário de encenação de suas narrativas a Grécia, falam de uma realidade tipicamente norte-africana, de situações vivenciadas por seu autor e pela sociedade à qual pertencia. Acreditamos que a utilização da Grécia como local de realização dessa novela latina pode ser entendida como um recurso bastante utilizado por diversos autores no Mundo Antigo, principalmente por aqueles ligados ao movimento denominado de Segunda Sofística, que preferencialmente ambientavam as suas histórias tendo em vista a Grécia Clássica, considerada o berço da cultura greco-romana (LIMA NETO, 2014, p. 20).

7. Os romanos associavam civilização à cidade, percebendo-se civilizados porque pertenciam a uma cidade. A *civitas*, enquanto o conjunto dos cidadãos, era o centro da vida romana, sendo um território intramuros que isolava os cidadãos do mundo bárbaro exterior. Os marcos espaciais urbanos – fórum, teatro, anfiteatro, termas, templos, estátuas, muralhas – davam sentido à existência dos romanos, representavam a sua historicidade e agiam como fatores de identificação da elite municipal (LIMA NETO, 2014, p. 19).

o que, apesar de possíveis simplificações e imprecisões, pode nos servir de guia:

O [interior] é ocupado pelos nômadas e mauros, mas os mauros estão também voltados para o Atlântico. Além, estão os nigritas e os farusianos até os etíopes. [...] Abaixo das terras banhadas pelo mar Líbico se encontram os líbios egípcios, os leucoetíopes e o povo numeroso e diverso dos gétulos. Em seguida, se estende, numa única extensão uma vasta região desértica inabitável. Depois, os primeiros povos, que se encontram, são, dizem-nos, no oriente, os garamantes, após os águilas e os trogloditas, e por último, os atlantes.

Toda essa variedade de povos era tida como indivíduos nômades e incivilizados, desprovidos da *humanitas* típica dos habitantes das cidades.⁸ Recorrendo novamente a Pompônio Mela (*Corografia*, I, 7), verifica-se a associação dos membros destes grupos com a barbárie:

[...] no interior não tem cidades, mas fazem um tipo de residência que se chama *mapalex*; sua maneira de viver é violenta e imunda. Os chefes da nação se cobrem de sarjas de lã, e o resto do povo de peles de bestas selvagens ou daqueles seus trapos; eles não têm outra cama nem outra mesa que a terra; [...] eles comem somente carne, e o mais frequentemente de animais ferozes, pois, tanto quanto podem, eles não tocam em seus rebanhos, que são sua única riqueza. Além disso, são homens ainda mais grosseiros, que seguem ao acaso seus rebanhos nas pastagens. [...] Entre os povos que existem, diz-se, além dos desertos, estão os Atlantes, que amaldiçoam o sol ao acordar e ao dormir, como um astro funesto aos habitantes e ao país [...] e não têm sonhos durante seu sono, como os outros homens. Os Trogloditas não possuem nada; sua voz é menos que sons articulados, apenas gritos agudos;

8. “*Humanitas* [...] designa os seres humanos que são dignos do nome de homem por não serem bárbaros, nem inumanos, nem incultos. *Humanitas* significa cultura literária, virtude de humanidade e estado de civilização” (VEYNE, 1991, p. 283).

eles habitam em cavernas e se alimentam de serpentes. [...] Nenhum deles [os Garamantes] tem uma esposa particular, e, entre as crianças que nascem desta promiscuidade, a filiação se regula sobre a semelhança. [...] Os Ganfasantes andam nus, e não conhecem o uso das armas, seja para se defenderem seja para atacar; é por isto que eles fogem ao encontrar outros homens, e que eles têm somente comércio ou conversação com os de mesma natureza.

Representação afim à de Pompônio Mela pode ser verificada em seu contemporâneo Plínio, o Velho. Na obra *História Natural* (V, 45-46), o *locus* de alteridade e de estigmatização frente aos líbios nômades do interior, habitantes de uma África não urbana e bárbara, é novamente explicitado:

A tribo dos Atlantes é primitiva e sub-humana. [...] Eles não chamam uns aos outros por nomes. Quando observam o sol [...], proferem maldições terríveis, acusando-lhe de ser a causa de seu desastre e de suas terras improdutivas. Nenhum deles sonha, como o restante da humanidade. Os Trogloditas escavam cavernas que são suas casas, sua comida é carne de cobra. Eles não têm voz, e fazem um barulho estridente, inviabilizando qualquer tipo de comunicação [...]. Os Garamantes não se casam, vivendo em promiscuidade com suas mulheres. Os Ganfasantes não usam roupas, não lutam e não se associam a nenhum estrangeiro. Os Blêmios são relatados como sendo sem cabeça; sua boca e os olhos estão ligados ao seu peito. Os Sátiros não têm características humanas, exceto a sua forma; são comumente descritos na forma do deus Pan [homens-cabra]”.

No início do século II d.C., Tácito incluía em seus *Anais* (II, 52; III, 74; IV, 23-26) a atuação de grupos líbios insurgentes à ordem romana. Sua narrativa acerca da revolta de Tacfarinas (14-27), descrita no contexto das críticas elaboradas pelo autor ao Principado de Tibério, foi também influenciada pelo paradigma herodotiano de barbárie e selvageria presente nos confins meridionais da África. Numa perspectiva que reforçava a alteridade

da coalisão de povos líbios sob a liderança de Tacfarinas – Musulânios, Mauros, Ciníticos, Garamantes –, os rebelados são representados com rótulos estigmatizantes, tais como “vagabundos”, “salteadores”, “ladrões”, “bárbaros”, “gente pobre e de maus costumes”, “sem costume de viver em cidades” e que espalhavam o “terror com assaltos e incêndios” (Tácito, *Annales*, II, 52; III, 74; IV, 23; IV, 25; BUSTAMANTE, 2011, p. 16).

A perspectiva de Tácito acerca da África e de seus habitantes, principalmente daqueles que viviam no interior do continente, vem novamente à tona em outra obra do autor. Em suas *Histórias* (IV, 50), ao narrar o episódio de conflito fronteiriço entre duas cidades costeiras norte-africanas, Lepcis e Oea, Tácito afirma acerca da atuação dos Garamantes:⁹

[...] o povo de Oea, inferior em número, havia chamado em seu auxílio os Garamantes, gente indômita e dada ao saque de seus vizinhos. Daí, o povo de Lepcis se encontrara em grandes apuros e, com suas terras arrasadas em grande extensão, estivera amedrontada em suas muralhas, até que intervieram as cortes [do exército romano], que derrotaram os Garamantes e recuperaram todo o botim, exceto o que os nômades haviam vendido aos povos do interior.

Outro autor que também estigmatiza os grupos errantes que habitavam o interior norte-africano é Apuleio. A despeito de ser natural de Madaura,¹⁰ colônia romana na Numídia, Apuleio reproduzia uma perspectiva similar aos dos demais autores latinos aqui analisados, fato que evidencia a apropriação dos *locus* herodotiano pela própria elite cidadina romano-africana, que comungava, em grande medida, de uma percepção pejorativa em relação aos

9. Esse episódio da atuação Garamante em Lepcis também foi rememorado a partir de uma fonte musiva de finais do século II d.C., o denominado *Mosaico dos Gladiadores*, erigido na vila de Zliten, próxima à cidade de Lepcis. Ver Aurigemma (1960, *plate* 137; 151; 154; 156) e Dunbabin (2012, p. 120-121).

10. Sobre a biografia de Apuleio, ver Lima Neto (2018).

líbios nômades do *hinterland*, tidos como indivíduos belicosos e potenciais inimigos à ordem urbana local.¹¹ Na obra *Metamorphoses* (I, VII; I, XI; I, XV; I, XXIII; II, XIV; II, XXXII; III, V; III, XXVII; IV, VIII; IV, XII; IV, XVIII; IV, XXVI; VI, XXX; VII, I; VII, V; VIII, XV; VIII, XVII; VIII, XVIII), Apuleio constrói uma representação estigmatizada dos *latrones* como grupos errantes,¹² paramilitares e que ubiquamente praticavam razias a cidades, sendo adjetivados como “gladiadores”, “animais”, “similares a centauros”, “miseráveis”, “selvagens”, “bárbaros”, “inumanos”, “semíferas” e “feras”.

Vê-se, portanto, a força do *locus* retórico herodotiano presente nos textos de autores latinos dos séculos I e II d.C. Pompônio Mela, Plínio, o Velho, Tácito e Apuleio explicitam uma percepção hegemônica no período imperial romano em relação ao *hinterland* no Norte da África, concebido ora pelo viés da barbárie e da incivilização, ora por meio de um olhar enviesado que enfatiza a beligerância dos povos nômades locais, sempre aptos a se opor ao domínio romano. Diante desta representação literária, pode-se conjecturar acerca de sua decisiva influência nas duas tradicionais correntes historiográficas que tomaram o Norte da África romano como objeto de investigação. “Colonizados” e “descolonizados”, por meios diversos e fiando-se numa lógica que privilegiava as fontes escritas sobre as demais matrizes documentais, reproduziam um modelo clássico que corroborava

11. Corroborando com a perspectiva de que a elite cidadina romano-africana também reproduzia um olhar pejorativo acerca do território extra-urbano, pode-se elencar duas fontes musivas que apresentam a aplicação da *Damnatio ad bestias* (lançamento de condenados às feras no Anfiteatro) contra membros de grupos nômades locais: o *Mosaico dos Gladiadores*, na vila de Zliten; e o *Mosaico da Domus Sollertiana*, na cidade de Thysdrus (AURIGEMMA, 1960, *plate* 137, 151, 154, 156; FANTAR, 1994, p. 23-25).

12. Acreditamos que haja uma associação deliberadamente construída por Apuleio entre os *latrones* e os grupos nômades no Norte da África. Neste sentido, além da afinidade de viverem uma vida errante e de serem tidos como inimigos potenciais à ordem urbana, com seus assaltos e razias às cidades, não se pode passar despercebido um trecho das *Metamorphoses* (IV, VI) em que Apuleio relaciona os *latrones* a um modo de vida pastoril (LIMA NETO, 2014, p. 70).

com uma visão pejorativa em relação aos povos líbios locais, concepção que as escavações realizadas nas últimas duas décadas no sítio arqueológico no Fazzan, território ocupado pelos Garamantes na Antiguidade, vêm desautorizar.

Os Garamantes do Fazzan

O Fazzan era uma região externa à *oikoumene*¹³ romana e que fazia fronteira com o *limes* meridional da Tripolitânia,¹⁴ constituindo um território que se localizava nas franjas setentrionais do Deserto do Saara (Mapa 1). Correspondia, *grosso modo*, a três cadeias de oásis encrustados em declives montanhosos abastecidos por aquíferos subterrâneos, o Wadi ash-Shati, o Wadi al-Ajal e o Wadi al-Nashwa (Mapa 2). A região é caracterizada por possuir um clima desértico, com precipitação diminuta e não superior a 12 mm anuais, alcançando, no verão, temperaturas próximas de 50° C. Neste território, aparentemente inóspito e infértil, emergiu, em decorrência de sua posição central no comércio à longa distância e da exploração hidráulica de seus lençóis freáticos, uma civilização antiga pouco conhecida pelas fontes clássicas, mas hoje evidenciada pelas recentes escavações arqueológicas (MATTINGLY, 2003, p. 1-8).

13. A *oikoumene*, segundo a concepção romana, seria a percepção de que Roma exercia a dominação completa sobre todo o mundo habitado, possuindo um *imperium sine fine* dividido em territórios diretamente administrados pelo Estado romano e aqueles tidos como *externae gentes* (HIDALGO DE LA VEGA, 2005).

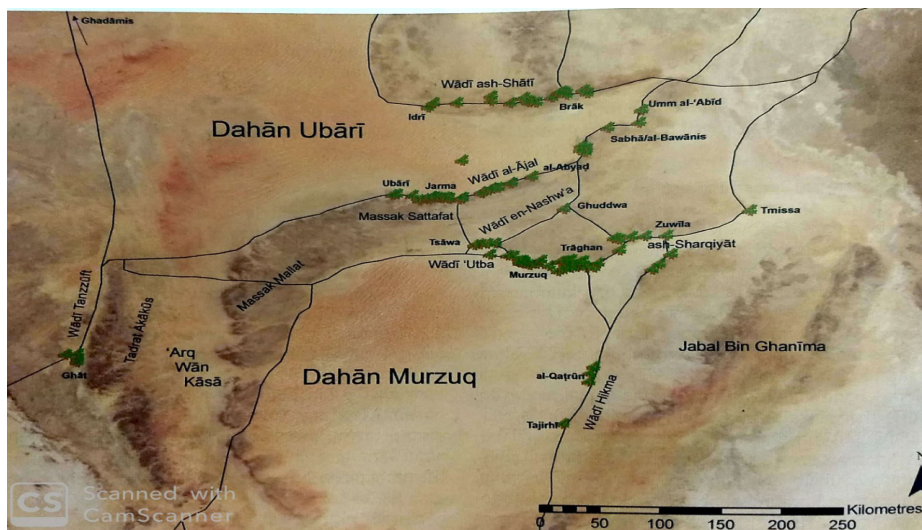
14. O *limes* romano na África (*fossatum Africae*) não constituía uma linha ininterrupta de separação entre o mundo romano e o exterior, mas, ao invés disso, se caracterizava como uma região de contato entre diferentes culturas. Era formada por uma linha descontínua de fortes e estradas que dificilmente se poderia interpretar como um *limes* de defesa contra as ameaças externas. Correspondia, na realidade, a uma rede complexa de controle, administração e taxação dos movimentos das tribos seminômades que habitavam a região meridional e que sazonalmente atravessavam a fronteira à procura de pastos que fossem suficientemente abundantes aos seus rebanhos (CHERRY, 2005, p. 24-74).

Mapa 1 – Fazzan no Norte da África, com destaque para o Wadi al-Ajal



Fonte: Mattingly (2003, p. 5)

Mapa 2 – Cadeias de oásis no Fazzan



Fonte: Mattingly (2003, p. 4)

As três cadeias de oásis localizadas no Fazzan eram, na Antiguidade, habitadas por um povo líbio denominado pelas fontes grecolatinas como Garamantes.¹⁵ A partir das escavações realizadas nas diversas camadas de sedimentos arqueológicos analisados pelos pesquisadores vinculados ao *Fazḡan Project* nos sítios do Wadi al-Ajal e Wadi al-Nashwa, estima-se que os Garamantes organizaram uma entidade política estável e centralizada, com capital na cidade de Garama, entre os séculos III a.C. e VI d.C., constituindo uma sociedade urbana com um sofisticado sistema agrícola e comercial (STERRY; MATTINGLY, 2013, p. 504-505).

Os Garamantes caracterizavam-se por possuir uma complexa hierarquia urbana, organizada em torno de duas grandes cidades nodais, que perfaziam centros militares, administrativos e comerciais compostos por uma população estimada entre cinco e três mil habitantes: Garama, localizada no Wadi al-Ajal; e Qasr ash-Sharraba, no Wadi al-Nashwa. Em torno destes dois centros, gravitavam uma série de composições urbanas menores, habitadas por centenas de pessoas e provavelmente dependentes das metrópoles regionais.¹⁶ Ao observar a Figura 1, com a representação dos sítios satélites a Garama e a Qasr ash-Sharraba, percebe-se a existência, na periferia de ambas as cidades, de inúmeras aldeias, *Qsur*s (fortalezas militares), vilas abertas guarnecidas por *Qsur*s e vilas fortificadas com muralhas. Foram catalogadas, no em torno de Garama, um sofisticado sistema urbano composto por 107 aldeias e *Qsur*s, 37 vilas abertas guarnecidas e 51 vilas fortificadas, o que permitiu aos investigadores do *Fazḡan Project* estimar uma população total entre 50 e 100 mil habitantes (MATTINGLY, 2013, p. 525-534).

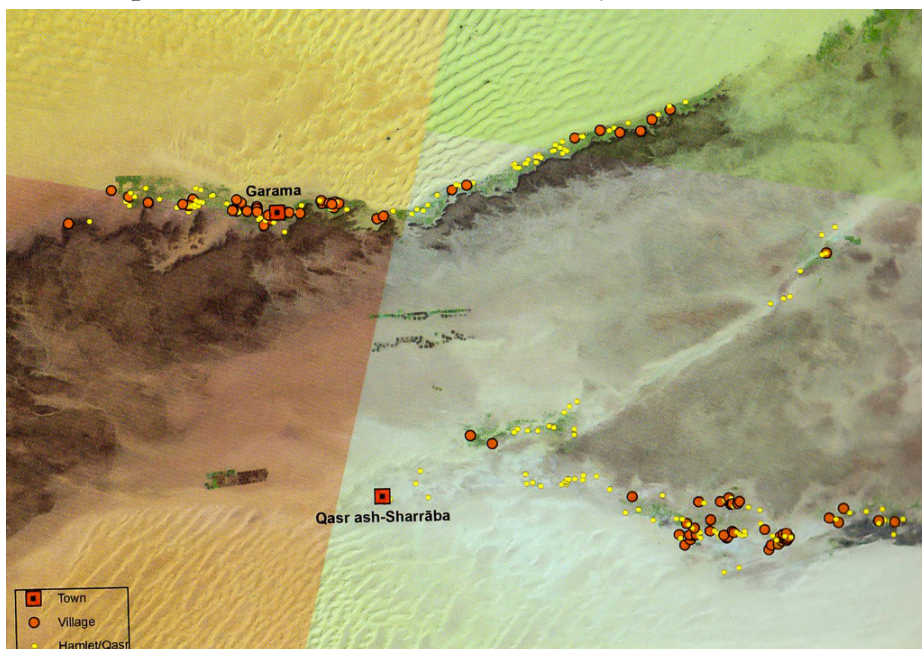
Garama era provavelmente a capital dos Garamantes, ao crermos

15. Para uma referência pormenorizada das citações presentes nas fontes literárias antigas acerca dos Garamantes do Fazzan, ver Mattingly (2013, p. 76-79).

16. Garama foi chamada de *metropolis* dos Garamantes por Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, V, 35).

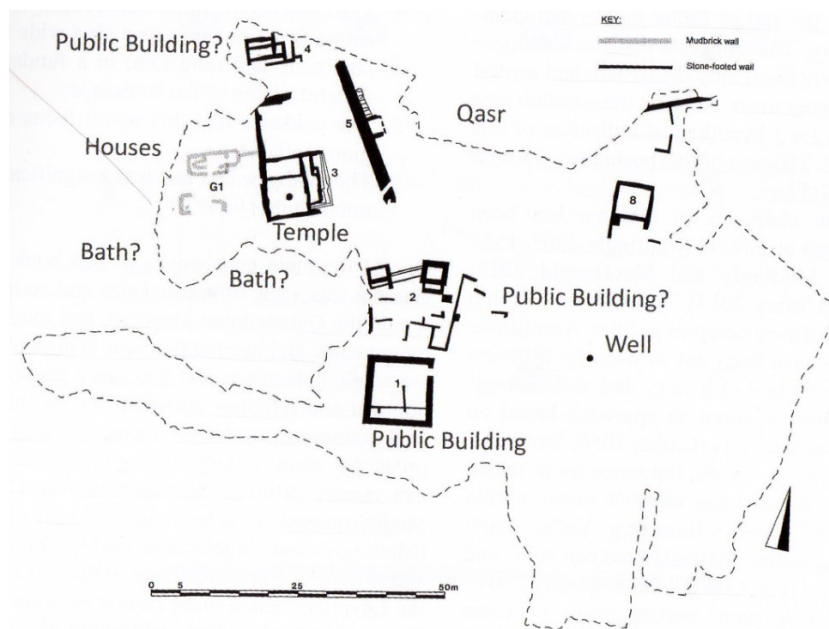
nos testemunhos de Plínio, o Velho (*Naturalis Historia*, V, 35) e de Cláudio Ptolomeu (*Geographia*, IV, VI, 12). Tal possibilidade é corroborada pelos próprios resultados das escavações arqueológicas realizadas em seu sítio urbano, demonstrando que a cidade possuía um centro monumental com as mais imponentes construções citadinas do Fazzan, caracterizando-se como um núcleo administrativo formado por uma série de prédios e templos públicos (Figura 2), destinados, com grande probabilidade, a auxiliar um governo centralizado politicamente e sob o comando de um rei (Ptolomeu, *Geographia*, I, VIII). Destaca-se, na paisagem citadina de Garama, ademais, a existência de um templo religioso com inegáveis influências arquitetônicas mediterrânicas, fato que abre possibilidades ímpares de investigação acerca das apropriações da cultura greco-romana entre os Garamantes (MATTINGLY, 2013, p. 290-291).

Figura 1 – Sistema urbano no Wadi al-Ajal e Wadi Nashwa



Fonte: Mattingly (2013, p. 528)

Figura 2 – Centro monumental de Garama



Fonte: Mattingly (2013, p. 289)

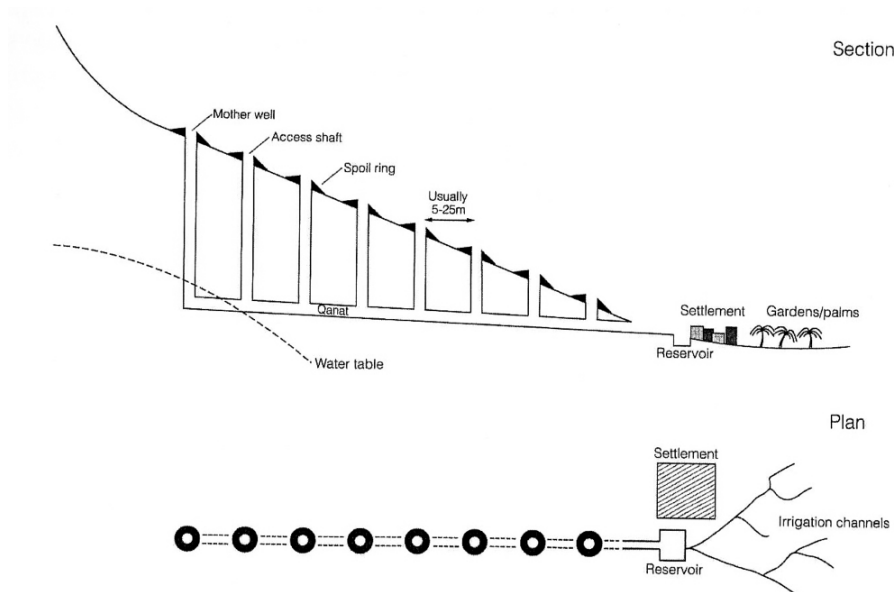
A organização urbana construída pelos Garamantes no Fazzan era mantida por um sofisticado sistema de irrigação, que servia às necessidades de consumo de uma população numerosa – estimada entre 50 e 100 mil habitantes – e às demandas da produção agrícola local, fornecendo as condições indispensáveis à ocupação de um território de clima desértico. Os denominados *fogaras* – uma tecnologia de captação fluvial típica das regiões áridas no Mundo Antigo –,¹⁷ baseavam-se na drenagem de água

17. Os *fogaras* foram provavelmente inventados na Pérsia no início do I milênio a.C., difundindo-se, a partir do Egito, no século V a.C., para as demais regiões de clima desértico do Norte da África, como Fazzan, Marrocos e Númídia (WILSON; MATTINGLY, 2003, p. 39).

de lençol freático por meio de túnel subterrâneo, utilizando a gravidade proporcionada por um declive no terreno. Como demonstrado na Figura 3, os *fogaras* no Fazzan consistiam em canais escavados no subsolo e acessíveis por meio de poços artesianos com profundidade de até 40 metros, construídos a uma distância de 5 a 25 metros entre eles, cuja principal função era a de proporcionar a limpeza periódica do canal principal (WILSON; MATTINGLY, 2013, p. 37).

Os *fogaras* se tornaram marcas distintivas da paisagem do Fazzan, perfazendo um total de 617 somente no Wadi al-Ajal, o que equivalia a mais de 100 mil poços escavados e a um sistema de irrigação com cerca de mil quilômetros de extensão. Tais canais subterrâneos conectavam-se diretamente aos diversos ambientes urbanos de época Garamante, abastecendo cidades, vilas, aldeias e *Qsur*s, além de seus respectivos campos agrícolas adjacentes (Figura 3). Em grande medida, a tecnologia hidráulica utilizada pelos Garamantes na Antiguidade garantiu a produção de culturas diversas – cevada, figueira, trigo, tâmara, sorgo são atestados pelos dados botânicos levantados pelo *Fazzan Project* –, provavelmente destinadas à subsistência da população local e à exportação, como demonstram duas ostracas provenientes do forte romano de *Bu Njem*, localizado no *limes tripolitanus*, que descrevem Garamantes abastecendo com cevada a guarnição fronteiriça (WILSON; MATTINGLY, 2003, p. 37; MATTINGLY, 2011^b, p. 53; MARICHAL, 1992; OLIVEIRA, 2012, p. 185-186).

Figura 3 – Sistema de *fogara* no Fazzan



Fonte: Mattingly (2003, p. 235)

Outra atividade econômica relevante no Fazzan consistia nas trocas comerciais, principalmente as de longa distância, como as relacionadas à carreira transaariana. Indo de encontro às concepções de Brett (2006, p. 271), que considera as rotas que ligavam a África Subsaariana ao Mediterrâneo um apanágio da época islâmica, Liverani (2006, p. 458-459) e Mattingly (2011_b, p. 50-52) afirmam que desde o século VI a.C. a travessia do Saara era realizado por grupos líbios especializados no comércio – a exemplo dos próprios Garamantes –, o que pode ser demonstrado pelos comentários de Heródoto (*Historiae*, IV, 183-185) acerca das jornadas regulares que ligavam o oásis de Siwa – no Egito – à bacia do rio Níger, atravessando o Fazzan.¹⁸ Fonte importante para corroborar a participação

18. Corroborando com as ligações comerciais antigas da África Subsaariana com o Mediterrâneo, Fenn et al (2009) investigaram as diferentes peças de bronze, datadas entre

dos Garamantes no comércio transaariano são os artefatos encontrados nos cemitérios localizados em Wadi al-Ajal, compostos por produtos de proveniência diversa, tais como ânforas, lamparinas e vidros romanos, além de joias, pulseiras e marfim subsaarianos (Figura 4). Esses dados documentais confirmam a posição estratégica do Fazzan como espaço de intermediação entre o Norte da África e as regiões ao sul do Deserto do Saara.

Não à toa, as fontes antigas são pródigas em suas afirmações acerca da especialidade mercantil dos Garamantes. Tácito (*Analles*, II, 52; III, 74; IV, 23-26; *Historiae*, IV, 50) os compreende, a título de exemplo, como exímios interceptadores de bens roubados, repassando os produtos adquiridos dos salteadores aos povos do interior do continente. Cláudio Ptolomeu, em sua *Geografia* (I, VIII), narra o episódio das expedições diplomáticas de *Septimius Flacus* (89 d.C.) e de *Julius Maternus* (98 d.C.), nas quais os generais romanos acompanham o rei dos Garamantes em seus contatos comerciais com a lendária Agisymba, nome dado à região do Lago Chade na Antiguidade. Por fim, não se pode deixar de registrar as próprias ostracas do forte de *Bu Njem*, provas irrefutáveis das relações mercantis dos Garamantes com o Império Romano (MARICHAL, 1992; OLIVEIRA, 2012, p. 185-186).

Figura 4 – Artefatos mediterrânicos e subsaarianos no Fazzan

os séculos II a.C. e IX d.C., encontradas nos cemitérios de Kissi (atual Burkina Faso). Após análises químicas realizadas nos artefatos metálicos descobertos nas escavações, concluiu-se por sua procedência mediterrânica e pela ocorrência de um tráfico transaariano pré-islâmico no continente africano.



Fonte: Mattingly (2003, p. 235)

Observa-se, a partir dos inúmeros dados documentais aqui analisados e fornecidos pelas escavações arqueológicas realizadas no Fazzan, a evidência de um quadro distinto daquele pintado por diversos autores latinos. Ao contrário do *locus* herodotiano de nomadismo, barbárie e belicosidade, os artefatos, monumentos, edifícios, cidades e técnicas de irrigação trazidos à luz pelo *Fazzan Project* apresentam uma sociedade urbana, hierarquizada e complexa, estruturada em torno de uma exploração agrícola intensiva e com uma sofisticada tecnologia hidráulica, contando, além disso, com os dividendos da intermediação comercial transaariana, que fazia do território Garamante um ponto nodal entre a costa mediterrânea e

a África Subsaariana.

A emergência da sociedade Garamante como um relevante objeto de investigação deve ser debitada, por conseguinte, na conta da aproximação cada vez mais intensa da História Antiga com a Arqueologia. A utilização da cultura material como documentação privilegiada é fulcral nas pesquisas atuais dos antiquistas, oferecendo agência histórica a uma série de grupos étnicos antes invisíveis ou mal compreendidos por perspectivas historiográficas logocêntricas e/ou politicamente enviesadas, a exemplo das correntes “colonizada” e “descolonizada” no tocante à História do Norte da África na Antiguidade. Em suma, é hora de ultrapassar, com o auxílio providencial dos aportes documentais adquiridos nas recentes escavações arqueológicas, as tradicionais visões historiográficas ainda hoje existentes nos estudos relacionados à África Antiga.

REFERÊNCIAS

Documentação literária

- APULEIUS. *Metamorphoses*: books I-VI. Translated and introduction by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.
- APULEIUS. *Metamorphoses*: books VII-XI. Translated by J. Arthur Hanson. London: Loeb Classical Library, 1989.
- CLAUDIUS PTOLEMY. *Geography*. Translated by Joseph Fischer. New York: Cosimo Classics, 2011.
- ESTRABÓN. *Geografía*: libros XV-XVII. Traducción de Juan Luis Garcia Alonso, Maria Paz de Hoz Garcia-Bellido y Sofía Torallas Tovar. Madrid: Gredos, 2015.

HERÓDOTO. *Histórias*. Tradução de Maria de Fátima Silva e Cristina Abranches Guerreiro. Lisboa: Edições 70, 2001.

PLINY THE ELDER. *Natural history*. Translated by John F. Healy. New York: Penguin Books, 2004.

POMPONIOUS MELA. *Description of the world*. Translated by E. F. Romer. Michigan: The University of Michigan Press, 2001.

SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. Tradução de Barreto Feio. Rio de Janeiro: Ediouro, s/n.

TÁCITO. *Anales*: libros I-VI. Traducción de José L. Moralejo. Madrid: Gredos, 2015.

TÁCITO. *Historias*: libros III-V. Traducción de Antonio Ramírez de Verger. Madrid: Gredos, 2013.

Documentação Arqueológica

AURIGEMMA, S. *Italy in Africa*: archaeological discoveries (1911-1943). Volume I: Monuments of decorative art: mosaics. Rome: Istituto poligrafico dello Stato, 1960.

FANTAR, M. H. et al. *La mosaïque en Tunisie*. Tunis: Alif, 1994.

MATTINGLY, D. *The Archaeology of Fazzan*: volume 1, Synthesis. London: Society for Libyan Studies, 2003.

MATTINGLY, D. *The Archaeology of Fazzan*: volume 2, Site Gazetteer, pottery and other survey finds. London: Society for Libyan Studies, 2007.

MATTINGLY, D. *The Archaeology of Fazzan*: volume 3, Excavations of C. M. Daniels. London: Society for Libyan Studies, 2010.

MATTINGLY, D. *The Archaeology of Fazzan*: volume 4, Survey and excavations at Old Jarma. London: Society for Libyan Studies, 2013.

Obras de Apoio

- BENABOU, M. *La résistane africaine à la romanisation*. Paris: Maspero, 1976.
- BRETT, M. Libya and the Sahara in the history of Africa. In: MATTINGLY, D. et al. *The Libyan desert*. London: Society for Libyan Studies, 2016, p. 271-285.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. Bellum Iustum em diferentes perspectivas. In: PEDROSA, F. V. G.; SILVA, M. F. A. CODEÇO, V. F. de S. *Anais do I Encontro de História Militar Antiga e Medieval*. Rio de Janeiro: CEPHIMEX, 2011, p. 11-29.
- CHERRY, D. *Frontier and society in roman north Africa*. New York: Oxford University Press, 2005.
- DUNBABIN, K. M. D. *Mosaics of the greek and roman world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- FENN, T. R. et al. Contacts between West Africa and Roman North Africa: archaeometallurgical results from Kissi, northeastern Burkina Faso. In: MAGNAVITA, S. et al. *Cultural and technological developments in frst millennium BC/AD West Africa*. Paris: Africa Magna, 2009, p. 119-146.
- FEVRIER, P. A. *Approches du Maghreb romain*. Aix-en-Provence: Édisud, 1989.
- FINKELPEARL, E. D; LEE, B. T.; GRAVERINI, L. *Apuleius and Africa*. New York: Routledge, 2014.
- GAGNAT, R. *L'armée romaine d'Afrique et l'occupation militaire sous les empereurs*. Paris: Imprimerie nationale, 1913.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. Algunas reflexiones sobre los límites del olkoumene en el imperio romano. *Gerión*, v. 23, n. 1, p. 271-285, 2005.
- KADDACHE, M. *L'Algérie dans l'antiquité*. Algiers: Société Nationale

d'Edition et de Diffusion, 1971.

LAROUÏ, A. *L'histoire du Maghreb*. Paris: Maspero, 1970.

LEPELLEY, C. Os romanos na África ou a África romanizada? Arqueologia, colonização e nacionalismo na África do Norte. *Heródoto*, n. 1, v. 1, p. 418-437, 2016.

LIMA NETO, B. M. *Bandidos e elites cidadinas na África romana*. Vitória: Edufes, 2014.

LIMA NETO, B. M. Paideia e ascensão social na África romana: a biografia de Apuleio de Madaura (séc. II d.C.). *Heródoto*, v. 3, n. 2, p. 72-87, 2018.

LIVERANI, M. *Agbram Nadarif: a Garamantian citadel in the Wadi Tannezzuft*. Florence: Society for Libyan Studies, 2006.

MARICHAL, R. Les ostraca de Bu Njem. *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, n. 123-3, p. 436-452, 1979.

MATTINGLY, D. J. *Imperialism, power and identity: experiencing the Roman Empire*. Princeton: Princeton University Press, 2011_a.

MATTINGLY, D. J. The Garamantes of Fazzan. In: DOWLER, A.; GALVIN, E. R. *Money, trade and trade routes in pre-islamic north Africa*. London: The British Museum Press, 2011_b, p. 49-60.

MATTINGLY, D. J. *Tripolitania*. Michigan: The University of Michigan Press, 1994.

MATTINGLY, D. J.; STERRY, M. The first towns in the central Sahara. *Antiquity*, n. 87, p. 503-518, 2013.

MATTINGLY, D. J.; WILSON, A. Farming the Sahara: the Garamantian contribution in Southern Libya. In: LIVERANI, M. *Arid lands in roman times*. Roma: Edizioni All'Insegna del Giglio, 2003, p. 37-50.

MENDES, N. M. Império e romanização: estratégias, dominação e colapso. *Brathair*, n. 7, p. 25-48, 2007.

- MERRILLS, A. H. *Vandals, romans and berbers*. New York: Routledge, 2016.
- MUDIMBE, V. Y. *A ideia de África*. Luanda: Edições Mulemba, 2013.
- OLIVEIRA, J. C. M. de. O forte romano de Gholia (Bu Njem). Exército, sociedade e cultura na Tripolitânia romana. In: FUNARI, P. P. et al. *História militar do Mundo Antigo: guerras e culturas*. São Paulo: Annablume, 2012, p. 173-196.
- VEYNE, P. Humanitas: romanos e não romanos. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 283-302.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.
- WOOLF, G. *Becoming roman*. New York: Cambridge University Press, 1998.

Uma história das religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro: memória coletiva e reordenação social no pós-abolição

PEDRO GUIMARÃES PIMENTEL¹

Colégio Pedro II

Resumo: Com o objetivo de revisitar as principais contribuições feitas por Renato Ortiz no estudo da emergência histórica da Umbanda, este trabalho busca uma interpretação do cenário religioso carioca no contexto pós-abolição, marcado pela reordenação social e o convívio de distintas práticas religiosas. Traz como principais fontes relatos de jornais de época e estabelece uma crítica às teses de “desajustamento social” e “desagregação da memória coletiva” que se tornaram marcantes no estudo da formação das novas religiões de matrizes africanas no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Umbanda; memória coletiva; Rio de Janeiro.

Abstract: This paper aims to review the most important contributes offered by the Renato Ortiz's studies about the emergence of *Umbanda*, establishing an historic interpretation of the religious scenario in Rio de Janeiro after the abolition of slavery, characterized by the social reordering and the distinct religious practice coexistence. Brings as primordial fonts “newspaper reports” and make a several review to the thesis of “social maladjustment” and “collective memory disaggregation” that became a mark to the studies of formation of new African matrices religiousness's in the city of Rio.

Key-words: *Umbanda*; collective memory; Rio de Janeiro.

Recebido em 28/02/2018 e aceito em 13/07/2019.

1. Professor de História do Colégio Pedro II; doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana – UERJ. Este trabalho é uma parte do quarto capítulo da minha dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-Rio em 2013, sob o título “Emergência e Legitimação da Linha Branca de Umbanda e Demanda: conflitos ideológicos na conformação teológica – 1890-1941”.

Introdução

Desde que João do Rio resolveu investigar - a serviço do jornal *Gazeta de Notícias* - as religiões que se praticavam em cada recanto da cidade, que uma valiosa documentação histórica se tornaria, primeiro, um famoso folhetim de notícias. A popularidade dessas reportagens foi tão grande que, logo em seguida, o mesmo diário daria início à publicação de “retratos” de famosos pais-de-santo e feiticeiros (FARIAS, 2010).

“- Quem através da calma do semblante lhes adivinhará as tragédias da alma?”

João do Rio surpreendia-se - e aos próprios leitores - com sua cidade que “como todas as cidades nestes tempos de irreverência, tem em cada rua um templo em cada homem uma crença diversa.” (JOÃO DO RIO, 1904, p.1).

O Rio de Janeiro de 1904, ano em que o jornalista-investigativo conclui seus relatos, “pululava de religiões” num cenário tenebroso aos olhos do *flanêur*. Antônio, seu principal depoente e interlocutor, iria ciceroneá-lo pelos mais estranhos mundos:

São swendeborgeanos, pagãos literários, fisiólatras, defensores de dogmas exóticos, autores de reformas da Vida, reveladores do Futuro, amantes do Diabo, bebedores de sangue, descendentes da rainha de Sabá, judeus, cismáticos, espíritas, babalaôs de Lagos, mulheres que respeitam o oceano, todos os cultos, todas as crenças, todas as forças do Susto. (JOÃO DO RIO, 1904, p.1)

O cenário era vasto e interminável. Os personagens, muitos deles de existência duvidosa como o próprio Antônio; mas o fascínio foi grande e não era a primeira vez que a imprensa se envolvia nos assuntos da religião. Aliás, o papel da imprensa era amplo, servindo claramente a todos os

clientes: ora anunciava “garrafadas” e remédios espirituais de “feiticeiros” (ou médicos), ora relatando a “barbárie” e a “selvageria” que assolava os bons costumes cariocas e faziam das religiões populares uma das marcas do atraso e da incivilidade brasileiras.

Grandes literatos e poetas emergiriam saídos de colunas de jornais, descrevendo o Rio de Janeiro, o Brasil e as peripécias do ser humano: Machado, Alencar, Bilac, Barreto... Igualmente se difundiria uma ciência jurídica, outra médica e mais uma sociológica: Nina, Romero, Freyre.

Apenas dezesseis anos após a abolição jurídica da escravidão tomavam corpo as observações de João do Rio. Uma cidade em expansão demográfica, territorial e produtiva.

O “mundo dos feitiços” - descrito pelo cronista - era onde grassavam todos os males da mestiçagem e da raça, no pensamento da elite branca que se aburguesava, substituindo a aristocracia rural e a monarquia no controle e comando do Estado brasileiro.

Pedro II e toda a corte já haviam se refugiado em terras do estrangeiro, todavia muitos monarquistas haviam sobrado por aqui, fossem entre funcionários públicos, barões do café ou mesmo entre os libertos. O imperador e a ex-futura imperatriz tiveram suas imagens popularizadas entre os antigos escravizados, ganhando fama de defensores em alguns momentos.

Uma proletarização incompleta encontrava na cor da pele a distinção da ascensão social que se difundia pela pregação de republicanos, liberais, positivistas e “homens de ciência”.

Imigrantes europeus para embranquecer o país competiam «livremente» com os «negros» e brancos pobres pelos poucos postos de trabalho - árduo e «indigno» - e pelo parco pão de cada dia. Residiam em cortiços, «vilas operárias», subiam os morros em barracão de zinco, ou

abrigavam-se nos ainda remanescentes e temidos quilombos, territórios de resistência e de mão-de-obra barata.

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1997, p.5)

Máquinas gigantes rasgavam a cidade - as casas e quem estivesse dentro - para abrir largas ruas para as carruagens e os carros (assim que estes chegassem ao Brasil).

Belas ruas iluminadas com querosene e em breve com eletricidade, acompanhavam o arrasamento do Castelo para que o ar fluísse pela cidade e a livrasse dos “miasmas” que provocavam surtos cada vez mais frequentes de febre-amarela, tuberculose e varíola.

“A Avenida... parece-me que a vejo acabada, ampla e formosa, com as suas árvores, os seus palácios, as suas lâmpadas elétricas, os seus refúgios, e cheia de uma multidão contente e limpa. Ainda não é realidade: mas já não é sonho”, dizia Bilac na *Gazeta de Notícias* em dezembro de 1903.

Cartão-postal da modernidade brasileira, a cidade do Rio de Janeiro se civilizava e progredia, nem sempre nessa mesma ordem e nem tanto a terra quanto ao mar.

Ao lado da proletarização da massa liberta, pulverizava-se a divisão do trabalho e acirrava-se a competição, desde o exercício legal de uma nova medicina até o ambulante que carregaria as provisões dos navios que acabara de aportar.

Pelo “monopólio dos bens de salvação” também competiriam padres, espíritas kardecistas, feiticeiros, macumbeiros, fisiôlatras e médicos. Uma senhora da alta sociedade que estivesse à procura de um bem - ou de

um mal - facilmente encontraria consolo e eficiência em diversos serviços prestados, muitos deles anunciados amplamente nos grandes jornais de circulação.

A “peste chamada gangau d’África, que a população chamava feitiçaria e que nada mais era do que envenenamento”. (FREYRE, 1977, p.510).

Mas era preciso ser matreiro e rápido, antes que este mesmo jornal denunciasse as “barbaridades” de um “culto fetichista”. E pela voz de comando dos delegados, os soldados policiais não fizessem uma incursão para buscar e apreender todos os tipos de instrumentos e materiais “exóticos” que só serviam para devassar a “credulidade pública” e retirar dos trilhos do progresso a nação brasileira. Longos e intermináveis processos eram instaurados, culpando-se ao final a galinha, pela macumba.

Quem desviasse a atenção - ou o “bom senso” - poderia ser vítima de um malandro, de um gatuno, de um capoeira ou de um cafetão. Quem não fosse esperto, a “carrocinha” levava e passaria algumas noites no xadrez; destino menos inglório do que ser abatido por um de outra malta: por isso usava-se seda, que a navalha não cortava.

Enriquecer era o grande negócio do *siècle nouveau*. Papel moeda que não valia nada da noite para o dia arrasava o sonho de muitos postulantes a capitalistas e empreendedores. O Estado contraía altas dívidas com os ingleses justamente para sanar as próprias despesas do Tesouro Nacional.

De vez em quando, neles [agrupamentos] se abriam sinuosos sulcos, por onde, coleando, se esgueiravam azafamados, ligeiros e jeitosos, corretores e, sobretudo, zangões, estes em número incalculável, de todas as idades, rubros, banhados em suor, com o chapéu caído sobre a nuca e o lenço em torno do pescoço como babadouro, a gritarem compro, vendo, sem particularizarem o que pretendiam comprar ou vender. “Duzentas Repúblicas”, anunciava um com insistência e esganiçada grita. “Quanto?” “83.” “Estão fechadas.” E rápidas se escreviam as notas em pedacinhos de papel ou

nos punhos postiços da camisa, cheios já de algarismos, enquanto mil sinais trocados no ar, mal esboçados, simples piscadelas de olho, encetavam grossas negociações ou de todo as concluíam. (TAUNAY, 1890 p.20)

Era preciso também sanear a cidade. Quanto mais estrangeiros morriam, menos estrangeiros viriam. Mais negro ficaria o Brasil. A tuberculose, até que poderia se deixar para depois. Enquanto a febre-amarela matava os estrangeiros, a tosse sangrenta matava os negros.

Diversas experiências forjariam a consciência do escravo na passagem dura e fugidia para a liberdade. Algumas serviriam, outras não, ao encarar a nova sociedade que a República ousava construir e que, em diferentes medidas, a população teimava em resistir.

A integração das classes na sociedade brasileira, inverso do que se costuma concluir na difusão da cultura liberal e capitalista, provocaria dubiedade e contradições irreparáveis na transformação da elite aristocrática e senhorial em burguesa e dos brancos pobres, negros libertados e estrangeiros em proletários.

Muita coisa se acomodaria em coronéis e oligarquias por um lado e malandros e indesejáveis por outros. Até que se forjasse uma dinâmica mais adaptada às ideias do que à própria realidade, o voto, por exemplo, era de cabresto e o vagabundo prisioneiro.

Reordenação social e memória coletiva na cidade pós-Abolição

A narrativa precedente teve por objetivo introduzir o tema deste trabalho: o cenário religioso carioca, do qual surgem novas religiosidades de matrizes africanas, e sua relação com a cidade transformada pela Abolição.

Abordaremos questões sobre a dinâmica e as relações de trabalho no novo século carioca, bem como a estrutura urbana e social que nos levam a divergir dos pressupostos de “desagregação social” e “desagregação da memória coletiva” apresentados por Roger Bastide e Renato Ortiz, duas grandes referências para o estudo histórico das religiões de matrizes africanas.

Durante o século final da escravidão, além do aumento considerável de grandes ou pequenas revoltas e insurreições escravas Brasil a fora, cidades como o Rio de Janeiro produzirão em seu interior, de acordo com Chalhoub, uma outra cidade, esta “negra” instituída por escravizados libertos e negros pobres da Corte. Com efeito, esta metáfora territorial engendrada pelo autor permite com que compreendamos a dinâmica da produção da experiência de liberdade no escravismo urbano:

A cidade negra é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico - isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado. (CHALHOUB, 1989, p.186)

Com a Abolição em 1888, apenas o estatuto conceitual do trabalhador será modificado: da condição de escravizado para a de potencialmente assalariado, já que os postos de trabalhos continuarão sendo ocupados pelos mesmos agentes, a não ser quando entra em cena a competição com o imigrante recém-desembarcado.

À mudança de estatuto conceitual, soma-se uma mudança na condição jurídica de grande impacto na realidade do trabalhador. De escravizado, ou liberto (ou ainda forro) tais indivíduos, sobremaneira aqueles que não

encontravam nos meios “legais” uma ocupação que garantisse a sobrevivência, tornar-se-ão “vagabundos”, “malandros” na legislação penal modificada em 1890.

A chegada maciça de imigrantes iria, nas primeiras décadas da República, aprofundar ainda mais o quadro de exploração. No entanto, não somente o aumento da competição que iria provocar, principalmente para os “homens de cor”, um aprofundamento no grau de marginalização *do e pelo* trabalho. A elaboração, difusão e popularização de um conteúdo racista da imigração (enquanto política pública e estatal) definiria o paradoxo da *proletarização* do negro: destituído da condição de coisa (propriedade, mercadoria) manter-se-ia, por um longo período, ainda, marginalizado da condição de “classe”; é a formação do que Darcy Ribeiro chama de “classes oprimidas” (1995, pp.209-215)

A “questão racial” ao mesmo tempo que impede a tomada linear da “consciência de classe” (explorada) provoca o protesto irremediável contra um estatuto social racista, antagônico ao liberalismo clássico, mas que amplia(ria) a revolta e a insurreição contra o modelo brasileiro. Por parte da classe dominante, é exigido que se mantenha racista e burguesa, com todas as estratégias de legitimação, técnicas de dominação, convencimento e alienação e, principalmente, incremento substancial e cruel dos aparelhos repressivos.

Por isso a “integração do negro [das raças] numa sociedade de classes” forma um par dialético com uma *integração das classes numa sociedade de raças*.

Esta formulação é tributária do pensamento de Florestan Fernandes, em seu indelével estudo *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, que explicita, assim, a complexidade desse processo: “a *situação de raça* da “população de cor” ainda não corresponde, estrutural e funcionalmente, às possíveis *situações de classe* segundo as quais se configura, morfológica e

dinamicamente, a ordem social competitiva.” (FERNANDES, 2008, p.567).

Renato Ortiz, discípulo conceitual de Fernandes defende, ao refazer o “quadro sócio-histórico” do momento de emergência da Umbanda (tema principal de sua pesquisa), a ideia de uma “desagregação social” e uma “desagregação da memória coletiva”. Uma análise comparada das obras de Ortiz e Fernandes, acrescida de cotejamentos com as teses de Roger Bastide (1989) evidencia uma filiação maior ao pensamento do autor francês do que com o do brasileiro, uma vez que toda a complexidade do trabalho de Fernandes - mesmo que, eventualmente alguns conceitos terminologicamente sejam sinonimizados, como “desajustamento” e “desagregação” – fica de fora do estudo de Ortiz.

É certo que Florestan Fernandes argumente sobre um «desajustamento», em especial do *negro* com o fim da escravidão e o rápido crescimento urbano alicerçado na ideologia do progresso liberal. Contudo, tal formulação é distante da argumentação encontrada em Ortiz. Vejamos:

é sobretudo a dominação simbólica do branco que acarretará o desaparecimento ou a metamorfose dos valores sociais negros; eles tornam-se caducos, inadequados a uma sociedade ‘moderna’. (...) A expansão da cidade, destrói a herança cultural negra que se conservara durante os séculos de colonização. O negro torna-se marginal, alcoólatra, criminoso. (...) A desagregação realiza-se em dois níveis: desagregação social do regime escravocrata que atinge todos os indivíduos da sociedade, e desagregação da memória coletiva negra. (ORTIZ, 1978, pp.24-26)

Já em Florestan Fernandes:

Primeiro, as orientações urbanas do crescimento econômico e sócio-cultural da cidade não favoreciam - ao contrário, solapavam e impediam - a persistência da parcela da herança cultural que poderia servir de fulcro para a reorganização integrada e autônoma dos padrões de existência do negro,

conforme uma configuração civilizatória rústica. Segundo, essas orientações não eram suficientemente fortes, envolventes e plásticas para produzir efeitos análogos noutras direções, o que facilitou (e até estimulou) a perpetuação de um horizonte cultural tradicionalista, de conteúdo pré-letrado e de sentido anti-urbano que logo se converteu no fator invisível e fatal do bloqueamento, da inércia e do malogro do negro na história cultural da cidade. Os demais grupos étnicos, nacionais ou estrangeiros, também eram portadores de uma herança rural e também a perpetuaram parcialmente. Contudo, eles tiveram chances de se entrosarem, mais ou menos, com as “exigências da situação”, modernizando seus estoques de ideias, de comportamentos ou de valores nas áreas vitais à participação vantajosa nas tendências e nos proventos da urbanização. A participação marginal e improficua nos papéis socioeconômicos de real importância estratégica excluía o negro, como “agente” ou “beneficiário” do crescimento urbano. Essa exclusão, por sua vez, acentuou e agravou o isolamento econômico, social e cultural do negro, aumentando sua dependência e, provavelmente, o seu apego a uma herança sociocultural imprópria e desvantajosa. Os efeitos acumulativos dessa interação de fatores se encadearam de tal modo que fizeram do elemento negro o único agrupamento humano da cidade em que não se revela um mínimo de sincronização entre as tendências e os produtos da “urbanização”, da “mobilidade social” e da “secularização da cultura”. (FERNANDES, 2088, pp.86-87)

Se todos estes últimos conceitos expostos por Fernandes foram considerados ideais - de um projeto de cidade civilizada, liberal, burguesa e progressista - o autor tem razão. Por outro lado, se tais conceitos possuem em si um conteúdo histórico-analítico, é preciso que apontemos algumas divergências.

Em primeiro lugar é preciso relativizar, para o momento histórico em questão, a oposição campo/rural *versus* cidade. Durante todo o século XIX e até princípios do XX, o espaço citadino convivia com a urbanidade e a ruralidade. Somente as áreas centrais, de maior densidade populacional,

se eximiam de configurar um espaço de produção agrícola. Fazendas, chácaras, sítios e quilombos não distavam muito desses espaços e estavam localizados hoje, no Rio de Janeiro, em bairros como a Tijuca, Copacabana, Irajá e Méier. Mesmo as ocupações das encostas dos morros e das áreas suburbanas não entrariam, completamente, em antagonismo “conforme uma configuração civilizatória rústica”.

A cidade, com sua reformulação ditada pelo progresso, também ver-se-á transformada por aqueles que o mesmo progresso alijava, fosse pela especulação do valor do solo ou pelo acirramento da competição econômica. Conscientemente, os que resistiam aos efeitos da modernização também empreenderam suas reformas urbanas, mesmo que não sistematicamente planejadas, impulsionadas antes pela necessidade premente da sobrevivência.

Portanto, é de se questionar um “sentido anti-urbano”, se nos pautamos pelas considerações históricas e não ideais. A aceitação tácita das proposições de Fernandes encontradas no trecho citado poderia fazer com que retornássemos a ideia de um “enquistamento social” de Bastide², ao considerar como determinantes históricos “o apego a uma herança

2. “Parafraseando Pasteur, poder-se-ia dizer que quando entra em seu sindicato, em seu grupo profissional ou quando vai ao mercado, fecha a porta de seu peço e, da mesma forma, quando entra no peço, deixa na entrada suas vestimentas de brasileiro, sua mentalidade em contato com o capitalismo, por uma economia baseada no dinheiro e por uma sociedade fundamentada em modelos ocidentais. Este “corte”, do qual se encontrará, demais, equivalentes entre os “evoluídos” dos terreiros africanos, nada apresenta de doloroso, não é um rasgão ou uma automutilação. É, pelo contrário, a solução mais econômica ao problema da coexistência pacífica de dois mundos numa única personalidade. O candomblé graças a ele pode assim resistir vitoriosamente aos assaltos da sociedade-ambiente que podiam se organizar contra ele.” (BASTIDE, 1989, p.238). Para Bastide, seria possível ‘despir-se’ de uma “cultura”, de um “modelo civilizatório”, para se apropriar de outro. Neste “corte”, como quer Bastide, é possível aos indivíduos, mesmo numa sociedade de classes, pertencerem à “civilizações” diferentes. A ponte de passagem, privilegiadamente, é a religião. De algum modo, tal instituição, estaria, pelo menos no caso do Candomblé, isenta das pressões externas que levariam à “atomização”, ao “esfacelamento”, ou à “desagregação”.

sociocultural imprópria e desvantajosa”.

Tal sentido se assemelha a uma concepção de “apolítico” ou “pré-político” das reivindicações e formas de adaptação à realidade pujante. É possível que as “chances” realmente não oferecidas ao “elemento negro” fizessem com que seus “padrões tradicionalistas” em médio prazo produzissem críticas e questionamentos mais contundentes do que àqueles “grupos étnicos” que “se entrosaram” ao sistema.

Em outro aspecto “o malogro do negro na herança cultural” da cidade, se realmente assim se deu, deve-se, sobretudo, a processos de expropriação e repressão, oriundos, respectivamente, do avanço da indústria cultural da música e do repetido conteúdo racista da moralização dos costumes, que via no “elemento negro” e em todas as suas expressões o mal a ser extirpado do Brasil que se civilizava. Tal associação, sem dúvida é aparentemente contraditória.

E é o próprio autor que, mais adiante, garante que o “viver na cidade” significava uma vitória contra uma possível “demonstração de fraqueza”, já que a resistência pela permanência poderia, de algum modo e em algum dia, lograr bom frutos. Florestan Fernandes, através de todo seu estudo amplia este debate e oferece, ao investigador atento, diversas outras argumentações e fontes que permitem um entendimento mais amplo e menos determinista como o exposto pelo estudo de Ortiz.

Importante contribuição se faz em pensar a resistência ao novo modelo de trabalho, não como caractere genético ou racial como queria os “homens de ciencia” da sociologia que o precedera meio século, mas como adaptação consciente àquilo que estava, de alguma maneira, possibilitado pela nova ordem societária:

a indolência, o desinteresse pelo trabalho, a resignação, o alheamento diante de obrigações elementares imperativas, a diferenciação sociopática do comportamento, etc.

respondiam, alternativamente (e às vezes de maneira simultânea) às dificuldades que emergiam, continuamente, em cada situação de convivência. (FERNANDES, 2008, p.267)

A barreira da “raça”, sem dúvidas, é um agravante na complexificação do reordenamento social do antigo escravo. Todas as transformações rápidas da cidade e o aumento da competição por trabalho se somariam negativamente à “questão racial” produzindo um aviltamento das relações sociais. Florestan Fernandes define, assim, as dificuldades de sociabilização na nova estrutura:

Prendia-os [a desorganização] a um acervo de bens culturais e de técnicas sociais contraditórios, com frequência obsoletos ou inconsistentes, diante das exigências da situação histórico-social. Afastava-os da tomada de consciência e de posição em face dessas exigências, desligando-os do curso histórico dos processos de reconstrução social. Isolava-os, em suma, em um mundo material e moral confinado e sufocante, que não conferia segurança nem compensações sociais satisfatórias e, ainda por cima, não fomentava, coerentemente, a conquista dessas coisas. (FERNANDES, 2008, p.280)

Se nos ativermos às experiências de trabalho e de conquista da liberdade por parte daqueles submetidos à condição de escravos, como nos referem Chalhoub e tantos outros autores na historiografia sobre o tema, a argumentação de Fernandes ganha em vitalidade histórica. Isto é, até o final da década de 1880, a liberdade se alcançava pela alforria, pela morte do senhor, pela fuga para quilombos, pela revolta e pela insurreição; e o trabalho não era condição de sobrevivência, era, sobretudo para os escravizados arrolados nas lavouras, um atentado contra a mesma.

Tais experiências formariam uma consciência, uma memória e uma cultura que se chocavam com a nova disposição da sociedade, na qual a

liberdade – enquanto ideal de trabalho – paradoxalmente, é prejudicial e não glorificante: o trabalho livre é compulsório. Portanto é de se supor uma *agregação* da memória coletiva e não seu contrário. Um apego a um passado recente em que as experiências sociais produziam algum efeito (ou sentido) positivo. Parte dessa memória terá participação decisiva no condicionamento de formas culturais de resistência, tais como as expressões de religiosidades.

O ataque à “memória histórica da busca da liberdade”, como afirma Chalhoub, levado a cabo pelos republicanos ao “perseguir capoeiras, demolir cortiços, modificar traçados urbanos – em suma, ao procurar modificar o sentido do desenvolvimento da cidade” deveria produzir antes uma coletivização e um ordenamento daquela memória – tendo diversas formas de expressão, dentre elas as práticas religiosas – do que uma completa desagregação como quer Ortiz.

Evidente que prisões, destruições de locais de moradia, apreensão de objetos religiosos faziam desaparecer, concretamente, tal realidade material. Mas apontamos para uma prática simbólica – e por muito silenciada – que, de alguma forma, era depositária das antigas experiências e sentidos da produção da existência.

É notório que Ortiz e Fernandes se aproximem em suas afirmações quanto aos efeitos produzidos pela nova ordem no culto da “macumba” e, assim, devemos divergir de ambos:

Fernandes:

À margem das atividades estratégicas para a urbanização dos modos de pensar, de agir e do estilo de vida, acabaram não participando, sequer superficial e esporadicamente das ‘tendências do progresso’. As transformações sofridas pela macumba ilustram cabalmente essas interpretações. Não possuindo autonomia social para se associar através de valores culturais próprios, de cunho autenticamente ‘sagrado’ e ‘tradicional’, a população negra perdeu a possibilidade de zelar pela pureza de seus cultos e acabou assistindo à

perversão da macumba pelo branco. Em consequência deixou de se beneficiar das funções construtivas desses cultos que requerem um mínimo de aglomeração e oferecem ao negro oportunidades de afirmação pessoal ou coletiva, por meio da vida social organizada. (FERNANDES, 2008, pp.85-86)

Ortiz:

No domínio das crenças religiosas, a macumba representa essa desagregação da memória coletiva. No Rio de Janeiro, este culto chega a se organizar em seita, muito embora o processo de sincretismo já se encontrasse em fase avançada. Em São Paulo, entretanto, o ritmo da desagregação social foi tão rápido que as crenças cristalizaram-se em indivíduos, os feiticeiros e mágicos: a religião torna-se magia. (ORITZ, 1978, pp.26-27)

A Morte Branca do Feiticeiro Negro, título da obra de Renato Ortiz, coincide com o argumento de Fernandes de que a população negra assistiu “à perversão da macumba pelo branco.” Florestan Fernandes não foi um sociólogo das religiões como Bastide e, em suas obras, não aparecem discussões aprofundadas sobre a temática. No entanto, nos parece ter colaborado para fincar raízes de uma tradição interpretativa sobre a “macumba”.

A primeira ressalva a ser feita é de que o que se conhece da “macumba” é relativamente vago, escasso de documentação. Fora a etnografia religiosa de Arthur Ramos, algumas referências de membros da Igreja Católica e outros tantos relatos da imprensa (quando acionada para dar conta de cumprir sua função conservadora e moralizadora), nada de mais substancial pode confirmar uma tese de agregação ou desagregação de um culto que, sabe-se lá, como estava realmente “organizado”.

Além disso, já apontamos como a formação de uma cultura de liberdade,

associada com as dinâmicas de trabalho na passagem da escravidão para o trabalho livre, produziria para o negro senão uma “autonomia social”, ao menos “valores culturais próprios”, já que “aglomeração”, evidentemente não era o que faltava na cidade do Rio de Janeiro, nem demográfica, nem cultural.

Cenário e trânsito religioso carioca: elementos para o estudo histórico das religiões de matrizes africanas

A narrativa de João do Rio, em 1904, dá o tom do conflito instaurado:

Toda essa gente vive bem, à farta, joga no bicho como Oloô-Teté, deixa dinheiro quando morre, às vezes fortunas superiores a cem contos, e achincalha o nome de pessoas eminentes da nossa sociedade, entre conselhos às meretrizes e goles de parati. As pessoas eminentes não deixam, entretanto, de ir ouvi-los às baiucas infectas, porque os feiticeiros que podem da riqueza, palácios e eternidade, que mudam a distância, com uma simples mistura de sangue e de ervas, a existência humana, moram em casinholas sórdidas, de onde emana um nauseabundo cheiro.

O que o repórter mais se constrangia em admitir era que todos “nós dependemos do Feitiço. (...) Não há ninguém cuja vida tivesse decorrido no Rio sem uma entrada nas casas sujas onde se enrosca a indolência malandra dos negros e das negras.” As “senhoras, as damas do *high life*” é quem teriam seus nomes achincalhados pelos feiticeiros como Oloô-Teté.

Este é um ponto importante e contrastante que, em suma, reafirma a ideia da contradição e a heterogeneidade das práticas religiosas e seus frequentadores. Os pais e mães-de-santo e tantos outros próceres das tradições africanas ao mesmo tempo em que eram veementemente

combatidos pelos médicos, policiais, delegados, deputados, jornalistas, repórteres, padres e clérigos, recebiam em “suas casinholas sórdidas” as mais distintas personagens das classes altas, em busca de qualquer feitiço que pudesse aplacar suas angústias.

É a partir desse pressuposto que temos a intenção de compreender a ‘fundação’ da Umbanda como uma disputa ideológica de legitimidade e formação de um novo culto, permeada de conflitos de hegemonia que faziam sobressair valores e culturas em detrimento de outras, ou resignificavam expressões e conceitos de modo que se apagassem aqueles indesejáveis.

Claro está que uma força aplicada numa direção não está isenta de ter uma reação em igual medida. No caso das relações humanas esta “igual medida” nem sempre tem a mesma *eficácia*, mas não deixa de ter algum *efeito*. Este é nosso problema aqui: como a Umbanda, em suas diferentes projeções verbalizadas e ritualizadas por diferentes grupos da sociedade carioca, lida com as outras religiões que estão presentes na época, além claro das dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais?

Diversos são os relatos que expõem os cultos e seus frequentadores. Em algumas passagens da já citada obra de João do Rio, *As Religiões no Rio* (1904), verificamos:

É provável que muita gente não acredite nem nas bruxas, nem nos magos, mas não há ninguém cuja vida tivesse decorrido no Rio sem uma entrada nas casas sujas onde se enrosca a indolência malandra dos negros e das negras.

As pessoas eminentes não deixam, entretanto, de ir ouvi-los [os feiticeiros] às baiucas infectas...

Eu fui saber, aterrado, de uma conspiração política com os feiticeiros, nada mais nada menos que a morte de um passado presidente da República.

Eu vi senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça, como nos folhetins de romances, para correr, tapando a cara com véus espessos, a essas casas; eu vi sessões em que mãos enluvadas tiravam das carteiras ricas notas... (pp.10-13)

A Marinha, o Exército, a advocacia, a medicina, o professorado, o grande mundo, a imprensa, o comércio tem milhares de espíritas. (...) A Federação tem 800 sócios e ainda o ano passado expediu 48 mil receitas. (...) Entre a gente educada há um número talvez maior de salas onde estudam o fenômeno psíquico e a adivinhação do futuro, com correspondência para Londres e um ar superiormente convencido. (...) Nas rodas mais elegantes, entre sportsmen inteligentes, lavra o desespero das comunicações espíritas, como em Paris o automobilismo. (p.72);

Com efeito, todas as casas [“baixo espiritismo”] em que entramos, estavam sempre cheias. Na maioria frequentam-nas pessoas de baixa classe, mas se pudéssemos citar as senhoras, as damas do high-lífe que se arriscam até lá, a lista abrangeria talvez metade das criaturas radiosas que frequentam as récitas do Lírico. (p.76)

Em Arthur Ramos encontramos o seguinte:

Até em regiões que se julgavam imunes das religiões e cultos negros, vários colaboradores nossos tem registrado sobrevivências negro-religiosas e de outras formas de cultura.

(“Folha da Tarde” [Porto Alegre], 28.5.1936) Velhas, pretas, crianças, homens moços, homens brancos, gente paupérrima, gente miserável, uns rotos, outros caracterizados com as cores dos seus santos, todos se esmagavam no meio daquela gritaria.

(“O Globo” [Rio] 15.7.1937) Vão para lá de faróis abrindo riscos de luz na estrada tortuosa aquelas limusines que causam espanto em Irajá” (...) “Gente do povo – operários,

lavadeiras, homens sem profissão – e gente rica costuma aparecer ali para falar a um preto, alto, de voz mansa, gestos lentos. É ele o ‘Pai Pedro’.

Até as residências de gran-finos e as estações de rádio, a macumba já invadiu: “Diário da Noite” [Rio] 31.5.1939 – Magia num palacete da Travessa Navarro – Presos o macumbeiro e a enfermeira – (...) prendeu ali, em flagrante, quando realizava uma sessão de magia negra o macumbeiro Raul Monteiro, que se achava em companhia de varias pessoas, inclusive a enfermeira da Cruz Vermelha Olga de Aguiar a quem atendia.

O público carioca tem assistido até a irradiações de ‘macumbas’. E dizer-se que o Negro tem sido responsabilizado por isso! Uma das estações do nosso broadcasting tem feito mais de uma exibição, para uso turístico, das macumbas dos morros do Rio. Ainda mais: conhecida atriz negra, de passagem pelo Rio, exibiu-se num dos nossos night-clubs em cenas de macumba, que assim adquiriu o prestígio de great-attraction nos números de cabaret... (1934, passim 176-183).

Os mais célebres ‘pais-de-santo’ do Rio são mulatos ou brancos. E as casas de negócio, de ‘macumba’, do Rio e de Niterói estão nas mãos de portugueses. (p.184)

Diferentes autores, reunidos por Edison Carneiro em *Antologia do Negro Brasileiro*, trazem as seguintes informações:

Na extensão do terreiro, pessoas de todas as classes reuniam-se, entravam e saíam da casa em festa. (FILHO apud CARNEIRO, s.d. p.281).

Depois da áurea lei de 13 de maio, porém, generalizou-se a seita [cabula], tendo chegado, entre as freguesias, a haver para mais de 8000 pessoas iniciadas. (NERY apud CARNEIRO, s.d. p.293)

Em outro jornalista investigativo, Leal de Souza, encontramos as seguintes constatações:

É grande, elevadíssimo, o número de médicos que professam o espiritismo. Muitos são médiuns e receitistas; os outros muitas vezes recorrem àqueles medianeiros, considerando-os consultores. (1937, p.15)

Ele [um espírito da Magia Negra] demonstrou de uma feita, a um grupo de curiosos da alta sociedade, a importância de coisas aparentemente insignificantes. (...) Essa magia exerce diariamente a sua influência perturbadora sobre a existência, no Rio de Janeiro. Centenas de pessoas de todas as classes, pobres e ricos, grandes e pequenos, por motivos de amor, por motivos de ódio, por motivos de interesse, recorrem aos seus sortilégios. A política foi e continua a ser dos seus melhores e mais assíduos clientes. (pp.13-14).

É certo que as sessões espíritas não se organizam por classes sociais, porém, os indivíduos de diversas categorias que as constituem ligam-se, mais ou menos, entre si, pelas afinidades. (p.30).

A longa citação precedente, longe de querer cansar o leitor, teve como objetivo identificar, através dos relatos de época – fossem eles de jornais, obras antropológicas, ou até mesmo produções independentes – os indivíduos que compunham as práticas religiosas para as quais dispomos destaque neste trabalho.

Julgamos relevantes todos os trechos aqui expostos por nos fazerem perceber alguns elementos que vêm sendo negligenciados pelos estudos afins. O primeiro deles é da composição “racial” dos cultos. As afirmações de Arthur Ramos, por exemplo, tais como que “os mais célebres pais-de-santo do Rio são mulatos ou brancos” choca-se frontalmente com a tese de Ortiz de que havia apenas “duas opções para a gente de cor”, o Candomblé ou a Umbanda.

A análise da documentação prova exatamente o contrário; à exaustão verificamos que os pais-de-santo ou os terreiros eram procurados, frequentados, quando não solicitados em casa por gente “de todas as classes”, “gente rica”, “gente do povo”, “senhoras”, “damas do *high-life*”, etc. As religiões, como práticas sociais elaboradas e difundidas por agentes históricos reais e dispostos em sociedade – e não anterior a eles – não estão “enquistadas” social, econômica ou culturalmente. Muito menos se dividem em classes sociais, sem que haja possibilidades de trânsito ou frequência múltipla.

É preciso que avancemos no entendimento de tais práticas a partir de outros pontos de vista que não os clássicos tais como “religião dos negros”, “religião dos pobres” x “religião dos brancos” e “religião dos ricos”, ou outras categorias engessadas como estas. Uma instituição (no sentido de instituir, empreender, organizar) religiosa, como um agrupamento de indivíduos, não necessariamente se coloca à margem de outros indivíduos ou grupos. Isto não é obrigatoriamente uma regra do estabelecimento de uma doutrina. A possibilidade da conversão está aí para desmentir qualquer tese neste sentido.

É imperativo que avaliemos historicamente os casos concretos para que possamos compreender a composição social de um culto. Sem querermos investigar os significados subjetivos de ritos ou símbolos, procuramos nos limitar a *necessidade* do estabelecimento de um culto – num sentido amplo – ou simplesmente a atuação prática de uma prece, uma oração, uma missa, uma consulta espiritual, uma gira ou um ebó³.

3. Os termos desconhecidos da grande maioria dos leitores remetem-se aos cultos de tradição africana. “Gira” ou “engira”, especificamente de origem banto, é o nome dado à cerimônia e “ebó”, de língua fon (nagô-yorubá) é o ato de fazer a oferenda, o despacho, a “macumba”...

Assim sendo, a pergunta que cabe à compreensão da formação histórica dos cultos é *por que eles se formam?* Tal questionamento não impõe respostas teológicas ou de cunho pessoal como “o sentimento que se tem de Deus”, ou a relação que se mantém com o sobrenatural, metafísico, etc... Apenas nos atemos às necessidades materiais que vinculam indivíduos em torno de um culto, esperando respostas concretas daqueles objetos, pessoas ou divindades cultuadas.

Não nos restringimos, quando falamos de necessidades materiais, a simples conquista de objetos palpáveis ou de situações que gerem subsistência no sentido econômico estrito. “Por motivos de amor, por motivos de ódio, por motivos de interesse...” todos são necessidades materiais, da existência humana, concreta e real. É a partir deste conjunto de concepções que ora propomos a continuidade da investigação.

Sendo assim, não é de se espantar que João do Rio tenha visto “senhoras de alta posição saltando, às escondidas, de carros de praça, para correr a essas casas [onde se faziam feitiços]”, ou “sessões [de baixo espiritismo] em que mãos enluvadas tiravam das carteiras ricas notas”.

A procura por parte de pessoas supostamente não praticantes das religiões marginalizadas (pelo pensamento e pelo aparato hegemônico do Estado/Igreja/autoridades policiais) mostra a *eficácia* de tais atividades e nos faz entender que a prática religiosa não sobreviveria sem o afluxo destas pessoas. Isto significa que além da composição social de um culto ser mais difusa do que se convencionou acreditar, a estrutura do pensamento religioso não subsiste calcada a um agrupamento ou classe social, não possuindo pertencimento, também, a uma ideologia restrita.

A religião como produto social participa, pois, da dinâmica das contradições presentes nas sociedades, fazendo parte da totalidade dos conflitos que se dão na mesma.

Como já pode ser percebido, a escolha das citações que ora fizemos abrange práticas diversas à Umbanda e aos cultos de tradição africana. Optamos por selecionar relatos que informassem acerca de práticas adjuntas ao que se constituiria como a Linha Branca de Umbanda e Demanda, fazendo parte de um mesmo campo religioso, o das religiões que lidam com a presença dos espíritos, almas e mortos⁴.

Este recorte tem um duplo objetivo. Se por um lado ampliamos a gama de práticas a serem observadas num campo de disputas no qual a Linha Branca de Umbanda estará presente, não estendemos a investigação, por exemplo, a todas as religiões descritas por João do Rio em sua obra, o que seria um exercício de fôlego impróprio para o momento.

Aos poucos assim estamos desenhando o campo de batalhas no qual estavam inseridas as religiões que aqui discutimos – assim como a Linha Branca de Umbanda. No entanto, não é correto que este cenário ganhe contornos dispondo médicos, autoridades policiais e sanitárias⁵ de um lado e praticantes do espiritismo, ‘macumba’, ‘magia negra’, ‘feitiçaria’, etc. de outro, em completo antagonismo.

A documentação demonstra o contrário. É Leal de Souza quem nos diz, em 1937, que “é grande, elevadíssimo, o número de médicos que professam o espiritismo. Muitos são médiuns e receitistas; os outros

4. A historiografia sobre o tema convencionou chamá-las de “religiões mediúnicas”. Consideramos esta uma generalização e sobrevalorização de um termo que pertence ao saber elaborado pela tradição espírita kardecista, e que, em última análise, significa a corroboração de valores dominantes (ou que vieram a se tornar dominantes) perante outros marginalizados. Veremos, em outra oportunidade, como que até mesmo o nome “Umbanda” será alvo de disputa ideológica.

5. Em outros momentos da nossa pesquisa discutimos como a medicina, enquanto profissão legalizada no decorrer da segunda metade dos oitocentos enfrenta, em seu processo de legitimação profissional, a competição com toda a sorte de curandeiros, espíritos, feitiçeiros, mezinheiros, sangradores e etc. e, para tanto, faz valer a força repressiva do Estado através da lei e da polícia.

muitas vezes recorrem àqueles medianeiros, considerando-os consultores”. Mesmo João do Rio três décadas antes afirma que “a Marinha, o Exército, a advocacia, a *medicina*, o professorado, o grande mundo, a imprensa, o comércio têm milhares de espíritos”. (grifo nosso).

É preciso perceber, portanto, que esse cenário se configura com indivíduos que assumem distintas posições sociais, tendo consciências de classe, boa parte das vezes, discrepantes de sua condição de classe. É neste mesmo sentido que a ideologia que conforma estes posicionamentos perante o mundo também se imiscui, se pulveriza e produz contradições muito mais complexas que a oposição mecânica entre burguesia e classe trabalhadora⁶.

A religião, transladando as ideias de Gramsci⁷, pode ser entendida não como uma forma de ideologia, mas como uma práxis que não está isenta de comungar ideologicamente com diversas classes. Ou seja, enquanto atividade social complexa e irregular exatamente pela participação e apropriação de seus desígnios por diferentes indivíduos, oriundos e representantes de variadas classes sociais, se constitui como um dos campos da “sociedade civil” (ainda nos termos gramscinianos) de disputa de hegemonia. O que não quer dizer que um grupo, ao se tornar hegemônico sobre o outro, não tenha sofrido resistências, já que “parte-se do pressuposto que a hegemonia não é uma construção monolítica,

6. O caso da legitimação social do espiritismo é emblemático. A doutrina kardecista é um misto de ciência moderna, religião, filosofia e moral que se dispersou nas mais diversas classes na sociedade brasileira. Obviamente a apropriação prática destes pensamentos não foi sempre mesma para todos os grupos, mas foi ressignificada de acordo com sua utilidade. Mas isso é assunto para outro momento.

7. Nosso objetivo, ao propor Gramsci, é fazer uso de um aporte teórico que indique caminhos de análise para o entendimento de disputas hegemônicas de legitimidade do culto, bem como avaliem de forma clara e lúcida as ideologias em choque e os processos de segregação social no Brasil com o aprofundamento da realidade da sociedade de classes.

e sim o resultado das medições de forças entre blocos sociais atuantes em determinado contexto histórico. O regime de hegemonia comporta, assim, espaços de lutas e deslocamentos em seu próprio interior, notadamente os que se expressam nos campos cultural e comunicacional. Nessa perspectiva, avalia-se que as relações de poder estão atravessadas por contradições que, em maior ou menor grau, entreabrem possibilidades de reversão das formas de domínio material e imaterial. (MORAES, 1997, p.98).

Os redatores/pensadores teológico-doutrinários – e qualquer um dos praticantes – de qualquer religião, ao estarem inseridos organicamente dentro de uma corrente de pensamento (neste caso a religiosa), produzem saberes intelectualizados⁸ que estão, indubitavelmente, alinhados com suas posições de classe e a ideologia que as cristaliza.

O que Gramsci analisava para o mundo da produção econômica, destacamos para o campo da produção da consciência individual religiosa que, agregada na coletividade, vocaliza ideologias, já que esta nada mais é do que complexificação da consciência coletiva em relação às práticas materiais de produção da existência e que estão de acordo com os interesses e disputas de classe.

Sendo assim, as descrições feitas pelo cronista da *Gazeta de Notícias* são bem lúcidas no sentido de expressar a pluralidade das religiões na cidade e a maneira como as pessoas se relacionavam com elas.

- Feitiço pega sempre, sentencia o ilustre Oloó-Tetê, com a sua prática venerável. Não há corpo-fechado. Só o que tem é que uns custam mais. Feitiço para pegar em preto é um instante, para mulato já custa, e então para cair em cima de branco a gente sua até não poder mais. Mas pega sempre. Por isso preto usa sempre o assiqui, a cobertura, o breve, e não

8. “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais.” (GRAMSCI, 1982, p.7.)

deixa de mastigar obi, noz de cola preservativa. (JOÃO DO RIO, 1904, p.5).

O trecho acima, apesar de não dar uma noção geral das religiões e participação dos indivíduos nelas, ao menos nos serve de ilustração para pensarmos como a dinâmica de atuação mágico-religiosa dependia (e ainda hoje depende) da maneira como estavam dispostas as relações sociais.

Afirmar que o feitiço “para cair em cima de branco a gente sua até não poder mais” é reconhecer uma dificuldade que não está presente tanto no feitiço contra negros e mulatos. O decorrer do texto não dá nenhuma explicação sobre a afirmação do “feiticeiro”, mas podemos apontar algumas direções para esta questão.

Pode ser que a dificuldade encontrada por Oloô-Tetê em fazer feitiços contra branco se refira, por exemplo, às outras proteções que os brancos possuíam e que os negros não. Seria isto um reconhecimento da condição de exploração em que estes últimos viviam e a relativa vida boa dos brancos enquanto senhores e pessoas de importância social como um favorecimento dos orixás em detrimento dos outros indivíduos?

Mas o “macumbeiro” também tabela os preços, afirmando que quanto mais clara a pele, maior o custo. Isto poderia apontar para pedidos diferenciados de feitiços contra negros, mulatos e brancos. Seriam os brancos alvo de feitiços mais complicados devido, exatamente, a condição que ocupavam ou aos males cometidos contra aqueles que desejavam vingança?

Oloô-Tetê comenta ainda sobre as proteções recomendadas a todos, brancos, negros ou mulatos: estariam também os negros sofrendo feitiços por parte dos brancos? São muitas perguntas e muitas respostas. De toda forma, o feitiço “pega sempre”, tranquiliza o feiticeiro.

Não é momento aqui de responder a todos estes problemas nem de

levantar outros, apenas de situar este acontecimento como exemplaridade de que uma mesma religião – ou prática religiosa – não está “enquistada” como quer Bastide, muito menos invulnerável a transformações constantes, ou fechada à participação de diversas classes e grupos sociais.

Enfrentamos, pois, deste modo, a questão do sincretismo. Numa perspectiva histórica e analítica. Não apriorística; reconstruindo a trajetória social e os conflitos ideológicos das formulações teológicas. Antes mesmo que se veicule a ideia de uma prática “sincrética”, é preferível dispor de todas as antíteses e antônimos que projetaram formas “novas” e “atualizadas” de simbolizar o “sagrado”⁹.

O “sincretismo” é uma condição *sine qua non* tanto da catequese, quanto das futuras religiões elaboradas no Brasil, e por isso brasileiras, denominadas tardiamente como sincréticas.

Sincrético foi o catolicismo enquanto catequese controladora e difusora dos dogmas da Santa Igreja de Cristo no Brasil.

Sincrético foi o estabelecimento das primeiras casas de Candomblé que congregavam, em tons de disputas hegemônicas, as diferentes etnias africanas representadas por diversos ritos, nações e divindades.

Sincrético são já as macumbas cariocas, calundus, feitiçarias e tantas outras práticas que viriam fundir-se, por iniciativa própria, ou por redução classificatória na Umbanda. Sincrético precisou ser o Espiritismo à la Kardec em sua difusão brasileira, esse mesmo kardecismo que dará o tom teológico, filosófico e missionário da Umbanda...

9. A possibilidade de “ecletismo” ou de “trânsito religioso” ainda são mais seguras do que a ideia de sincretismo. Difícil é saber onde termina uma religião e começa outra...

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1997. 30.ed.
- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição A Uma Sociologia Das Interpenetrações De Civilizações*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.
- CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ediouro s.d.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FARIAS, Juliana Barreto. João do Rio e os Africanos: Raça e Ciência nas Crônicas da Belle Époque Carioca. *Revista de História* n. 162, p.243-270, 2010.
- FERNANDES, Florestan: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Vol.1: “O Legado da Raça Branca”*. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- _____. Vol.2: *“No Limiar de Uma Nova Era”*. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.
- JOÃO DO RIO. *As Religiões no Rio*. Rio de Janeiro: Garnier, 1904.
- LEAL DE SOUZA, A. *O Espiritismo, a Magia e as Sete Linhas de Umbanda*. Rio de Janeiro: 1933. MORAES, D. Notas sobre o Imaginário Social e Hegemonia Cultural. *Revista Contracampo*. n.1, 1997.

ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

VISCONDE DE TAUNAY. *O Encilhamento*. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos, 1890.

O Conceito e a Obra: Reflexões sobre o prédio pós-moderno da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

LEOPOLDO EURICO GONÇALVES BASTOS¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a arquitetura contemporânea com ênfase na análise do prédio da “Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP”, em Portugal. A partir de uma visita realizada in loco pelo autor, em dezembro de 2017 e através de conceitos levantados sobre o pós-modernismo: historicismo, bioclimatismo, concepção da forma, integração com a paisagem, etc, tornou-se possível consolidar as impressões obtidas pelo observador quando de seus deslocamentos. Considera-se também uma breve revisão histórica sobre o revestimento azulejado em fachadas portuguesas. O estudo realizado indica que o texto elaborado pelo arquiteto muito auxilia a compreensão se a obra for conceitual e pós-moderna.

Palavras-chave: Arquitetura pós-moderna; Fachadas Azulejadas; Arquitetura vernacular

Abstract: The aim of this paper is to present some reflections on contemporary architecture with emphasis on the analysis of the “Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP”. As a result from a visit made in loco by the author in December 2017, and through concepts of post-modernism: historicism, bioclimatism, design of the form, integration with the landscape, etc, it became possible to consolidate the obtained impressions when of displacements. Also, comments are made about the historic use of tiles on Portuguese building façades. The study indicates that the text prepared by the architect greatly helps to understand when the work is conceptual and postmodern.

Keywords: Postmodern architecture; Tile façades; Vernacular architecture

Recebido em 20/02/2018 e aceito em 17/06/2019.

1. Professor Titular, DSc COPPE/UFRJ; Pós-Doc LASS/CNRS- Université Paul Sabatier –Toulouse, França. Membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – PROARQ-FAU. Docente do Mestrado em Arquitetura da Universidade Vila Velha – UVV, Espírito Santo. Email: leopoldobastos@gmail.com.

Introdução

Na cidade portuguesa do Porto, do alto do bairro Boavista se descortina para o sul uma vista esplêndida do vale onde corre o Rio Douro, e completam o quadro, esparsas construções, e uma vegetação nativa. Nesta região está situado o Polo 3 da Universidade do Porto, onde se localiza a Faculdade de Letras -FLUP, Figura 1, em um complexo arquitetônico de concepção pós-modernista de autoria do arquiteto *Nuno Jennings Tasso de Sousa*, realizado no período 1986-1995.

Figura 1- Localização do Prédio da Faculdade de Letras do Porto



Fonte: <http://maps.google.com>

Confirme indica o arquiteto, Sousa (2011, p.14):

“Pelo Plano Geral, a construção devia ter a capacidade de 3500 alunos e ocuparia uma área coberta de 14 000 m², restando ainda um espaço livre, suficiente para permitir uma expansão equivalente a 50% da superfície inicialmente calculada. No Programa Base apresentado na fase inicial do

projecto, com data de 20/12/1986, encontra-se sistematizada toda a informação anteriormente proposta por aquele grupo de trabalho, assim como o inter-relacionamento dos espaços e o respectivo dimensionamento. O referido documento, assente nos dados recebidos pelo projectista, através do colégio de representantes da Faculdade, foi submetido à Reitoria, o qual mereceu a aprovação, após consultada aquela instituição.”

Em continuidade, este mesmo arquiteto cita que também fez parte deste documento uma localização pré-determinada, com um contexto específico (natural e humanizado), junto com uma reflexão sobre as características históricas, morfológicas e ambientais do lugar:

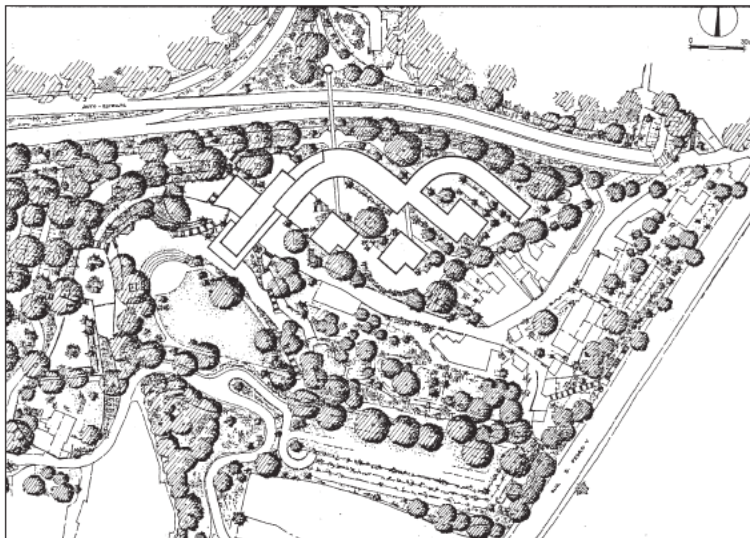
“Evidenciam essa preocupação as citações textuais extraídas da Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto e da obra do arquiteto romano Vitruvius. Do primeiro, e em relação às características ambientais recordamos: Enfim, se o clima desta cidade não é o mais sadio de todo o reino ele não é dos mais perniciosos, se assim não fosse não se multiplicariam nas suas vizinhanças as muitas e belas quintas que a rodeiam e fazem um paraíso delicioso, ou Primavera continua... Muitas destas quintas dilatam-se por Massarelos, Vilar e Cedofeita. Raríssima haverá da qual não se goze vista do rio e mar. Já do segundo extraiu-se uma associação entre o símbolo da sabedoria, a deusa Minerva, a Atena dos gregos, e o modo de implantar os templos a ela dedicados, neste caso simbolicamente figurado pela Faculdade, em especial pela sua biblioteca, que se entende como um dos núcleos geradores da modelação dos espaços do edifício. Tratar-se-á de uma celebração do espírito do lugar, em que, para além dos seus atributos naturais, as humanidades são evocadas através da simbologia da antiguidade clássica, onde se defende – de acordo com Vitruvius – que “os templos de... e Minerva devem implantar-se no ponto mais alto dominando visualmente a maior parte da cidade”, (SOUSA, 2011, p.15).

Ocupação do solo, modelação e programa

Assim, para a ocupação do solo pelo prédio da FLUP, foram estabelecidas as seguintes condições, Sousa (2011, p.16), ver Figura 2:

“O facto de o terreno se situar sobre limite sudeste da plataforma que estende desde a Boavista ate ao Campo Alegre, encaixado entre os festos da Pena e do Gólgota, mesmo sobre o início da encosta sobranceira a margem norte do Rio Douro, confere-lhe uma morfologia peculiar. Dai resulta, entre outros aspectos, uma transição quanto ao modo de ocupação do solo, que se pauta na direcção norte por uma grande densidade de malha edificada e por extensos alinhamentos a face dos traçados viários. Pelo contrário, na encosta, a sul, a fixação é dispersa e quase aleatória, apesar desta se encontrar em processo de alteração, graças aos empreendimentos que ali recentemente se vão erguendo. Deste enquadramento ressalta uma variação das amplitudes do campo visual, ou seja, na direcção do rio ele é vasto ou profundo, enquanto para o lado oposto se torna mais contido ou confinado. São factores que contribuiram para sugerir uma modelação diferenciada das massas volumétricas, conforme se expõem ao observador e se relacionam com o desenho urbano próximo. Naquele momento, também se associou a remota possibilidade de estabelecer uma ligação franca na direcção da Praça da Galiza.”

Figura 2 - Proposta final de implantação da Faculdade de Letras



Fonte: (Sousa, 2011, p.16)

Quanto à modelação e o Programa foi estabelecido que:

“A noção clara desta complexidade de circunstâncias, inerentes ao local e ao programa, traduziu-se no processo de materialização dos espaços livres e edificados, o qual se configurou do seguinte modo:

- sobre a encosta, distribuem-se sucessivamente varias torres, sobressaindo a da biblioteca, as quais abrem sobre o pequeno vale do Golgota, destacando-se de um extenso corpo predominantemente horizontal, a abraçar aquele conjunto e a demarcar o vasto corredor cujo alinhamento previsto se integraria na restante malha urbana, a estender-se na direcção da Boavista e da Praça da Galiza;
- os diversos volumes interligam-se, a vários níveis, por galerias entreabertas assentes em plataformas desniveladas segundo as pendentes, delimitando conjuntamente pátios, com geometrias e superfícies diferenciadas, de onde se adivinha o vale adjacente;
- a constante alternância entre os espaços livres e construídos, que seria acentuada por um notável arranjo paisagístico não concretizado, apela à percepção do lugar, tanto pelas suas

vertentes naturais, como pelas humanizadas;

– graças às tonalidades naturais empregues no revestimento exterior e interior, ora de predominância ocre, ora de óxido de ferro ou ainda de cinza, esta última bem presente na luz portuense, estabelece-se um diálogo com o contexto cromático, rico e delicado, próprio do vale do Rio Douro que neste trecho final se manifesta de modo inconstante, pleno de alternâncias surpreendentes;

– a coloração das superfícies edificadas, tanto exteriores como interiores, tem um envolvimento directo na modelação espacial, participando de modo activo na dinâmica cromática do meio. A aplicação da “lei de Albers”, torna-se aqui uma evidência, variando a presença e destaque dos diversos volumes de acordo com a tonalidade dominante do ambiente, compartilhando o protagonismo da definição formal com as sombras, próprias e projectadas;

– através do uso de mesclas de cores, padronizadas segundo geometria única, distribuídas sobre fundos dominantes, proporcionam-se índices de percepção cromática, variáveis conforme o grau de proximidade do observador;

– é bem patente a aplicação de princípios associados à formulação de séries numéricas diferenciadas, coexistindo por sobreposição, como é o caso da relação entre os padrões do revestimento dos paramentos opacos e as sequências de vãos ou da fenestração;

– no conjunto dos espaços não prevalece um ordenamento formal determinado pelas leis da perspectiva, onde impera o ponto de fuga e a linha de horizonte. As diagonais, as superfícies curvas e as demarcações de desenvolvimento vertical, tanto interiores como exteriores, contrariam-na regularmente num processo que a torna menos impositiva nas sequências visuais, sejam elas estáticas ou em movimento;

– através da representação altimétrica dos espaços, cortes e alçados, não é possível visualizar por inteiro as diferentes faces do conjunto, segundo as orientações convencionais, N-E-S-W, o que denota um processo de pesquisa onde é menos valorizado esse procedimento

secular.”(SOUSA,2011, p.16).

Além disso, com relação à torre cilíndrica principal da biblioteca:

“Considerada pela instituição, a data da realização do projecto, como o repositório por excelência de um vasto acervo de conhecimento, a biblioteca veio, por isso, a ficar situada num ponto estratégico relativamente ao edifício e a envolvente externa. Distribuída por diversos pisos, a sua forma não escapa à influência literária de Humberto Eco e Jorge Luis Borges. Embora faça parte dos espaços de uso condicionado, confina com outros de livre acesso, distribuídos em torno da área de acolhimento, podendo no seu conjunto constituir uma forma de apoio explícito a comunidade exterior, sem perturbar o funcionamento dos restantes sectores do edifício.” (SOUSA,2011, p.20).

Nas Figuras 3 a 7 a seguir, são apresentadas quatro fotos de vistas do prédio da FLUP.

Figura 3- Vista norte da torre da biblioteca



Fonte: Autor (2017)

Figura 4 – Vista noroeste de parte do complexo da FLUP



Fonte: Autor (2017)

Figura 5 - Vista interior de pátio e fachadas vazadas das rampas



Fonte: Autor (2017).

Figura 6 - Vista sudoeste de parte do complexo da FLUP



Fonte: Autor (2017)

Arquitetura Pós-moderna

Conceituar o Pós-Modernismo nas Artes e na Arquitetura através de um pensar histórico não é trivial, conforme indica Jameson (2007, p.15):

“Le plus sûr est d’appréhender le concept du post-moderne comme une tentative de penser historiquement à une époque qui, avant tout, a oublié comment penser historiquement.”

Mas, de acordo com Portuguesi (2002, p.61):

“O Pós-moderno é mais evolucionista que revolucionário; não nega a tradição moderna, mas interpreta de forma livre, a integra e revê criticamente seus erros e acertos. Contra os dogmas de ambivalência, de coerência estilística pessoal, do equilíbrio estático, ou dinâmico, contra a pureza e a ausência de qualquer elemento vulgar, a arquitetura pós-moderna revalida a ambigüidade e a ironia, a pluralidade de estilos, o duplo código que lhe permite voltar-se ao mesmo tempo

para o gosto popular, através da citação histórica ou vernácula, e para os especialistas através da explicitação do método compositivo e do denominado “jogo de xadrez” da composição e decomposição do objeto arquitetônico”.

Nesta mesma direção Moneo (2008, p.52) cita as palavras do arquiteto americano Robert Venturi:

“Sou a favor da riqueza de significados ante a clareza do significado; das funções implícitas ante as explícitas. Prefiro ambas ao mesmo tempo, a “um ou outro,....”

Conforme ainda enfatiza Scofier (2009, p.161):

“Estamos hoje constantemente rodeados por objetos. Sinais, em Toda parte, recobre o horizonte, excedendo sempre nosso campo visual. Em qualquer lugar que estejamos, estamos sempre protegidos. Envolvidos, como se o ato de vagar tivesse realmente se tornado impossível. À noite como de dia, os fluxos contínuos de informação nos submergem. Essas quatro constatações definem nossa condição contemporânea. Um mundo amniótico de artefatos que transitam e nos seduzem. Um mundo onde a palavra, o conceito, tende a se substituir à sua referência. Um mundo no qual somos ao mesmo tempo nômades e sedentários. Nômades, porque nos deslocamos permanentemente na superfície da terra e, sedentários, porque estamos *em casa* aonde quer que estejamos. Um mundo, ainda, onde somos informados em tempo real do que ocorre do outro lado do planeta, e onde, cada nova notícia, cada acontecimento apaga o precedente, obrigando-nos a viver em cada instante com a impossibilidade de reconstruir uma memória.”

Traduzir para a arquitetura esta condição existencial contemporânea constituiu-se em uma tarefa árdua, porém necessária, quando se enfatiza o historicismo.

Na época do projeto do prédio da FLUP em 1986 eram fortes os apelos conservadores para o assim chamado *contextualismo*² da arquitetura pós-moderna”, e era presente muita polêmica, (FOSTER, 2017, p.44).

Impressões de uma visita, e considerações sobre o prédio da FLUP

Em dezembro de 2017 o autor deste artigo percorreu a rua que parte da zona urbana do bairro de Boavista e após acessou o espaço de localização do prédio da FLUP. A primeira visão que se tem desta arquitetura pós-moderna, revela uma grata surpresa, parecem estar ali consolidados alguns conceitos de Robert Venturi e de Aldo Rossi. Logo se identifica a configuração da grande envoltória azulejada e colorida do prédio, e depois a torre principal da biblioteca. Ao se contemplar o conjunto arquitetônico de perto e ao longe no vale, é possível identificar referências vernaculares desta região norte de Portugal, como as ruínas de castelos nos cimos das elevações; restos de paredes; passagens de acesso; local para toureio, e enfim antigos prédios com fachadas azulejadas e coloridas.

Compreende-se que a concepção arquitetônica do prédio seguiu preceitos pós-modernos, com ênfase no historicismo decorativo; integração com a paisagem; formas arquitetônicas vernáculas constituindo um todo, que expressa condições de complexidade, ambigüidade, tensão, e a idéia do *genius loci* (*espírito do lugar, entidade romana que zela pela proteção ao lugar*). Por conseguinte, pode-se considerar a leitura vernacular como um ponto

2. O Contextualismo cultural se encontra em linha oposta à arquitetura (autonomia da forma) , mas têm em comum fundamentos de linguagem estruturalista.

forte da obra, onde os três princípios do arquiteto romano Vitruvius foram assumidos (*soliditas, comoditas, venustas*), ao lado de imagens de labirinto ou leituras fragmentadas de Jorge Luis Borges, além dos percursos pelas cidades invisíveis de Ítalo Calvino (1972).

Evidentemente, os aspectos funcionais do prédio foram considerados, pois é uma faculdade pública que precisa dispor de salas de aulas, laboratórios, alojamentos, e outros espaços afins.

A arte conceitual, conforme indica Pássaro (2017, p.131), considera para o objeto duas estruturas: uma superficial (denotação, percepção, semântica) e outra profunda (conotação, conceito, e sintaxe de linguagem).

Sobre a estrutura superficial (historicismo decorativo)

A presença de superfícies externas azulejadas neste conjunto arquitetônico da FLUP, suscitou ao autor deste trabalho um questionamento sobre a origem no cenário histórico português do uso do azulejo de revestimento nas fachadas ou envoltórias dos prédios.

No Brasil cidades antigas, como São Luiz (Maranhão) possuem casas com fachadas em azulejos decorados ou pintados. Também, na arquitetura moderna brasileira o azulejo foi utilizado como revestimento externo decorativo em muitas obras, como a igreja de Pampulha (MG) por Niemeyer e azulejaria de Cândido Portinari; e o prédio do antigo Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro por Lúcio Costa e Niemeyer. O movimento modernista na arquitetura brasileira se diferenciou bastante da ortodoxia do modernismo europeu, que seguiu de perto os princípios funcionalistas de Le Corbusier. Na arquitetura brasileira além do funcionalismo foram observados critérios bioclimáticos (*uso de fontes energéticas naturais como o sol,*

ventos, biomassa, e de estabelecer condições de adaptabilidade das edificações às condições climáticas locais) oriundos da arquitetura vernácula colonial (Lúcio Costa), e uma plasticidade de novas formas arquitetônicas com Niemeyer.

Segundo Wastiels & Wouters (2008, p.4), a seleção de um material de construção é condicionada por vários aspectos: Função/uso; Processo de fabricação/acabamento; Contexto; Experiência (percepção, associação,emoção). Nota-se que implicitamente há a variável tempo, que se encontra relacionada com as técnicas e a tecnologia disponíveis em uma dada época. No século XVIII em Portugal, o Marquês de Pombal promoveu a industrialização da cerâmica, com o aumento da produção e uma redução de custos. Mais adiante, com a revolução industrial, conforme indicam Addington & Schodek (2005, p.2):

“The role of materials changed dramatically with the advent of the Industrial Revolution. Rather than depending on an intuitive and empirical understanding of material properties and performance, architects began to be confronted with engineered materials. Indeed, the history of modern architecture can almost be viewed through the lens of the history of architectural materials. Beginning in the 19th century with the widespread introduction of steel, leading to the emergence of long-span and high-rise building forms, materials transitioned from their pre-modern role of being subordinate to architectural needs into a means to expand functional performance and open up new formal responses”.

Em Portugal os primeiros azulejos datam do período de ocupação árabe. Mas, com relação à produção industrial, Mariz (2016), por exemplo, considera que:

“A tradição da azulejaria de fachada entre 1850 e 1920 teve grande expressão em Portugal, se bem que com maior implementação no norte do país, e marca indelevelmente a arquitetura civil, correspondendo a uma das marcas mais ricas do emprego de cerâmicos vidrados e que não teve paralelo no contexto ocidental”.(MARIZ, 2016, p.455).

“Apesar do valor plástico da azulejaria de fachada elevado, os primeiros revestimentos cerâmicos receberam fortes críticas provenientes dos círculos intelectuais que questionavam o seu “bom gosto”. Esta questão ganhará outra vez relevância a partir do fim do primeiro quartel do século XX, desta vez sem registros escritos, e que levará ao quase desaparecimento do emprego de azulejos nas fachadas de edifícios nas diversas cidades portuguesas.” (MARIZ, 2016, p.456).

“Até ao início do século XIX os azulejos produzidos nas cidades do Porto e de Vila Nova de Gaia tinham como vocação uma aplicação. No interior de edifícios, onde desempenhavam funções utilitárias e decorativas. O uso do azulejo no exterior das habitações não foi uma solução que nasceu dentro das empresas cerâmicas, mas uma resposta a procura por alteração de uso, inicialmente solicitada por parte da comunidade “brasileira retornada”. Se bem que a princípio esta nova forma decorativa estivesse associada a esta influência, pensamos que a sua integração e emprego massivo no norte de Portugal só é entendível pela predisposição a este gosto, em grande medida justificado pelo historial decorativo existente no interior de jardins de palácios, mosteiros, conventos, igrejas e catedrais”. (MARIZ, 2016, p.466).

“Os azulejos produzidos no baixo Douro tiveram uma repercussão ínfima no plano europeu, com exceção de Espanha (Galiza), assistiu-se contudo a um grande fluxo de exportação para o Brasil mas neste país nunca se alcançou a diversidade de padrões verificada em Portugal.” (MARIZ, 2016, p.466).

Assim, pode-se considerar que em Portugal somente com o pós-modernismo na arquitetura, irá ocorrer esta releitura vernácula (popular) para o uso do revestimento cerâmico esmaltado, colorido, ou rugoso para as fachadas ou envelopes das edificações. Mas pensa-se que este caráter popular para o revestimento com azulejos continua no imaginário português. Isto, pode ser atualmente constatado, pelo uso exterior dos azulejos em novas

obras como a do Museu MAAT às margens do Rio Tejo em Lisboa (2016), projeto de Amanda Levete Architects.

Sobre a estrutura profunda

Conforme indica Pássaro (2009, p.131):

“Há a ideia de estabelecer uma desmontagem estruturalista do processo artístico e arquitetônico, e um reconhecimento subjetivo de encontro à idéia do autor.”

Mais adiante conceitua:

“ Em suma, todas as manifestações conceituais têm como *mecanismo* a exposição e valorização do somatório de idéias que conformam a obra de arte, o que se traduz em uma proposta de mudar (eliminar) a primeira experiência visual e sensorial, ou seja, a experiência perceptiva, para poder assim valorizar a experiência mental e intelectual, ou seja, a experiência conceitual, numa trajetória que vai do objeto para o subjetivo.” (PÁSSARO, 2009, p.143).

Sobre esta questão, sabe-se que algumas obras da arquitetura contemporânea não permitem a um observador comum (não iniciado em arte e arquitetura contemporâneas) ter uma melhor compreensão sobre o que vê. Há sempre algo misterioso nas imagens mostradas pelo objeto, e de certa forma esta arquitetura se revela como uma arte elitista. A conotação dada pelo arquiteto aos elementos do objeto arquitetônico é algo a ser procurado como num jogo de xadrez. Há sem dúvida alguma sedução para o sujeito nesta procura do obscuro desejo (intenção) do arquiteto na obra em análise.

Conclusões

A arquitetura conceitual, de certa forma requer que seja acompanhada de um texto descritivo sobre as idéias e condicionantes que concorreram para a concepção do projeto e a sua realização. No caso presente do prédio da FLUP, o arquiteto Nuno Sousa fez por bem explicitar (denotar) o plano conceitual, com o compromisso de favorecer a uma boa implantação, a excelente relação com o entorno, satisfeitos aspectos funcionais, e uma estética de envelope que procura matizes com o ambiente do entorno. O historicismo presente na obra mostra aspectos da arquitetura vernácula, com um aspecto às vezes medieval e onírico que faz parte sem dúvida do imaginário das pessoas.

No entanto, apesar de considerar esta obra relevante, pensamos que ainda deva ser realizada pesquisa sobre como os usuários deste espaço, e o público em geral consideram este objeto arquitetônico. Isto porque, não há menor informação sobre esta obra em folhetos turísticos do Porto, nem menção alguma de seu valor arquitetônico, mesmo nos sites da Universidade do Porto e da Faculdade de Letras. Apenas foi possível se acessar a uma nova informação no site da FLUP (25/02/2018), de que foi recebido um auxílio da União Europeia para renovar o prédio: trocar os caixilhos e vidros, substituir lâmpadas por outras mais eficientes, e instalar um grande sistema de conversão da energia solar em eletricidade. Contudo, é desejável que estas ações não venham comprometer a integridade desta obra arquitetônica da década de 90, que se constitui em um objeto arquitetônico a ser preservado.

REFERÊNCIAS

Obras completas

- ADDINGTON, Michelle; SCHODEK, Daniel D. *Smart Materials and New Technologies*. Architecture Press, Burlington-MA, 2005, p.2.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. Companhia das Letras, 1990, 1º Ed. [Le città invisibili, 1972].
- FOSTER, Hal. *O complexo Arte-Arquitetura*. Ubu Editora. São Paulo, 2011.
- JAMESON, Fredric. *Le postmodernisme ou la logique culturelle du capitalisme tardif*. Beaux-Arts de Paris, les éditions. Paris, 2011.
- MONEO, Rafael. *Inquietação Teórica e Estratégia Projetual*. Cosac Naify. São Paulo, 2008.
- MONTANER, Josep Maria. *La Modernidad Superada*. Editorial Gustavo Gili. Barcelona-España, 2011.
- PORTUGHESI, Paolo. *Depois da Arquitetura Moderna*. Editora Martins Fontes. 1ª edição. São Paulo, 2002.

Capítulos de obras

- PÁSSARO, Andrés. Linguística e estruturalismo na arquitetura dos anos 70. In: *Leituras em Teoria da Arquitetura 1. Conceitos*. Oliveira, B.S; Lassance, G.; Rocha-Peixoto, G.; Bronstein, L. (Orgs.), Rio de Janeiro, Viana & Mosley, 2009, pp.128-161.
- SCOFFIER, Richard. *Os quatro Conceitos Fundamentais da Arquitetura Contemporânea*. In: *Leituras em Teoria da Arquitetura 1. Conceitos*. Oliveira, B.S; Lassance, G.; Rocha-Peixoto, G.; Bronstein, L. (Orgs.), Rio de Janeiro, Viana & Mosley, 2009, pp.162-233.

Artigo

- SOUSA, Nuno Jennings Tasso de - *Edifício da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O conceito e a forma*. História. Revista da FLUP - Porto,

IV Série, vol. 1 – 2011, pp. 11-22.

Trabalhos completos publicados em Anais

MARIZ, Luís. *Azulejo Oitocentista no Porto e em Vila Nova de Gaia*. Livro de **Actas...** 2º Congresso de História da Construção Luso-Brasileira, Porto-Portugal, setembro 2016, v.1. Culturas Compartilhadas, pp.455-468.

WASTIELS, Lisa; WOUTERS, Ine. *Material Considerations in Architectural Design: A Study of the Aspects Identified by Architects for Selecting Materials*. In: Undisciplined! Design Research Society Conference 2008, **Proceedings...** Sheffield Hallam University, Sheffield, UK, 16-19 July 2008.

Reformulação urbana em Morrinhos/GO e sua relação com os projetos modernizantes da Ditadura Civil Militar entre 1964 e 1970

JÚLIO CESAR MEIRA¹

Universidade Estadual de Goiás

Resumo: Ao longo das décadas de 1960 e 1970 uma série de transformações foi operada na área urbana do Município de Morrinhos (GO), sobretudo ao longo da segunda metade dos anos 1960, período da administração do Prefeito Joviano Antônio Fernandes (1966-1970). A proposta deste artigo é relacionar essas intervenções às ações do governo ditatorial pós-1964, cujo projeto era a busca do desenvolvimento e da modernização da sociedade brasileira, a partir de uma concepção de progresso. Tanto no nível local quanto no nacional, as atividades de transformação e reestruturação urbana tinham como protagonistas o poder público. Nesse sentido, a cidade de Morrinhos é a metáfora da urbanização e industrialização que se buscava.

Palavras-chave: Cidade. Progresso. Modernização.

Abstract: Throughout the 1960s and 1970s, a series of transformations took place in the urban area of Morrinhos (GO), especially during the second half of the 1960s, during the administration of Mayor Joviano Antônio Fernandes (1966-1970). The proposal of this article is to relate these interventions to the actions of the post-1964 dictatorial government, whose project was the search for the development and modernization of Brazilian society, from a conception of progress. At both the local and national levels, the transformation and urban restructuring activities had the public power as protagonists. In this sense, the city of Morrinhos is the metaphor of urbanization and industrialization that was sought.

Keywords: City. Progress. Modernization.

Recebido em 15/02/2018 e aceito em 13/05/2019.

1. Doutor em História Social (UFU), é professor efetivo (em Regime de Tempo Integral de Dedicação à Docência e à Pesquisa) nas áreas de História Moderna e Contemporânea do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – Câmpus Morrinhos. Professor do Programa de Mestrado em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás (PPGAS/UEG). Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Rural no Brasil (NEPERG/GEPEC/UEG). E-mail: juliohistoriador@gmail.com.

Introdução

O período compreendido entre as décadas de 1950 a 1970 foram de grandes transformações no Brasil e em Goiás – sobretudo na região sul do Estado. Processos migratórios cada vez mais intensificados, principalmente do campo para a cidade, mas, também, de pessoas em busca de novas terras, numa ampliação da “Marcha para o Oeste”, segundo Marcos Arriel (2010), graças aos programas oficiais de incentivo à colonização e ocupação; mudança do perfil da agricultura e da pecuária motivadas pelas mudanças tecnológicas, que contribuíram para o aumento e diversificação da produção; o desenvolvimento de técnicas de melhor aproveitamento do solo do cerrado; a ampliação da agroindústria de transformação e incentivos para a implantação de parques industriais e a melhoria da rede de transportes que ligava o Centro-Oeste aos mercados do Sudeste.

Todos esses fatores contribuíram de forma significativa para a transformação da paisagem do Estado de Goiás e incidiram decisivamente sobre os projetos de transformação urbana, notadamente influenciados pelos projetos maiores, ícones da ideia de urbano a alimentar os imaginários de governantes e governados, que foram a construção de Goiânia na década de 1930, e de Brasília, na segunda metade da década de 1950.

Dentro desse grande painel de transformações da sociedade brasileira destaca-se o período compreendido entre os anos de 1967 e 1973, chamado de “Milagre Econômico Brasileiro”, durante o qual foram criados projetos e programas específicos destinados a acelerar o processo de transição do Brasil rural para o Brasil urbano. Nesse período, houve uma verdadeira reforma do Estado e o funcionamento e a estrutura dos aparelhos do Estado – bem como os papéis que os entes federativos historicamente desempenhavam – foram reavaliados.

O resultado foi uma verticalização profunda das atividades de

planejamento, financiamento, gestão e fiscalização centralizada nas mãos da União, com a consequente delegação da operacionalização das ações aos estados, municípios e, quando possível, às empresas estatais e de economia mista, ou aos grupos privados.

É nesse enredo que o Município de Morrinhos, situado no sul do Estado de Goiás, também passou por um processo de transformações urbanas e intra-urbanas (VILLACA, 2001) em que os termos modernização, progresso e desenvolvimento serviram de justificativa constante para as ações do poder público, principalmente durante o governo do prefeito Joviano Antônio Fernandes (1966-1970). O propósito deste artigo é rever e avaliar brevemente a dinâmica dessas transformações, relacionando-as ao quadro maior do projeto de transformação política e econômica do Brasil, elaborado e implementado pela ditadura civil-militar que tomou posse do governo federal com o golpe de 1964, bem como às modificações de composição da estrutura demográfico-social nacional.

Urbanização e o Discurso do Progresso: O Governo de Joviano Antônio Fernandes em Morrinhos/GO (1966-1970)

As cidades de Goiânia e Brasília, construídas nas décadas de 1930 e 1950, representaram, ao mesmo tempo, a consolidação da ideia da interiorização do Brasil e um modelo de progresso urbano para os demais municípios brasileiros que tinha na modernização autoritária, como destacou David Maciel (1997), sua principal característica, ou seja, um projeto econômico-ideológico da classe político-econômica dominante, que se utilizou ampla e inadvertidamente dos recursos do Estado para realizar as intervenções econômicas, sociais, culturais e ambientais, consideradas fundamentais para

a expansão do sistema e defesa de seus interesses capitalistas.

Essa “modernidade estatal”, a respeito da qual representantes importantes da historiografia goiana, como Nasr Fayad Chaul (2002) teceram elogios, significou, na prática, que o Estado se configurou no principal agente da transformação, com pouca ou nenhuma ação da iniciativa privada, em um momento em que a questão da cidade e do urbano já se afigurava como pauta importante de uma sociedade em vias de transformação.

Em sua maioria núcleos urbanos de regiões rurais, as pequenas e médias cidades do interior do Brasil a partir da década de 1950 também iniciaram processos de reformulação urbana. No caso do Município de Morrinhos, no sul de Goiás, foco da pesquisa que deu origem ao artigo – e, entendemos, representativo de outros processos semelhantes –, a documentação analisada permitiu estabelecer o ano de 1948 como o de início das preocupações do poder público municipal com a infraestrutura urbana, tendo sido criada, por lei, comissão destinada a realizar estudos e planejamento de “reforma, ampliação e construção dos serviços de água, rede de esgotos, calçamentos, luz e energia elétrica” (MORRINHOS (GO), Lei 11/48). No ano seguinte, 1949, iniciaram-se as obras de calçamento das primeiras ruas do centro urbano do município (O LIBERAL, 1949).

Apesar dessas iniciativas, até a segunda metade da década de 1960 os projetos foram pontuais e tímidos, pois como demonstrou Luis Alberto Bahia (1978), se antes do golpe civil-militar de 1964 os municípios brasileiros gozavam de grande autonomia, também viviam em pobreza generalizada, dependendo, quase totalmente, dos recursos que pudessem levantar localmente.

A ascensão do novo grupo político em nível nacional com o golpe civil-militar de 1964 também representou mudanças políticas nos municípios e estados brasileiros. No caso de Morrinhos, a nova realidade

autoritária permitiu a chegada ao poder do prefeito Joviano Antônio Fernandes, que compõe, juntamente com o Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes², a principal dupla de administradores municipais exaltada pela memória histórica da municipalidade. Com carreira política construída na União Democrática Nacional (UDN), Joviano Fernandes foi eleito prefeito em 03/10/1965 e foi empossado em 31/01/1966. Note-se que no final do mês de outubro de 1965 o Ato Institucional nº 2 (AI 2) extinguiu todos os partidos e impôs novas regras que permitiram que apenas dois partidos surgissem no início de 1966, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Joviano Fernandes ingressou na ARENA em 1966.

Chamado de prefeito empreendedor, seu reconhecimento se deve ao fato de, com suas obras e intervenções, ter alcançado uma reformulação urbana que transformou de fato a estrutura física da cidade, mantendo, décadas depois, o traçado das ruas e avenidas e as principais concepções urbanísticas por ele implementadas. A ideia da transformação urbana como característica de uma visão de progresso esteve presente em todo o período do mandato do prefeito Joviano Fernandes, como se pode constatar na leitura das justificativas dos inúmeros Projetos de Lei e Decretos emitidos por sua administração.

Como exemplo, o Projeto de Lei 1/1966-E, que foi o primeiro a ser enviado à Câmara Municipal, na segunda semana de sua administração como prefeito de Morrinhos, já empregava o termo progresso como justificativa para suas propostas. Ao defender a criação de um parque rodoviário e os investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos que tornassem o

2. O Coronel Hermenegildo Lopes de Moraes, fundador do principal grupo político de Morrinhos, que governou a cidade por mais de cinquenta anos, entre 1970 e 1930, também foi a principal figura política de Goiás entre 1890 e 1905. Sobre isso, ver Meira (2017).

Município independente para as intervenções na construção, conservação e manutenção de estradas, pontes e ruas, da área urbana e rural, o prefeito entendia que:

[...] a montagem de um parque rodoviário moderno, prestando serviços exclusivamente a este Município, é claro, poderá trazer inúmeros benefícios à zona rural, abrindo estradas, conservando as que existem, enfim, fazendo chegar o **progresso** até o mais longínquo trecho do território municipal de Morrinhos. Por outro lado, a aquisição do maquinário e todos os seus equipamentos, possibilitaria, também, o prosseguimento do trabalho de pavimentação de vias públicas, além da conservação constante daquelas artérias que, por motivos diversos, não vierem receber em curto prazo, todos os melhoramentos compatíveis com o **progresso** e o **desenvolvimento** de uma grande cidade: **urbanização** completa (MORRINHOS, PL nº 1/66-E, grifos nossos).

O balanço de seu mandato, publicado em forma de revista em janeiro de 1970, tinha como título *Morrinhos: Quatro Anos de Progresso*, evidenciando, mais uma vez a relação de suas realizações com a ideia de desenvolvimento urbano como marca de progresso.

As principais ações do prefeito Joviano Fernandes, apontadas na publicação, se deram em três áreas: 1) O setor de infraestrutura urbana, com a construção de praças, parques e jardins públicos; a recuperação, calçamento ou recapeamento de estradas, ruas e avenidas, inclusive com a mudança de traçado e de sentido; a construção, reforma ou recuperação de pontes; a construção ou reforma de edifícios públicos. 2) A implementação de projetos habitacionais, tanto de reforma quanto de construção de novos empreendimentos, a maioria em parceria com bancos públicos ou a partir de financiamentos de instituições de outras instâncias governamentais. 3) A busca pela diversificação da matriz econômica do Município, com o estabelecimento de áreas próprias para a instalação de empresas industriais

e comerciais (o que pode ser percebido como embrião para a criação futura de um distrito agroindustrial), bem como incentivos para indústrias e comerciantes que se instalassem no Município, além dos incentivos para a construção de edificações comerciais na área urbana.

Não é nosso objetivo detalhar todas as obras e realizações do prefeito Joviano Fernandes, mas, de todas as obras de infraestrutura urbana realizadas no Município durante sua gestão, duas chamam a atenção por terem se tornado monumentos de sua administração, bem como pelo fato de serem representativas de uma visão de organização espacial urbana: A Praça Dr. Raul Nunes, conhecida como Praça da Fonte Luminosa, inaugurada em 1968, e a estátua do Cristo Redentor, no Morro da Cruz, atualmente apenas Praça do Cristo, iniciada em 1968, e concluída após o mandato de Joviano Fernandes – já no início da década de 1970. A Praça da Fonte Luminosa e o Cristo Redentor – com vinte e sete metros de altura – prestavam-se a celebrar a nova imagem do Município de Morrinhos, representantes da modernização e progresso que o Prefeito Joviano Fernandes pretendia ter associados à sua administração.

O Município no Brasil Antes de 1964: Entre a Autonomia e a Penúria

A análise das realizações do prefeito Joviano Fernandes em Morrinhos não pode deixar de lado a observação de que os recursos disponíveis para seus projetos eram bem maiores do que os seus antecessores dispunham. De fato, entre 1959 e 1966 os valores orçamentários oficiais tiveram um salto espetacular a cada ano, saindo de pouco mais de cinco milhões de cruzeiros para trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros.

Sobre isso, levantamos duas questões. A primeira delas diz respeito

aos impactos causados pela inflação ao longo do tempo. Dercio Garcia Munhoz (1997, p. 59-87), ao analisar o crescimento da inflação brasileira desde os anos 1930, destacou que, ao longo da década de 1950, a inflação brasileira ultrapassou 560%, e alcançou, no ano de 1959, a taxa anual de 40%. Ao se iniciar a década de 1960, a inflação deu sinais de um possível abrandamento e fechou o ano de 1960 na casa dos 30%, para subir logo em seguida, até alcançar a taxa anual de 80% no final de 1963 e ultrapassar os 90% em dezembro de 1964.

Apenas após o golpe civil-militar de 1964, medidas de impacto tomadas a partir de políticas fiscais e econômicas lograram diminuir os índices inflacionários a partir de 1965. De acordo com Munhoz (1997), as:

[...] políticas de estabilização baseadas em controles de preços, equilíbrios das finanças governamentais, e redução dos salários reais permitiram um recuo persistente nas taxas de inflação, para 35/40% em 1965-66, 25% aproximadamente em 1967-68, e em torno de 19% anuais no final da década, coincidindo com uma fase de extraordinário dinamismo da economia, iniciada em 1968, e que passaria a ser identificada como o “milagre brasileiro” (MUNHOZ, 1997, p. 63).

As ações e políticas específicas do Governo Federal, após o pico inflacionário alcançado em 1964 – próprias de uma época de conflagração social e política, da qual a própria ditadura civil-militar derivava e era corresponsável – conseguiram diminuir os índices da inflação, mesmo que não tenha conseguido retornar aos índices anteriores a 1953³.

3. É importante salientar que os índices utilizados neste trabalho são os oficiais, medidos pelo IBGE. Essa observação é importante porque a medição dos índices de inflação durante a ditadura civil-militar continua sendo uma questão controversa até hoje. Muitos economistas acreditam que, assim como outros índices, o índice de inflação também era manipulado. Entre eles o economista Marcio Pochmann (2014), que alude a um episódio de 1973, em que o DIEESE descobriu fichas de falsificação dos índices de inflação, feitas

Nessa perspectiva, é possível afirmar que uma parte significativa do aumento dos valores previstos nos orçamentos do Município de Morrinhos provinha dos reajustes necessários devidos à desvalorização que a inflação causava à unidade monetária nacional.

Além das diversas ações que as políticas de estabilização apontadas por Munhoz (1997) trouxeram ao ambiente econômico brasileiro, em fevereiro de 1967 houve a mudança da moeda, entrando em cena o Cruzeiro Novo, na proporção de um Cruzeiro Novo para cada um mil Cruzeiros. Essa nova moeda foi de transição, já que em maio de 1970 foi trazido de volta o Cruzeiro, porém mantendo o valor de face do Cruzeiro Novo.

Portanto, os anos correspondentes à década de 1950 e primeira metade da década de 1960 foram de instabilidade e volatilidade econômica, enquanto que os anos finais da década de 1960 foram de relativa estabilidade (aparente) e de intenso investimento em obras de infraestrutura que resultou em crescimento econômico, ou pelo menos assim nos contam as estatísticas oficiais⁴.

A segunda questão nos remete às relações entre os diversos níveis de poder ao longo do período pesquisado. Já aludimos à reflexão de Bahia (1978) sobre a pobreza dos municípios brasileiros antes de 1964. De acordo com o autor, as novas diretrizes políticas estabelecidas pelo projeto ditatorial que se impôs, representaram aumento significativo de recursos,

pelo IBGE. O mesmo Pochmann, em artigo publicado em 1991, remeteu à manipulação dos índices de inflação utilizando, inclusive, uma epígrafe de abertura de seu texto, de autoria do ex-ministro Delfim Netto, que afirmava que “(...) *quando não se pode derrubar a inflação, ao menos se pode derrubar o índice que mede a inflação*” (POCHMANN, 1991, grifos do autor).

4. O período de 1968 a 1973 ficou conhecido como o “Milagre Econômico Brasileiro”, pelo relativo controle da inflação (em relação à década anterior) e crescimento total de 11,1%, iniciando em 1968 com um crescimento de 9,8% e chegando a 14% em 1973 (VELOSO et al, 2008, p. 224).

mas controle cada vez maior:

De um modo geral, pode-se dizer que foram duplicados os recursos municipais *per capita* depois de 1964. Por outro lado, desfez-se a autonomia municipal com a perda de controle sobre a maior parte da receita e sobre grande parte da despesa. O fortalecimento financeiro teve a consequência contraditória de aumentar a dependência financeira e política (BAHIA, 1978, p. 41).

O nível de concentração da arrecadação fiscal no Brasil, iniciado com o golpe civil-militar de 1964, aumentou cada vez mais com o passar do tempo, a ponto de, “em 2002, 70,1% do total da arrecadação tributária foi realizada pela União, 25,5% pelos estados e 4,3% pelos municípios” (ARRETCHE, 2004, p. 18), raramente sendo inferior a 60% do total dos recursos arrecadados. A mesma autora aponta que a preponderância da União na arrecadação de tributos já era uma demanda antiga, presente na Constituição de 1934 e normatizada na Constituição de 1946, que também definiu as características e os percentuais das transferências para os demais entes federativos e municípios (ARRETCHE, 2005, p. 79), que se mantém razoavelmente até hoje, atrelando os projetos locais aos interesses nacionais e regionais.

À parte as intenções dos constituintes, até o início da ditadura civil-militar poucos recursos eram, de fato, transferidos – e sempre com atraso – e os estados ficavam com a maior parte deles. Eventualmente, a ideia federativa tinha mais apelo principalmente por conta do isolamento e abandono que municípios menores, em estados fora do centro político e econômico.

Desse ponto de vista, a autonomia local baseava-se exatamente nesse isolamento, fazendo com que as políticas públicas, os investimentos locais, seguissem os critérios e as prioridades possíveis ou dos grupos que

detivessem o poder, favorecendo o mandonismo local. Lordello de Mello (apud Bahia, 1978) ressaltou que, após 1964, houve um:

[...] esforço consciente do Governo federal em fazer com que as ações municipais se enquadrem dentro dos objetivos nacionais, tais como o combate à inflação e a execução de programas estratégicos de desenvolvimento do citado Governo. [...] Jamais estiveram as políticas locais tão em harmonia com os propósitos nacionais (MELLO apud BAHIA, 1978, p. 39).

Essa “harmonia”, na verdade, pode ser traduzida como dependência e vinculação obrigatórias. É isso que concluiu Bahia (1978), ao afirmar que “o período pós-64 tem-se caracterizado por: a) limitações da autonomia municipal; b) aumento dos casos de intervenção; c) alocação de recursos municipais segundo diretrizes do Governo atual” (BAHIA, 1978, p. 40). O ciclo descentralizador foi seguido por outro centralizador e essa centralização atendia ao projeto de poder do período. Ribeiro e Pontual (2009) definem esse projeto como um:

[...] planejamento de longo alcance e num prazo longo. A meta era alcançar o desenvolvimento nacional e regional e promover as reformas institucionais necessárias, por parte dos governos municipais, para fazer frente aos novos padrões de crescimento econômico (RIBEIRO; PONTUAL, 2009, p. 13).

Nesse planejamento, a Reforma Urbana (RU) era fundamental e, ao lado dos demais projetos de transformação da infraestrutura econômica e social, tinha uma função utilitária, de acordo com as análises de Alberto de Oliveira (2009). Para o autor, o modelo arquitetônico da cidade do período da transição rural/urbano tinha como objetivo “tornar claro o traço industrial e moderno que visava aproximar o país das grandes nações industrializadas” (OLIVEIRA, 2009, p. 2). A partir dessa premissa:

Durante o regime militar (1964/85), o planejamento centralista-tecnocrático alcançou sua máxima expressão em sua missão de tornar as cidades brasileiras funcionais as necessidades impostas pelo processo de acumulação capitalista. “A cidade é pensada, então, como lugar da produção e da reprodução. O fundamental é assegurar sua funcionalidade. Os homens e mulheres devem estar a serviço da cidade, que, por sua vez, deve estar a serviço da produtividade. O modelo, no fundo, é a própria oficina fabril, pautada pela racionalidade, pela funcionalidade” (OLIVEIRA, 2009, p. 02-03).

As ações de enquadramento do Governo federal aconteceram em duas frentes principais. Em primeiro lugar, a mudança na legislação, com a redação da Constituição de 1967 e com o Decreto-Lei 200/1967, em que a descentralização era oficializada, no plano da aplicação dos recursos, ao mesmo tempo em que a concentração dos recursos via tributação e a autonomia da implementação de tributações residuais e específicas ficaram definidos como de atribuição exclusiva da União.

Na mesma Constituição, uma norma de transferência aplicada desde a Constituição de 1934 passou a ser nomeada de Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM).⁵ Ao mesmo tempo, transferia responsabilidades para os Municípios, principalmente em relação à aplicação de políticas públicas ou de infraestrutura urbana, derivadas de acordos ou investimentos de origem federal, num processo que, paradoxalmente, tem origem numa ideia que relaciona descentralização e democracia⁶.

5. Art. 26, alíneas I e II. A alínea II, especificamente, que estabelecia que 5% dos impostos arrecadados exclusivamente pela União deveria ser dividido entre os Municípios. Na Constituição de 1988 o valor a ser repassado ao FPM foi estabelecido como de 20% do arrecadado de 2 impostos, o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

6. O paradoxo consiste em perceber que o processo de descentralização das atividades do Estado Nacional – que delegava aos entes da federação, como estados, municípios

A premissa constitucional na verdade efetivava o estabelecido alguns meses antes pelo Decreto-Lei 200/1967, ao definir que a descentralização, de fato, foi pensada apenas para os níveis de definição local das prioridades e a operacionalização ou implementação das ações. Isso já fora percebido por Meira (2009) ao refletir que o Decreto-Lei 200/1967:

Na prática consumava a centralização do processo administrativo nas mãos do Poder Executivo Federal, [...] através de um modelo de planejamento setorial e execução operacional descentralizada. O Art. 6º do decreto-lei estabelece os passos através dos quais, ao mesmo tempo em que se reforçava a centralização, buscava-se a agilidade na execução. De acordo com o artigo, a administração pública se pautaria pelo **Planejamento, Coordenação, Descentralização, Delegação de Competência e Controle**, sendo que os dois primeiros seriam prerrogativas da presidência e de seu auxiliar civil direto, o Ministro do Planejamento Delfim Neto, alçado à categoria de Superministro (MEIRA, 2009, p. 31, grifos nossos).

Como Arretche (1996) esclareceu, descentralizar a operacionalização, ou mesmo a gestão, de ações ou políticas a entes federados ou outras modalidades de associação, não se confundia com democratização, ou seja:

[...] não existe uma garantia prévia – intrínseca ao mecanismo da descentralização – de que o deslocamento desses recursos implique a abolição da dominação. Deslocar recursos do “centro” para subsistemas mais autônomos pode evitar a

e, muitas vezes, entidades da sociedade civil, atividades antes concentradas nas mãos da União – foi percebido posteriormente como típico de um Estado democrático, a convidar a participação efetiva da sociedade. Tal paradoxo é invocado aqui por se dar em um regime de exceção, às vésperas do aprofundamento da repressão e supressão das liberdades individuais e políticas. Ocorre que tal visão foi firmada *a posteriori*, ao longo da década de 1990, quando a descentralização foi o ponto principal de propostas e programas das mais diversas correntes ideológicas sobre o papel do Estado, de um lado vista como diminuição do Estado, de outro como capilaridade do Estado na criação e aplicação de políticas públicas. Quem apontou de forma competente esse paradoxo é Marta Arretche (1996).

dominação pelo “centro”, mas pode permitir esta dominação no interior do subsistema (ARRETCHE, 1996, p. 50).

A reforçar essa ideia de que a descentralização operacional não representou autonomia administrativa, muito menos democratização, Ana Maria Brasileiro (apud Bahia, 1978) analisou que, na consolidação da ditadura civil-militar:

[...] grandes modificações foram introduzidas restringindo a autonomia municipal, aumentando os casos de intervenção no Município, reformando o sistema tributário para fazê-lo mais diretamente **dependente dos fundos transferidos e estabelecendo condições que limitaram o emprego dos recursos a eles atribuídos sob a forma de fundos transferidos e estabelecendo condições que limitaram o emprego dos recursos a eles atribuídos sob a forma de fundos especiais** (BRASILEIRO apud BAHIA, 1978, p. 40, grifos nossos).

A segunda frente de enquadramento do Governo federal foi a criação de grandes projetos de transformação da estrutura urbana e industrial do país, com os consequentes instrumentos de implementação e de fontes de financiamento.

O Projeto de Modernização Urbano-Industrial da Ditadura Civil-Militar de 1964 e o Papel dos Municípios

O início da década de 1960 confrontou o Brasil com a realidade de uma “sociedade em movimento” (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 574), ou seja, uma sociedade em vias de se tornar majoritariamente urbana, com hábitos e consumos em rápida transformação, mas ainda vivendo em um país em que a infraestrutura urbana era precária e os serviços públicos incipientes

ou inexistentes. Da mesma forma, com uma estrutura de relações sociais e políticas que eram oriundas de uma ideia de nação patriarcal e patrimonial de um tempo anterior, mas que resistia em dar lugar para uma nova configuração de nação.

Essa sociedade em transformação tinha como fio condutor o modelo capitalista, na medida em que mesmo no campo, as próprias relações sociais e de trabalho eram capitalistas. Mello e Novais (1998) demonstraram que sociedade brasileira nos anos 1950, excetuando os pequenos proprietários pobres, posseiros e parceiros, os demais habitantes do campo – dos proprietários rurais, usineiros e arrendatários, aos trabalhadores rurais de média, baixa ou inexistente especialização – estavam integrados ao sistema capitalista. Como dominadores ou dominados, exploradores ou explorados, estavam inseridos na lógica capitalista da produção para o mercado.

Mas mesmo no campo, a cidade já era uma realidade para eles, pelo menos as pequenas cidades próximas ou conjugadas ao campo; uma cidade em que:

[...] fazem a feira, assistem a missa, participam das festas, vendem o que resta de sua produção. E, também, a cidade um pouco maior, aonde vão de vez em quando. E observam: o ônibus, o trem, o caminhão, o *jeep*, o automóvel; o rádio do bar, que toca música, dá notícias, irradia futebol; o consultório do médico, a farmácia, o posto de saúde, tão longes; as ruas iluminadas; o cinema; o modo de vestir das pessoas; a variedade de alimentos no armazém; a escola. Depois, já nos anos 60 e 70, a televisão toma, no bar, muitas vezes o lugar do rádio. Até nas pequenas cidades ou vilarejos lá está ela, no alto, colocada no ponto de encontro ou na praça: todos estão vendo a novela das oito. Como na música do notável Chico Buarque, vêem o Brasil na TV. Observam tudo e conversam. E recebem cartas de parentes, compadres e vizinhos que foram morar na cidade – cartas escritas e lidas pelo favor de quem é alfabetizado. E as cartas falam de uma outra vida, melhor, muito melhor. A cidade não pode deixar de atraí-los (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 580).

E eles migraram. Os mesmos autores apontam que entre as décadas de 1950 e 1970 cerca trinta e nove milhões de pessoas migraram do campo para a cidade, o que corresponderia, em 1980, a 30% da população total do país (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 581). Muitas dessas pessoas migraram para lugares distantes, para centros urbanos consolidados ou capitais dos seus estados; outros migraram para a região urbana mais próxima, muitas vezes para a sede do Município em que já moravam. Essas migrações em massa provocaram duas mudanças significativas.

A primeira incidiu diretamente na relação demográfica entre campo e cidade, e fez com que adquirisse nova configuração. Marcos Arriel (2010), ao analisar o processo histórico de formação da economia goiana, apontou que o fluxo migratório intenso nas décadas de 1950 e 1960 ampliou a fronteira agrícola e expandiu a exploração agropecuária do cerrado, o que resultou no aumento do número de pessoas nas áreas urbanas, particularmente na nova capital, Goiânia e nos municípios próximos, como Anápolis, beneficiados pela ligação de vias de transportes, caso de Morrinhos, ao lado da principal via rodoviária do Estado de Goiás, a BR 153. Essa proximidade, aliada a outros fatores de atração, fez com que a relação entre habitantes do campo e da cidade mudasse rapidamente, além do próprio aumento do número total de habitantes do Município, como pode ser visto na tabela 1:

Tabela 1 – População Urbana e Rural de Morrinhos (1950-2000)

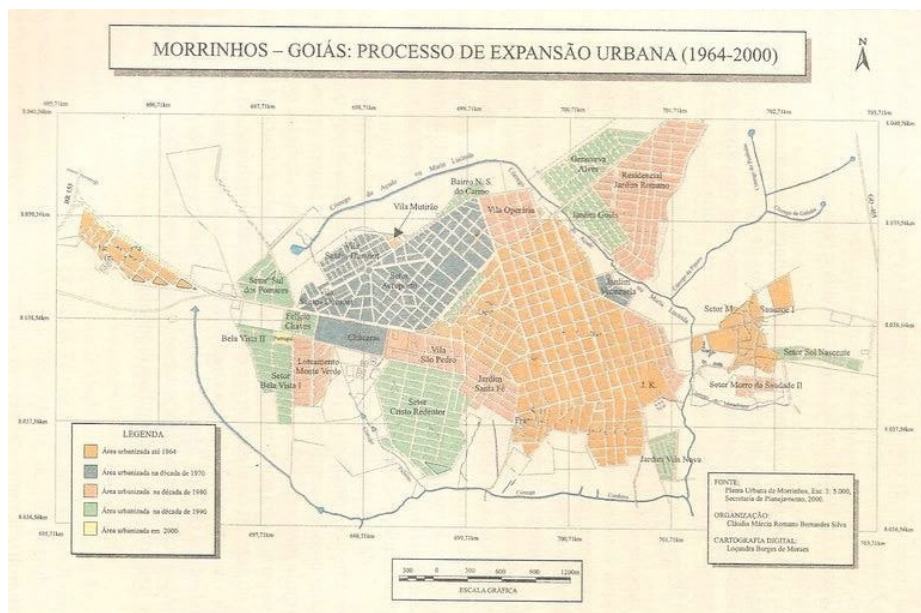
Ano	Urbana	%	Rural	%
1950	4.696	22,5	16.151	77,5
1960	9.879	42,5	13.358	57,5
1970	14.066	44,4	17.606	57,6
1980	20.154	63,5	11.559	36,5
1991	25.395	77,9	7.197	22,1
2000	30.881	83,6	6.045	26,4

Fonte: IBGE (2010)

Acreditamos que a questão fundamental é que um deslocamento tão grande de pessoas em um espaço de tempo tão curto fez com que as estruturas urbanas existentes praticamente colapsassem, exigindo intervenções significativas rapidamente.

Isso nos leva a outra mudança fundamental, que se reflete na própria estrutura da cidade, obrigada a expandir-se para receber novos contingentes populacionais. Em Morrinhos, a visualização da mudança e ampliação da planta urbana do Município, nos últimos cinquenta anos, permite perceber as modificações da ocupação do espaço e do solo, bem como as intervenções do poder público, de modo a conseguir acomodar tantas pessoas, como se pode perceber na figura 2), que apresenta o mapa da planta urbana do Município de Morrinhos ao longo do processo histórico, abrangendo os anos de 1964 a 2000.

Figura 2 – Processo de Expansão Urbana de Morrinhos entre 1964 e 2000



Fonte: Silva (2006, p. 136)

A primeira década da ditadura civil-militar foi marcada por um esforço de planejar a infraestrutura urbana nacional, aliviando, por um lado, a pressão demográfica cada vez mais intensa para enfrentar o desafio crescente de um país às portas de ter população urbana majoritária, o que aconteceu já em meados da década de 1970 e por outro, promover o aquecimento da economia e estimular programas de obras gerais de infraestrutura urbana e industrial.

Na área da habitação urbana, o governo ditatorial, logo após o golpe civil-militar, emitiu a Lei 4.380/1964, que criava, entre outras medidas, o Banco Nacional de Habitação (BNH). Uma leitura rápida dessa lei revela o grau de intervenção e, principalmente, de centralização, que marcou a atuação do governo da ditadura civil-militar, principalmente em seus primeiros anos. Ao mesmo tempo, demonstra como os demais entes federativos deveriam se articular para participar das políticas e iniciativas da União e garantir os investimentos, repasses e transferências tributárias.

Todas as ações deveriam ter, como princípio integrado, o planejamento, a formulação de diretrizes básicas e o financiamento nas mãos da União, enquanto os estados e municípios elaborariam seus projetos e planos diretores para estabelecer as prioridades e áreas de atuação, enquanto que a parte operacional seria colocada nas mãos da iniciativa privada, que estimularia o desenvolvimento de uma cadeia de produção privada. É o que expressam os três primeiros artigos da lei:

Art. 1º O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.

Art. 2º O Governo Federal intervirá no setor habitacional por intermédio:

I - do Banco Nacional da Habitação;
II - do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo;
III - das Caixas Econômicas Federais, IPASE, das Caixas Militares, dos órgãos federais de desenvolvimento regional e das sociedades de economia mista.

Art. 3º Os órgãos federais enumerados no artigo anterior exercerão de preferência atividades de coordenação, orientação e assistência técnica e financeira, ficando reservados:

I - aos Estados e Municípios, com a assistência dos órgãos federais, a elaboração e execução de planos diretores, projetos e orçamentos para a solução dos seus problemas habitacionais;

II - à iniciativa privada, a promoção e execução de projetos de construção de habitações segundo as diretrizes urbanísticas locais (BRASIL, Lei nº 4.380, 1964).

Apesar de deixar explícito o respeito “às diretrizes urbanísticas locais”, a mesma lei determinou a criação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), destinado a “regular a produção da habitação e promover o planejamento local integrado (princípios de racionalidade da organização espacial, visando o processo produtivo)” (IPEA, 2010, p. 48).

Rubine e Bolfe (2014), ao analisar a criação do BNH e o desenvolvimento de políticas nacionais de habitação e infraestrutura urbana, demonstram que havia um elemento a mais a ser analisado pela criação do BNH. Esse elemento correspondia a uma estratégia do novo governo em garantir o apoio das populações urbanas de modo a legitimar o governo ditatorial, sem deixar de levar em conta a real necessidade, sempre crescente, da pressão demográfica, fazendo aumentar exponencialmente a crise da habitação. Afirmam os autores que:

[...] o BNH, criado após o golpe em 1964, foi uma resposta do governo militar à forte crise habitacional presente no país que se urbanizava aceleradamente. **O Banco buscava adquirir o apoio das massas populares urbanas** e criar uma política permanente de financiamento, que estruturasse

o setor da construção civil habitacional (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 202, grifos nossos).

Nabil Bonduki (2004) observou que, embora a política de habitação do Governo federal, baseada na atuação do BNH, tivesse alcançado sucesso numérico, não se percebia em sua formulação e muito menos na implementação, a preocupação em levar em conta os interesses das populações. O interesse social, no caso dos grandes projetos de construção de moradias urbanas, pode ser entendido como “a edificação em série, com padronização e pré-fabricação, como instrumentos para atender às grandes demandas existentes nas cidades contemporâneas, marcadas pela presença do operariado” (BONDUKI, 2004, p. 15).

Apesar de o BNH ter financiado “4,8 milhões de habitações, em torno de 25% das moradias construídas no país entre 1964 e 1986” (RUBIN; BOLFE, 2014, p. 208), apenas cerca de 20% dessas unidades habitacionais foram destinadas às populações mais pobres. Tal política, de forma efetiva, acabou por ser marcada como uma “política de periferia”, já que os locais preferidos para a construção dos conjuntos habitacionais para as populações de baixa renda estavam localizados, em geral, nas periferias das cidades, longe dos equipamentos de saúde e educação, dos locais de trabalho e, frequentemente, sem os serviços de saneamento necessários.

Raquel Rolnik (2009) reforça essa ideia, ao afirmar que:

Quando construídas, as moradias populares foram, em sua maioria, implantadas fora das cidades, em periferias distantes e desequipadas e, muitas vezes, sob as mesmas condições de irregularidade e precariedade urbanística que marcava o mercado informal popular. Por outro lado, o mercado de classe média – que concentrou 2/3 das unidades financiadas pelo BNH – conheceu enorme expansão, gerando crescimento da verticalização residencial e constituindo novos eixos de centralidade nas cidades médias e grandes do país (ROLNIK, 2009, p. 32).

No caso de Morrinhos, a preferência pela periferia da cidade foi uma constante na formulação das políticas de habitação nas décadas de 1960 e 1970, já que é impossível atribuir ao Município uma política bem sucedida de verticalização. Os principais conjuntos habitacionais construídos ou que tiveram seu lançamento entre o final da década de 1960 e início da década seguinte foram os residenciais Vila Bela e Vila Santos Dumont I. Os dois residenciais distavam, no momento de sua construção, cerca de um quilômetro dos limites da área urbana do Município e destinavam-se às populações de baixa renda, como mostra a figura 3, do Residencial Vila Bela, construído em pleno cerrado, sem nenhum indício de equipamentos urbanos ao redor.

Figura 3 – Residencial Vila Bela (1966)



Fonte: Projeto Centro de Memória de Morrinhos/GO (2016)

Cerca de dois anos depois de criado o BNH, o Governo federal promulgou a Lei 5.107/1966, criando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que, mais do que constituir-se em garantia ao trabalhador com o fim da estabilidade no emprego, garantiu uma fonte de recursos importante para projetos de habitação e de infraestrutura urbana, como a redação do Artigo 3º define explicitamente. No ano seguinte o FGTS foi vinculado definitivamente ao BNH, ou pelo menos até 1989, quando a administração do fundo passou à Caixa Econômica Federal.

Com a incorporação do FGTS, que passou a representar um fluxo seguro de recursos, o BNH se tornou o principal instrumento planejador e operacionalizador do Governo federal nas áreas de habitação e infraestrutura urbana. Sobre isso, Raquel Rolnik (2009) acrescenta que:

O BNH passou então a concentrar não apenas o financiamento mas também toda a atividade de planejamento do desenvolvimento urbano no âmbito do governo federal, consubstanciada em metas quantitativas de produção nos setores de habitação e saneamento. Sua atuação se dava através de disponibilização de crédito com juros subsidiados para companhias públicas de saneamento e de habitação – organizadas sobretudo pelos Estados e, em alguns casos, por Municípios – para a execução de projetos de implantação de redes de água e esgoto e de construção de moradias populares, além de construtoras e indivíduos para a produção de casas e apartamentos para os mercados de média e alta renda (ROLNIK, 2009, p. 33).

Além do BNH e do SERFHAU, outras ações do governo ditatorial foram fundamentais para as intervenções na infraestrutura urbana. No ano de 1965 foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), destinado a redefinir o sistema financeiro brasileiro, tendo como foco o combate à inflação e a organização do mercado de crédito nacional. Para isso foram criados, de acordo com Bellingiere (2005): a) o Banco

Central, destinado a ser o “banco dos bancos”; b) o Sistema Financeiro de Habitação, do qual o BNH seria, posteriormente, o principal instrumento; c) a reorganização da política de investimentos externos, da administração da dívida externa e diversificação da pauta de exportações; d) a correção monetária do sistema tributário; e) a reorganização do sistema de tributos, que garantiu a centralização nas mãos da União e regulou os fundos de transferência para estados e municípios, bem como estabeleceu as bases para a criação posterior dos fundos compulsórios como FGTS e Programa de Integração Social (PIS).

3.5 Alianças Políticas entre os Entes Federativos

Os programas do Governo federal efetivamente contribuíram para a centralização nas mãos do governo ditatorial dos principais instrumentos políticos, financeiros e tributários e submeteram os demais entes federativos, doravante sujeitos às vontades do governante militar do momento, diminuindo ou eliminando toda a possibilidade de autonomia. Se os fundos de compensação e transferência garantiam receitas mínimas permanentes, representavam, por outro lado, a concretização da retirada da autonomia de tributação e taxação, que começara cerca de trinta anos antes.

Fazer parte da base de apoio político da ditadura civil-militar era uma possibilidade real de se ter acesso aos financiamentos e investimentos setoriais da União ou de instituições controladas por ela, bem como a possibilidade de se conseguir empréstimos ou a rolagem das dívidas. Abria-se assim uma perspectiva concreta de se atrair investimentos para os Prefeitos que conseguissem algum tipo de articulação política.

No caso de Morrinhos, é possível, a partir da documentação,

estabelecer uma relação direta entre o alinhamento do poder local com o Governo federal, a partir do fluxo de recursos e investimentos recebidos. Um exemplo disso é a proposta de orçamento municipal de Morrinhos para o ano de 1968, a Lei 33/1967. Observamos que a previsão de receitas oriundas da rubrica “Renda de Transferências Correntes”, advindas dos fundos de Participação de Estados e Municípios representou para aquele ano mais da metade da receita total do Município. Ocorre que o ano de 1968 foi aquele em que, também, tendo concluída a engenharia administrativa da organização do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com o BNH e as fontes de recursos da poupança compulsória do FGTS, iniciaram-se os grandes projetos de habitação urbana. Da mesma forma, a centralização financeira e tributária consolidada pela Constituição de 1967 nas mãos da União formalmente começou a distribuição dos recursos através dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios no ano de 1968.

Considerações Finais

O protagonismo do governo Joviano Fernandes nas obras de reestruturação urbana certamente diz muito a respeito da forma como, num governo centralizador e ditatorial, os benefícios e investimentos consolidavam as alianças e apoios estabelecidos. Conforme já apontado, o prefeito Municipal era do partido que dava sustentação política aos governos da ditadura civil-militar, a ARENA, assim como o Governador de Goiás, Otávio Lage de Siqueira (1966-1971), tendo sido, tal como Joviano Fernandes, eleito pela UDN e depois ingressado na ARENA.

Dessa forma, adquire significado maior a leitura dos documentos oficiais do período de governo do prefeito Joviano Fernandes, que deixam

entrever todo o jogo de acordos e alianças estabelecidas, de modo a garantir ao Município sua parte nas transferências de recursos. São frequentes as menções às negociações e acordos, principalmente com o Governo do Estado, em busca de recursos específicos e convênios, contribuindo para a consolidação da imagem do Prefeito como a de um gestor realizador.

No balanço de seu mandato, um terço dos projetos e realizações listado – particularmente os que demandaram maior volume de recursos – foi apontado como proveniente de parcerias, convênios ou negociações com o governo estadual e/ou federal. São demandas que vão da construção de estradas e vias, conjuntos habitacionais, investimento em energia elétrica e redes de distribuição de água ou captação de esgotos, implantação de agências de bancos públicos, recursos para a ampliação dos serviços de educação, com a construção ou reforma de escolas e autorização para a implantação de cursos científicos – atual ensino médio.

Representativo do momento de crescimento do país, esses recursos, juntamente com a ampliação da capacidade de endividamento concedida pela Câmara Municipal, ajudam a entender a razão dos massivos investimentos em obras de infraestrutura urbana do governo de Joviano Fernandes.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas. **RBCS** nº 31, jun 1996. Disponível em www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_03.htm. Acesso em 02 jan. 2008.
- _____. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, 18(2): 17-26, 2004. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003. Acesso em 19 abr. 2016.
- _____. Quem Taxa e Quem Gasta: a barganha federativa na federação brasileira. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 24, p. 69-85, jun. 2005. Disponível em: revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3717. Acesso em 19 abr. 2016.
- ARRIEL, Marcos Fernando. **Perfil Produtivo e Dinâmica Espacial da Indústria Goiana (1999-2007)**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/Goiás), Goiânia/GO, 2010. Disponível em: www.sgc.goias.gov.br/upload/arquivos/2014-01/perfil-produtivo-edinamica-espacial-da-industria-goiana-1999-2007.pdf. Acesso em 02 mai. 2016.
- BAHIA, Luiz Alberto. A cidade política: mudanças e perspectivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 12(2)33-50, abr/jun 1978. Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7453/5922. Acesso em 28 mar. 2016.
- BELLINGIERE, Julio Cesar. A Economia no Período Militar (1964-1984): crescimento com endividamento. **Revista Hispec & Lema**, Bebedouro-SP 8, 12-17, 2005. 3, 2005. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/hispecielemaonline/sumario/9/16042010171928.pdf. Acesso em 27 mar. 2016.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema

financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm. Acesso em 08 dez. 2016.

_____. Lei nº 5.107, em 13 de setembro de 1966. Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5107.htm. Acesso em 08 dez. 2016.

_____. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm. Acesso em 22 de ago. 2008.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**, 2ª ed. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8. Acesso em 28 de abr. 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Brasil em 4 décadas**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão n. 1500. 2010. Disponível em: repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1663/1/TD_1500.pdf. Acesso em 11 de jul. 2015.

MACIEL, Davi. Goiás e a Questão da Modernidade: Entre e a ideologia do progresso e o Estado autoritário. **História Revista**. 2 (2): 53-76. jul/dez., 1997. Disponível em: www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10688/7103. Acesso em: 12 de abr. 2013.

MEIRA, Júlio Cesar. **ONGs e Reforma do Estado no Brasil: ressignificação da cidadania ou esvaziamento político dos movimentos sociais?** 2009. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009. Disponível em www.nephispo.inhis.ufu.br/node/80. Acesso em 01 nov. 2009.

_____. **Ideias de Progresso e Modernização: Projetos de (re)urbanização do Município de Morrinhos/GO (1950-1970)**. 2017. 242 f. Tese

(Doutorado em História Social) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2009.

MELLO, João M. Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil**, v. 4 – contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MORRINHOS (GO). **Lei n. 11/48, de 14 de agosto de 1948**. Autoriza o Prefeito Municipal a contratar técnicos para elaboração de um plano geral de reforma, ampliação e construção do serviço de água, rede de esgoto, calçamentos, luz e energia elétrica e dá outras providências. Morrinhos/GO: Câmara Municipal, 1948.

_____. **Lei n. 33/67, de dezembro de 1967**. Orça a Receita e fixa a Despesa do Município de Morrinhos para o exercício de 1968. Morrinhos/GO: Câmara Municipal, 1967.

_____. **Projeto de Lei n. 1/66-E, de 11 de fevereiro de 1966**. Autoriza a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à montagem do parque rodoviário do Município de Morrinhos Morrinhos/GO: Prefeitura Municipal, 1966.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Economia Contemporânea** nº 1 Jan. – Jun. de 1997. Disponível em: www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf. Acesso em: 11 de ago. 2016.

O LIBERAL, ano 01, nº 01, edição de 17 de julho de 1949.

OLIVEIRA, Alberto de. O emprego, a economia e a transparência nos grandes projetos urbanos. **II Encontro ETTERN-IPPUR-UFRJ**, Vassouras, RJ, Abril de 2009. Disponível em: <http://pdfc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/direito-a-moradia-adequada/artigos/o-emprego-a-economia-alberto-de-oliveira>. Acesso em 27 mar. 2016.

POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

- _____. A magia nos índices de preços: uma sofisticação da política anti-inflacionária adotada no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE** 18.4 (1991): 256-267. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/387/619>. Acesso em 16 ago. 2016.
- Revista “Morrinhos, quatro anos de progresso” – Morrinhos (GO), 1970.
- RIBEIRO, Cecília; PONTUAL, Virgínia. A reforma urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 109.07, Vitruvius, jun. 2009. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>. Acesso em 06 mai. 2016.
- ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** V. 11, N. 2 – 31-50 / Novembro 2009. Disponível em: <http://www.urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/2194063PB.pdf>. Acesso em 27 mar. 2016.
- RUBIN, G. R.; BOLFE, S. A. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014, p. 201–213. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/1602-1487076445.pdf>. Acesso em 23 mar. 2016.
- SILVA, Cláudia M. B. Romano. **A cidade de Morrinhos: uma abordagem geográfica**. Goiânia: Grafset – Gráfica e Editora, 2006.
- VELOSO, F.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do ‘Milagre’ Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica. **Revista Brasileira de Economia** 62 (2), pp. 221-246, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402008000200006. Acesso em: 27 mar. 2016.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

A Princesa e o Mundo das Fábricas: a cidade moderna e a questão fabrilista em Caxias/MA (1940)

JAKSON DOS SANTOS RIBEIRO¹

Universidade Estadual do Maranhão

Resumo: O presente artigo problematiza as representações constituída sobre a cidade moderna pelo Jornal Cruzeiro, periódico religioso, durante a década 1940. Nesse sentido, o texto reflete como os discursos do jornal evidencia o conceito de urbe moderna, a luz das fábricas que existiam na cidade. Nos discursos do periódico religioso, concebidos na segunda metade da década de 1940, a cidade não se apresenta apenas como Caxias, mas sim como a Princesa do Sertão, que se reveste de um manto moderno de desenvolvimento.

Palavras-chave: Imprensa. Cidade. Discurso.

Abstract: This article discusses the representations made about the modern city by Jornal Cruzeiro, a religious periodical during the 1940s. In this sense, the text reflects how the newspaper 's discourses highlight the concept of a modern city, in light of the factories that existed in City. In the speeches of the religious periodical, conceived in the second half of the 1940s, the city presents itself not only as Caxias, but as the Princess of the Sertão, who has a modern mantle of development.

Keywords: Press. City. Speech.

Recebido em 27/02/2018 e aceito em 15/05/2019.

1. Professor Assistente I da Universidade Estadual do Maranhão- CESC/UEMA. Doutorando em História Social da Amazônia - UFPA. Tese em andamento com finalização em abril 2018 intitulada: Os Filhos da Princesa do Sertão: perfis masculinos e a exaltação do modelo burguês de masculinidade na imprensa de Caxias-MA (1889-1930).E-mail: noskcajzaionnel@gmail.com

Caxias: A cidade moderna

A *Princesa do Sertão*, conforme os discursos apresentados pelo jornal, é uma menina que viverá naquele contexto da segunda metade da década de 1940 a fase de uma menina moça. Nas considerações do jornal, esse é um período em que os filhos da “Cidade Princesa” voltariam a viver os louros do progresso que outrora já haviam experimentado, mas que, em sua concepção, foi “roubado” pela falta de compromisso de governos anteriores para com a cidade e principalmente com os cidadãos.

Nas páginas do jornal *Cruzeiro*, são constantes os discursos de exaltação à segunda metade da década de 1940 e principalmente aos representantes do poder temporal. Nesse caso, Eurico Gaspar Dutra, eleito a presidente do país, em 1946, e Eugênio Barros, eleito a prefeito em Caxias, em 1948, foram, segundo o periódico religioso, a chave para que os espíritos do progresso e do desenvolvimento voltassem a se encontrar com os brasileiros, particularmente com os caxienses.

Em Caxias, como apregoa o *Cruzeiro*, quem cuidará dos destinos da cidade é Eugênio Barros, que, segundo o jornal, é detentor de qualidades para que o desenvolvimento se restabelecesse novamente em Caxias. Assim, o periódico brada em alta voz:

Ave! Caxias...

Eugenio Barros, militante fervoroso dos altos destinos da Princesa do Sertão. Honroso padrão de trabalho, pugnador do desenvolvimento de todas as energias vitais e ao fortalecimento de todas as bases sobre as quais, repousam o edifício da soberania do povo caxiense.

Estes fatos aparentemente insignificantes, assumem aos olhos meus a função de grande estímulos na vida Du administrador, o homem do comércio e da indústria, que desde cedo procura dirigir, com propriedades que possui e de virtudes viris ele que a inteligência e a ação se coordenam e se

fundem no alto plano administrativo tornando o altruístico, elevado e benemérito.

Dentro deste conceito está o Sr. Prefeito Eugenio Barros definido pela compreensão de seus deveres, sabe de antemão o peso das suas responsabilidades às grandes causas, fazendo surgir energias imprevistas, adquirindo serviços públicos federais para o seu município, nutrindo o povo caxiense de moral e de fé numa formação harmoniosa de novas gerações. Esses gestos que o definem pelo amor e como defesa às tradições gloriosas desta grande terra – Caxias, onde cantou Gonçalves Dias e tantas vezes foi proseada por Coêlho Neto, filhos desta gleba que lhes doaram a posteridade. AVE! CAXIAS. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 28 de novembro de 1946, p. 1).

É expressivo que o jornal não economiza os adjetivos qualificadores em relação ao prefeito eleito para governar a cidade. Tanto é que as frases que compõem o texto são entrelaçadas pela memória do ontem, de um passado glorioso que foi vivido e que se espera naquele momento que, por causa do prefeito eleito, a cidade volte a vivenciar. Um elemento que se torna visível, quando o jornal afirma que o progresso terá novamente espaço na cidade de Caxias, é que o seu discurso deposita nas mãos desses homens, Eurico Gaspar Dutra e Eugênio Barros, todas as responsabilidades.

No caso de Eugênio Barros, o jornal *Cruzeiro* publica uma poesia em sua homenagem, a qual, segundo o poeta, é um grito poético, para que a cidade volte a ser a cidade do ontem. Nesse aspecto, percebemos o quanto o periódico religioso potencializa a figura dos novos representantes de Caxias, como também exalta a própria ideia de ser, um sujeito que agrega as qualidades viris para reger o governo municipal. Assim, o *Cruzeiro* reverencia o prefeito:

Mui contente vos saúdo,
Dirigentes deste escudo
Do tradicional Maranhão!

Berço de excelsa alegria –
De bravura e valentia –
Princesa da inspiração!

O povo ansioso espera
Que transformes em alegria
Dos importais do sertão,
Que esta Princesa guia

Unidos vos encontreis,
Para torná-la, sabeis,
Poderosa e varonil!
Seja a princesa querida,
Do sertão, a preferida –
Cidade do meu Brasil.

Que do céu, calmo, sereno
Resplandecente e ameno
Deus abençoe esta terra –
E que sempre produtora
Amiga e encantadora
Seja na paz ou na guerra
Para terminar este escrito
Peço que ouçam meu grito que o bairro “São Benedito”
Precisa de luz e água –
Par ser um encantamento
Deseja melhoramento,
Que transforme num momento,
Em alegria, sua magia!. (CRUZEIRO, 23 de fevereiro, de 1948, n.º 621, p. 2).

O poema feito por José Nascimento foi declamado ao prefeito com o objetivo de apresentar os problemas sociais que a cidade de Caxias enfrentava naquele momento. A intenção era demonstrar como os cidadãos caxienses estavam esperançosos com os novos governantes.

Ao desenhar um perfil do novo representante dos caxienses no contexto em que estamos analisando, é evidente como o discurso do periódico religioso não se separa das práticas de convivência com o poder

temporal. Ou seja, incrementa no texto de apreciação ao novo prefeito palavras e sentidos que fabricam uma imagem positiva, que projeta na cena social elementos agregadores por parte das pessoas que confiaram o voto no candidato eleito.

Ancorada por “homens de garra” e “atitudes nobres”, como sempre afirma o *Cruzeiro*, a cidade de Caxias poderá abraçar a prosperidade e a ordem novamente. Sobre esta questão, é notória por parte dos representantes locais do governo, como também pelos representantes da elite local, a incorporação de discursos que representam o espírito do progresso e da própria modernização da cidade. Segundo o periódico religioso e os representantes da elite caxiense, é necessário que a cidade, a Princesa do Sertão, se desaproprie dos vestígios que representam o passado, ou melhor, o recorte temporal que a cidade foi habitada por maus administradores que não tinham o compromisso com a cidade.

A cidade, segundo o jornal *Cruzeiro*, vai sendo revestida de prédios modernos que simbolizam aquele momento de progresso que está se vivenciando:

Se são os prosadores, descrevem com maestria e perfeição as grandezas de sua pequena pátria; abençoam em linhas maravilhosamente compostas a terra que lhes compostas a terra que lhes foi berço e era o seu orgulho. E todos eles, poetas ou prosadores, deixaram em suas obras, o reflexo, às vezes, oculto aos nossos olhos, mas patentes às nossas almas, sentimentos de profundo amor para com a cidade natal. E esse passado que relembramos, ao ler as páginas desses grandes filhos de Caxias, fazem com que pensemos no seu presente e conjecturemos sobre o seu futuro.

Estacionaria no progresso, vivendo somente das glórias que os filhos lhe proporcionaram, Caxias se ergue altaneira para enfrentar o futuro [...] haverá de ser glorioso quanto seu passado cheio de brilho que jamais perecerá.

Aqui são prédios modernos que se constroem, ali palacetes, que se levantam rumo ao céu, como para narrar lhe

soerguimento da velha cidade, o melhoramento material em todo os ramos. Mais tarde, surgem a ideia benfazeja e abençoada de se construir um hospital e os filhos da terra de Miron Pedreira acolheram-na com todo o entusiasmo e se dispõem, a todo custo, a levar a efeito, a concretizar o pensamento que em tão boa hora surgiu.

Não fica, porém só nisso o seu progresso. A Caxias de Gonçalves Dias, Coelho Neto, já conta com uma entidade intelectual, que se propõe levar os jovens caxienses aos páramo e sublimes dos mundos das letras e fazer reviver nela os esplendores caxienses que também são glórias da literatura pátria. Caxias revive, Caxias se ergue em direção ao céu, Caxias entra novamente para chegar à imortalidade. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 30 de janeiro de 1948, nº 620, p. 3.)

Ao pensar a ideia de progresso para a cidade de Caxias, o jornal *Cruzeiro*, através do seu discurso, agrega ao crescimento econômico e às transformações políticas que estão sendo vivenciada, a própria herança cultural que foi vivenciada por Caxias em um momento anterior. Ao acionar esse capital cultural, vivenciado no ontem da década de 1940, os discursos do periódico religioso não se isentam de fazer uso de uma memória de glórias. Por isso, no trecho acima, compõe uma imagem positiva da cidade e do novo prefeito, juntando a essa construção elementos de glória e do espírito de desenvolvimento econômico e sociocultural de Caxias, vivenciado pela cidade no século XIX pelo processo de industrialização.

O jornal *Cruzeiro* trata a cidade de Caxias com esses adjetivos qualificadores de cidade que respira novamente o desenvolvimento e as glórias do passado, observa as inovações e novidades que estão aparecendo no cenário citadino. Mas também pensa a cidade a partir do novo governo, da ação do governante, uma fabricação que é feita através do discurso que é construído para validar os ventos desenvolvimentistas. A este respeito, observa Certeau,

Na perspectiva de uma democratização, condição para uma nova estética urbana, duas redes retêm particularmente a atenção: os gestos e os relatos. Ambos se caracterizam como cadeias de operações feitas sobre e com léxico das coisas. De dois modos distintos, um tático e outro linguístico, os gestos e os relatos manipulam e deslocam objetos, modificando-lhes as repartições e empregos. São “bricolagens” de acordo com o modelo reconhecido ao mito por Lévi Strauss. Inventam colagens casando citações de passados com extratos de presentes para fazer deles séries (processos gestuais, itinerários narrativos) onde os contrários simbolizam. (CERTEAU, 2009, p. 199).

Nesse ponto, a operação de fabricação da cidade, do sentido de ser cidade pelo discurso do periódico religioso, não deixa de lado os elementos que gestam uma positividade para esse movimento de cola e descola de fatos para compor os novos rumos da cidade de Caxias. Porém, nada é falso, tudo é verdadeiro. A cidade é verdadeira, os fatos aconteceram, mas o que se tem é um reemprego das funções linguísticas atribuindo uma prospectiva urbana para aquele presente que se está querendo imprimir naquele momento, a segunda metade da década de 1940.

As imagens de progresso na cidade de Caxias que se faziam presentes em discursos ou comentários possíveis de serem notados no jornal *Cruzeiro*, na época em que lançamos o nosso olhar, configuram-se como um elemento que busca definir os novos ares que circulam e que desejam se fazer presentes no cotidiano dos caxienses. No caso em que trazemos anteriormente citado, configuram-se como um aspecto que se funda com a ideia de progresso, como também de cidade moderna.

Diante desse prisma, a reunião de forças, segundo o discurso do jornal *Cruzeiro*, não deve ser apenas dos atuais governantes, mas de todos os cidadãos, principalmente aqueles que possuem a genética do progresso e do crescimento social e econômico. Desse modo, o jornal frisa a força

que está sendo desempenhada para que o progresso tanto almejado venha a acontecer na cidade naquele momento. Assim, o periódico apresenta:

CAXIAS REDIVIVA

É deveras admirável o sorguimento de Caxias que desperta do marasmo, do indiferentismo, da apatia em que jazia. Apresenta-se nos últimos dois anos, sorridente e prazenteira como uma menina de doze anos que “deixando de sertanejo, passa como seus encantos a ser moças” Em todos os setores se verifica atividade. É que ela, pela vontade de seus filhos, se enquadra na evolução. As construções se sucedem dando graça e beleza às suas ruas. Os Srs. Alderico Silva, José Delfino, Aniceto Cruz, Nanito Souza, Adib Simão, Eugenio Barros, e diversos, numa demonstração de bom gosto, dotaram a cidade de belos e majestosos prédios. Vemos seguir vertiginosamente o Palácio do Comércio que virá embelezar artéria principal, a praça G. Dias, centralizar o comércio e com um hotel modelo uma lacuna na “Princesa do Sertão”. Está aí em franca atividade a Associação dos Comerciantes com Cyrano Gandra à frente, justamente com valorosos batalhadores pela nobre causa. Ali se verifica a movimentação com aula noturna, Centro Cultura Artista, Biblioteca etc, já se tornando em pouco tempo uma realidade objetiva. Em breve iremos ter um Centro de Puericultura que virá amparar o que de mais nobre e belo temos para o futuro de Caxias, que é a criança. À frente daquela instituição está a Sra. Rosalina Barros, elemento de destaque social, que muito tem feito para aquela realização. Agora mesmo está aqui uma comissão composta dos Drs. Amaral de Matos e Pedro Braga Filho que vieram estudar o local de apropriação do prédio. Fundou-se a Sociedade Humanitária de Caxias, que tento a frente as senhoras de grande valor social e espírito dotado de caridade, elegeu como Presidente d. Dinir Silva ao lado de Carmelita Cruz, Miroca Lima, Nilsa Lobo e tantas outras pioneiras do bem, que se destinam dar à Caxias aquilo que ela mais necessita, um Hospital.

Assim verifica-se que Caxias não nega o seu passado glorioso, redivive para seu futuro. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 7 de setembro de 1947, nº 607, p. 3)

O discurso de exaltação à segunda metade da década de 1940, principalmente pelos feitos de algumas pessoas da elite caxiense, é visto pelo periódico religioso como ponto de relevância para que a cidade possa voltar a encontrar sua identidade de cidade-progresso de outros tempos.

Mas isso não apenas na sua modernização, mas também no seu campo cultural, pois nesse mesmo ano é criado pela ação do Pe. Aderson Guimarães e por Cyrano Gandra o Centro Cultural Coelho Neto, segundo o *Cruzeiro*, visando com que a cidade possa se reencontrar com a memória dos seus filhos e fazer com que a genética de “grandes representantes da literatura” possam ser lembrados pelos caxienses no período.

Daí ser este um período de exaltação do trabalho e da valorização do trabalhador para que os objetivos traçados se voltem e os tempos áureos possam reinar na Princesa do Sertão. Desse modo, o jornal afirma que o trabalho coletivo dos caxienses realizados naquele período está redirecionando os rumos da cidade para o crescimento econômico e social que poderiam levar a cidade ao progresso:

O povo de Caxias está entrando, pouco a pouco, num regime de cooperação em benefício da própria coletividade do meio. As associações de classes, de beneficência, de recreação e as instituições criadas para pugnar e trabalhar pelo desenvolvimento cultural e natural do meio, estão em franca atividade nos seus propósitos e muito têm contribuído para o cumprimento de sua finalidade. É com vivo entusiasmo e manifestação de justos louvores que consignamos, aqui, a nossa admiração e nosso reconhecimento pelo que se vem fazendo em prol do progresso de Caxias, numa verdadeira comunhão de ideias com os nossos poderes públicos do município.

Gesto do mais relevante desprendimento e do mais acendrado amor por esta terra foi sem duvida, o do nosso ilustre e digno conterrâneo, Sr. Raimundo Castelo Branco de Almeida, doando, por intermédio dos Amigos de Francisco Dias Carneiro, nesta cidade, como auxílio espontâneo para as obras de construção da Praça Candido Mendes, em Caxias,

sua terra berço, a quantia de CINCO MIL CRUZEIROS, que já se encontra em poder daquela Sociedade, mediante pagamento que lhe fora feito, por ordem do referido doador, pela firma J. D. Silva, desta cidade. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 28 de janeiro, de 1949, nº 644, p.3).

Nessa linha de desenvolvimento que se enraíza em terras gonçalvinas, Caxias é mostrada pelo *Cruzeiro* como um lugar em que há o desenvolvimento das atividades, das obras públicas, das indústrias, que fazem com que a cidade ganhe “espíritos velozes” para vivenciar o progresso. Como bem afirma Pereira,

Caxias atinge um considerável auge de desenvolvimento no final da década de 1940. No momento da abertura democrática, Caxias possuía um comércio admirável que estava em pleno desenvolvimento. O crescimento urbano e as novas construções (residências e comércios) representavam a ansiedade pela chegada do progresso. (PEREIRA, 2006, p 28).

Ao perceber os sentidos de serem modernos, devido aos efeitos ocasionados pela economia da cidade de Caxias, os discursos presentes no periódico religioso não se omitiam em exaltar o momento de bons frutos vividos pela cidade e pelo país naquele momento. E para frisar que a cidade de Caxias é acalentada pelo espírito da prosperidade, o jornal *Cruzeiro*, em uma das suas publicações, menciona como a situação da cidade já é outra realidade. Assim, o jornal aponta:

Agora, já nos últimos anos, Caxias tem assistido o retorno de sua vida espiritual. É esse retorno que ela sempre esperou com ansiedade, por que ela segue o pensamento de G. A. Mann << Deve-se ser tão firme como a rocha contra as vagas da adversidade>> Ela aparecerem os cinemas, os auto-falantes, os educandários religiosos, as sociedades humanitárias, as associações de classes, e para que não dizer o nosso Centro Cultural. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão,

23 de fevereiro, de 1948, nº 621, p. 2).

Desse modo, percebemos que existe, como bem nos diz Certeau, uma “fabricação poética”, pois a cidade de Caxias, quando é apresentada nos discursos do jornal religioso, os modos de ver a cidade, são apreendidos por lentes sensíveis e poéticas, que, por sua vez, fabricavam uma identidade espacial para a cidade, diferente até mesmo da própria realidade. Nesse sentido, Oliveira Filho nos observa:

As identidades espaciais são fabricações humanas, não são inscritas na natureza, como algumas abordagens naturalistas parecem indicar. Além do que não há elemento que componha um dado território que não possua historicidade. Até mesmo a rocha que parece mais imutável é desgastada e modificada pelo tempo. E esta mutação é mais acentuada quando pensamos nas utilidades ou significados que esta rocha já teve ou tem para os humanos. Desde arma ou ferramenta, a mesma rocha pode ser objeto de culto, objeto de fruição estética, ou simples granito com valor econômico na construção civil. (FILHO OLIVEIRA, 2010, p. 16).

Neste sentido, notamos que os textos produzidos pelos redatores do *Cruzeiro* fazem uma recriação de uma cidade em que a mesma é apresentada nesses fios discursivos como sendo a “cidade moderna”, a cidade que congrega no bojo das relações sociais o sangue do progresso e do desenvolvimento.

Nessa questão apontada sobre uma cidade moderna, algo pertinente deve ser levado em conta, principalmente quando o jornal *Cruzeiro* apresenta em suas páginas discursos em que as palavras “progresso” e “desenvolvimento”, como também “cidade moderna”, estão presentes, pois se torna perceptível que ao formularem textos que expressem padrões e critérios já vividos nos grandes centros como o Rio de Janeiro no momento, estes termos não nos fazem ter em mãos uma imagem precisa do que era

a cidade de Caxias no período, mas apenas sentidos simbólicos projetados pelos caxienses.

Sob este olhar, Leite, pensando a cidade de Salvador no contexto das primeiras décadas do século XX, alerta:

A análise dos textos em que apareciam as palavras civilizar (ou civilizado, civilização, civilidade) progredir (ou progresso), modernizar (ou modernização, moderno), nas matérias e editoriais jornalísticos, foi o que permitiu construir algumas das acepções em que elas se transmutavam, as conotações que adquiriam. (LEITE, 1996, p. 42).

Nos discursos da chamada “boa imprensa cristã”, o *Cruzeiro*, ao produzir esta imagem de uma cidade moderna, de ordem, progresso, desenvolvimento, percebe-se que muitas questões são apenas vividas no plano do discurso, ou do desejo de poucos que faziam parte da sociedade que eram acalentados por uma estrutura financeira bem confortável.

Nota-se, então, que a representação pode ser uma categoria dotada de poder simbólico, por que em muitos elementos de um simbolismo social se internalizam, por exemplo, sentimentos de valores coletivos e a incorporação de reflexos do contexto em que tal representação é gestada. Segundo Chartier,

Um conceito como o de representação nos permite designar e ligar três realidades maiores: primeiro, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais eles agem; em seguida, as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam os signos e as “performances” simbólicas [...] e finalmente a “presentificação” em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade. (CHARTIER, 1990, p. 108).

Sobre esta prerrogativa, Chauí nos mostra algo relevante para a compreensão do conceito de representação para a análise em que estamos propondo. Segundo a autora, as representações são elementos discursivos sobre as ideias, que

[...] aparecem, então, como representação do real, a sua verdade, e como normas para a ação, isto é, como conduta” conforme a natureza das coisas” ou conforme a certos fins que seriam os mesmos para todos. Representações e normas constituem, então, um corpo de prescrições que devem ser seguidas quando se quer conhecer ou quando se quer agir. (CHAUI, 1993, pp. 28-29).

Nesse caso, a representação, ou melhor, a força da representação se apontaria pela ótica em que seu valor teria uma correspondência com o *corpus* discursivo e imagético sobre o real, como também pela lógica expressiva que esta representação teria em movimentar um véu legitimador de áurea de verossimilhança dentro do espaço social em que estaria sendo instituída.

Assim, ao olhar para cidade de Caxias e para os caxienses, buscamos cartografar as representações que são constituídas sobre estes pontos e como eles se intercalam nessas proposições representativas, que são elaboradas pelos articulistas do jornal *Cruzeiro* para Caxias e para os caxienses.

Em se tratando das representações constituídas no seio social da sociedade caxiense, no recorte temporal proposto para análise, percebe-se, então, que tais representações nos apontam sempre a constituição de um poder ideológico de autoafirmação, por exemplo, a constituição de um padrão de modernização e desenvolvimento que visa, a partir desse prisma de análise, instituir um perfil, um padrão inquestionável, para os espaços da cidade de Caxias como também aos caxienses.

A partir dessa lógica, o termo representação centra-se em uma ótica

em que seus tentáculos intencionais buscam apoiar-se nas memórias, nos mitos, em utopias, imaginários e principalmente em ideologias para assim instituir a legitimação desse padrão de cidade, e de cidade que caminha para o progresso e o desenvolvimento, mediante o trabalho coletivo dos caxienses, mesmo que seja apenas no campo dos discursos.

Caxias: a cidade das fábricas

As mudanças que ocorrem no mundo a partir da Revolução Industrial provocam mudanças expressivas no cotidiano dos sujeitos seja no início, no século XVIII na Inglaterra, como em outras temporalidades históricas. Assim podemos perceber que, mesmo que em cada contexto, os efeitos da revolução industrial tenham sido sentidos de forma peculiar, podemos perceber que algumas questões podem ser encaradas como pontos comuns entre os contextos diversos, como por exemplo, a urbanização das cidades, e aglomerado de moradias em volta dessas fabricas.

A Revolução Industrial uma vez iniciada na Grã-Bretanha em 1780, fez com em outros países pudessem começar a gozar dos benefícios da rápida expansão econômica que a revolução industrial pioneira estimulava. Para Eric Hobsbawm (2009) a expansão industrial do século XVIII não levou de fato e imediatamente, ou dentro de um futuro previsível, a uma revolução industrial, isto é, à criação de um “sistema fabril” mecanizado que por sua vez produz em quantidades tão grandes e a um custo tão rapidamente decrescente a ponto de não mais depender da demanda existente, mas de criar o seu próprio mercado. (HOBSBAWM, 2009, p. 48)

Nesse sentido, o Brasil só envereda na constituição de uma realidade fabril a ao longo do século XIX, mas significativamente no final do século,

o que demonstra que por muito tempo o mundo rural prevaleceu sobre o mundo urbano. Pensando essa realidade Maria Auxiliadora Guzzo de Decca, aponta que o Brasil quando inicia seu processo de industrialização constitui transformações expressivas nos aspectos econômicos e sociais. Autora aponta ainda que as indústrias começam a se tornar uma realidade em “pequenos núcleos urbanos”. Desse modo, Decca nos fala:

[...] as chaminés de fábricas e conjuntos industriais os povoaram, modificando-lhes a feição pacata e imprimindo-lhes outro ritmo de atividades. Novas formas de vida surgiram ao lado das formas de viver do mundo agrário, existentes desde há muito tempo. (DE DECCA, 1989, p 04)

Em Caxias-MA, a situação não se processa de maneira diferente, visto ser uma cidade do interior, e mesmo por se localizar distante dos grandes centros urbanos, podemos apresentar quando em pleno final do século XIX, as primeiras fabricas começam a ser instaladas na cidade interiorana.

As dificuldades iniciais da empreitada teriam que ser superadas pela força de vontade de seus diretores, pois diz-nos bem Ribeiro do Amaral, que na indústria que se tentava implantar “era tal a descrença de efetuar entre nós essa empresa, que nenhum capital veio então em seu auxilio, tendo a diretoria de tomar a si a responsabilidade da quantia que era necessária”. (COUTINHO, 2005, pp. 295-296)

Assim, a primeira fábrica instalada em Caxias, data de 1883, que por sua vez, fez criar um novo ritmo a cidade, pois conseguiram nos primeiros três anos de funcionamento uns bons rendimentos diante da realidade industrial do país naquele momento, final do século XIX. Mediante a isso, Coutinho (2005) nos aponta:

A força de uma ideia longamente alimentada e o destemo dos diretores da Industrial Caxiense superaram aqueles

obstáculos naturais a empreendimento de tal vulto e, assim, a fábrica foi inaugurada em 1883. Sua produção inicial foi totalmente absorvida pelos mercados consumidores, e os pedidos já se faziam por conta do que seria produzido futuramente. Logo no primeiro semestre ficou constatado que a empresa não iria à barrocada. E decorrido, os três primeiros anos de seu funcionamento, houve sensível ampliação do parque industrial para atender à demanda, que de boa se tornara excelente. (COUTINHO, 2005, pp. 295-296)

Diante dos efeitos que foram sentidos com a primeira experiência fabril apontado pelos primeiros industriais caxienses², a capital São Luis e a cidade de Codó, essa última cidade circunvizinha a Caxias, em anos posteriores também criam movimentos para que também iniciem a tentativa de instalarem suas primeiras fábricas.

Posteriormente as instalações destas primeiras fábricas outras foram sendo instaladas em Caxias, principalmente nos anos iniciais do século XX, saindo da perspectiva de produção de tecidos e promovendo uma diversidade na produção industrial.

As fabricas de Caxias estavam assim localizadas no bairro Ponte a denominada “Industrial Caxiense” fundada em 1883; a Manufatura Companhia União Caxiense no Centro da Cidade fundada em 1889, a maior delas e Sanharó no bairro Trezidela, e “União” também no bairro ponte, que de característica têxtil.

Nesse sentido, a nova mentalidade que emerge no final do século, sobre o processo de industrialização como via para o progresso faz com

2 Segundo Coutinho (2005) configuram como os primeiros industriais caxienses os idealizadores do projeto fabril caxiense, como José Ferreira Guimarães, Custódio Alves dos Santos, Segisnando Aurélio de Moura, Manuel das Chagas Pereira de Brito, Nuno Cândido de Almeida, Bernardo Pinto Sobrinho, como o naturalizado Francisco Dias Carneiro, que por sua vez, movimentou as ideias que foram assim elementares para construção das primeiras fabricas em Caxias.

influencie em empreitadas para a construção em Caxias de novas fábricas como a Companhia Industrial Agrícola, a Usina Agrícola Caxiense, Companhia para exploração da linha telegráfica, como também uma de telefone, além de uma fábrica para questão da distribuição da água na cidade a Companhia das águas. Essas indústrias deram a cidade de Caxias uma realidade fabril, que por sua vez, configurou um novo momento a cidade, como também a economia.³

Bem em se tratando da questão da industrialização durante o Governo Dutra, principalmente nos dois últimos anos, podemos apontar uma expressiva expansão da realidade fabril, e isso pela ótica dos produtos de consumo, direcionada para o mercado interno, tornando-se algo significativo para o país naquele momento. Para essa realidade acontecer podemos apontar dois fatores que influenciaram para que a realidade fosse possível.

A política de satisfazer a procura interna, mantendo um alto nível de importações, entrava em choque com a reduzida capacidade do Brasil para importar, exportador que era de produtos primários. Para retomar o equilíbrio, foi adotada uma política de controles cambiais em junho de 1947 que estabeleceu um drástico sistema de importação, ao mesmo tempo em que se mantinha a alta valorização da moeda brasileira, o que desestimulava as exportações. A conjugação desses fatores (desestímulo à importação de bens de consumo e à exportação de produtos basicamente agrícolas) permite que os investidores orientem seus capitais para a industrialização do país para atender à demanda interna. (SILVA, 1992, p. 17)

Assim, como em Caxias o setor têxtil foi inicialmente o tipo de indústria que emerge, podemos mencionar que as outros tipos de indústrias

3. Não encontramos na pesquisa dados que pudessem nos informar quando foram construídas, ou seja, o ano específico.

só passam a existir com mais intensidade nas primeiras décadas do século XX. Dentre elas estavam J. D. Silva, Eugenio Barros & Cia, Alderico Novais Machado e as firmas Floriano Pereira de Araujo e Silva, Adib Tomé Simão. Essas firmas como eram chamadas elas dedicavam suas atividades para exportação do chamado *ouro preto*, no caso o babaçu.

O *Cruzeiro* afirma que a partir de um dialogo com um dos representantes das firma, a exportação do ouro preto poderá trazer para cidade de Caxias ótimos rendimentos e cidade poderá gozar desses benefícios. O jornal apresenta:

Na opinião dos dirigentes da firma J. D. Silva, a exportação do babaçu tem probabilidade de melhorar no próximo ano e quíça nos anos subsequentes, num ritmo gradativo, desde aquele época, não venha a ser renovado no termino do seu praso a 30 de Junho do ano próximo vindouro. A liberação do mercado de babaçu, segundo ainda a opinião daqueles Srs. Tratará nova vida aos negócios do referido produto e com essa nova vida, maior desenvolvimento em todas as atividades, para o restabelecimento do ritmo normal dos negócios que há cerca de 4(quatro) anos obedecem a condições especiais, prescritas e impostas por um Acôrdo que ora nos favorece e ora nos prejudica, em face das restrições a que temos de sujeitar os negócios, em detrimento das vantagens das competições, da liberdade dos negócios no campo da oferta e da procura. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 12 de janeiro de 1946, nº. 535, p. 5)

Assim, diante desse primeiro momento vivido no final do século XIX e inicio do século XX, é que o jornal *Cruzeiro* aponta que a cidade em plenos anos 1940, que Caxias consegue congrega na sua realidade um cenário de indústrias que impulsiona em rumo ao desenvolvimento da cidade. Desse modo o jornal aponta a partir dos comentários de um representante da elite caxiense como a realidade de indústrias se apresenta no cenário caxiense nesse contexto da década de 1940. Nesse sentido o jornal *Cruzeiro* aponta:

Minha cidade Sr. Menezes possui indústrias já bem adiantadas. Temos três há muito tempo fábricas de tecidos, fábricas de extração de óleos vegetais, de sabão e outras pequenas indústrias caseiras, também de grande significação. Há prosperidade neste ramo de negócio. O comércio, quer o varejista, quer o exportador, cresce cada dia dando à cidade um aspecto de centro bastante movimentado. (CRUZEIRO, Caxias 07 de abril de 1949, nº 648, p. 2).

Nesse contexto, portanto a cidade, na perspectiva dos discursos do jornal *Cruzeiro* apresenta uma cidade que respira os ares da modernidade, como pela modernização em vista das novas oportunidades que as fábricas e o movimento dos seus produtos proporcionam aos cidadãos caxienses. Por exemplo, o jornal cita que os ventos do progresso que sopram através das indústrias em direção de Caxias, quando em 1946, na primeira página o *Cruzeiro* traz um informativo de quase meia página falando sobre as novas instalações da fábrica de tecidos *Companhia de Fiação e Tecidos << União Caxiense >>*. Na ocasião, a nota está fazendo referência as mudanças que ocorrem na fábrica, que proporcionaram o crescimento da têxtil, como a influenciará no progresso de Caxias. De tal modo, o jornal aponta:

A fábrica de tecidos << *Manufatura* >> continua melhorar cento por cento a sua eficiência industrial, não somente melhorando cada vez mais a situação material e sanitária do seu operariado para que aumente a produção, como também organizando a atividade dos serviços de sua indústria, lançando sempre novos produtos de sua manufatura de tecidos. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, segunda-feira, 23 de fevereiro de 1946, p.7)

O texto fala que a vida fabril da Manufatura Caxiense está naquele momento passando por mudanças significativas vistas assim, pela ótica do crescimento da compra de produtos que são vendidos pela fábrica. Além dessas questões outro aspecto que sobre saí no texto é preocupação em

mostrar que com as mudanças que estão ocorrendo no interior da fábrica também está sendo pensadas na melhoria dos operários que trabalham no espaço fabril.

A notícia também deixa claro, que os produtos que foram lançados pela manufatura, foram bem recebidos pela sociedade, como também pelo mercado consumidor naquele momento. Aproveitando o ensejo o jornal enfatiza que a fábrica estará participando de uma feira de amostras que se realiza em São Luís, que segundo o jornal participam apenas as indústrias que tiveram inovações nos últimos anos, como também agradaram o mercado consumidor em relação aos produtos que oferecem.

Depois de ter lançado com bom acolhimento do povo – o *Algodãozinho Caxiense n.4* lançou depois diversos padrões do *Brim Domingueiro*, de boa qualidade, resistente, e de preços acessíveis ao trabalhador; em segunda foi lançada a lona *Taylor* que, pela sua resistência foi congnominada lona de verdade; há pouco, surgiu o tecido *Cretone Castelo*, cujo nome é uma homenagem as glórias das Forças Expedicionárias Brasileiras na sua histórica vitória de Monte Castelo; por ultimo foi lançado ao mercado o brim branco *Astroria*, tecido em teares de maquinetas, com padronagens em relevo bem alvejado, o qual constitui, pelo seu preço módico, um presente á população deste Estado. Todos estes produtos estão expostos n 1ª. Feiras de Amostras do Maranhão em S. Luís, e causaram ótima impressão, fazendo realçar o bom nome da industrial caxiense. O Stant da Companhia União Caxiense foi mui bem organizado e está sendo bastante apreciadores da Indústria de tecidos do Maranhão.

Como homenagem ás famílias maranhenses, a Companhia União Caxiense está fazendo distribuir, semanalmente aos sábados, na Feira Amostras, peças de tecidos dos seus melhores produtos por meio de sorteios, inteiramente grátis. Atualmente encontra-se nesta cidade, o Dr Alfredo Veroneal, engenheiro eletro-técnico, que veio proceder a instalação de um dínamo gerador de luz de 35 K VA, esperando-se que dentro de 15 dias, a Companhia União Caxiense terá a sua luz própria e assim poderá inaugurar uma segunda turma de trabalho até as 10hs da noite serviço a mais de 2000

operários.(CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, segunda feira, 23 de fevereiro de 1946, p.7)

O texto acima enfatiza que a manufatura a representação da fábrica da economia, principalmente quando o texto narra sobre a participação da fabrica na feira de amostra que estava acontecendo na capital, São Luis. É notório que o texto faz uma exaltação ao próprio empreendimento que existe na cidade de Caxias. Também sublinha que a Manufatura está investindo em novos equipamentos para que possa aumentar a produção como também o numero de funcionários.

Podemos perceber que o jornal em seus discursos desenha uma realidade fabril próspera tanto para os donos da fabrica quanto os trabalhadores, que ofereceram sua força de trabalho para indústria. Diante dessa questão o jornal acrescenta as modernizações que estão sendo realizadas naquele momento serão também para que seus funcionários possam ter comodidades para executarem suas atividades laborais.

A Companhia de Fiação e Tecidos<< União Caxiense>> está finalmente terminando a construção de um amplo armazém para deposito de algodão e, finda edificação do mesmo iniciará a construção de 8 casas á rua S. Pedro, com todas as acomodações: banheiro, dispensa e sentinas higiênicas e demais dependências domesticas, as quais serão destinadas á morada dos seus mestres e contra-mestres. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 23 de fevereiro de 1946, p.70).

Nesse caso, Maria Auxiliadora Guzzo Decca pensando a realidade fabril no Brasil nas primeiras décadas do século XX nos fala que as fabricas elas eram configuradas em sua maioria com agregados de vilas em que os operários poderiam viver próximos a grande indústria. Porem como a mesma autora frisa estes agregados, de moradias, que se localizavam nas “cercanias” das fabricas eram regulados pelos regulamentos da fábrica.

(DECCA, 1989, p. 15)

O jornal aponta também em seus discursos que a relação que os industriais e os operários era uma relação harmônica, mesmo que fosse de outra forma, nos discursos do periódico religioso a representação sempre acompanhada de compreensão e união. Por exemplo, quando inicia o ano de 1946 as fabricas, Sanharó e União Caxiense oferece um almoço de confraternização, e no discurso, a percepção que o jornal quer apresenta é da bela união de ambos os lados, no caso, patrão e empregado.

Almoço de confraternização nos meios industriais

No dia 1 de janeiro, realizou-se no bairro Ponte um almoço de confraternização oferecido pelas fabricas de fiação e tecelagem Sanharó, União Caxiense S/A e Caxias Industrial aos chefes de suas secções, mestres e contramestres, comparecimento dos técnicos e diretores das referidas Companhias Industriais. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 12 de janeiro de 1946, num, 535, p. 5)

Nas considerações do jornal *Cruzeiro*, os patrões quanto empregados, os trabalhadores das fabricas demonstravam com reuniões como essas que todos estavam imbuídos para fazer a cidade crescer, e transformar a vida econômica de Caxias. Desse modo, todos os esforços e união que pudessem ser realizadas naquele momento possibilitariam o crescimento da cidade e todos.

Nessa esteira de considerações sobre crescimento da cidade, o jornal também não deixa de parabenizar, como já mencionamos em outros momentos da nossa discussão as iniciativas que eram realizadas em prol do crescimento da cidade. Nesse caso podemos citar quando na cidade de Caxias é realizada a instalação de uma fabrica de óleos.

Como já citamos, a experiência fabrilista que foi efetivado no final do século XIX na cidade, tornou-se um caminho lembrado para que em outros

momentos, como é caso desse recorte temporal em que estamos discutindo, possamos perceber a instalação de novos tipos de fabricas na cidade.

O jornal ver essas atitudes como algo divino para Caxias, pois como bem vai apontar em seus discursos isso significava que uma “recompensa e esforço dos que trabalham na alma o ideal de Bem e sentido no coração os anseios de progresso, cooperando para o bem estar e felicidade do povo.” (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 10 de setembro de 1949, Ano XVI, p.2).

Na percepção do jornal *Cruzeiro*, o que acontece naquele momento com urbe é um providencia divina que está abençoando a cidade, com expressivos investimentos, e mais ainda homens que estão voltando o seu olhar para proporcionar o desenvolvimento de Caxias. O jornal ainda considera que esse movimento de transformação econômica que acontece na cidade, é devido a cooperação tanto da classe operaria, como os próprios patrões.

[...] o bem estar e felicidade do povo representado pela classe operaria que se movimenta impulsionada pelo Capital, realizando prodigiosos efeitos em obras uteis ao bem coletivo e necessária ao aproveitamento das riquezas naturais de qualquer região, obedecendo a planos de organização industrial. E a recompensa do Creador do movimento da vida no Universo ao valor da força de vontade e do trabalho de nossos denodados concidadões que, em tempos passados tanto fizeram pela grandeza de Caxias, deixando á sua posteridade e maiores exemplos de tenacidade, criando no interior do Maranhão tão bem montadas fabricas que as adversidades do tempo ainda não pederam destruir. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 10 de setembro de 1949, Ano XVI, p.2).

Para o jornal além ser histórica a questão do processo de crescimento da cidade naquele momento, por causa da experiência do passado de ter

vivido tempos de glórias e prosperidade. O *Cruzeiro*, não deixa de acrescentar que esse momento também tem a intervenção de Deus para orientar os investidores em concentrarem o seu olhar para a cidade, além de abordar também que esse crescimento é um esforço mutuo. Como já apresentamos anteriormente, o jornal não traz em suas paginas discursos que podemos perceber a desunião entre as classes de operários e patrões. Na ótica do jornal, ambas estão sempre juntas para viabilizar o crescimento da nação e do bem estar da cidade.

Por isso que o jornal não deixava de assinalar que o passado glorioso da experiência fabril e do espírito de empreendedores dos caxienses naquele momento histórico poderiam ser a justificativa por Caxias está experimentando tempos tão fortuitos. Desse modo, o *Cruzeiro* considera:

E foi graças ao rico patrimônio que os nossos maiores deixaram á coletividade caxiense, que, agora torna-se fácil a concretização duma inspirada idéia do Cel. José Ferreira Guimarães Junior, cuja vida de trabalho se processou durante muitos anos no setor rumores das fabricas de tecidos desta cidade deconstruidas pela dedicação e esforços dos seus antepassados. E que ainda hoje, continuam a produzir seus bons frutos pela heroica resistência e operaridade dos continuadores de tão grandes iniciativas industriais, que são as bases fundamentais da vida social e econômica de Caxias. Embora ofasiade há tempos das lidas industriais por ter fixado residência no Rio de Janeiro, nunca poudes esquecer a meia operário de Caxias, onde por longos anos empregou as suas atividades no comercio e depois na industria. O Cel José Guimarães, em entendimento amistoso com o capitista deputado Hugo Borghi de S. Paulo dinâmico impulsor das industrias oleoginosas do país, ao qual fez exposição completa das riquezas naturais de Caxias em plantas em produção de oleus apresentando as vantagens de sua industrialização em Caxias em vista de possuir o prédio da antiga fabrica de tesidos União Caxiense de sua propriedade, que punha a disposição do grande industrial paulista. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 10 de setembro de

1949, Ano XVI, p.2)

O jornal aborda que o processo de instalação da nova indústria na cidade passa por vários momentos desde a procura do espaço, as possibilidades de instalação como de matéria-prima que podem existir em Caxias. Nota-se que o jornal em seu discurso não apresenta que os investidores teriam dificuldades para trazer para cidade a fábrica de óleos, primeiro como o jornal sempre frisa, a cidade possui riquezas naturais, em abundância, por exemplo, o próprio coco babaçu, considerado pelo jornal *Cruzeiro*, como “ouro negro”. Assim mediante as facilidades o jornal diz que a indústria seria bem vinda, e bem acolhida tanto pelas autoridades como pela população, pois assim mais empregos seriam gerados e mais desenvolvimento para cidade.

Sendo bem acolhida a proposta do antigo industrial Cel. Zesinho Guimarães pelo deputado Hugo Borgui, diante a boa vontade de encontrada da parte do seu visitante maranhense, resolveu logo adquirir o prédio no qual será instalado o completo maquinário da futura indústria de óleos vegetais, em Caxias. (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 10 de setembro de 1949, Ano XVI, p.2).

O *Cruzeiro* informa que após as negociações entre sócios a indústria, ou melhor, a *Companhia Brasileira de Oleos S. A.* foi fundada em Caxias, cujos sócios eram Deputado Hugo Borghi, Dr. Rui Fascesni, Cel. José Ferreira Guimarães Junior, Afonso Correia Leite, Severo Pinheiro Fonseca perfazendo o capital de doze milhões de cruzeiros, tendo por fim a constituição de uma indústria que movimentaria o comércio de óleos e vegetais na Princesa do Sertão.

Na ocasião, o jornal aponta que a direção do novo empreendimento que foi instalado na cidade ficaria teria como diretor o Dr. Contreiras,

engenheiro, que cuidaria de todos os trabalhos desde a contratação de mão de obra, como a própria ampliação e melhoramento do prédio onde foi instalada na nova fábrica. Para o jornal com a administração destinada ao engenheiro o novo espaço industrial seria inaugurado logo no ano de 1949. Nessa ótica, o jornal aponta, iria trazer para aquele momento “[...] notáveis benefícios ao povo caxiense e dando maior vida social a Caxias.” (CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 10 de setembro de 1949, Ano XVI, p.2).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Antonio José B. de. *Memórias de Caxias: cada rua, sua história*. Edição e Produção Câmara Municipal de Caxias, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 9 Ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.
- CHAUI, Marilena de Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 6ª Ed., v. 2. São Paulo: Cortez, 1993.
- COUTINHO, Milson. *Caxias das aldeias altas: subsídios para sua História*. 2ª ed. São Luis-MA; Caxias-Ma: Prefeitura de Caxias, 2005.
- DE DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *Cotidiano de Trabalhadores na República*. São Paulo 1889-1920. Coleção Tudo é História, São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- FILHO OLIVEIRA, Valdinar da Silva. *A tradição por um fio: uma história das sensibilidades em relação aos espaços na crise dos padrões de masculinidade no nordeste (1940/1980)*. Tese de Doutorado (Instituto de Ciências Hu-

manas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções*. Paz e Terra, 10 edição, 1997.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *E a Bahia civiliza-se...: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916*. (Dissertação de Mestrado), UFBA Salvador, 1996.

PEREIRA, Ana Paula Alves. *As pipiras da fábrica: as mulheres operárias sob o olhar da sociedade caxiense na década de 1950*. (Monografia apresentada ao Departamento de História e Geografia) Caxias, CESC, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*: Ed. Universidade/ UFRGS, 1990.

SILVA, Rogério Forastieri. *O Brasil de 1945 a 1964*. – São Paulo: Núcleo, 1992.

Fontes

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 12 de janeiro de 1946, nº. 535.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 07 de abril de 1949, nº 648.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 23 de fevereiro de 1946, p.7

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 12 de janeiro de 1946, num, 535.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, Sábado, 10 de setembro de 1949, Ano XVI.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 28 de novembro de 1946.

CRUZEIRO, 23 de fevereiro, de 1948, n.º 621.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 30 de janeiro de 1948, nº 620.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 7 de setembro de 1947, nº 607.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 28 de janeiro, de 1949, nº 644.

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 23 de fevereiro, de 1948, nº 621.

“Oásis do Terror” - A ditadura brasileira e a vigilância internacional: a Argélia nos Sumários do Comunismo Internacional (1970-1973)

DÉBORA STRIEDER KREUZ¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: Com o golpe civil-militar de 1964 e a implementação da ditadura de segurança nacional no Brasil, organizou-se de maneira eficaz um amplo aparato repressivo para conter toda forma de resistência. O SNI produziu mensalmente os *Sumários do Comunismo Internacional* com vistas a informar diversos órgãos dos três poderes e da sociedade civil sobre o que ocorria em distintos locais do globo e que fosse considerado subversivo. O trabalho objetiva analisar tal informe, produzido entre os meses de junho de 1970 a setembro de 1973, destacando as informações produzidas sobre a Argélia. Tal país ganhou importância nesse cenário a partir de 1962, pois a partir da sua libertação em relação à França e a adoção de uma política externa não-alinhada aos Estados Unidos nem à União Soviética, tornou-se um polo receptor de exilados de várias partes do globo, inclusive da América Latina.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; *Sumários do Comunismo Internacional*; Argélia.

Abstract: The civil-military coup in 1964 and the implementation of the national security dictatorship in Brazil, a large repressive apparatus was effectively organized to contain all forms of resistance. SNI monthly produced the “Summaries of International Communism” which aimed to inform different institutions of the public authorities and civil society about what happened in different parts of the world that they considered subversive. The purpose of this paper is to analyze these reports produced between June 1970 and September 1973, highlighting the information about Algeria. The African country gained importance in 1962 and, because its independence from France and the adoption of a foreign policy that was not aligned with the United States and the Soviet Union, it became a pole of receiving exiles from various parts of the globe, including Latin America.

Keywords: Civil-military dictatorship; Summaries of International Communism; Algeria.

Recebido em 28/06/2018 e aceito em 20/08/2019.

¹ Doutoranda em História pela UFRGSO. Email: debora_kreuz@yahoo.com.br. O trabalho é orientado pelo professor Enrique Serra Padrós.

Introdução

Após o término da Segunda Guerra Mundial o mundo se viu polarizado pela Guerra Fria. As potências que emergiram do conflito – Estados Unidos e União Soviética – buscaram ampliar sua influência por distintos espaços do globo, de forma que o dualismo “capitalismo X comunismo” marcou as disputas políticas praticamente até o final do século XX. A América Latina não ficou imune a tal perspectiva: a partir de meados da década de 1960 o continente foi tomado por ditaduras que tinham como um dos principais objetivos combater o suposto inimigo comunista². Em 1964 um golpe civil-militar³ derrubou o presidente João Goulart e instaurou uma ditadura que perduraria até 1985, com a eleição indireta de um civil. Segundo Borges:

Em 1964 deu-se a tomada do poder pelos militares, numa bem orquestrada política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que coordenavam as iniciativas dos conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica para a tomada do poder e a modificação de suas estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, [...] (2014, p.20).

A partir da lógica desencadeada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁴, a perseguição sistemática as diversas formas de resistência, sejam

2. Falo em “suposto inimigo” pois, especialmente no caso brasileiro, o governo de João Goulart possuía apenas características reformistas, não se aproximando do comunismo. O governo ditatorial, ressaltado, preocupou-se em abrir o país ao capital estrangeiro, aliado, sobretudo, aos interesses estadunidenses.

3. Utilizo a nomenclatura “civil-militar” tendo em vista que amplos setores da sociedade civil participaram do processo que culminou na deposição de Goulart. Vide: DREIFUSS, 1981.

4. Para mais informações sobre a Doutrina de Segurança Nacional, consultar: PADRÓS,

pacíficas ou armadas, fez com que milhares de pessoas fossem presas, torturadas e, algumas centenas, assassinadas e desaparecidas, de maneira que até o presente, nenhum torturador tenha sido condenado criminalmente no Brasil. A DSN possuía entre um de seus pressupostos a noção de “fronteira ideológica”, de forma que o inimigo, diferente de um conflito entre Estados, estaria dentro da fronteira nacional. Contudo, mesmo após a sua saída do território, era necessário continuar a vigiá-lo, caso desejasse retornar. Assim, a produção de informações sobre o que acontecia nacional e internacionalmente, era muito importante para a vigilância sobre aqueles considerados perigosos para a segurança nacional.

Tendo em vista tal perspectiva, o presente texto objetiva analisar um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações⁵ (SNI) no período de junho de 1970 a setembro de 1973: o *Comunismo Internacional: Sumário de Informações*, mais conhecido por *Sumários do Comunismo Internacional*⁶. Buscarei, de forma central, compreender como tal relatório apresentava um país em específico: a Argélia. A escolha se justifica pelo fato de que, após a violenta guerra de libertação contra a França⁷, o país adotou uma postura política de não-alinhamento⁸, ou seja, não estava diretamente vinculado aos Estados Unidos e nem a União Soviética. Dessa forma, tornou-se um polo receptor de exilados dos mais diversos espaços do globo, inclusive

2014.

5. Para mais informações sobre a organização do aparato de informações e repressivo da ditadura, consultar: FICO, 2001.

6. Foram analisados os exemplares publicados entre junho de 1970 e setembro de 1973. Os mesmos encontram-se online e disponíveis para download no site do Arquivo Público de São Paulo.

7. Para compreender melhor a luta pela libertação, consultar: YAZBEK, 2010.

8. Tal política foi adotada por diversos países, especialmente após a Conferência de Bandung, em 1955.

do Brasil⁹. Miguel Arraes¹⁰, por exemplo, viveu 14 anos exilado no país, sendo, inclusive, consultor de negócios do governo argelino. Da mesma forma, os 40 banidos trocados após a ação de sequestro do embaixador alemão no Brasil foram enviados para lá¹¹. Assim, saber o que ocorria em tal espaço, especialmente a atuação daqueles considerados inimigos, suas estratégias de denúncia e articulação para o possível retorno ao Brasil, era de fundamental importância para o aparato repressivo. Assim, é importante compreender que o exílio, na grande maioria das vezes, foi visto apenas como um intervalo na luta contra a ditadura no Brasil, não significando o seu abandono.

O Comunismo Internacional e a produção de informações pela ditadura

Dentro da já mencionada DSN, a produção de informação sobre aqueles considerados inimigos possuía um papel central. Da mesma forma, havia a preocupação sobre o movimento comunista internacional¹², tendo em vista que na concepção vigente nos círculos de vigilância e repressão, a segurança em relação aos inimigos deveria ser realizada dentro e fora das fronteiras físicas da nação, pois estes estariam infiltrados em todos os setores sociais. O que importava eram as fronteiras ideológicas. O inimigo comunista, também era de conceituação flexível: desde reformistas até religiosos adeptos da Teologia da Libertação. Todos foram enquadrados

9. Como exemplo de exilados tem-se a figura do governador cassado pelo Ato Institucional nº1 Miguel Arraes e sua família. Da mesma forma, os 40 militantes trocados após a ação de captura do embaixador alemão em 1940, foram enviados para a Argélia.

10. Governador de Pernambuco, cassado pelo Ato Institucional nº1.

11. Realizada em junho de 1970. As ações de sequestro foram estratégias utilizadas por grupos de resistência para libertar companheiros que estavam nas prisões da ditadura.

12. Sobre o sentimento anticomunista e sua difusão, consultar: MOTTA, 2010.

em tal categoria. Da mesma forma, com a eliminação de um setor, outro passava a ser visado, numa clara tentativa de dar sentido à própria existência dos órgãos repressivos.

Em 1970 passou a circular entre dirigentes, civis, militares e religiosos, um documento intitulado “Comunismo Internacional – Sumário de Informações”, o qual era de caráter mensal e teve circulação até setembro de 1973. Na publicação, que continha em média 120 páginas, eram detalhadas as atividades atribuídas ao movimento comunista internacional e nacional. Para Samways:

Durante aproximadamente três anos a Agência Central do Serviço Nacional de Informações buscou mapear os passos do comunismo não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Persistia uma preocupação crescente com este movimento desde a África e Ásia, até seu alcance na América Latina, bem como a atuação de supostos comunistas no exterior e discursos contra o Brasil na imprensa estrangeira. (2014, p.91)

Os *Sumários* possuíam informações diversas, sempre preocupadas com a possível influência do movimento no país. Nesse momento é importante tecer algumas considerações sobre a fonte analisada: Daniel Samways (2014) demonstra que tais documentos estavam carregados de medo e paranoia anticomunista, produzidos a partir da lógica da Guerra Fria, onde o inimigo poderia estar em qualquer lugar. Dessa forma, muitas das informações eram, visivelmente, carregadas de preconceitos, exageros e também desconhecimento sobre os diversos matizes que caracterizam o comunismo, de maneira que a pecha de ‘comunista’ servia para caracterizar qualquer tipo de oposição à ditadura. A rearticulação do SNI durante o regime preocupava-se com a infiltração desse perigo. Nas palavras do autor:

O medo e a aversão aos seguidores da doutrina comunista fez

com que esses serviços vissem seu inimigo em praticamente toda a sociedade, a qual deveria então ser completamente vigiada e espionada, tudo em nome da ordem e da segurança nacional. Este vasculhamento da vida de milhares de cidadãos justificava-se em nome da defesa da nação. (2014, p.46).

Rodrigo Patto Sá Motta também mostra que a produção de informações era permeada pela real desproporção entre o que se imagina sobre o inimigo e a força que ele possuía realmente: “[...] as representações contra o comunismo divulgadas na sociedade contribuíram para ampliar a percepção da presença do ‘perigo’, gerando, por vezes, uma relação desproporcional entre a força efetiva dos revolucionários e o medo neles inspirado.” (2010, p. 20). Devemos avaliar tais excessos como frutos do contexto histórico, e também pelo próprio fato de que a existências das agências de produção de informações estava condicionada a existência e combate ao perigo. Assim, para além da preocupação com o que ocorria internamente, fazia-se necessário saber, e difundir, o que ocorria a nível internacional. Essa era a proposta dos *Sumários*.

Como já mencionado, sua difusão ocorria entre as autoridades civis, militares e religiosas do país, estas últimas as únicas fora da esfera governamental. Na primeira página havia o carimbo de confidencialidade e outro com a frase presente em praticamente todos os documentos produzidos pelos órgãos de informação e repressão: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil”. Na sequência do texto encontramos os órgãos que deveriam receber cópia do documento: chefes de gabinete do executivo, presidentes da Câmara e Senado Federal, alguns arcebispos, ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica, Divisões de Segurança e Informação (DSI) dos ministérios civis, para além das secretarias de segurança pública dos estados da federação. Ou seja, existia a preocupação para que todos que ocupassem postos-chaves soubessem a

ameaça que o comunismo representava e como se articulava nos distintos espaços do globo. Podemos supor que a difusão entre autoridades religiosas visava a que estas pregassem entre seus fiéis os perigos do comunismo e também as formas de identificá-los, de modo a denunciarem às autoridades competentes. Samways (2014) afirma que no decorrer do tempo, o número de destinatários foi crescendo, de forma que em junho de 1970 foram distribuídos 180 exemplares e em setembro de 1973, 268. Tal aumento pode ser explicado por uma maior preocupação em informar o que ocorria internacionalmente, de forma que quanto mais autoridades soubessem, maior poderia ser o efeito preventivo.

Na sequência do informe existia um espaço intitulado “Conheça o inimigo: o que ele faz e o que ele diz”, no qual estavam dispostas frases de indivíduos considerados comunistas e, portanto, subversivos. A título de exemplificação, no exemplar de março de 1971 encontramos as seguintes frases “Ser revolucionário é dever de todo cristão” e “Devemos apoiar tudo o que o inimigo combate e opor-nos a tudo que o inimigo apóia”. A autoria da primeira é atribuída ao padre Camilo Torres e a segunda a Mao-Tsé-Tung. Podemos interpretar que o uso de tais passagens, geralmente curtas, buscam apresentar de maneira simples ao leitor excertos do pensamento de autores considerados marxistas/comunistas¹³, de maneira que aqueles que conhecessem tais excertos poderiam ser acusados ou investigados enquanto subversivos. Nas páginas seguintes existia o “Calendário dos eventos comunistas”, onde datas tidas como importantes para o MCI seriam perigosas para a ordem nacional, de forma que os órgãos de segurança

13. Percebi que nos *Sumários* o marxismo é tratado como uma forma de pensamento única, sem divergências e matizes. Como já mencionado, a partir do conceito de inimigo interno todos aqueles que ofereciam qualquer oposição ao governo já recebiam o título de comunistas.

deveriam atentar para eventuais movimentações de grupos opositores. Como exemplo de tais datas temos as datas de nascimento de Lenin (22/04), Marx (05/05) e o Dia de Solidariedade Mundial Estudantil (24/04)¹⁴.

Após tais considerações se passava ao índice dos temas tratados na edição: poderiam ser “assuntos gerais”, onde se transcreviam textos, noticiavam-se encontros de autoridades; “movimento religioso”, nacional e internacional; “potências comunistas”, onde se informava o que ocorria especialmente na União Soviética e na China, e dados separados por continentes, “África”, “Ásia”. O espaço destinado à América Latina era o mais considerável, de forma que a preocupação com o que ocorria em Cuba e no Chile após a eleição de Salvador Allende era visível. As ações de resistência nos países do Cone-Sul que ainda não enfrentavam ditaduras, assim como a atuação de exilados brasileiros era encarada com preocupação.

É importante salientar que os *Sumários* não apresentavam a autoria dos textos, apenas o órgão que os editava – o SNI. Percebe-se assim que o uso de tal estratégia buscava dar um caráter de imparcialidade à publicação. Contudo, os valores dos autores, anticomunistas na essência, faziam-se presentes Para Samways:

Ao longo de *Comunismo Internacional*, pode-se perceber uma quantidade de informações de grande amplitude. Em suas páginas o autor, mesmo que desconhecido, deixa suas marcas e sua visão de mundo. A forma como observa essa realidade, marcada muitas vezes pela imaginação de um inimigo muito maior e onipresente, está ali, diante dos olhos do leitor. (2014, p.121).

Os documentos também não citam a fonte de informação, esta ocorre apenas quando se menciona que o texto foi transcrito e traduzido de algum

14. *Comunismo Internacional*, fevereiro de 1971.

local específico, geralmente periódico. Sobre tal fato, o autor menciona:

Em Comunismo Internacional, as citações sobre a atuação brasileira no exterior não vinham de jornais brasileiros de grande circulação, como o Globo e a Folha de São Paulo, constantemente citados, mas, pelo contrário provinham de relatórios internos. A divulgação da ação de brasileiros exilados estava sob censura na grande imprensa e essas informações chegavam a partir de relatórios de outras agências ou da imprensa internacional. Não se pode omitir que muitos que muitos governos também colaboraram com a ditadura brasileira fornecendo dados e acompanhando a ação desses brasileiros ou ainda dificultando sua permanência no país. (SAMWAYS 2014, p.181).

Tal aspecto ainda carece de maiores pesquisas. Contudo, é importante mencionar que a colaboração de países considerados democráticos com a ditadura brasileira, em maior ou menor medida variando conforme o país, foi presente. Tal afirmação se justifica a partir das informações encontradas em fichas de exilados, nas quais se percebe que os indivíduos eram constantemente vigiados pelas polícias de países de exílio. Na América Latina, já com várias ditaduras espalhadas, a colaboração repressiva entre os estados teve seu ápice com a articulação da Operação Condor em 1975.

Tendo em vista tais considerações sobre os *Sumários do Comunismo Internacional*, passo a análise das informações produzidas sobre a Argélia, país que recebeu vários exilados brasileiros e, como já dito, possuía uma política de não-alinhamento com a União Soviética e nem com os Estados Unidos.

A Argélia nos Sumários

A Argélia, país do norte do continente africano, tornou-se

independente da França em 1962, após oito anos de violenta guerra de libertação. Após a independência, durante o governo de Ahmed Ben Bella, a Constituição definiu o país como uma “república popular, democrática e socialista.” (CRUZ, 2016, p. 57). Dessa forma, passou a receber militantes de outros países que se articulavam pela independência, tais como Moçambique e Angola, que lutavam por suas demandas, como palestinos e Panteras Negras, e ainda exilados de países latino-americanos, como os brasileiras.

Assim como ocorria com outros países, sobretudo que adotavam uma perspectiva de governo considerada comunista, o que ocorria na Argélia era objeto de preocupação por parte dos órgãos de informação. Contudo, grande parte do que era publicado provinha de traduções realizadas, especialmente de periódicos da Europa Ocidental, e da troca de informações entre embaixadas, sobretudo dos Estados Unidos¹⁵.

De maneira geral o país era visto como um local em que indivíduos tidos como perigosos encontravam-se livres para planejar ações violentas em seus países de origem, objetivando a instalação de um regime comunista. Em dezembro de 1970 encontramos uma reportagem sobre a presença de militantes dos mais variados espaços do globo, intitulada “Argélia: Oásis do Terror”, traduzida de uma revista peruana. O título já é indicativo de uma percepção sobre os indivíduos e o país, pois o oásis é o espaço de descanso e alimento em meio às areias do deserto. Ou seja, após período de dificuldades e perseguição, os grupos lá encontrariam a paz para a sua rearticulação política e militar. No texto são mencionadas as organizações que possuíam atividades no país, dentre elas os Panteras Negras, dos Estados Unidos, a Al Fatah, da Palestina, e diversos grupos de

15. A tese de Fábio Lucas da Cruz (2016) demonstra essa troca de informações.

países africanos que tentavam a articulação para lutar pela independência, como nos casos de Angola e Moçambique. Atenta para o fato de que muitos desses sujeitos não eram bem recebidos em outros locais, como os brasileiros Ladislau Dowbor e Apolônio de Carvalho¹⁶ em uma ida a Suíça para denunciar a ditadura brasileira. Os mesmos haviam sido convidados pela Cruz Vermelha para deporem em relação à tortura que haviam sofrido nos cárceres brasileiros. Da mesma forma critica o governo argelino pelo bom tratamento dispensado aos exilados e diz que as relações com os Estados Unidos estão desgastadas por esse motivo¹⁷. Vários são os pontos que podemos destacar deste texto: o primeiro deles é que a informação não foi produzida pelos órgãos brasileiros, mas sim, traduzido. Não temos certeza se o periódico foi o real produtor ou se o texto foi traduzido de outra fonte, pois não há a indicação. Da mesma forma, mostra preocupação com a concentração de militantes no país, ao mesmo tempo em que tenta desqualificá-los, ao afirmar que não são bem recebidos em outros espaços. Também o fato de que não estariam com boas relações diplomáticas com os Estados Unidos, o que era visto como indicativo dessa proteção às organizações revolucionárias.

Na edição de fevereiro de 1971 também encontramos tal preocupação. O título já é sugestivo - “Argélia: capital mundial da subversão”. O texto em questão também foi traduzido, desta vez de um periódico inglês, Sunday Telegraph, e, dessa vez, aponta a autoria, Lionel Morrison¹⁸. De acordo com o texto:

16. Os militantes, que faziam parte do grupo dos 40, foram convidados pela Cruz Vermelha Internacional para esclarecerem o que ocorria nas prisões brasileiras, em especial com os presos políticos.

17. *Comunismo Internacional*, dezembro de 1970.

18. Não foi possível levantar muitas informações sobre o autor, apenas que era sul-africano militante contra o regime do apartheid. Após ser preso pelo regime segregacionista, transfere-se para Londres onde se torna jornalista e militante da luta antirracista.

A ARGÉLIA, particularmente ARGEL, transformou-se no centro revolucionário do mundo. No decurso dos dois últimos anos, ela recebeu de CUBA esta honra duvidosa, e está repleta de grupos revolucionários, líderes anti-imperialistas, movimentos de ‘libertação nacional’, emigrados e exilados do ‘Terceiro Mundo’.

Na capital da república popular da ARGÉLIA, encontram-se dúzias de entidades subversivas, reconhecidas como tais, e um sem número de grupos individuais. Todos eles compartilham de um objetivo comum: derrubar os governos dos seus respectivos países por meios violentos. O governo argeliano, através de um departamento especial de seu Ministério do Exterior, fornece-lhes dinheiro, treinamento e simpatia.

Como na reportagem anterior, a preocupação central é sobre a forte presença de militantes do mundo inteiro, os quais possivelmente estariam articulando a tomada do poder nos seus países de origem, de forma que estaria alcançando Cuba em tal apoio. Também atenta para a relação do governo com tais grupos, que seria de apoio logístico e financeiro. Devemos fazer a ressalva que tal relação não ocorria sem percalços, pois o governo argelino, para além do interesse em auxiliar os projetos revolucionários, mantinha relações comerciais com países dos dois blocos. Em 1972, por exemplo, após o sequestro de um avião, os Panteras Negras foram de lá expulsos (CRUZ, 2016). Ou seja, as relações políticas entre os países não eram baseadas apenas no binômio apoiar ou não apoiar. Existem diversos matizes que devem ser levados em consideração. No caso brasileiro, também estavam presentes relações comerciais que interessavam aos dois países. Empresas de infraestrutura, por exemplo, estavam se instalando na Argélia (CRUZ, 2016).

Para além dessa preocupação com a presença de militantes no país, a aproximação da Argélia ora com a União Soviética, ora com a China, também era acompanhada de perto. Tal preocupação se justifica pela

disputa dos dois sobre os países recém independentes, com vistas a obter aliados políticos e econômicos. Em junho de 1970 encontramos a seguinte informação:

Relações da URSS com os países, especialmente Argélia e RAU.

[...] os partidos comunistas indígenas foram banidos, e por esta razão os soviéticos tem se esforçado em ganhar influência na região, nestes últimos anos, através de uma ostensiva ajuda econômica e comercial, que é basicamente concretizada pelo fornecimento de armas, equipamentos, instrução e assistência militar a RAU e a Argélia. (*Comunismo Internacional*, junho 1970).

Em agosto de 1970 há uma matéria que indica a disputa entre a URSS e a China: “Ofensiva sino-soviética aos países do 3ºMundo: Em quinze anos os países que receberam maior ajuda soviética foram a Índia e o Egito, enquanto o Paquistão e a Argélia foram os que receberam maior ajuda chinesa.” (*Comunismo Internacional*, agosto 1970). Já em novembro de 1970 há a menção de que “Governo Revoga Autorização aos Soviéticos Para Utilização de Bases Aéreas e Navais” (*Comunismo Internacional*, novembro 1971). As três informações anteriores demonstram a preocupação do governo da ditadura brasileira em informar a disputa entre tais países. Tal preocupação com a influência de um ou outro pode ser explicada pelo fato de que grupos de resistência brasileiros seguiam concepções teóricas distintas, tais como a soviética ou chinesa. Dessa forma, atentar para tais disputas era também importante para compreender as disputas entre as organizações revolucionárias.

Outra preocupação presente em relação ao país é a articulação de brasileiros lá exilados e as relações que estabeleciam. Miguel Arraes e um grupo próximo criaram, em 1969, um boletim denominado Frente Brasileira

de Informações (FBI)¹⁹, com sede em Argel, cujo propósito era denunciar internacionalmente o que ocorria no Brasil. Os órgãos de segurança denominaram tais iniciativas de “campanha contra o Brasil no exterior”:

A ‘Frente Brasileira de Informações – FBI’, organização financiada pelo MCI com o encargo de dirigir e coordenar a propaganda contra o Brasil na área internacional, realiza a coleta e distribuição de notícias, normalmente enfocando assuntos falsos, distorcidos ou contendo meias-verdades, tudo no propósito de difamar e denegrir a imagem brasileira no exterior. (*Comunismo Internacional*, abril de 1972).

As denúncias de violação de direitos humanos que ocorriam internacionalmente preocupava o governo da ditadura. O texto, portanto, desqualifica tais iniciativas, acusando-as de falsidades, de forma que seriam patrocinadas pelo Movimento Comunista Internacional com a intenção de denegrir a imagem brasileira. Geralmente os autores das denúncias eram vistos como maus brasileiros, que não participavam do projeto de construção do país proposto pelo governo.

Em junho de 1970, com a chegada ao país dos 40 banidos brasileiros após a ação de sequestro do embaixador alemão, a preocupação com as atividades dos militantes passaram a ser objeto de investigação constante. Contudo, não foram divulgadas nos *Sumários*, mas em outros documentos de circulação mais restrita²⁰, pois, a promessa dos órgãos repressivos era que, em caso de nova prisão no Brasil, tais indivíduos seriam sumariamente assassinados. As viagens de militantes uruguaios e argentinos também eram observadas com cuidado. Podemos perceber que a troca de informações entre os órgão de vigilância dos países era existente, mesmo que aqueles

19. Para maiores informações sobre as publicações produzidas no exílio, consultar: ROLLEMBERG, 2002.

20. Como os do Centro de Informações do Exterior (CIEEx).

ainda não estivessem em governo ditatoriais propriamente ditos.

Outros temas também eram objeto de análise nos textos, tais como as visitas de Fidel Castro ao país e a política externa argelina. Contudo, os assuntos tratados de forma mais intensa foram os mencionados anteriormente. Sobre a produção do documento Samways afirma:

Entende-se que Serviço Nacional de Informações cumpriu o seu papel, no que diz respeito à produção de informação. Pode-se afirmar que esta produção ocorreu em excesso, impulsionada por um sentimento de paranoia não somente neste órgão, mas em todo o governo, que via o perigo da subversão em praticamente tudo, na televisão, teatro, cinema, música. (p.81)

Para o autor e, a partir da análise dos *Sumários* corroboramos tal premissa, de que a dimensão dada à “ameaça comunista” era superdimensionada. Tal afirmação pode ser aplicada ao caso argelino, tendo em vista que o país era considerado um espaço de livre circulação dos militantes. Contudo, a partir da análise do contexto daquele momento, a disputa ideológica tinha um papel muito importante, nas relações entre os países. Mesmo assim, como demonstrado, o apoio do governo aos exilados e militantes não era tão irrestrito assim, pois outros interesses, em especial econômicos, estavam em pauta naquele momento. Contudo, a partir da análise do contexto daquele momento, a disputa ideo

Considerações finais

O presente texto buscou analisar um documento produzido pelo Serviço Nacional de Informações no que se refere às informações produzidas sobre a Argélia, denominado *Sumários do Comunismo Internacional*.

Ele foi produzido e difundido entre autoridades no intervalo de junho de 1970 a setembro de 1973, com o objetivo de mantê-los atualizados sobre a atuação comunista pelo globo. Não pretendi fazer uma análise exaustiva de tudo o que foi publicado sobre o país, mas sim, dos temas que mais apareciam e eram objeto de maior atenção. Saliento que o texto, assim como demonstrou Samways (2014), era carregado de um discurso cheio de medo do que poderia ser a presença do chamado inimigo comunista, de forma que a Argélia era encarada como um espaço totalmente em sintonia com os grupos revolucionários.

Percebemos, ante o exposto, que o SNI possuía fontes variadas de informações, de distintas partes do mundo. A maior parte do que se referia à Argélia era produzido fora do país, com exceção das notícias sobre os brasileiros que lá estavam e suas articulações para denúncia do arbítrio, observadas de perto pelos agentes brasileiros. Acredita-se que, pela distância geográfica, os órgãos de vigilância preferiram atuar de forma mais direta nos países próximos e conseguir aliados de outros continentes para que fornecessem dados confiáveis. Como dito, a embaixada dos Estados Unidos no país auxiliou nesse sentido.

O inimigo interno, portanto, estava espalhado e precisava ser combatido em todas as frentes possíveis. Após sua independência, a Argélia se tornou um espaço de acolhida de militantes do mundo todo e os brasileiros, militantes contra a ditadura e agentes da repressão, não ficaram alheios a tal realidade. Por isso, era necessário saber o que lá ocorria e, os órgãos de informação do regime trataram de conhecê-la e manterem-se informados, mesmo que com certa dose de exagero, da sua política interna e externa, bem como dos passos daqueles que lá se abrigaram.

Por fim, é necessário salientar que muito ainda há por se pesquisar nas relações de cooperação internacional entre a ditadura brasileira e

outros países que receberam exilados, especialmente na vigilância sobre tais indivíduos e sua atuação no exterior. Embora a documentação sobre o tema ainda seja escassa, é possível ir, aos poucos e com o cruzamento de fontes, conhecendo como se deu esta relação. O presente trabalho foi uma tentativa inicial nesse sentido, de forma que novos estudos são necessários para o seu complemento.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.13-42.
- CRUZ, Fábio Lucas. *Brasileiros no exílio: Argel como local estratégico para a militância política (1965-1979)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 30, n.1 p. 17-27, 2010.
- PADRÓS, Enrique Serra Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Sylvania (orgs.). *Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014, p. 13- 36.
- ROLLEMBERG, Denise. A imprensa no exílio. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p.451-467.

- SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)*. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.
- YAZBEK, Mustafa. *Argélia: A guerra e a independência*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

Impactos da expansão urbana nos espaços cemiteriais em Uberlândia nas décadas 1940 e 1950

RENATO RODRIGUES FAROFA¹

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo fazer a análise dos novos projetos urbanos nas décadas de 1940 e 1950 em Uberlândia relacionando-os com os espaços cemiteriais da cidade. A pesquisa apresentará como os projetos, baseados fortemente na especulação imobiliária, acabaram por atingir os cemitérios existentes, ao ponto de um destes ser definitivamente extinto, por estar próximo demais do centro da cidade. Nesse recorte temporal o trabalho tentará investigar as razões pelas quais o denominado “velho” cemitério, inaugurado em 1898, deixa de existir, além de buscar as explicações para o fato de o cemitério municipal edificado em 1928, depois denominado de “São Pedro”, passar a receber outros melhoramentos, e por fim trata da edificação de uma outra necrópole, o Cemitério São Paulo em 1954.

Palavras-chave: Cemitérios; Urbanismo; Progresso.

Abstract: This paper aims at undertaking an analysis of the then new urban projects in the decades of 1940s and 1950s in Uberlândia, relating them to cemetery spaces in the city. The research will show how the aforementioned projects, strongly based on real-estate speculation, ended up causing an impact on the then existing cemeteries to the point that one of them was extinct, due to its proximity to the city downtown. Focusing on the indicated period, the paper will attempt to investigate the reasons by which the so called “old” cemetery, inaugurated in 1898, came to an end. Besides, this study will search for explanations for the improvements of the municipal cemetery created in 1928, later called “São Pedro”, and addresses the edification of another necropolis, the São Paulo Cemetery in 1954.

Keywords: Cemetery; Urbanism; Progress.

Recebido em 28/02/2018 e aceito em 06/10/2019.

1. Mestre em História Social pelo programa de Pós-graduação pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: renatofarofa@yahoo.com.br

A crônica, *Para os vivos e para os mortos*, relata o espírito das administrações de Uberlândia nas décadas de 1940 e 1950. Como bem apresenta o título da reportagem, de uma forma sucinta demonstra ao leitor o tratamento dado a determinada região da cidade e de um dos seus cemitérios. O texto que segue abaixo ajuda a compreender de que maneira as gestões de Uberlândia no período trabalharam a questão que envolvia a cidade dos vivos e as moradas dos mortos.

Para os vivos e para os mortos.. Na entrevista concedida aos jornalistas de Uberlândia..., o prefeito Vasconcelos Costa declarou que pretende pavimentar e arborizar a Avenida Araguaia, desde a Praça Carneiro... O seu nome antigo era Avenida da Saudade. Talvez o prefeito não tenha refletido bem na origem dessa designação, que tinha por fim prestar homenagem a todos os mortos coletivamente, visto ser a última em que transitam ao abandonar a cidade, em demanda do cemitério, já na compressão das tábuas do ataúde... O que nos interessa no caso é o melhoramento que se vai obter. A Avenida Araguaia, como ficou dito, conduz ao campo santo. Deve por essa razão, ser de acesso confortável. A sua pavimentação é medida de alcance urbanístico.... Só mesmo uma pavimentação especial, com sarjetas largas e boeiros adequados, poderá resistir ao ímpeto das chuvas... Mas o administrador não quer apenas construir o piso: vai também arborizar a avenida. É o embelezamento simultâneo com a comodidade... Dirão os céticos que no recinto do caixão mortuário ninguém carrega esperanças. Mas as retinas apagadas levarão para o túmulo a última contemplação das pequenas massas de esmeraldas que a folhagem forma e agita ao vento. E quando assim não seja, que os olhos lacrimosos dos vivos tenham, entre torturas da saudade dos que se ausentam, o espetáculo da natureza em festa revelando que, a despeito das sepulturas, como disse o poeta, tudo é renascimento... É matéria administrativa em que encontramos ensejo de aplaudir mais uma vez a atuação do jovem homem público colocado a frente dos destinos municipais. A sua atenção foi voltada para a estrada do cemitério; o seu projeto melhora o percurso da derradeira viagem dos uberlandenses... Mas, favorecendo os vivos,

o governo municipal presta aos mortos o tributo do afeto oficial, que exprime o sentimento da coletividade. Para atenuar o sol causticante da vida e os solavancos da jornada, que tenham os mortos a ilusão de um passeio sobre o chão aplainado e sob a futura sombra do arvoredo da Avenida Araguaia, ao despedir-se da cidade. O prefeito Vasconcelos Costa, em resolução previdente e louvável, vai lhes permitir esse benefício póstumo. (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 31/12/1943. Ano 06, nº 1327, p.1)

Importante aqui mencionar que o ato de pavimentar a rua que dava acesso ao Cemitério Municipal inaugurado em 1928, pavimentação concluída no final da década de 1940 (O REPÓRTER. 29/08/1947. Ano 14, nº 1015, p. 2)², deve ser visto como recorrente. Essas melhorias já eram realizadas em outras cidades, como, por exemplo, Porto Alegre (DILLMANN, 2013, p. 236). Interessante notar dois aspectos nessa melhoria: O primeiro é que a rua escolhida não ligava a necrópole aos bairros populares e sim ao Centro de Uberlândia, ou seja, o conforto aludido na reportagem de fazer o último trajeto sobre uma via pavimentada e arborizada valia para os mortos e enlutados que partiam da região central de Uberlândia (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 30/07/1944. Ano 08, nº 1475, p.1)³. O segundo aspecto é que esses melhoramentos, até onde as fontes permitem ir, nunca foram alvo de discussão para a necrópole erigida em 1898 e que no momento jazia no mais absoluto abandono.

Mas, antes de adentrarmos na discussões acerca das melhorias ou falta delas nos cemitérios de Uberlândia é importante denominarmos no texto os espaços cemiteriais. Diga-se de passagem, que a história dos cemitérios

2. O artigo fala das obras de pavimentação realizadas pelos governos Vasco Giffoni e Vasconcelos Costa que dentre obras iniciou a pavimentação da Avenida da Saudade com pedra britada.

3. Essa matéria cita pavimentação apenas nas ruas do centro.

de Uberlândia é, por vezes, bastante confusa! Há inúmeros “vai-e-vem” do poder executivo quanto às decisões construtivas, a nomenclatura destes é dúbia e, não raro, embaça a análise e o número de cemitérios construídos e desativados neste curto espaço de tempo é bastante singular. Para tentar dirimir as dúvidas dos leitores é que elaborei abaixo a seguinte tabela:

TABELA 1: Breve cronologia dos cemitérios da cidade entre 1853 - 1953

Cemitério	Período de	Período como cemiterio	Local na cidade	Outros usos do espaço
Igreja e adro	1853-1881	1881 ¹	Centro	Rodoviária (década de 1940) Biblioteca (década de 1980)
Municipal	1881-1898	1915	Centro	Praça e Paço/ prefeitura municipal (década de 1910) Praça e Museu (década de 1980)
Municipal	1898-1928 ²	1953	Tabajaras	Estádio Municipal (década de 1950) Vila Militar (década de 1960)
Municipal (denominado São Pedro em 1953)	1928 -		Martins	

Todos os cemitérios edificadas, como visto na tabela acima receberam o nome de municipal. O único que recebera um nome específico foi o Cemitério São Paulo inaugurado em 1954, que não consta na tabela. Sendo assim, para facilitar a localização do leitor no decorrer do texto, o cemitério edificado em 1898 será denominado de Cemitério Municipal de

1898, enquanto que inaugurado em 1928 será denominado de Cemitério São Pedro, nome que recebera em 1953.

Voltando a década de 1940, a consequente modernização da economia brasileira contribuiu para que a cidade de Uberlândia recebesse empresas (RIBEIRO, 2006, p. 61-62). Pavimentar, embelezar, transformar. Uberlândia ganhou ritmo acelerado nesse momento. Isso ocorreu, muito em função da transição de uma cidade que tinha como principal referência da modernidade a ferrovia e que nesse momento adotou o transporte rodoviário e suas estradas como sinônimo do progresso (DANTAS, 2001, p.151). O plano e urbanização na década de 1950 na cidade *“consistiu em um planejamento que permitisse um crescimento mais ou menos ordenado, atacando pontos considerados de maior urgência para a prosperidade local”* (Idem, p. 158).

E como em todo processo de mudança, ainda mais quando se trata de progresso e desenvolvimento, o mesmo tem, conforme Dantas o seu preço: *“A exclusão social é grande, pois que a cidade não é produzida para todos, apenas uma parte usufrui dos produtos disponibilizados”* (Idem, p. 152). Essas questões são importantes para entender as melhorias em parte de cidade e em apenas uma necrópole, em detrimento do completo abandono da mais antiga. Essas escolhas entre os vivos e também para os mortos levaram a construção do Cemitério São Paulo em 1954 para os menos favorecidos, para os excluídos socialmente.

Esse modelo de desenvolvimento que ancorava-se no discurso do progresso, tinha também na expansão geográfica da cidade, na criação de novos bairros, forte apelo, fazendo com que a especulação imobiliária ganhasse força. O mesmo além de dar força a desigualdade social entre os vivos e onde os mortos iriam ser sepultados, em especial após 1954, passava, em nome do progresso, por cima de monumentos importantes para a vida dos uberlandenses. Um destes foi a demolição do templo, da capela que

abrigou o primeiro local de enterramentos da cidade para a construção de uma rodoviária (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 20/01/1944. Ano 07, nº 1341, p.1).

É neste período também que a cidade diversifica sua economia, ampliando charqueadas, frigoríficos, marcenarias e até mesmo recebendo fábrica de bebidas (DANTAS, 2001, p. 111-112). Também nesta década que as delimitações do espaço urbano ganham força, reforçando claramente quais as ruas e bairros que recebiam as fábricas, onde moravam os operários, como também onde ficavam as mansões em Uberlândia (OLIVEIRA, 2012, p. 36-37).

Os então denominados melhoramentos urbanos, como não poderiam ser diferentes, tinham como alvo o centro da cidade. Diferentemente da periferia da cidade, grandes somas de recursos foram gastos na área central, desde construções, remodelações de prédios públicos, como constante manutenção das ruas e avenidas. Essa medida de embelezar essa região da urbe também tinha como objetivo sanear a cidade de boates e bares que atuavam em ruas centrais (Idem, p.87). Esse zelo pela urbe tinha como objetivo colocar em prática, conforme explica Júlio César Oliveira, o trinômio: beleza, ordem e limpeza, onde:

as elites e a imprensa local conclamavam e impunham à sociedade em geral, por meio do poder público, medidas saneadoras, por exemplo, a obrigatoriedade de que as fachadas dos prédios privados fossem anualmente pintadas; a proibição de jogar lixo nas ruas e a determinação de que os edifícios considerados velhos e mal-conservados fossem demolidos (Idem, p.38).

Ainda assim, quem fomentava, desejava e idealizava uma cidade, com princípio de melhoramentos que visavam o novo, o limpo e o ordeiro, encontrava obstáculos para colocar esse modelo em prática (Idem, p.98).

Algumas questões contribuíram para essas dificuldades. Uma delas foi o crescimento da população na década de 1940. Segundo, Luis Carlos do Carmo, enquanto cidades como Araxá e Patrocínio decresceram em número de habitantes, Uberlândia, além de crescer sua população, superou nesse aspecto todas as cidades da região, inclusive Uberaba. De acordo com o autor os dados são os seguintes:

TABELA 2 - Crescimento populacional da cidade de Uberlândia e das cidades vizinhas entre 1900 e 1940⁴.

CIDADE	POPULAÇÃO 1900	POPULAÇÃO 1940	VARIAÇÃO CRESCIMENTO
ARAXÁ	34.017	14.679	- 56,84%
PATROCÍNIO	49.893	29.098	- 41,68%
PRATA	14.063	14.073	+ 0,07
MONTE CARMELO	16.602	21.973	+ 21,44%
PATOS DE MINAS	28.477	53.233	+ 86,93%
UBERABA	20.818	58.984	+ 183,33%
UBERLÂNDIA	11.856	42.179	+ 255,76%

Outro fator que dificultava colocar em prática com maior efetividade as políticas saneadoras foi o crescimento considerável da população residente na zona urbana, que naquele momento, de acordo com o projeto de lei nº 719 de 23/08/1955, eram considerados apenas os bairros com mais de 30 casas edificadas (LOPES, 2010, p. 92). Todo esse aumento no número de habitantes em Uberlândia também provocou a transição no município do rural para o urbano. No ano de 1940, quando então a população atingira a marca de 42.179 habitantes, metade dela morava na zona urbana. Mas, no

4. Tabela elaborada por: CARMO, 2000, p.44.

ano de 1950, o número de habitantes na área urbana ultrapassava os 35.000, conforme tabela abaixo.

TABELA 3: Distribuição rural/urbano da população de Uberlândia entre 1940 e 1970⁵.

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1940	21.077	21.102	42.179
1950	36.467	20.284	56.751
1960	71.117	16.565	88.282
1970	111.640	13.255	124.895

No decorrer da década de 1950, período em que vai ser inaugurado o Cemitério São Paulo, o número de habitantes na cidade tem, além de um aumento muito superior à década passada, ainda sua população rural em um constante decréscimo conforme tabela acima.

Com esse quadro e com base nessas escolhas das administrações municipais de Uberlândia nas décadas de 1940 e 1950, os cemitérios também foram atingidos. Esse modelo de administração, melhoramentos urbanos e suas construções e desconstruções, também apareceram na permanência do Cemitério São Pedro edificado em 1928 e na desconstrução do Cemitério Municipal de 1898.

Os cemitérios uberlandenses em meio à expansão e à especulação urbana

“Câmara Municipal de Uberlândia. Relatório... Prefeito José Fonseca e Silva.... Capítulo VIII CEMITÉRIO. Foram sepultados no cemitério Municipal, em 1948, 658 cadáveres, sendo:... 25 arrendamentos de terrenos para sepulturas:

5. Tabela elabora por: CARMO, 2000, p.45.

10 por 10 anos, 5 por 15 anos, 3 por 25 anos, 2 por 50 anos, 5 por perpétuos. Foram fornecidos 221 caixões para sepultamento de indigentes: 127 para adultos e 84 para crianças... a Prefeitura dispendeu a importância de Cr\$ 7.230,00. Com o aumento de população... o Cemitério vai se tornando insuficiente estando a Prefeitura em entendimento com o proprietário do terreno vizinho para sua ampliação” (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 23/02/1949. Ano 11, nº 2598, p.2).

A notícia acima citada revela, vinte anos após a criação do Cemitério São Pedro, a situação da necrópole para novos sepultamentos. Com o crescimento da cidade, e o aumento expressivo da população, não apenas o lugar para os vivos havia se tornado um problema para a administração municipal, como também o local de enterramentos em Uberlândia.

Antes desses números de sepultamentos apresentados de 1949, a prefeitura ciente da crescente de enterros, já em meados da década de 1940, tentara resolver a situação, através de reaberturas de sepulturas. Em 1944, pela primeira vez essa questão é aludida e publicada no principal periódico da cidade (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 07/09/1944. Ano 08, nº 1502, p.2). A prefeitura avisa que serão reutilizadas quadras de crianças e adultos, levando os leitores, segundo as fontes disponíveis, às seguintes conclusões: que em primeiro lugar não haveria mais espaço no cemitério com apenas 16 anos de uso. Em segundo lugar a antiga necrópole, além de não receber novos sepultos, nem ao menos seria cogitada para reabrir sepulturas e receber novas inumações.

Essas suspeitas ganham força pelos repetidos avisos acerca da situação de superlotação do Cemitério Municipal. Em 1946, o aviso, além de citar as quadras que serão reabertas, cita os nomes do falecidos (86 no total), filiação, data de sepultamento, número e quadra da sepultura (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 24/05/1946. Ano 09, nº 1920, p.3). Esses avisos

tornam-se recorrentes até a criação do Cemitério São Paulo em 1954.

Outro ponto importante a ser abordado refere-se aos sepultamentos que ocorreram em Uberlândia, nas décadas de 1940 e 1950, é o número de indigentes sepultados. Em 1949, conforme relatório apresentado pela prefeitura, cerca de um terço dos sepultamentos eram de indigentes. Conforme fonte citada no início deste tópico, 221 dos 658 caixões utilizados foram destinados para indigentes.

A grande preocupação do governo municipal naquele período parecia ser o que fazer com os novos sepultamentos. Digo parecia, porque na década de 1950 existiam outras preocupações do poder público. Um exemplo disto foi a lista de prioridades publicada no Correio de Uberlândia ao final do ano de 1951 (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 30/12/1951. Ano 14, nº 3314, p.3)⁶. Na lista de metas para o ano seguinte, consta a ampliação do Cemitério São Pedro como a número de 32, enquanto, por exemplo, a construção de um estádio como nona meta. Mesmo com o aumento da população e o consequente crescente no número de enterramentos (O REPÓRTER. 09/07/1951. Ano 18, nº 1323, p.3)⁷, parece que a questão do cemitério, nesse momento não tinha o mesmo apelo do que outros empreendimentos da prefeitura de Uberlândia.

Diante do impasse da lotação do cemitério em uso, toma corpo o projeto de construção de uma nova necrópole. Importante também nessa análise é que se pergunta sobre a razão de não cogitar o aproveitamento da antiga necrópole edificada em 1898, localizada no centro da cidade, em

6. No relatório são citadas 38 metas. A número 32 da lista é a ampliação do Cemitério Municipal, a nona da lista é o início da construção do estádio Municipal.

7. Nesse relatório é apresentado o número de enterramentos durante o primeiro semestre de 1951. Segue o texto: “O número de pessoas falecidas nesta cidade durante o primeiro semestre deste ano foi de 352, assim discriminadas pelos meses: jan. 78; fev. 58; mar. 52; abr. 58; mai. 48; jun. 58; total 352”.

um contexto de crescimento urbano, para escolher inaugurar um novo cemitério praticamente em um dos extremos de Uberlândia.

As escolhas, desde a edificação de uma praça, pavimentação de determinada rua e edificação de um cemitério, não são ingênuas e sem sentido. No caso de Uberlândia, do final da década de 1940, a decisão de construir um novo cemitério em uma área afastada do centro da cidade, acompanha a lógica do projeto de limpeza urbana. Nesse aspecto, essas escolhas são feitas diante do crescimento urbano, da população, impulsionando e ampliando as separações sociais representadas então pela demarcação dos espaços e usos da cidade.

No final da década de 1940, os loteamentos que surgiam para atender a demanda populacional, além de caros, eram desprovidos de condições básicas (SOARES, 1995, p. 106). As diferenças de tratamento entre o centro e as demais áreas da cidade vão crescendo na mesma proporção do aumento populacional do período. Salvo uma ou outra melhoria em algumas ruas de bairros, pouco ou nada é feito nas áreas periféricas de Uberlândia. Por outro lado, a área central, onde estava localizado o então denominado “velho cemitério”, que não recebia sepultamentos, é alvo de constantes obras. Nessas realizações estava contido o desejo de colocar em prática um novo traçado urbano, mesmo que fosse necessário para isso muitas demolições (Idem, p. 88).

Esse ato de embelezar o centro diz muito quando se pergunta o por que do não aproveitamento da “velha necrópole”. Uma simples resposta, referindo-se à lotação que a mesma já tinha no ano de 1928, quando da inauguração do Cemitério São Pedro, não seria o suficiente para explicar tal abandono. Acompanhando a lógica de expansão, crescimento e melhoramento da área central da cidade, onde *“a simples presença na zona urbana de palhoças e casas de taipa agride a classe dominante”* (LOURENÇO, 1986,

p. 19), um cemitério com túmulos marcados pelo tempo, pelo abandono e pela simplicidade de suas edificações, não convinha mais em uma área onde *“antigas construções são demolidas para construção de luxuosos palacetes ou modernos edifícios comerciais e públicos* (DANTAS, 2001, p. 147).

Um ponto importante ainda sobre o cemitério de 1898 é que seu entorno começa a receber melhorias no início da década de 1950. Esse fato é demasiadamente relevante, tendo em vista, que o mesmo não recebia atenção da municipalidade desde 1928, quando da inauguração do Cemitério São Pedro (O REPÓRTER. 13/01/1951. Ano 17, nº 1235, p. 1).

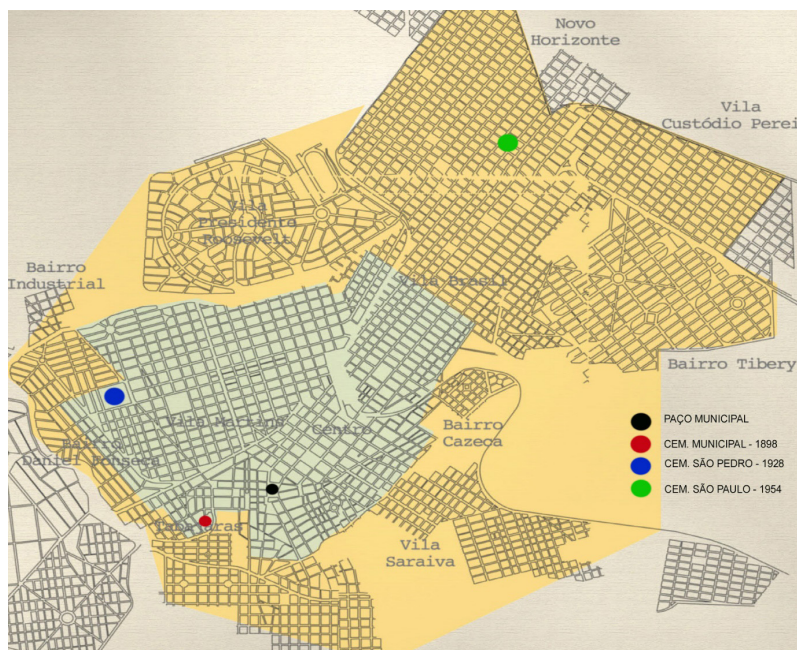
Nesse momento, início da década de 1950, dois fatos são importantes para analisarmos as melhorias na região onde estava localizado o Cemitério Municipal de 1898. O primeiro deles foi o lançamento do Bairro Tabajaras em 1947 e o segundo foi a ampliação do perímetro urbano em 1950. Ambas ações estão dentro do contexto de grande especulação imobiliária que atingiu o entorno e a antiga necrópole.

A última reforma no perímetro urbano, segundo decreto de Lei nº 11, havia ocorrido em 1938 (LIVRO DE LEIS DE 1936 A 1939. 30/03/1938. p.112-115). Nela, o cemitério de 1898 entra nesse perímetro. Também é importante mencionar que essa reforma no traçado da cidade que acabou por inserir essa necrópole no perímetro urbano foi acompanhada por um crescente número de loteamentos que foram abertos em Uberlândia, desde o final da década de 1930.

A criação do Bairro Tabajaras, no entorno do antigo cemitério, em 30/12/1947 por Olímpio de Freitas e Virgílio Rodrigues (PASTA: BAIROS INTEGRADOS, p. 3), segue uma tendência de valorização pela via da especulação das áreas centrais da cidade. Com isso, o cemitério e a área ao seu entorno que jaziam em abandono há pelo menos duas décadas, começam a receber atenção da administração para melhorias. E

essas benfeitorias muito se devem a ampliação da área urbana de 1950. Essa reforma, que acompanha o caráter especulativo da expansão imobiliária uberlandense, até porque a grande maioria desses lotes, por uma questão de espaço, abrangia a área suburbana até a reforma em 1950, faz com que o recente criado Bairro Tabajaras, não seja mais o final da cidade, mas, como uma extensão do centro, passagem para novos bairros, agora considerados suburbanos. O mapa abaixo, apresenta as áreas urbanas e suburbanas de Uberlândia, de acordo com a reforma na fixação dos limites ocorrida em 1950, através da Lei nº 153 de 11 de Maio de 1950 (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. 1948-1961).

MAPA 1 - Áreas urbanas e sub-urbanas de Uberlândia na década de 1950.⁸



8. Este mapa foi disponibilizado pelo Arquivo Público Municipal de Uberlândia e trabalhado pelo autor. O original tem autoria de LOPES, 2010, p. 94.

A parte destacada em verde claro é onde localiza-se a área urbana, compreendendo além do Centro, os bairros Aparecida, Martins, Osvaldo e Tabajaras. A ampliação da área urbana passou a compreender o centro, os bairros Aparecida (antes Operário), Martins e parte do Osvaldo, e em decorrência, fez com que o Cemitério Municipal de 1898 adentrasse a área urbana, com o recém criado Bairro Tabajaras. O mesmo ocorre com o Cemitério São Pedro. A necrópole agora esta no limite da área urbana, ainda que com uma certa distância (aproximadamente 2 Km) do Paço Municipal (que abrigou um cemitério de 1881 antes de construída uma praça). Mas, em comparativo de onde iria ser edificada a nova necrópole da cidade, o Cemitério São Paulo, o Cemitério São Pedro não configurava distante do centro.

A velha necrópole municipal e o novo cemitério: Construções, melhorias e abandono.

Administração do Prefeito Tubal Vilela da Silva. CEMITÉRIO MUNICIPAL. Atendendo ao crescente progresso da cidade e conseqüentemente o aumento da população foi iniciado na Vila Brasil, frente as Avenidas Mato Grosso e Distrito Federal, a construção de uma nova necrópole, que irá atender aquela zona da cidade. (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 23/12/1953. Ano 16, nº 3819, p. 19).

A notícia da criação de mais um cemitério em uma cidade cujo crescimento populacional superou os 200% em menos de 40 anos em uma primeira leitura não seria algo tão significativo. Não somente o número de habitantes teve crescimento elevado, como o de mortos também.

Antes de trabalharmos a edificação da nova necrópole, que foi denominada São Paulo é importante observarmos a questão que envolve os indivíduos que são sepultados, com relação à sua condição econômica. Até a inauguração do Cemitério São Paulo em 1954, Uberlândia não possuiu

dois locais, duas opções para enterramentos simultaneamente. Mesmo que cemitérios não fossem desativados de imediato, ao criar-se uma nova necrópole, somente esta passava a receber enterros. Com essa observação, a criação de uma nova necrópole, concomitante à atividade da antiga, faz desse evento uma novidade na história dos espaços dos mortos de Uberlândia.

Tendo em vista que toda edificação parte de escolhas, o mesmo aconteceu não apenas com a criação do Cemitério São Paulo, mas também com a permanência do então denominado, São Pedro. Num momento de mudanças na paisagem e no espaço urbano em Uberlândia, como por exemplo, a edificação de um novo templo para a Igreja católica, derrubando o antigo para à construção de uma estação rodoviária, a edificação de um novo cemitério está dentro desse processo da criação de uma matriz civilizatória desejada (PESAVENTO, 2001, p. 12-13).

Com apenas uma necrópole em uso, era natural, como em muitos cemitérios do país (DILLMANN, 2013, p. 243), a mistura entre ricos e pobres em um mesmo espaço cemiterial. Essa dinâmica de enterramentos ocorreu no Cemitério São Pedro, conforme foto abaixo, do final da década de 1940, quando das proximidades de um túmulo suntuoso, há sepulturas simples, inclusive ao fundo, como as covas rasas. Além dessa diferenciação nas sepulturas e das condições sócio econômicas, vale a menção da criação do Cemitério São Paulo para tentar compreender questões que levaram a sua edificação, mas principalmente com as melhorias realizadas no Cemitério São Pedro e da extinção do Cemitério Municipal de 1898 no ano de 1953.

IMAGEM 1 - Foto. Jazigo da família Arlindo Teixeira. Cemitério São Pedro. Década de 1940.



Cemitério São Pedro. (Possivelmente década de 1940). CDHIS-UFU. Coleção João Quituba. Foto número 1562.

Dentro do processo de escolhas, o Cemitério São Pedro de 1928 foi alvo de melhorias, como, por exemplo, a reforma do muro (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 15/05/1952. Ano 15, nº 3408, p. 4). Após publicação de uma carta em que o conteúdo queixava-se do estado do muro do cemitério, o mesmo jornal, traz em suas páginas na semana seguinte, com detalhes a situação não apenas do muro, mas em que estado se encontrava o então “novo” cemitério (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 24/05/1952. Ano 15, nº 3414, p. 4). Depois dessa descrição do cemitério, em menos de dois meses, conforme citação abaixo, os problemas são resolvidos.

O cemitério de roupa nova.... os muros foram reparados e a parte principal de entrada para o povo está sendo pintada, como início para o muro todo que vai ser caiado. Dentro foram lavados os túmulos, varridas com cuidado as ruas, ajeitadas as árvores e as flores. Tudo limpo... no ar, o perfume

saudável do eucalipto. (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 02/07/1952. Ano 15, nº 3442, p. 4)

Esses reparos no Cemitério São Pedro, quase que imediatos após publicação no Correio de Uberlândia, nos levam a pensar em algo mais amplo o que uma simples reforma naquele local. É justamente nesse período, início da década de 1950, sob a administração do Sr. Tubal Vilela da Silva, que definições acerca dos cemitérios da cidade vão ser tomadas. Nesse momento, entre 1951 e 1954, vai ser definido o que se fará com a necrópole de 1898, com o São Pedro de 1928 e, ainda, se vai decidir pela criação de mais um local de enterramentos em Uberlândia.

Esse reparo no muro e no interior da necrópole citada, contrasta também com a situação de lotação e abandono que se encontrava o Cemitério Municipal (1898), onde desde 1928 pouco ou nada foi feito. Em compensação, quando das reclamações semelhantes, o Cemitério São Pedro passará por reformas, como por exemplo, a pavimentação das ruas no seu interior.

Processo nº 820. Projeto nº 637. A pavimentação das ruas principais do Cemitério desta cidade, constitui medida de real necessidade, não só para embelezamento da necrópole como também para facilitar o escoamento das águas pluviais, evitando estragos e inconvenientes graves. Uberlândia, em 11 de agosto de 1954. Tubal Vilela da Silva – Prefeito Municipal (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. ANO DE 1954).

Enquanto isso, o Cemitério Municipal, além de nunca ter recebido pavimentação, está por ser desativado. Existiam também problemas no muro daquela necrópole, não com relação ao seu desmoronamento, mas sim por cartazes afixados no mesmo. Essa prática veio a ser comentada em uma reunião da Câmara Municipal em 1952,

“o vereador Veloso Viana requer que seja solicitado ao senhor Prefeito Municipal a retirada dos cartazes colocados no muro do Cemitério Velho, considerando não poder aquele próprio ser utilizado para outra finalidade senão a de uso público” (ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL. LIVRO nº 041. 03/03/1952, p. 5 f.).

O fato do cemitério ser alvo de uma espécie de vandalismo, e ainda assim não ser mencionado em nenhum dos periódicos locais, dá uma noção do tamanho do abandono daquele espaço cemiterial.

Esse descaso para com o Cemitério Municipal de 1898, especialmente após a década de 1930, culmina em uma decisão do poder público municipal na década de 1950: sua desconstrução. Ao contrário do Cemitério São Pedro, que diante dos problemas e reclamações, recebe melhorias, o antigo cemitério da cidade, tem a demolição prevista no mesmo momento em que o São Pedro passa por constantes bem feitorias.

As leis municipais e as necrópoles uberlandenses

Dentre as decisões da administração municipal na década de 1950, estava a de aproveitar a área do Cemitério de 1898. A justificativa seria em transformar aquele espaço numa praça, ou para outra finalidade pública, conforme projeto de lei nº 215 de 1951 “Dispõe sobre o aproveitamento de área do Cemitério Velho”. (O REPÓRTER. 29/08/1951. Ano 18, nº 1357, p. 4.).

Esse projeto polêmico, como veremos a seguir, tinha amparo legal, não somente pela ação do legislativo e executivo, mas pelo código de posturas em vigor. Nesse documento quando trata dos cemitérios públicos no capítulo II, das disposições gerais, artigo 215 que trata da extinção dos cemitérios, o código indica o tempo de cinco anos após a interdição

ou fechamento dos mesmos. Esse tempo foi diminuído se comparado ao Código de Posturas aprovado em 1913 e que vigorou até 1950. Nele, conforme o art.533, o tempo mínimo para desconstrução de um cemitério era de dez anos após sua interdição.

Processo nº 357. Projeto nº 215. Assunto: Aproveitamento do terreno do Cemitério Velho. O antigo Cemitério desta cidade acha-se abandonado há longos anos e a sua extinção não só é recomendada como também encontra apoio em leis, dispondo sobre o assunto o Código de Posturas em vigor, que assim prescreve: Art. 215 – Os cemitérios poderão ser abandonados quando tenham chegado a tal grau de saturação que se torne difícil a decomposição dos corpos ou quando hajam se tornado muito centrais.

§ 1º - Antes de serem abandonados, os cemitérios permanecerão fechados por cinco anos, findo os quais sua área será destinada a praças ou parques, não se permitindo proceder-se aí ao levantamento de construções para qualquer fim...

Acrece ainda que não há vigilância e nem pessoa encarregada da conservação do cemitério e seu estado é de completa ruína, sendo de conveniência para os próprios interessados a trasladação dos restos mortais dos seus entes queridos para o atual cemitério, onde as sepulturas poderão ser cuidadas com o merecido cuidado. Prefeitura Municipal de Uberlândia, em 5 de Fevereiro de 1951. O Prefeito Municipal – Tubal Vilela da Silva. (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. 08/02/1951)

Sabedor destas mudanças no Código de Posturas, em um dos pareceres sobre o projeto de lei, o vereador e também relator, Pedro Schwindt, no mesmo processo, elogia a proposta de fazer da morada dos mortos uma praça:

Transformar-se o atual Cemitério Velho em um parque ou praça, seria para Uberlândia um melhoramento de real valor... Além disto, se considerarmos que ao lado do referido está sendo construída a Escola Vocacional, esta medida, encontra em parte, uma justificação, posto que serviria

não apenas de local de passeio como também de estudo e recreio... Ainda sob este aspecto é preciso que se considere que naquele local onde tantos foram e tiveram seu corpo transformado na matéria de onde surgiram, não poderá haver maior homenagem... cultivar flores sobre aquela terra. Pedro Schwindt – Relator (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. 08/02/1951).

Ter mais uma praça em Uberlândia, que já tinha 13 em seu espaço urbano, era motivo de alegria e orgulho, não somente para a cidade, mas para as localidades do interior do Brasil (SOARES, 1995, p. 96). Interessante lembrar que o Cemitério Municipal de 1881, deu lugar na década de 1910 a uma praça, que recebeu como edificação o Paço Municipal. A praça, bem como o jardim e as flores remetem ao que Fernando Catroga afirma de conotação otimista da flora (CATROGA, 1999, p. 131-132), seja no interior do espaço cemiterial, ou como no caso estudado, na substituição do antigo Cemitério Municipal.

Mas, no caso da desconstrução do Cemitério Municipal de 1898, o projeto que estava sendo colocado em prática tinha como fim a edificação de uma praça de esportes, o esperado Estádio Municipal. Esse projeto polêmico, sobre a edificação de um estádio em Uberlândia (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. 08/02/1951) na área que comportava o cemitério, já vinha desde a segunda metade da década de 1940. A primeira vez que é posta em pauta foi no ano de 1949, proposta oriunda de representantes de clubes de futebol que não possuíam estádio (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. Nº 195. 08/02/1949). O argumento era que tal empreendimento em conjunto com a remoção dos restos mortais para o outro cemitério seria “*de real interesse público*” (Idem). O fato foi que sob a administração de José Fonseca e Silva (1947-1950), o projeto de um Estádio não teve curso. Há um parecer que trata a matéria como “*melindrosa*”, diante da necessidade do consentimento

“das famílias proprietárias dos túmulos” (Idem). Mas, o que definiu a questão naquele primeiro pedido foi a desistência dos interessados, conforme justificativa da comissão de finanças.

Ainda em uma entrevista concedida ao jornal O Repórter em maio de 1951, o prefeito Sr. Tubal Vilela da Silva faz menção à construção de um estádio como um *“melhoramento indiscutível para o incentivo dos esportes e consequentemente do desenvolvimento físico da juventude”* (O REPÓRTER. 02/05/1951. Ano 18, nº 1277, p. 1 e 4). Em seguida, no mês de agosto entra em vigor a lei nº 192 que dispõe sobre a utilização da área do Cemitério Municipal, em que autorizava, em prazo de um ano, a remoção de todos os restos mortais (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. Nº 192. 23/08/1951). Importante observar que no final de 1951, em uma entrevista sobre as realizações e projetos, o prefeito cita a obra o Estádio e até mesmo a ampliação do Cemitério São Pedro, mas silencia sobre a reutilização da área do Cemitério Municipal de 1898 (O REPÓRTER. 25/12/1951. Ano 19, nº 1439, p. 15).

A questão que envolve a construção ou não dessa praça de esportes sempre está associada a extinção de Cemitério Municipal de 1898. No início do ano de 1952 é então anunciado que o Estádio Municipal seria construído no espaço que era o cemitério (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 10/02/1952. Ano 15, nº 3343, p. 5 e 6).

Esta administração vem procurando estabelecer o plano do Estádio Municipal... A Federação de Esportes do Estado de Minas Gerais... elaborou um projeto de construção, que já se encontra em poder desta prefeitura. A aquisição de um terreno central, para a construção pretendida, apresenta dificuldades e vem onerar demasiadamente o município... Para a construção do Estádio o terreno do antigo cemitério, não só pela sua magnífica situação, como também ao pertencer ao patrimônio municipal, é o que melhores conveniências oferece... 30 de julho de 1952. Tubal Vilela da Silva – Prefeito

Municipal (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. Nº 533. 30/07/1952).

Essa justificativa apresentada acima, mostra não apenas a dificuldade da prefeitura em obter uma área para o Estádio, mas como também a área em questão, do antigo cemitério, é boa e central para a prática de esportes e não mais para sepultamentos. Ainda sobre a localização da praça de esportes, a lei nº 322, que dispõe sobre o local, agora em definitivo do Estádio Municipal, cita o acordo com o Sr. Virgílio Rodrigues da Cunha. O mesmo senhor era dono da área próxima ao cemitério e ainda um dos proprietários do loteamento Tabajaras de 1947, o que permite intuir o interesse do referido senhor na extinção por completo do cemitério ante seu projeto imobiliário.

Esse empreendimento acompanhava um discurso reproduzido pela imprensa do período que *“reforçava a necessidade de construção de grandes obras, que materializassem o desenvolvimento de Uberlândia, uma vez que suas condições sócio/espaciais e econômicas colocavam-na entre as principais cidades do Triângulo Mineiro”* (SOARES, 1995, p. 125). A valorização do centro pela especulação fazia agora do recém criado bairro (foto abaixo), um local não mais associado a um cemitério abandonado, mas como o lugar que receberia um prédio de arquitetura moderna, entendendo que essas mudanças estão dentro de uma *“reapropriação do espaço que representa as novas percepções que foram se solidificando”* (DANTAS, 2001, p. 148).

IMAGEM 02 - Vista aérea do Bairro Tabajaras e Cemitério Municipal de 1898. Década de 1940.



Arquivo Público Municipal de Uberlândia – Acervo imagens. AE
DOADAS 5558.

Antes da saída em definitiva do Cemitério Municipal, conforme foto acima, possivelmente do final dos anos 1940, mostra o loteamento em construção, com a abertura de ruas, aos fundos da velha necrópole (à direita na imagem) que jaz em abandono. Na foto, além do cemitério, é possível ver o crescimento da cidade na direção norte com uma grande quantidade de terrenos vagos.

As obras para construção da praça de esportes de fato começaram em 1953 e com grandes dificuldades. Em outubro do mesmo ano, o prefeito convoca uma reunião para tratar da cooperação para a execução das obras ao ponto de noticiar o *“seu empenho em arranjar, gratuitamente, pedaços de trilhos com as estradas de ferro para a utilização nos serviços”* (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 10/10/1953. Ano 16, nº 3767, p. 4). O prefeito ainda contava com a venda de cadeiras para arrecadar a quantia de 3 milhões de

cruzeiros para ter condições do término da obra (Idem). Mesmo assim, no início de 1954, o governo municipal fez um empréstimo de 8 milhões para obras na cidade, entre elas “*redes e ferros para construção de alambrados e arquibancadas no Estádio Municipal*” (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 31/01/1954. Ano 16, nº 3846, p. 3).

Pelas notícias nos periódicos a campanha de arrecadação de fundo via venda de cadeiras cativas no Estádio Municipal não deu o resultado esperado. Na metade do ano de 1954, novamente é solicitada a colaboração para a venda das mesmas em caráter de urgência para segmento das obras (O REPÓRTER. 22/06/1954. Ano 21, nº 2052, p. 1). E no mês de setembro, do mesmo ano, é aprovado o projeto de lei nº 656 que autoriza o prefeito a gastar a quantia de até Cr\$ 1.000.000,00, previstas para o orçamento de 1955 nas obras do Estádio (PODER LEGISLATIVO. SÉRIE: PROCESSOS DA CÂMARA. Nº 656. 26/09/1954). Esses valores, estão bem acima dos que foram gastos na edificação do Cemitério São Paulo, e porque não afirmar, ao longo da existência do Cemitério Municipal que foi substituído para um campo de futebol.

Se a construção do Estádio Municipal não foi imediata o mesmo não pode se dizer da remoção dos ossos e preparo do terreno do antigo cemitério de Uberlândia. Este ocorreu conforme o previsto. Com a ideia de transformar o local em praça de esportes, salvo os relatos da prefeitura e dos clubes beneficiados, a obra não era bem aceita. Ainda no mesmo mês de julho de 1952, quando das discussões a respeito da retirada dos ossos da antiga necrópole, uma crônica não assinada questiona a elevada quantia de gastos e dos empréstimos que a administração municipal vinha fazendo e aplicando em serviços não relevantes, como a construção do Estádio (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 24/07/1952. Ano 15, nº 3458, p. 2). Com aval ou não da população o processo de desconstrução seguiu

seu curso. O prazo para requerer a retirada das ossadas, que estava por vencer em 23 de agosto, é publicado (O REPÓRTER. 20/08/1952. Ano 19, n° 1600, p. 3).

Conforme a lei n° 192, os restos mortais foram transferidos para o Cemitério São Pedro. No mesmo foi construído, para aqueles que lá não adquiriram uma sepultura para seus entes, uma sepultura comum. Para completar ainda essa questão que envolvia o aproveitamento da área do Cemitério Municipal de 1898, a terra da necrópole foi usada para tapar buracos de ruas. Isso gerou reclamações por espalhar no ano de 1954, conforme periódico, *“pó de cemitério”* pela cidade (CORREIO DE UBERLÂNDIA. 21/07/1954. Ano 17, n° 3975, p. 1). Como último ato, o cemitério agora desconstruído, tem em sua área a construção de um Estádio e sua terra, que um dia foi chamada de santa (Campo Santo), espalhada, na tentativa de resolver o trânsito dos vivos na urbe.

Todo esse processo que envolveu a desconstrução do Cemitério Municipal de 1898, o aproveitamento de sua área e a construção do Estádio Municipal, ocorreu paralelamente ao da construção de um novo cemitério. Se desde o final da década de 1940 se discutia o que fazer com a necrópole abandonada, também é do mesmo período a discussão com o que fazer diante do aumento de número de sepultamentos, tendo apenas um espaço de enterramentos na cidade.

A retirada de ossadas, diante da falta de pagamento ou renovação de arrendamentos, parecia ser insuficiente para dar conta da crescente demanda. Por essa razão, a administração municipal, ainda no ano de 1948, chegou até a sancionar a Lei n° 34, que previa ampliação do Cemitério Municipal edificado em 1928, mas a execução da mesma não ocorreu.

Considerações finais

As escolhas estão dentro de interesses e de uma função simbólica, que vão além de uma mera preferência, mas que estão relacionadas com a projeção de um ideal de cidade, nas questões que envolvem o objeto construído e desconstruído (SOARES, 1995, p. 128). Decisões que atingem a cidade dos vivos, também atingem a cidade dos mortos e vice-versa.

Todo o desenrolar do processo de não ampliação do Cemitério São Pedro teve como principal motivo a intenção do edificar um novo cemitério. É importante ressaltar que a Lei nº 34 foi promulgada na administração de José Fonseca e Silva (1947-1950), passado seu período à frente da prefeitura, seu sucessor, além e não tocar mais no assunto da ampliação conduz o processo de edificação do Cemitério São Paulo.

Entre as opções de ampliar um cemitério e criar outro espaço de enterramentos não foi cogitada a verticalização da necrópole existente. Tendo em vista que as necrópoles acompanharam em muitas localidades do Brasil o desenvolvimento das cidades, nesse caso de edificações verticais no cemitério, o mesmo não ocorreu na necrópole uberlandense. Uberlândia teve como marco de sua verticalização, o final da década de 1940 e dos anos 1950 (Idem, p. 133-135), em compensação o cemitério não teve projeto de verticalização e até hoje não possui gavetas.

A não ampliação do cemitério deu início ao processo 581 no ano de 1952. O mesmo tratou da questão cemiterial na cidade (O REPÓRTER. 22/11/1952. Ano 19, nº 1664, p. 2), que culminou na promulgação da Lei nº 342 que dispõe sobre a construção de um novo cemitério.

Este cemitério, o São Paulo, que permitia somente covas rasas, por no máximo cinco anos, abrigou os mortos dentro de uma perspectiva social, onde via de regra famílias com menor poder aquisitivo tiveram sua última

morada. Em contrapartida, o Cemitério São Pedro, terá sua manutenção garantida e seus problemas de lotação resolvidos.

E sobre o espaço do antigo cemitério, 55 anos após sua edificação, em definitivo desaparece para dar lugar ao estádio. De um lugar que recebia corpos sem vida e imóveis, para corpos com vigor físico e em constante movimento. Mas não por muito tempo. Se o cemitério durou 55 anos, o Estádio alcançou apenas 5 de existência. As razões não ficam claras. O fato é que em 1958 na administração Afrânio Rodrigues da Cunha (1955-1958), através da Lei nº 739 de 06/12/1958, é autorizada a demolição do Estádio Municipal para doar aquela área ao Exército Nacional (LIVRO DE LEIS ORDINÁRIAS. LIVRO nº 05 p. 173 v e 174 f.). E o que isto tem a ver com esse processo de construções e desconstruções de cemitérios em Uberlândia? Por ironia ou não do destino, em 1961, pela Lei nº 960 de 08/09/1961, o então prefeito Geraldo Mota Batista (1959-1962), autoriza o aproveitamento de materiais da demolição do Estádio Municipal na ampliação do Cemitério São Paulo (LIVRO DE LEIS ORDINÁRIAS. LIVRO nº 06 p. s/ nº).

REFERÊNCIAS

Documentos de arquivos

Acervo de imagens e mapoteca. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Acervo de imagens. CDHIS-UFU.

Câmara Municipal – Poder Legislativo. Uberlândia: Atas da Câmara Municipal realizadas de 1910-1955. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Câmara Municipal de Uberlândia – Poder Legislativo. Série: Processos da Câmara. 1948-1961. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Código de Posturas de 1950. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Correio de Uberlândia (1943-1955). Arquivo Público Municipal de Ubelândia.

Livro de leis de 1936 a 1939. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

Livro nº 05 e nº 06 – Livro de leis ordinárias.. Arquivo Público Municipal de Uberlândia.

O Repórter (1947-1955). Arquivo Público Municipal de Ubelândia.

Bibliografia

CARMO, Luis Carlos do. “Função de preto”: trabalho e cultura de trabalhadores negros em Uberlândia-MG 1945/1960. São Paulo: PUC-SP, 2000 (Dissertação de mestrado)

CATROGA, Fernando. O céu da memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal 1756-1911. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999.

DANTAS, Sandra M. Veredas do progresso em tons altissonantes. Uberlândia (1900-1950). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia (Dissertação de mestrado), 2001.

DILLMANN, Mauro. Morte e práticas fúnebres na secularizada República: a irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX. São Leopoldo: Unisinos (Tese de doutorado), 2013.

LOPES, Valéria M. Uberlândia: histórias por entre trilhas, trilhos e outros caminhos. Memórias, construção e apropriações dos espaços. Uberlândia: EDUFU, 2010.

LOURENÇO, Luis A. B. Bairro do Patrimônio: salgadeiros e moçambiqueiros. Uberlândia: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

OLIVEIRA, Júlio César de. Ontem ao luar: o cotidiano boêmio da cidade de Uberlândia (MG) nas décadas de 1940 a 1960. Uberlândia: EDUFU, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma outra cidade. O mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

RIBEIRO, Raphael A. Almas enclausuradas: prática de intervenção mé-

dica, representações culturais e cotidiano no Sanatório Espírita de Uberlândia (1932-1970). Uberlândia. UFU (Dissertação de mestrado), 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Uberlândia: da Cidade Jardim ao portal do Cerrado. Imagens e representações do Triângulo Mineiro. São Paulo: USP, 1995 (Tese de doutorado).

(Footnotes)

1. Após a construção do primeiro cemitério municipal em 1881, o adro deu lugar a uma praça e ampliação da capela. A capela Matriz de Nossa Senhora do Carmo foi demolida em 1944 após a edificação de uma nova matriz com um novo nome de Santa Terezinha localizada na praça hoje central denominada Tubal Vilela da Silva. No espaço da primeira capela então foi construída uma estação rodoviária que desde a década de 1980 funciona uma biblioteca.

2. Até 1928 somente este cemitério recebeu sepultos. Com a criação de outro espaço cemiterial, até onde as fontes permitem ir, poucos sepultamentos foram realizados no então, como denominado pelas Atas da Câmara, “velho” cemitério. A grande maioria dos sepultamentos entre 1928-1953 foi no cemitério denominado São Pedro.

Resenha

Le Goff e a periodização da História

THIAGO SAMPAIO¹

UNESP / Assis

LE GOFF, Jacques. *A história deve ser dividida em pedaços*. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

Atualmente vivemos uma época que o papel da História tem sido questionado socialmente, principalmente como disciplina escolar. Ao ensinarmos o papel da História para a sociedade buscamos apresentar marcos cronológico para facilitar a aprendizagem didática de alunos e outros leigos, sendo um dos principais desafios para os historiadores à formulação desses cortes temporais. Partindo desses questionamentos e os efeitos da mundialização na sociedade, foi produzida a obra *A história deve ser dividida em pedaços?* escrita por Le Goff, publicada em 2014 pela Editora *du Seuil* e, no Brasil, em 2015 pela Editora UNESP.

Le Goff foi um dos principais representantes da terceira geração dos Annales e especialista no período Medieval. Seus escritos buscaram construir outra visão da Idade Média a partir da perspectiva de uma antropologia histórica do ocidente europeu. Em *A história deve ser dividida em pedaços?* o autor realizou sua última defesa sobre a importância da época Medieval e constrói uma argumentação em favor do conceito Longa Idade Média.

Didaticamente, tem se ensinado que a Idade Média se encerrou em 1453 com a tomada de Constantinopla pelos turcos Otomanos. Entretanto,

1. Mestre em História pela UNESP/Assis.

ao se fazer uma defesa em favor do conceito de Longa Idade Média, Le Goff mostrou que a o período Medieval só terminou com as Revoluções do século XVIII, a Industrial e Francesa. Ao mesmo tempo, o autor rompeu com a ideia que o Renascimento acabou com a Idade Média, mas é postulado que a renascença foi uma renovação e prolongamento do medievo.

A história deve ser dividida em pedaços? está subdividida em oito capítulos, preâmbulo e prelúdio. No preâmbulo, Le Goff faz uma breve reflexão sobre as motivações que o levaram a falar sobre a história e suas periodizações. Ele assinalou que seu escrito começou em 2013, período que cada vez mais sentimos os efeitos cotidianos da mundialização nas nossas vidas. Nessa parte, o autor rememorou sua trajetória como historiador, especializado na Idade Média, e seu concurso para professor presidido por Fernand Braudel. Ao final, Le Goff dissertou que seu escrito mostrou uma nova percepção do medievo, a chamada Longa Idade Média.

No prelúdio, Le Goff afirmou sobre a necessidade que as sociedades humanas sempre tiveram para a realização da marcação do tempo, primeiramente com os calendários solar e lunar e posteriormente organizamos o passado através de épocas, ciclos, marcos, períodos e Idades. O autor chamou a atenção para o termo período que significava um caminho circular, podendo ser uma ideia de ruptura ou continuidade temporal.

Ao final, Le Goff fez uma breve relação histórica entre a Idade Média e o Renascimento, mostrando as dificuldades de datação para o início da Renascença. Além disso, é assinalado que a palavra século tem seu aparecimento ao longo de XVI, tendo um significado diferente do que estamos acostumados.

No primeiro capítulo *Antigas periodizações*, Le Goff apresentou as divisões da História por religiosos a partir da perspectiva da tradição judaico-cristã. Nessa concepção, apareceram à divisão proposta por duas figuras

Daniel (Antigo Testamento) e do Santo Agostinho. Ambas as cronologias são inspiradas pelos ciclos da natureza: Daniel pelas quatro estações da natureza e Santo Agostinho pensando nos seis dias da criação.

Durante a Idade Média ocorreu o surgimento de outras concepções de tempo, uma delas é a de Jacopo de Varazze sendo uma continuidade da tradição religiosa, mas que propunha uma divisão sanctoral (através da vida dos santos) e a temporal (liturgia). Ao final do capítulo, Le Goff dissertou sobre a proposta de Voltaire em Setecentos que seria através de “século”. Entretanto, para Voltaire século significa uma era de apogeu e nessa perspectiva a História teria passado por quatro apogeus a Grécia Antiga, a administrações de Júlio Cesar e Augusto em Roma, a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos e a era de Luis XIV.

No capítulo *Aparecimento tardio da Idade Média*, Le Goff assinalou as transformações sofridas no Império Romano após a conversão de Constantino. Nesse capítulo apresentou que até o início da Idade Média é algo de difícil datação e a uma polêmica sobre seu começo.

O desejo de periodização da História se intensificou no século XIV. Na Idade Média houve o aparecimento dos conceitos de antigo e moderno buscou-se explicar o que seria cada um. A partir disso, associou-se que o período que estavam vivendo seria no meio desses. Os poetas e escritores no século XV acreditavam que o fim do Império Romano encarnava uma arte e cultura própria, diferente do que estavam vivendo. Assim, a Idade Média tornou-se um período intermediário entre uma “Antiguidade imaginária” e uma “Modernidade imaginada”.

O termo Idade Média foi cunhado por Petrarca no século XIV, mas o conceito não parece ter sido corrente até o fim do século XVII. Nesse período, pensadores ingleses começaram a associar o período Medieval com tempos sombrios e que moldou a mentalidade até hoje sobre essa época. No

século XIX, o Romantismo tentou reabilitar o termo Idade Média tirando sua negatividade. Mas, apenas no século XX com a escola dos Annales buscou-se dissociar obscurantismo com a Idade Média, mostrando que foi um período de criatividade e florescimento de várias tendências. Ao tratar das conotações sobre a Idade Média, Le Goff mostrou que a periodização da história jamais é um ato inocente ou neutro, sendo uma divisão artificial e provisória.

No capítulo seguinte *História, ensino, períodos*, Le Goff assinalou o papel do Historiador para compreender a lógica do tempo a partir de um formato contínuo e global sobre o passado.

No século XVII ocorreu um primeiro desenvolvimento das pesquisas e tratamento de fontes históricas. A partir disso, a história começou a ganhar mais força socialmente. Em 1802, ela se tornou obrigatório na França com Napoleão Bonaparte. Com a Revolução Francesa, a História começou a ser moldada sobre novas concepções e houve a criação de cátedras em diversos países, mostrando o fortalecimento que a História estava ganhando nas Universidades.

No capítulo *Nascimento do Renascimento*, Le Goff assinalou que o termo Renascimento apareceu no século XIX e com as obras de Michelet começou a ocorrer uma distinção entre renascença e Renascença. O uso do “R” seria para intensificar a força transformadora que esse período teve para a História. Em 1841, em um curso elaborado por Michelet foi apresentado às bases do período renascentista que teve sua origem nas regiões da Itália.

Em *Renascimento Atualmente* Le Goff analisou as pesquisas mais recentes sobre o período, mostrando que todas elas são apresentadas uma relação da Idade Média com o Renascimento. Com o século XX, houve uma melhora da “reputação” do período Medieval a partir de novos estudos. Aquela concepção de um período obscuro e decadente começou a

ser abandonado. Algumas interpretações sobre o Renascimento buscaram mostrá-lo como uma ideia de retorno a antiguidade e outros como uma continuação da evolução do pensamento medieval.

Ao final do capítulo o autor mostrou que a História precisa ter uma flexibilização da sua periodização, que o Historiador não deve seguir a risco as datações e marcas, pois existem períodos de continuidades e rupturas que se entrecruzam.

No sexto capítulo, *A idade Média se torna “os tempos obscuros”*, Le Goff apresentou que houve um desprezo da elite cultural do Renascimento em relação a Idade Média, essa depreciação originou termos como Idade das Trevas.

A elite cultural acreditava que não havia concepções culturais e estéticas durante o período Medieval. Entretanto, como sabemos, a Idade Média foi responsável pela criação de diversas obras primas. Le Goff assinalou a importância que teve Giotto, a passagem da arte românica para a gótica e a Divina Comédia de Dante para a cultura e artes do medievo.

Ao final do capítulo, o autor apresentou um panorama sobre a mentalidade do período a partir da ideia de bruxaria. O termo surgiu com Tomás de Aquino que seria uma humana que fez um pacto com Diabo. A personagem da bruxa ganhou força durante o período do Renascimento, mostrando como existiu uma relação das mentalidades do Medievo para a Renascença.

Além disso, Le Goff chamou a atenção para a redução do latim nessa sociedade que passava por transformações. Com a diminuição da língua latina houve o aparecimento das primeiras línguas nacionais.

No penúltimo capítulo, *Uma longa Idade Média*, Le Goff apoiou-se na concepção de Braudel sobre longa duração para pensar o termo Longa Idade Média. Para ele, diversas invenções e instrumentos de navegação utilizados

durante o “descobrimento da América” tiveram sua origem nos progressos técnicos do período medieval. O autor notou que as transformações que levarão ao “descobrimento da América” foram resultados da continuidade de um progresso econômico que vinha com a produção e uso de metais. Para Le Goff, o Renascimento “só fez prolongar a Idade Média” (p. 125) que teve seu fim apenas com as revoluções Industrial e Francesa no século XVIII que mudaram completamente aquela sociedade e a concepção de tempo da humanidade.

No último capítulo, *Periodização e Mundialização*, serviu como a conclusão da obra, Le Goff reafirmou que o Renascimento seria um subperíodo da Idade Média. Além disso, ele faz uma clara defesa da noção de longa duração mostrando ser uma concepção fundamental para entender as combinações de continuidades e descontinuidades na História.

A obra *A história deve ser dividida em pedaços* tem uma importância ímpar para refletirmos sobre as periodizações e os marcos cronológicos da história. Como texto póstumo de Le Goff é uma defesa de sua vida como especialista no período Medieval, pois mostrou como não devemos entender esse período com juízo de valores e quebrar concepções errôneas sobre a época.

Com uma leitura agradável e uma linguagem clara, o livro deve estar presentes nas diversas prateleiras de Historiadores, não apenas Medievalistas. Nele vemos a defesa ao direito a História que a sociedade em um mundo cada vez mais conservador e globalizado precisa para compreender como é fundamental entendermos a relação do homem com o tempo.